

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TANIA MARA MARQUES DA SILVA

**DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES NA POÉTICA DE ANA CRISTINA CESAR:
UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA ESTENDIDA AO CORPO DA MULHER
E À EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR**

Porto Alegre
maio /2023

TANIA MARA MARQUES DA SILVA

**DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES NA POÉTICA DE ANA CRISTINA CESAR:
UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA ESTENDIDA AO CORPO DA MULHER
E À EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na Linha de Pesquisa de Ensino de Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: PROF. DR. NELSON REGO

Porto Alegre
maio /2023

CIP - Catalogação na Publicação

Marques da Silva, Tania Mara
DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES NA POÉTICA DE ANA
CRISTINA CESAR: UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA ESTENDIDA
AO CORPO DA MULHER E À EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR /
Tania Mara Marques da Silva. -- 2023.
192 f.
Orientador: Nelson Rego.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Des(re)territorialização. 2. Geografias do
corpo. 3. Ana Cristina Cesar. 4. Filosofia da
diferença. 5. Transdisciplinaridade. I. Rego, Nelson,
orient. II. Título.

TANIA MARA MARQUES DA SILVA

**DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES NA POÉTICA DE ANA CRISTINA CESAR:
UMA GEOGRAFIA DA DIFERENÇA ESTENDIDA AO CORPO DA MULHER
E À EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na Linha de Pesquisa de Ensino de Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rego

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Álvaro Heidrich

Prof.^a Dra. Gabriela Silva

Prof.^a Dra. Camila Xavier Nunes

Prof. Dr. Renato Levin Borges

Para **Sandra Mara Corazza**, que partiu no decurso
dessa jornada, deixando muita saudade e
por me inspirar em cada luta que precisei travar
ao longo desta pesquisa.

Para **Elaine Maria T. Bastianello**, que partiu antes
de saber da minha aprovação no Mestrado em
Geografia, mas que sentiria orgulho de me ver
realizar este grande sonho.

Para **Isabel Osorio**, minha querida amiga **Bebel**,
por ter a sorte de conhecer-te nesta vida
e saber que amizade como a tua
é algo raro de se encontrar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com imenso carinho e gratidão, a todos e a todas que, de forma direta ou indireta, apoiaram-me nesta caminhada, que estiveram sempre presentes ENTRE a minha vida e esta pesquisa;

Aos meus filhos, Thales e Vitáli, por testemunharem todo o meu empenho, por me incentivarem a prosseguir os meus estudos e por serem PRESENTES (no duplo sentido) em minha vida.

À CAPES, pelo incentivo financeiro e apoio intelectual à pesquisa;

Ao meu orientador, Professor Dr. Nelson Rego, por ter abraçado, com especial carinho, as minhas ideias e por ter-me feito crescer intelectualmente, enquanto pesquisadora, por meio dos nossos longos diálogos telefônicos.

Aos professores e professoras que compõem a banca examinadora desta dissertação de Mestrado, pelas suas contribuições e pela sua dedicação na leitura e análise desta pesquisa.

À professora Dra. Ivaine Maria Tonini, da disciplina de “Percurso Investigativos no Ensino da Geografia”, pelo incentivo, por acreditar na minha capacidade e por reconhecer o meu esforço.

A todos/as os/as professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia, com muito especial reconhecimento ao Professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich, minha grande fonte de INSPIRAÇÃO no curso de Mestrado, e à professora Dra. Maíra Suertegaray Rossato, pelo apoio incondicional no momento mais delicado que eu enfrentei.

Às professoras, Dra. Luciene Jung de Campos e Dra. Solange Mittmann, do PPG-Letras, por terem me convidado para participar - com um artigo científico - do livro e-book, fruto da nossa disciplina Discurso, arte e gênero.

A todos e a todas os/as funcionários/as e bolsistas do POSGEA, pelo impecável atendimento na secretaria, pela agilidade nos procedimentos burocráticos e pela competência profissional.

A todos/as os/as colegas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia, que infelizmente não tive o prazer de conhecê-los/las pessoalmente (devido à pandemia de COVID-19), pelas suas contribuições e conversas no chat on-line das aulas.

Muito obrigada!

“Esperei para acender a página com fogos de artifício. Algumas tentativas são corretas. Algumas expectativas nos mantêm. Não me exija a imparcialidade. Tenho vômitos. Barrigas carbonizadas na margem da estrada. E outras figuras que possam vir a chocar teu pasmo. Outras histórias. Seus olhos estavam outra vez estalando nas concavidades. Forrou de verde as cestinhas: ritual de preparação. Pediu palmas. Não me lembro com muita fé se havia uma continuação. Os degraus por exemplo. Ele dizia: *há buracos, buracos no meio dos escritos*. Proibição de escrever cartas. Ou procurar trazer coisas dos sonhos. O próximo passo era o *esquecimento*. Dizer ‘*não sou eu*’ e esquecer em seguida. ‘*a noção de sujeito é puramente gramatical*.’ Sentimentos de ataque. Retomariam o fio da meada? Retomariam o fio da meada? [...]”

Cesar, Ana Cristina. Poética (2013, p. 400).
Companhia das Letras.
Edição do Kindle. (Grifo nosso).

RESUMO

Esta pesquisa inicia-se num entrelugar epistemológico, pois ela pretende abrir-se para o novo e deslocar, dos núcleos de acomodação conceitual da representação, questões pertinentes ao ensino de Geografia e de Literatura, amparadas teoricamente pela Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para tanto, investiga criticamente a presença do corpo feminino no corpo poético da escritora Ana Cristina Cesar, enunciado como produtor de espacialidades, desejos, subjetividades, linhas de fuga, des(re)territorializações e devires. Mesmo tendo vivido em espaços geográficos secularmente demarcados pelo modelo patriarcal, a pesquisa mostra, de forma transdisciplinar, como a poeta rompe a forte perpetuação dos discursos hegemônicos e as concepções positivistas que atravessam essas duas áreas do conhecimento. A pesquisa utiliza como método científico o cartográfico e demonstra que, a partir do entrelaçamento das propostas *por uma geografia menor e por uma literatura menor*, podemos subverter a lógica de uma educação baseada no modelo arbóreo, na reconhecimento, na repetição do idêntico, no modelo de pensamento representacional platônico, para se chegar a uma educação-arte, rizomática, criativa, sensível e produtora de singularidades. Por fim, ela aborda um estudo que envolve a transdisciplinaridade como princípio e a transcrição como resultado: propostas metodológicas para utilização de obras literárias no ensino de geografia.

Palavras-chave: Des(re)territorialização, Geografias do corpo, Ana Cristina Cesar, Filosofia da Diferença, Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

This research begins in an epistemological in-between place, as it intends to open up to the new and to displace, from the representation's conceptual accommodation nuclei, issues pertinent to the teaching of Geography and Literature, theoretically supported by the Philosophy of Difference of Gilles Deleuze and Félix Guattari. Therefore, it critically investigates the presence of the female body in the poetic body of the writer Ana Cristina Cesar, enunciated as a producer of spatialities, desires, subjectivities, lines of flight, de(re)territorializations and becomings. Even having lived in geographical spaces secularly demarcated by the patriarchal model, the research shows, in a transdisciplinary way, how the poet breaks the strong perpetuation of hegemonic discourses and positivist conceptions that cross these two areas of knowledge. The research uses the cartographic method as a scientific method and demonstrates that, from the intertwining of proposals for a minor geography and a minor literature, we can subvert the logic of an education based on the arboreal model, on recognition, on the repetition of the identical, on the model of platonic representational thought, to arrive at an education-art, rhizomatic, creative, sensitive and producer of singularities. Finally, it addresses a study that involves transdisciplinarity as a principle and transcreation as a result: methodological proposals for the use of literary works in teaching geography.

Keywords: Des(re)territorialization, Geographies of the body, Ana Cristina Cesar, Philosophy of Difference, Transdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aula de Literatura Infantil.....	14
Figura 2 - Estruturalismo, racionalismo, essencialismo, hierarquia e representação em Educação	16
Figura 3 - Prefeitura acelera o processo de remoção, sem antes ter concluído o cadastro de todas as famílias.....	44
Figura 4 - Chile: a dança feminista atravessa fronteiras.....	54
Figura 5 - Atravessamentos do machismo estrutural no corpo da mulher	59
Figura 6 - Marcas, marcações e marcadores no corpo	67
Figura 7 - Cartaz do I Ano Internacional da Mulher–1975/Brasil	77
Figura 8 - Ana Cristina Cesar	82
Figura 9 - Pensamento de Antonin Artaud sobre o CsO.	92
Figura 10 - Documentário Bruta Aventura em Versos	110
Figura 11 - Transcrição do poema Samba-Canção de Ana C.....	117
Figura 12 - Transcrição do poema A teus pés, de Ana C.....	124
Figura 13 - Poema: O corpo que cai.....	128
Figura 14 - Movimentos rizomáticos na poesia de Ana C.	140
Figura 15 - Folha de rosto do livro Pedagogia da tradução	161
Figura 16 - Folha de rosto do livro Didaticário de criação: aula.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Supostas respostas dos alunos e das alunas sobre conteúdos de outras disciplinas a serem explorados junto a eles/elas próprios/as e posteriormente às crianças.....	15
Quadro 2 - Quando os afectos me transbordam e me agenciam com a mãe Terra. 37	
Quadro 3- As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas.....	40
Quadro 4 - O pensamento deleuziano: afirmativo e antidualético.	58
Quadro 5 - Panorama do feminismo nos principais anos da Ditadura Militar no Brasil	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CsO – Corpo sem Órgãos

DIF – O grupo de pesquisa DIF: artistagens, fabulações, variações (CNPq), não tem sigla. O prefixo DIF, advindo das filosofias da DIFerença, é assumido como sigla fictícia, uma inflexão, uma onomatopeia, um suspiro.

FACED – Faculdade de Educação da UFRGS

IMS – Instituto Moreira Salles

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

KLM – Kafka: para uma *literatura menor*

LS – Lógica do Sentido

PPG – Programa de Pós-graduação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFES – Universidade Federal Do Espírito Santo

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

PRELÚDIO	10
INTRODUÇÃO	19
1 TERRA, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, TERRITORIALIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO PARA A GEOGRAFIA E PARA A GEOFILOSOFIA DE DELEUZE E GUATTARI	27
1.1 TERRA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.	28
1.2 TERRITORIALIZAÇÃO–DESTERRORIZAÇÃO-RETERRORIZAÇÃO: PROCESSOS INDISSOCIÁVEIS.....	37
2 A GEOGRAFICIDADE DO CORPO E NO CORPO DA MULHER: DRAMAS DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL DE ORIGEM COLONIAL	50
2.1 A GEOGRAFIA DO SENSÍVEL: MARCAS, MARCAÇÕES E MARCADORES DE OPRESSÃO NO CORPO FEMININO E A BUSCA PELO <i>CORPO SEM ÓRGÃOS</i> NA OBRA DE ANA CRISTINA CESAR.....	65
2.2 UM BREVE PASSEIO PELOS CONCEITOS DE LUGAR DE FALA E DE LUGAR PARA A GEOGRAFIA E PARA LITERATURA:	71
3 AO ENCONTRO DE ANA CRISTINA CESAR: UMA GRANDE CONVERSA A PARTIR DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR	82
3.1 PARA FAZER A LINGUAGEM DELIRAR: ENTRANDO NO TERRITÓRIO DAS MICROPERCEPÇÕES	92
3.2 O POEMA CORPO-TERRITÓRIO-POÉTICO E DES(RE)TERRORIZAÇÕES EM ANA CRISTINA CESAR	95
3.2.1 Quem fala e lugar de fala na poesia “feminista” de Ana C.	124
4 A TRANSDISCIPLINARIDADE COMO PRINCÍPIO E A TRANSCRIÇÃO COMO RESULTADO: PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA UTILIZAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA	141
4.1 POR UMA ARTE-EDUCAÇÃO: <i>ARTISTAGENS</i> ENTRE GEOGRAFIA, LITERATURA E FILOSOFIA DA DIFERENÇA	146
4.1.1 <i>Artistagens geográfico-literárias: “pensar e viver a educação do mesmo modo que um artista pensa e vive a sua arte”</i>	149
4.1.2 A transcrição como proposta de desterritorialização no pensamento..	155
OUTROS PORMENORES	163
REFERÊNCIAS	171

PRELÚDIO

SOBRE A AUTORA E PESQUISADORA QUE SE ENCONTRA EM DEVIR NUM ENTRE-ESPAÇO ACADÊMICO

Quando nasci, em Porto Alegre/RS, dois meses após a virada da década de sessenta, um mundo culturalmente formatado estava à minha espera, um mundo onde as meninas vestiam cor-de-rosa e os meninos, azul. As meninas brincavam de boneca e de casinha, enquanto os meninos brincavam de mocinho contra bandidos, de carrinhos de lomba e de subir em árvores, treinando, desde a mais tenra idade, os seus papéis sociais. Um mundo binário, eu versus o outro, ricos versus pobres, pessoas versus animais, homens versus mulheres, adultos versus crianças, heróis versus vilões, militares versus civis e, em uma escala maior, Hemisfério Norte versus Hemisfério Sul. Seguindo esse raciocínio, desde sempre, foi-me ensinado na escola a supervalorizar a cultura de quem está “acima” no planisfério, motivo esse que, mais tarde, fomentou em mim um espírito de luta inquestionável e irreversível contra as desigualdades.

Graças à escola pública, eu pude estudar e adquirir conhecimentos para, posteriormente, trabalhar e seguir meus estudos. Fui a primeira pessoa de toda a minha família a obter uma titulação no Ensino Superior. Formada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras (1983), lecionei de 1984 até 2012, ininterruptamente, perfazendo um total de 28 anos com regência de classe. Os cinco primeiros anos foram dedicados a uma escola particular na cidade de Bagé/RS, e os demais ao magistério público estadual, na mesma cidade, até 2003. De 2004 a 2012, voltei a residir em Porto Alegre onde me aposentei. Desse total, entre as duas escolas, trabalhei por 21 anos com o curso Normal, ou seja, lecionando Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Infantil para futuras(os) professoras(es) que atuariam nos correspondentes atuais ao Ensino Infantil e ao Ensino Fundamental I da Educação Básica.

Creio ser importante registrar que mesmo morando, na época, em um município que tinha apenas uma livraria, e por longos anos nenhuma, procurei manter-me atualizada com livros emprestados pelas bibliotecas das próprias escolas. Duas coisas sempre se fizeram presentes em minha trajetória profissional, a curiosidade pelo saber e a coragem para arriscar um trabalho que fizesse a diferença por ser

inovador. Desse modo, em 1996, criei a primeira Oficina de Literatura Infantil de uma escola pública na cidade, cujos aprendizados foram enormes. Esse foi um trabalho inédito, dentro da disciplina de Literatura Infantil e, desde o seu início, totalmente documentado por fotografias, registros em jornais, projetos, certificados etc. A partir desse contexto, eu ingressei, a convite da Secretaria de Educação do município, no cenário de formação de professores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Bagé/RS, como palestrante e oficinaira (de literatura, de literatura infantil, de teatro, de criatividade em sala de aula e de temas transversais na Educação).

De todo o meu exercício no magistério, posso afirmar que o maior retorno que obtive, e que me permite até hoje colher os frutos, vem dos meus ex-alunos e das minhas ex-alunas. Eles e elas me dizem ter sido eu sua fonte de inspiração ao terem seguido os meus passos com seus alunos em sala de aula ou em sua opção de formação acadêmica. Realmente, gratificante demais!

Somente em 2020, e não antes por contingências da vida, consegui, após muito estudo e uma ótima classificação, ingressar no Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto, neste momento, encontro-me a realizar um sonho com a finalidade de dar a minha contribuição “formal” à ciência e à educação no âmbito acadêmico, assim como para continuar o meu processo de aprendizagem/formação, haja vista que este nunca acaba em vida.

Nesse sentido, falando a partir da minha condição atual de aposentada do Magistério Estadual do RS e com dedicação exclusiva ao meu curso de pós-graduação, tenho a pretensão de buscar nesta pesquisa a transdisciplinaridade entre os componentes curriculares de Geografia e Literatura, ambos atravessados por questões de corpo e de gênero e amparados por conceitos da Filosofia da Diferença.

O corpo da mulher, na poesia da autora escolhida, cartografa várias geografias mentais, e é isso que intenciono mostrar, “pesquisar o corpo para uma melhor compreensão da ontologia do espaço” (Nunes, 2014, p.3) textual e fora da representação. Para a transdisciplinaridade, todas as disciplinas e áreas do conhecimento apresentam a mesma importância e estão interligadas, embora estejam distribuídas em “gavetinhas” no currículo escolar tradicional. Pela minha experiência, enquanto educadora, é preciso desconstruir as ideias de compartimentação e as do mundo da representação, enquanto cópia dos ícones, isso se desejamos viver uma vida melhor em um mundo mais justo e ético para todas as biodiversidades. Transdisciplinar significa que tudo pode se relacionar com tudo a todo o momento, e

essa relação acontece de forma holística. Precisamos encontrar saídas para os males que devastam a humanidade. Será preciso criar, inventar um modo-meio pelo qual os obstáculos sejam ultrapassados. Aprender a pensar e a experimentar, utilizar as palavras como modo de resistência, construir novos sentidos para elas, evitando, assim, reproduzir ideias prontas, ou seja, estereotipadas, para enfim desenvolvermos aptidão à reflexão.

Igualmente, quero registrar o meu depoimento do quanto foi difícil, em minha trajetória profissional, obter a colaboração de colegas de escola e o apoio dos setores pedagógicos para realizar uma prática interdisciplinar completa. Era comum eu ter de me mobilizar sozinha, através dos textos literários utilizados em aula, tanto na disciplina de Literatura Infantil quanto na de Literatura Brasileira, para, a partir deles, realizar a interdisciplinaridade, de modo que os/as meus/minhas alunos/as do magistério pudessem levar com eles/elas uma noção sobre a importância desse tipo de metodologia.

Isso se justifica, porque sempre estivemos muito longe de uma verdadeira integração entre teoria e prática. O ideal, para aquele momento, seria que todos/as os/as professores/as, simultaneamente e dentro de seu componente curricular, trabalhassem os conteúdos pertinentes às datas da linha de tempo da história, por meio de práticas interdisciplinares programadas nos planos de ensino, a partir de um tema gerador.

Desse modo, tudo deveria ser pensado para que os/as alunos/as conseguissem estabelecer conexões que identificassem características comuns ao mesmo momento histórico de maneira integrada. Contudo, não era isso que acontecia ou que acontece hoje. Por exemplo, existem escolas que trabalham a Idade Média no segundo ano do Ensino Médio, enquanto a Literatura Brasileira está precisando desse amparo obrigatoriamente no primeiro ano do Ensino Médio, de acordo com os planos de ensino programados pela Secretária de Educação, para que os estudantes sejam capazes de compreender o surgimento do Barroco no Brasil a partir de seu contexto histórico-mundial. Certamente o professor de Literatura, sem o eco do/a professor/a de História, do/a de Geografia, do/a de Ensino Religioso, é obrigado a trabalhar todo o contexto sociopolítico-religioso e geográfico sozinho.

No que tange à construção de relações entre as disciplinas do currículo, tendo uma mesma problemática proposta a ser resolvida, era de suma relevância para a época propor-se a interdisciplinaridade. Por conta disso, eu e meus/minhas alunos/as

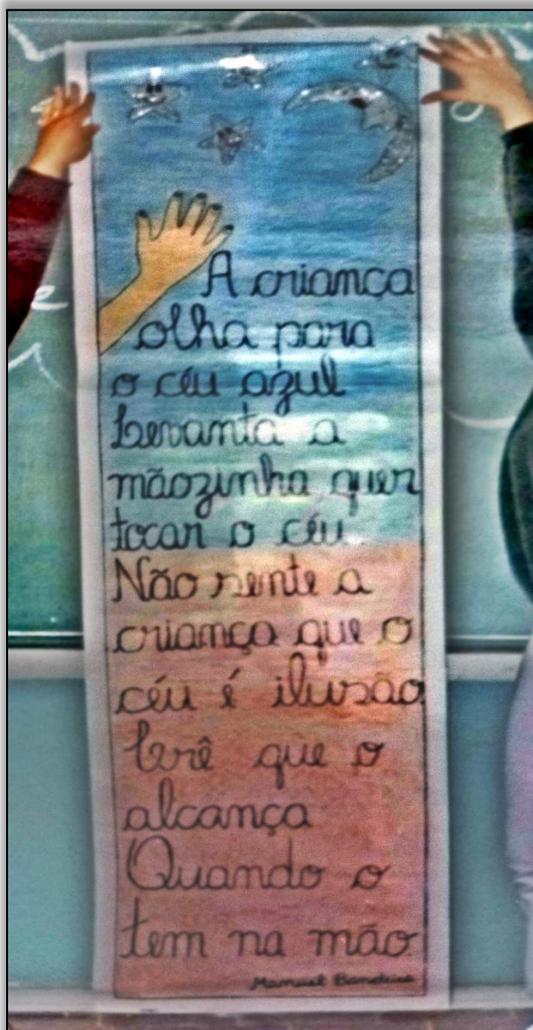
trabalhávamos em conjunto, buscando conteúdos, por exemplo, de História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Religião etc. nos textos literários estudados em sala de aula (selecionados por eles) e aplicáveis ao nosso tema gerador.

A seguir é possível observar um momento em que a criatividade e a interdisciplinaridade aconteciam, mesmo sem o acompanhamento de professores ou professoras de outras disciplinas. Para exemplificar, o nosso tema gerador era: *histórias curtas ou poemas do universo infantil*, na disciplina de Literatura Infantil, uma vez que os textos literários se adaptam bem a esse tipo de proposta, pois, consoante Barthes (1979, p. 18), “a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles”.

Dessa forma, todos os textos teriam que apresentar a possibilidade de serem lidos, sentidos e explicados por crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. As histórias levadas pelos grupos deveriam ser apresentadas e, após serem afetados/as por elas, questionariam os próprios colegas da turma sobre os possíveis conteúdos de outras disciplinas que eles conseguiam perceber no “entre” literário. Em outras palavras, teriam que pensar em um modo de articular tais conteúdos identificados aos conteúdos previstos para serem trabalhados em sala de aula, alicerçando-os aos conteúdos da vida.

Logo após, meus alunos e minhas alunas teriam de explicar como fariam a adaptação de tudo isso, para, posteriormente, descerem até a sala de aula das crianças, a fim de praticarem essa experiência (já que sempre lecionei para o curso Normal e, por mais de vinte anos, em uma escola pública padrão do estado do Rio Grande do Sul). Abaixo segue um exemplo ilustrativo, conforme aquilo que guardo em minha memória, em relação à **figura 1** e algumas questões levantadas por eles/elas (foto recortada digitalmente por eu desconhecer o atual paradeiro deles/delas, a fim de que pudesse solicitar uma autorização para liberação de suas imagens, e por todos/as serem menores de idade na época):

Figura 1 - Aula de Literatura Infantil



Fonte: Arquivo pessoal desta pesquisadora entre os anos de 1997 e 1999 – Bagé- RS.

Quadro 1- Supostas respostas dos alunos e das alunas sobre conteúdos de outras disciplinas a serem explorados junto a eles/elas próprios/as e posteriormente às crianças, como parte de uma prática interdisciplinar a partir do texto literário acima.

Conteúdos de Geografia: céu azul, estrelas, clima, tempo, espaço, distância, movimento, paisagem, lugar, Terra, direções, poluição, Universo, Cosmos, Pontos Cardeais etc.

Conteúdos de História: que tempo é este em que vivemos? O que está acontecendo à sua volta e no mundo? Quais fatos preocupam a vida em sociedade?

Conteúdos de Biologia: corpo na infância, visão, tato, partes específicas do corpo, funções das mãos, sentidos, movimentos do corpo etc.

Conteúdos de Artes: cores, formas, sentidos, pinturas em tela, colagem, fotografia, desenho, textura, construção de personagens, reaproveitamento de sucatas etc.

Conteúdos de Religião: crença, céu, Terra, ilusão, fé, sonhos, esperança, perdão etc.

Conteúdos de Língua Portuguesa: ortografia, acentuação, sinônimos, antônimos, redação, advérbios, substantivos, adjetivos, diminutivos, pontuação, sujeito, predicado, tipos de linguagem etc.

Conteúdos de Literatura Brasileira: poesia, poemas, prosas poéticas, figuras de linguagem, gêneros textuais etc.

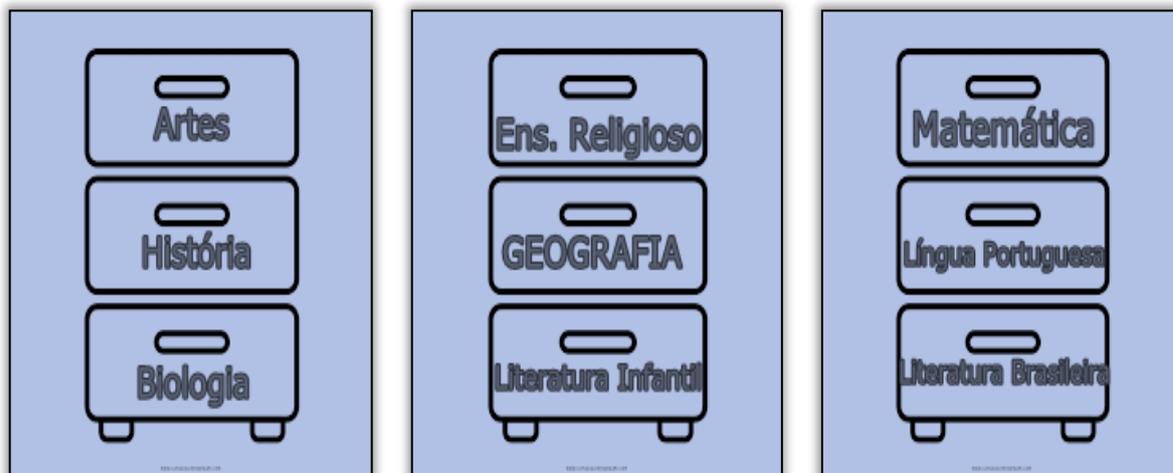
Conteúdos de Matemática: distância em metros, quilômetros, tempo para se chegar a determinada distância, por exemplo, para se chegar a “tocar o céu”, contar os dedos, nos dedos e com os dedos, velocidade etc.

Conteúdos de Literatura Infantil: os alunos da educação infantil e das séries iniciais da escola teriam que fazer suas atividades e apresentações em grupos, com base no poema selecionado, após se sentirem sensibilizados por ele, por meio da livre construção de personagens, com a utilização de sucatas trazidas de casa e materiais escolares próprios, assim como do material auxiliar fornecido pelos/as meus/minhas alunos/as, tais como balões, tinta guache, fita crepe, revistas velhas, jornais, garrafas pet etc.

Fonte das perguntas e dos conteúdos: Caderno de aula do curso Normal desta pesquisadora (1997-1999).

Torna-se relevante explicar que os exercícios interdisciplinares aconteciam com meus/minhas alunos/as em nossa sala de aula e, depois de todas as possibilidades terem sido trabalhadas, eles/elas executavam a prática deles com as crianças das turmas selecionadas em nossa própria escola (sob a minha supervisão, posicionada ao fundo da sala e sem interferir em nada), adaptando a sua forma de expressão e os assuntos a serem trabalhados de acordo com o ano escolar de cada turma e com os materiais (sucatas) distribuídos.

Figura 2 - Estruturalismo, racionalismo, essencialismo, hierarquia e representação em Educação



Fonte: Criação feita por mim, segundo o modo de como as disciplinas foram expostas no **Quadro 1**. As imagens das gavetas foram retiradas do Google e trabalhadas em photoshop.

A interdisciplinaridade aproxima os conteúdos, mescla-os na hora de se trabalhar/pensar sobre eles, porém eles não se diluem completamente para compor uma unidade. Embora surjam muitos efeitos positivos no pensamento dos educandos, não chega a ocorrer o rompimento das fronteiras entre os conteúdos das disciplinas e, depois do trabalho realizado, eles voltam para as suas “gavetinhas”. Lógico, não da mesma maneira como saíram de lá. Essa, em minha avaliação, é a grande assimetria entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: a segunda rompe as fronteiras que limitam o conhecimento ao racionalismo, rejeita divisões binárias e hierarquias e não se deixa governar por uma lógica dialética. A partir da criação e de conteúdos transversais, do pensamento sem clichês, surgem novas conexões que passam imediatamente a fazer parte de uma nova visão de mundo, uma visão holística da realidade, na qual não se dá para ver mais nada de acordo modelos preestabelecidos pela hierarquia (verticalidade) do poder dominante.

Nos anos de 1990, nas reuniões pedagógicas do colégio onde eu trabalhava, falávamos em interdisciplinaridade, ou seja, de abrir espaço entre duas ou mais disciplinas, transgredirmos seus limites para integrarmos temas pertinentes a uma proposta em comum e depois voltarmos ao núcleo de conteúdos anteriormente programados. Tal ação era impossível de acontecer na esfera escolar, porque cada professor/a estava preocupado/a em cumprir a sua agenda. Devido a isso, hoje eu lanço alguns questionamentos para reflexão: e a transdisciplinaridade? Como realizá-la no atual contexto? O que se tem feito em termos de transdisciplinaridade no

cotidiano escolar? Tenho a convicção de que nós, educadores/as, só podemos dar conta do momento atual, agindo de maneira transdisciplinar. Agir é o verbo que deve estar sempre ligado à transdisciplinaridade, não somente nas escolas da rede pública, mas também nos programas das licenciaturas nas universidades.

Desse modo, almejo que minha intervenção, por meio desta pesquisa, venha a servir como estímulo criativo ao ensino de Geografia em qualquer um dos seus âmbitos e escalas. Faz-se urgente enxergar o mundo além do cogito cartesiano: “penso, logo existo”. Sugere-se que se constitua objetivo central dos/as educadores/as o planejamento de uma educação ético-estética que considere o sensível, a produção de novas subjetividades¹, a partir das multiplicidades, como agentes impulsionadores de singularidades², tanto nas ciências quanto na arte e/ou na filosofia.

Portanto, o conhecimento tem que ser compreendido de uma forma plural, dando uma resposta inovadora ao ensino que é baseado no racionalismo e na divisão das disciplinas. A abordagem transdisciplinar é a mais profunda de todas, porque é a mais completa, combinando o cognitivo à intuição, às emoções, aos sentimentos, às formas de expressão e aos agenciamentos. Para ilustrar, agenciar para Deleuze e Guattari ([1997], 2005, p. 23, grifos do autor) significa fazer multiplicidades. A saber, “essas multiplicidades de termos heterogêneos, e de co-funcionamento de contágio, entram em certos *agenciamentos* [...]”. Vimos, com isso, que os conhecimentos propostos inicialmente pelas disciplinas integram-se a outras dimensões que perpassam o sujeito. Sendo assim, torna-se premente o nosso empenho na luta contra todos os clichês e paradigmas que isolem os conteúdos da vida em uma “caixa” de representações, em uma matriz, com o objetivo escancarado de nos privar da liberdade criadora e das multiplicidades necessárias para a construção de uma outra forma de vida na Terra. O sistema, por meio da captura das nossas alegrias e dos

¹Guattari (1992) entende a subjetividade como algo produzido por instâncias individuais, coletivas e institucionais. No momento em que a subjetividade é considerada como produção ela pode ser entendida de maneira plural. Ao falar sobre a produção da subjetividade, o autor faz uma crítica ao modelo clássico que separa o sujeito individual da sociedade. [...] O autor mostra que a subjetividade não é fabricada apenas por fases psicogenéticas, ou matemas, mas também por máquinas sociais, e por influências não-humanas. (GONÇALVES, 2014, p. 1-2).

²Singularidades, ou melhor, processos de singularização ocorrem quando movimentos sociais adotam modos de produção de subjetividade que revolucionam as subjetividades colonizadas pelo capitalismo. “É algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados. (GUATTARI e ROLNICK, 1996, p. 47).

nossos corpos, tem como propósito dar sequência infinita à reprodução de binarismos, como os que foram citados inicialmente no início deste prelúdio.

INTRODUÇÃO

[...] a meu ver, o maior erro que a geografia cometeu foi o de querer ser ciência, em vez de ciência e arte. Ela abandonou a literatura, mudou sua forma de escrever e sucumbiu ao método científico”.
MILTON SANTOS (1994, p. 7)

Esta pesquisa inicia-se num entrelugar epistemológico, envolvendo primordialmente duas áreas do conhecimento: geografia e literatura. Com o apoio da filosofia da diferença, assim designada por Deleuze e Guattari (filósofos da diferença, da imanência e/ou da multiplicidade) e dos estudos sobre geograficidade, ela pretende abrir-se para o novo e deslocar, dos núcleos de acomodação conceitual da representação, esta que nos remete ao mundo das ideias de Platão (primordial, perfeito, do juízo e eterno), a questão das des(re)territorializações no corpo feminino presente no corpo poético da obra de Ana Cristina Cesar, ou de Ana C. como ela gostava de assinar³.

Ana C. é considerada uma das principais poetisas da Geração Marginal dos anos 1970. Dentre outros possíveis questionamentos, inicio esta pesquisa respondendo a uma pergunta. Por que escolhi a obra de Ana C. como objeto de estudo em geografia? Primeiro, pela minha identificação com o seu estilo poético arrojado. Segundo, por conseguir perceber antecipadamente o quanto as suas escrituras se colocam à frente de seu tempo e em sintonia com a filosofia da diferença através de seus movimentos criativos. Torna-se pertinente esclarecer que, embora as análises poéticas dos textos

³Ana Cristina Cesar preferia assinar seus poemas como Ana C.. Afirmava isso publicamente. Entretanto, acerca desse fato, esta pesquisadora faz alguns questionamentos: seria essa uma forma de ela não ser tão facilmente identificada, por conta da censura imposta pela Ditadura Militar em nosso país, na época em que vivera? Ou, quem sabe, diante do conteúdo intimista/feminista que expunha em seus textos, ela tivera algum receio de que o público leitor vinculasse o seu “eu poético” (fruto da sua inventividade) à sua vida pessoal e, por conseguinte, fizesse seu julgamento moral? Na realidade, acreditamos que a questão da *identidade* é deixada de lado por Ana C. para que a sua *singularidade* aparecesse desvinculada dos modelos literários esteticamente consagrados. Por outro lado, conforme Malufe (2006, p. 148), Ana desafia, inclusive, a crença que possibilitará o reconhecimento de sua assinatura no cenário literário ao inserir no livro diferentes assinaturas, retirando a estabilidade provocada pelo nome próprio. Nesse aspecto, observamos desde Ana Cristina Cesar, inserido em *Cenas de abril* e *A teus pés*, ao Ana Cristina C. em *Correspondência completa* e *Luvras de pelica*, até o A. C. inserido na dedicatória do poema “Instruções de bordo”, que poderia ser Adrian Cooper, Ana Cândida, Antônio Cândido ou até mesmo ela própria. Oscilações que atravessam seu acervo pessoal e se fragmentam em Ana, Ana Cristina, Ana C. e Eu, A. (BRITTO, 2012, p. 46). (Grifos nossos).

de Ana C. sejam apresentadas isoladamente, no terceiro capítulo desta dissertação, este trabalho não a coloca, em hipótese alguma, como um estudo de caso.

O mote desta pesquisa é investigar o corpo da mulher, situado historicamente em territórios de domínio patriarcal, e a presença de linhas de fuga⁴ produtoras das des(re)territorializações⁵ e do "acontecimento"⁶ no corpo poético de Ana C.. Para tanto, é fulcral compreender os deslocamentos mentais, discursivos e geográficos registrados pela poeta nos seus espaços de criação. Precisamos cartografar esse corpo, a sua trajetória e a sua existência em constante transmutação das relações de forças. Igualmente é imprescindível saber se as imagens mentais produzidas pelos poemas fazem parte de um lugar na consciência, no inconsciente ou se partem de um desvio do que está pronto constituindo-se paisagem sentimentalmente elaborada, assim como quaisquer outras que pressupõem uma espacialidade planejada no mundo real.

Dando continuidade ao que foi falado, outro aspecto a ser compreendido por meio de nossas análises é descobrir *como* se realizam, na poética da escritora, os movimentos de desterritorialização, ou seja, como a autora consegue romper o aprisionamento de uma estrutura de poder capitalista, hierárquica (arbórea) e culturalmente machista através da sua linguagem literária. Para tanto, iremos focar

⁴ (...) as coisas, as pessoas são compostas por linhas muito diversas, e que não sabem, necessariamente, em que linhas estão, nem onde fazer passar a linha que estão em vias de traçar; numa palavra: há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc. (DELEUZE e PARNET [1987], 1998, p. 9 - grifo nosso). Quanto à linha de fuga, não seria esta inteiramente pessoal, maneira pela qual um indivíduo foge, por conta própria, foge às "suas responsabilidades", foge do mundo, se refugia no deserto, ou ainda na arte...etc. Falsa impressão. (...) as linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga. É nas linhas de fuga que se inventam armas novas, para opô-las às armas pesadas do Estado, e "pode ser que eu fuja, mas ao longo da minha fuga, busco uma arma". (DELEUZE e GUATTARI, [1980] /2004, p. 78-79)

⁵ Esses conceitos geográficos que marcam os processos de saída, de permanência ou de tomada de novos territórios são também filosóficos e imanentes ao viver, como veremos durante a pesquisa.

⁶ Para Deleuze, "não se perguntará qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem, mantém uma relação essencial com a linguagem; mas a linguagem é o que se diz das coisas. (LS [1969] 1974, p. 210). Em todo acontecimento, há de fato o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que é designado quando se diz: pronto, chegou a hora; e o futuro e o passado do acontecimento só são julgados em função desse presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, por outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente porque está livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral nem particular, *eventum tantum*...; ou antes que não tem outro presente senão o do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que convém chamar de contra-efetuação. (LS, [1969] 1974, p. 212).

nossa atenção ao seu eu poético⁷. É pressuposto entender também se os arranjos poéticos elaborados por Ana C. produzem infinitas multiplicidades e singularidades, a ponto de subverter a subjetividade colonizada pelo sistema capitalista em relação ao corpo da mulher, verificando se eles produzem outros movimentos que escapam à reconhecimento e à representação de origem platônica.

O método cartográfico utilizado nesta pesquisa submete o teor dos conteúdos geográfico-literários à análise crítica, à construção de argumentos e à desmontagem de dispositivos, permitindo movimentos e forças que se atualizam a todo instante, de forma interativa e transdisciplinar, de acordo com o avanço das descobertas e da vontade desta pesquisadora sem determinações anteriormente planejadas. Conforme Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p.9), esse método “apresenta uma forma fluída, distante dos modelos metodológicos orientados pelos pressupostos da representação.” Sendo assim, podemos defini-lo como um método de resistência, com caráter inovador, porque se constrói por meio de diagramas de relações, enfrentamentos, agenciamentos, objetivações, subjetivações, traduções e outros procedimentos “articulados na direção ético-política de um plano de inseparabilidade entre formas e forças.” (Ibidem, 2016, p. 12).

A cartografia como método em pesquisa qualitativa, no âmbito das ciências sócio-humanas, foi sugerida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, dentro dos estudos relativos ao acompanhamento de processos quanto à produção de subjetividades. Esses autores inserem a cartografia nos princípios do conceito de rizoma⁸, para se referirem ao modo como entendem a produção de subjetividades. Compreendido como um mapa, o rizoma “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza.” (DELEUZE e GUATTARI, [1995] /2009, p. 22).

⁷ O “eu” que fala nos versos é “lírico” ou “poético”. Ou seja, é um termo que se refere, dentro do contexto da teoria da literatura, à análise de textos escritos em verso; pode ser entendido como a expressão de um “eu” do autor ou de um “eu” fictício, potencializando dinâmicas que conferem, naturalmente, duas avaliações influentes na análise literária. [...] O sujeito poético, constituído no contexto do processo de interiorização, é uma entidade a não confundir com a personalidade do autor empírico; no entanto, admite que o autor empírico pode projetar sinuosamente no mundo do texto experiências realmente por si vividas. REIS (1995) In: SILVA (2012, online). Disponível em: < <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/eu-lirico>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁸ Rizoma é um termo originado da botânica, utilizado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, para descrever uma maneira de encarar o indivíduo, o conhecimento e as relações entre as pessoas, ideias e espaços, a partir de uma perspectiva de fluxos e multiplicidades, que não possui uma raiz ou centro. (CARRASCO, 2020, online).

O conceito de rizoma entende a cartografia “não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo.” (RENA *et al*, 2015, p. 15).

Em face do exposto e por esta pesquisadora se apresentar na contramão da ideia de “uno transcendente”, esta investigação científica não prima por uma “uniformidade” de tratamento em relação ao uso do pronome pessoal, da primeira pessoa do singular do caso reto, para fazer emergir discursivamente o sujeito autoral, salvo em momentos bem pontuais em que ela optar por isso. Em outras palavras, não haverá a predominância da utilização do “eu”⁹ como centralizador de poder, individualista e cartesiano, pois este aparecerá desdobrado, através do “nós” ou da “terceira pessoa do singular”, acompanhada ou não pelo pronome oblíquo “se” (que, em tese, atestaria índice de indeterminação do sujeito) no curso de todo o trabalho. Por certo, esse “eu” múltiplo foi pensado, porque a pesquisa é fruto dos agenciamentos coletivos de corpos, ideias e vocabulários acontecidos entre esta pesquisadora e todos(as) autores(as) consultados(as) para compor as análises.

Na sequência e em conformidade com as palavras de Souza e Francisco (2018), o desafio que nos lança o método cartográfico, em linhas gerais, é o de exercitar a sustentação da abertura do pensamento para receber, sem pré-conceitos, tudo o que for surgindo no processo de pesquisa, ou seja, como condição/possibilidade para se produzir conhecimento pertinente e consistente “ao longo das experiências investigativas, que são sempre singulares.” (PASSOS, KASTRUP e TEDESCO, 2016, p. 10). No entanto, observamos a necessidade, do ponto de vista didático, de realizar a divisão desta pesquisa em capítulos, para que possamos estabelecer uma organização mínima das ideias. A respeito disso, Deleuze e Guattari (1992, p. 237) se referem: “pedimos somente um pouco de ordem para nos proteger do caos.” Nessa perspectiva, apesar de o caos funcionar como mola propulsora para a fuga das ideias prontas e dos clichês da representação, esta

⁹ Assim, o passo diferenciado que Deleuze e Guattari oferecem às problematizações sobre o “eu”, consiste no fato de que abandonam os grandes discursos unificadores e o apelo a um “eu” enquanto identidade decifrável, para adentrarem no “eu” enquanto multiplicidade e indefinição pronominal. Para eles, as gramáticas erram quando definem o “eu” como pronome pessoal, pois nunca se fala algo enquanto entidade isolada, mas sempre se diz, pensa-se e sente-se numa multidão; numa intensificação desejante que faz do “eu” uma coletividade. Assim, enquanto multiplicidade, o “eu” não é produto nem da psique, nem da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições e práticas. ROSE (1998, p. 182). In: SIMONINI, Eduardo. Variações sobre o “eu”. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 11, nº 21, jan/abr 2010.

pesquisa acadêmica – paradoxalmente – aparece em parte imbricada, quanto à sua formatação, no modelo tradicional.

Por outro lado, a necessidade emergente de se expandir transdisciplinarmente práticas e conceitos geográficos, para repensarmos o currículo a partir do deslocamento e da desconstrução dos clichês nos componentes curriculares de geografia e literatura, aliados aos estudos do corpo¹⁰ e de gênero (feminino) em Ana C., faz com que estabeleçamos novos entrelaçamentos com outros espaços (invisíveis) e com outras áreas do conhecimento. Com o propósito de que se possa fraturar o modelo de organização de uma educação tradicional, numa sociedade onde o Estado hierarquiza os discursos dominantes, a vida e a ordem estabelecida, é fundamental que aceitemos também as contribuições dos conteúdos transversais advindos de outras áreas do conhecimento. Desse modo, podemos compor em conjunto uma diferenciação epistemológica e pragmática no ensino desses componentes curriculares, libertando-os, portanto, das amarras de “um poder teorizado a partir do seu próprio espaço”, isto é, a partir do seu espaço hegemônico. (NEWMAN, 2005, p. 19).

O grave momento que a ciência vive em nosso país postula pesquisas nas quais revisemos e desalojemos conceitos estagnados e organizados verticalmente, ao longo da história, com o intuito de garantir que a evolução humana e intelectual se atualize, “invocando a flutuação de uma escala ampla de forças e intercessões às condições em que o pensamento supõe uma relação com o exterior, uma relação com o não-pensado, o fora que violenta o pensamento”. (SANTOS, 2013, p. 49). Portanto, um novo plano de consistência ou composição para a produção de outro mundo possível, mais sensível, honesto, legítimo e justo poderá surgir nessa interpenetração de forças.

Mais um importante motivo para a existência desta pesquisa diz respeito ao pensar. Pensar geograficamente, pensar literariamente, pensar filosoficamente torna-se inevitável. É preciso provocar a reflexão sobre o significado do pensar. O pensar a que estamos acostumados recai sempre na mesma lógica: sujeito de um lado e objeto de outro. Há certa resistência ou inépcia que impossibilita as ciências de enxergarem o mundo sensível, ou seja, acabam desprezando tudo aquilo que não pode ser

¹⁰ Falar em corpo é falar em algo real, algo real que causa ou produz, que funciona. (MACHADO, 2011, p.1). No caso desta pesquisa, o corpo feminino constituiu-se territórios de afetos e potências e se funde ao corpo poético da obra de Ana C.

captado pela visão. Eu sinto a necessidade de esclarecer que há um mundo “imperceptível” que a todo instante está sendo capturado por meio da axiomática capitalística. Por sua vez, o objetivo desse processo de captura está centrado em reproduzir infinitamente um sistema injusto que sustenta, nas “mãos” de uma minoria, a dominação econômica, política, ideológica e, principalmente, o controle dos nossos corpos. Através do poder estatal de domínio capitalista, há o sequestro da nossa real subjetividade, o aprisionamento de uma livre existência e a desvalorização de qualquer tipo de manifestação de vida criativa, predominando na sociedade “o desemprego, a marginalidade opressiva, a solidão, a ociosidade, a angústia, a neurose” etc. (GUATTARI, 2001, p. 7).

No mundo acadêmico, mais especificamente através do Programa de Pós-Graduação em Geografia, onde esta investigação científica está inserida, abordaremos os conteúdos e seus sentidos privilegiando uma escala molecular, principalmente nas análises geográfico-literárias dos textos poéticos de Ana C.. O leitor poderá perguntar, neste momento, qual seria a escala espacial molecular para a geografia. Todavia, antes que isso venha a acontecer, esclarecemos que a escala molecular compreende um olhar micropolítico sobre a produção social, ético-estético e espacial da existência, sendo ela, portanto, produtora parcial de subjetividades. Considero importante frisar que “a realidade na qual estamos todos imersos é produzida em uma multiplicidade de interferências extensivas (molares) e intensivas (moleculares) que coexistem em um mesmo movimento”. (NEVES, 2004, p. 3), Conseqüentemente, essas forças estão sempre agindo, “aumentando ou diminuindo a potência umas das outras e produzindo, através de práticas, sujeitos e objetos.” (GUIZZO, 2008, p.1). Portanto, cabe salientar que um dos nossos objetivos de pesquisa é sobre tornar visíveis essas forças intensivas, bloqueadas pelos fluxos molares.

Em face do exposto, como esta pesquisa apresenta uma proposta que transitará transversalmente entre geografia, literatura e filosofia da diferença, ela oscilará, portanto, entre a perspectiva do sistema macropolítico vigente (das linhas molares, duras, ou seja, da organização oficial da sociedade, das políticas de Estado, do poder hegemônico, do modelo tradicional totalizante, binário, falocrático, branco, europeu, heterossexual etc.) e a do sistema micropolítico (das linhas moleculares, de fluxo fugidio, que faz fugir a binarização trazida pelos conjuntos sociais molares, por

meio de pensamentos e ações, para a produção de novas subjetividades e singularidades).

Portanto, do ponto de vista didático, ela está dividida em quatro capítulos, conforme foi abordado anteriormente, além desta introdução e das reflexões finais. O primeiro capítulo articula ideias sobre os conceitos de território, territorialidade e territorialização e seus derivados geofilosóficos: desterritorialização e reterritorialização nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *comparação* e/ou em *diferenciação* aos mesmos conceitos que são consagrados pelo sistema macropolítico do ponto de vista *geográfico-representacional*.

Nessa perspectiva, partindo dos conceitos de terra, território e des(re)territorialização, que aparecem em movimento e engajados à temática desta pesquisa, verificaremos - mais adiante - de que jeito os espaços de libertação do corpo feminino vão sendo influenciados, construídos, ampliados, extrapolados, desconstruídos, abandonados ou reduzidos, por meio de diversos deslocamentos, de linhas e de fluxos intensivos de pensamentos, no interior do fazer estético (sentir, pensar, agir) da escritora Ana C..

O segundo capítulo desta pesquisa aborda a questão da geograficidade do corpo como sendo uma das *múltiplas* portas de entrada para as análises geográfico-literárias, que irão, posteriormente, ao encontro de outros aportes teóricos para a análise dos textos poéticos de Ana C., já que ler poemas também - mas não somente - geograficamente, como no caso desta pesquisa, é mais do que se procurar elementos comumente abordados por geógrafos. É tentar compreender os deslocamentos mentais e discursivos registrados pela poeta, de modo a entender como acontece a *geografia dos fluxos*, assim como a sua independência discursiva do modelo estruturante de dominação masculina da representação dos corpos. Eu parto primeiramente da discussão sobre questões socioculturais de corpo, gênero, lugar, lugar de fala, identidade e patriarcalismo intrincadas nas perspectivas molares e moleculares, produzindo fundamentações e conjecturas necessárias para uma futura compreensão dos exercícios analíticos no capítulo posterior.

No terceiro capítulo desta pesquisa, faço uma exposição teórica acerca da importância do período histórico-literário no qual a artista faz parte, suas características e enfatizo a importância da existência de Ana C. no cenário literário brasileiro. Neste capítulo, acontecem a seleção, a justificativa e as análises dos textos

poéticos da autora, tanto para a produção de uma *literatura menor*¹¹ quanto para a de uma *geografia menor*¹². Ademais, converso com os textos selecionados, considerando perspectivas literárias não canonizadas e geofilosóficas, ou seja, percebendo os novos arranjos linguísticos nômades que estimulam mutações espaciais, deslocamentos mentais/ geográficos, criação de linhas de fuga, construção do corpo feminino no corpo poético, processos intensos de devires¹³ e/ou movimentos de desterritorialização em Ana C.. Para complementar, durante a escrita desta dissertação, apresento algumas manifestações artísticas criadas por mim, como resultado de uma *pedagogia da tradução* que, segundo Dalarosa (2012, p. 17), tem a finalidade de compor junto com a escritora “um espaço de invenção das marcas que contam histórias do e no mundo”. Sua função é a de provocar outros sentimentos, afetar o leitor e, por vezes, possibilitar que este venha a experimentar outras potências e auxiliá-lo a compor a sua própria individualidade.

Por último, no quarto capítulo, desenvolvo, através de uma intersecção entre todos os conteúdos abordados anteriormente, componentes teóricos e práticos para a construção de uma metodologia transdisciplinar, com base na *pedagogia da tradução*, presente em Dalarosa (2012) e em várias obras de Sandra Mara Corazza, coordenadora do *Projeto Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida*, da Faculdade de Educação da UFRGS, a fim de que consigamos atingir a completude do objetivo central desta pesquisa.

¹¹ A menoridade literária ocorre no desarranjo desterritorializante promovido pela construção no uso da língua que uma minoria faz em uma língua maior. Esse caráter desterritorializante lança a língua maior em processo de fuga, desterritorializando seus usos dentro dos ordenamentos discursivos. (...) É pensar numa dimensão política da obra. (ROSA, 2016, p. 685-696). Em outras palavras, construir uma língua com características que escapam às de uma língua maior (oficial).

¹² O deslocamento produzido por meio do conceito de “literatura menor” permite que pensemos também em uma “geografia menor”, ou seja, aquela que consiga produzir um estranhamento na ciência geográfica produzida no e pelo sistema macropolítico (oficial), passando igualmente a considerar os movimentos (moleculares) imperceptíveis, os movimentos em devir, as linhas abstratas, as linhas de fuga, as desterritorializações etc. ocorridas no pensamento sem imagem, este que reforça a potência da vida e dos processos de criação em um determinado território. (Inferências desta autora).

¹³ Todo devir se define em um campo de multiplicidade, desdobramento da diferença, onde as forças que constituem o corpo entram em uma zona de vizinhança, fronteira, uma co-presença. [...] Ele é real, muito real, é possível senti-lo em todas as células do corpo. O devir abre a forma homem para modos não humanos de individuação. Seu objetivo é abrir para a criação de novos territórios, abrir para a criação de novas subjetividades. Precisamos deste conceito de Deleuze e Guattari para pensar outros processos de subjetivação, pois nele encontramos uma originalidade para as relações de velocidade e repouso que constituem o corpo. O devir é sempre um ponto de partida, mas que não se sabe necessariamente aonde vai chegar. O devir-animal, criança, mulher, são apenas os primeiros passos de uma dança sem coreografia. Troca-se um céu por um deserto que deve ser povoado. Há de se aprender a improvisar; uma arte dos encontros se faz a cada passo, criações contínuas serão exigidas em cada curva deste caminho. [...] Os processos de devir encontram uma alegria enorme que retorna de sua própria efetuação. A potência! (TRINDADE, 2016, online).

1TERRA, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, TERRITORIALIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO PARA A GEOGRAFIA E PARA A GEOFILOSOFIA DE DELEUZE E GUATTARI

Este capítulo parte de uma breve revisão teórica dos conceitos de terra, território e territorialidade, no âmbito da ciência geográfica, em conexão aos mesmos conceitos voltados à geofilosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Tais definições serão utilizadas com muita propriedade nos estudos de literatura desta pesquisa, principalmente, por meio da verificação dos agenciamentos coletivos de enunciação. Para Rios (2016, p. 116),

o plano territorial desses agenciamentos abandona o sujeito individual e manifesta-se na sociedade como expressão de sistemas de linguagem, de signos partilháveis, pressupondo o agenciamento do conteúdo e da expressão.

Em outras palavras, eles são os responsáveis pela construção e/ou abandono de territórios poético-mentais, entre outras questões de cunho geográfico-corporal a serem buscadas em Ana C.. Cabe destacar que todo agenciamento é primeiro territorial. Seguindo ainda nessa mesma lógica, serão aprofundados, na segunda seção deste capítulo, o conceito de territorialização e os movimentos concomitantes de desterritorialização e reterritorialização, haja vista que eles contribuirão de maneira fundamental para a perquirição dos textos poéticos da escritora.

Como ainda é pouco comum o diálogo da geografia com autores pós-estruturalistas, no que tange a esta pesquisa, procuramos utilizar as lentes teóricas da filosofia da diferença com a finalidade de produzirmos um encontro com uma possível *geografia da diferença* (ou *menor*) a partir dos textos poéticos de Ana C.. Desse modo, eu me lanço ao pressuposto geofilosófico “primitivo” no qual Gilles Deleuze e Félix Guattari se basearam para projetar a sua vasta teoria, que é de grande importância para a geografia e por *ser geografia*. Essa premissa aparece fazendo coro com as palavras de Lapoujade (2017, p. 195, grifo do autor): “a Terra está sempre em porvir [...], a terra é sempre uma nova terra”, ou seja, de acordo com Deleuze e Guattari (1992, p. 113) “a terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco*, pelo qual ultrapassa todo o território: ela é desterritorializante e desterritorializada”.

Ela (a desterritorialização) se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território, lagostas que se põem a andar em fila no fundo da água, peregrinos ou cavaleiros que cavalgam numa linha de fuga celeste. A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. (Idem, 1992, p. 113).

Dessa maneira, a relação de *vir a ser* da filosofia da diferença também se estende aos conceitos de *território* e às suas variantes em geografia, indo ao encontro de uma produção do conhecimento por meio de uma epistemologia do processo, ou seja, praticando o conhecimento geográfico diferentemente dos autores estruturalistas os quais colocam sujeito de um lado e objeto de outro. Eu penso que a compreensão dessa nova realidade passará a existir quando nós conseguirmos dissociar o nosso verdadeiro “eu” do “eu colonizado”, quando tomarmos consciência de que somos sujeitos produtores e produtos de nossa sociedade, quando conseguirmos nos libertar daquilo que nos foi imputado para chegarmos ao que denominamos “consciência de si”. Por conseguinte, isso me parece de fundamental importância para que possamos contribuir positivamente no atual cenário mundial enquanto pesquisadores/as da diferença em educação.

Esta pesquisa vem acrescentar à visão metódica da geografia outros referenciais que venham a tornar instáveis os modelos estereotipados da representação do mesmo paradigma de sociedade e “lançá-los num campo complexo de variação conceitual, fora de adequações e referências tradicionais”. (SANTOS, 2013, p. 50). Para encerrar essa abertura de capítulo, deixo abaixo uma citação de Santos (2013), referindo-se à importância da geografia para Deleuze e Guattari:

Deleuze e Guattari encontram na geografia a maneira de captar a potência afetiva e mutável de um meio, no sentido em que ela conecta o pensamento com forças externas e com o acontecimento de forma imediata. Enquanto a história adere aos estados de coisas, o acontecimento se efetua no espaço-tempo que não se confunde com esses estados de coisas, pois, por não designar uma origem, um destino, um fundamento ou princípio lógico, o acontecimento se instaura como devir. (SANTOS, 2013, p. 52).

1.1 TERRA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Uma terra é sempre habitada, povoada, tudo depende apenas de que modo isso é. Pode ser de uma maneira doente ou sadia, pelo excesso ou pela falta. Pelo esbanjamento ou pela contenção.
TRINDADE (2017, online)

Pensando geograficamente, a definição de território vem se alterando nos últimos anos e produzindo válidos debates diante dos múltiplos vínculos construídos entre o espaço, os seus atores sociais (pessoas, indivíduos e grupos) e as relações de poder (fluxos) que nele acontecem. Território é o conceito geográfico mais utilizado e, dependendo dos referenciais teóricos dos geógrafos consultados, ou mesmo da visão de outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, filosofia, política, planejamento, saúde pública, arquitetura e urbanismo, por exemplo, observamos variáveis sociopolíticas aliadas a ele. Dessas multifaces, emergem concepções e usos que imprimem ao termo muitos significados. Para a macropolítica, do plano de organização social molar, o conceito e o uso da palavra território, mais comumente incorporado ao dia a dia das pessoas, é o do sentido geométrico: limite ou demarcação física de determinada porção do espaço. Todavia,

nem sempre essas fronteiras são visíveis ou bem definidas dado que a conformação de território obedece a relações de poder e ocorrem de diferentes formas: elevada abrangência (território de um continente) ou baixa abrangência (território de um bairro). (GONDIM e MONKEN, 2017, p. 21).

Nessa seara, para esta pesquisa, considero interessante manter uma visão mais expandida entre território, territorialidade e equidade social. E quem também pensa dessa forma, na atualidade brasileira, é o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, apresentando uma visão ampla e inter-relacionada acerca de território, territorialidade, poder e autonomia. Souza (1995), partindo da Geografia Política e das diversas formulações sobre território como variável política e social expande a noção de território, relacionando-a com o seu desenvolvimento e a sua autonomia: assinala este autor a importância estratégica dos territórios (no plural) na busca por justiça social. Conforme o meu ponto de vista, em relação ao pensamento de Souza (1995) sobre o conceito de território, o que fica faltando é a inclusão de uma visão pós-humanista, que considere a “cartografia do aconchego”, estudada por Hutta¹⁴, (2020, p. 63), para uma compreensão mais aprofundada entre território, afetos, isonomia social e poder.

Em um entendimento pós-humanista, os ‘territórios’ podem ser considerados tão afetivos quanto às ‘territorialidades’ – mesmo que seu ‘afeto’ não resida necessariamente dentro da experiência de um sujeito. [...] Os processos de desterritorialização e reterritorialização não são apenas cheios de significados, eles são também inerentemente afetivos. (HUTTA, 2020, p. 66, grifos do autor).

¹⁴ Jan Simon Hutta - Universidade de Bayreuth, Bayreuth, Alemanha.

Souza (1995) apresenta um olhar acentuadamente geopolítico no que concerne às relações de poder que acontecem naquilo que ele denomina como conceito de território: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 1995, p.78, grifo do autor). Assim como “o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente”. (Ibidem, p.96, grifo do autor).

Ainda em relação às relações de poder, para Souza (1995), elas acontecem em diversas escalas e dinâmicas, estando associadas a diversos agentes, atores ou sujeitos. Desse modo, o território pode apresentar diversas territorialidades (*interpretadas como a interação entre o homem e o espaço*) concomitantemente acontecendo em um mesmo espaço geográfico. Torna-se essencial frisar que:

território pode ter tanto uma relação simbólica (mais abstrata) quanto material (mais concreta). A relação simbólica está ligada à questão de apropriação, inspirando a identificação e a efetiva apropriação. Já a relação concreta diz respeito à questão de domínio de terra, de poder – o que pode muitas vezes relacionar-se à violência. (POHLMANN et al, 2015, p. 3).

Averiguando o pensamento de Souza (1995) exposto acima, quando afirma que as relações de poder acontecem em diversas escalas e dinâmicas e que estão associadas a diversos agentes, conseguimos inferir que o poder é teorizado a partir de seu próprio espaço, seja ele concreto ou abstrato. Igualmente não podemos nos esquecer de que, se há poder dominante, há também um lastro de insubordinação social. Esse recorte, sob o meu ponto de vista, fica justificado quando o autor discorre sobre as territorialidades, vistas sob o ângulo macropolítico, afirmando que elas podem ser analisadas mais de perto para serem consideradas geradoras de territórios e, desta forma, identificadas e passíveis de transformação. A partir disso, Pohlmann et al (2015, p. 3) buscam “entender a importância que o desenvolvimento de territórios, ‘territorializados’ pelo princípio da autonomia, apresentam para se alcançar justiça social”, ou seja, como eles se tornam territórios de resistência.

Nessa direção, o que foi discorrido acima diz respeito à ideia de território e de territorialidade apresentada sob a égide de uma visão político-libertária, mas organizada dentro do conjunto molar da sociedade. Dessa maneira, trata-se, então, de um modo de pensar e agir que compreende linhas de ambos os segmentos, ou

seja, de segmentaridades duras e flexíveis¹⁵ de produção social, ou seja, uma visão que trava uma luta que oscila em discordância ou, em determinados aspectos, em consonância com os limites de uma macropolítica. Sendo assim, mesmo Souza (1995) tendo apontado um posicionamento com menor potencial conservador dentro da ciência geográfica, nós temos que considerar que este pensamento está ainda amparado pelo viés estruturalista e, conseqüentemente, distante de produzir uma desconstrução completa do projeto de sociedade capitalista que temos hoje. Entretanto, cabe salientar que todas as lutas importam muito, pois vão abrindo espaços de caráter transformador para o novo chegar aos territórios, construindo outras maneiras de sobrepor-se à verticalidade do poder.

Para que se realize uma mudança substancial na sociedade,

não basta construir um novo *socius* como corpo pleno. O que é preciso é passar para a outra face desse corpo pleno social em que se exercem e se inscrevem as formações moleculares de desejo que a si devem subordinar o novo conjunto molar. (DELEUZE e GUATTARI, 2004 [1996], p.396, grifo dos autores).

O molar e o molecular formam a tessitura da realidade e será imprescindível agir por dentro do tecido social, para que o molar venha a se submeter ao molecular. Para isso, precisamos evocar novas dimensões para aquilo que se entende como território em geografia, a fim de que esta que venha a considerá-lo também como portador de fronteiras existenciais alternativas e revolucionárias. O que observo como positivo é que Souza (1995, p. 86) faz um esforço impecável para construir uma formulação que dê ênfase às relações sociais, fugindo de uma visão “coisificada” do território. [...] O autor usa um recurso metafórico, relacionando a ideia de território à de “campo de forças”, “rede ou teia de relações”, e isso é imprescindível.

A partir de uma leitura do conceito de revolução molecular, apresentado por Deleuze e Guattari, busca-se analisar de que forma este pode indicar uma maneira inovadora de enfrentamento das formas de opressão que caracterizam a contemporaneidade (...) descrita como uma forma de vida que ultrapassa a questão da propriedade dos meios de produção para imiscuir-se

¹⁵ Guattari e Deleuze descrevem uma dinâmica do social como um plano de segmentaridades duras e segmentaridades flexíveis, sendo o Estado um organizador centralizante (de políticas chamadas molares, ou seja, que formatam e homogeneízam). No entanto, as segmentaridades molares, sobrecodificadoras, ressonam nos corpos, nas máquinas sociais, nas subjetividades desejantes. (DAL MOLIN, 2011, p. 308). “As linhas de segmentaridade dura englobam todos os segmentos bem determinados que compõem a vida dos indivíduos (bebê, escola, família, exército). As linhas de segmentaridade flexível permitem modificações e desvios. Elas possibilitam uma outra política, outra individuação”. (DELEUZE e PARNET [1987], 1998, p. 101).

em todas as instâncias do tecido social. Se a rota de uma grande revolução, que porá fim aos problemas e criará uma nova realidade estaria bloqueada, o caminho seria o de pequenas revoluções permanentes, que vão produzindo novos fluxos de desejo e de ações, novas possibilidades de ser, de sentir, de pensar, de agir. (MAESO, 2020, p. 9).

Diante do que foi mostrado, cabe ressaltar que a categoria território, um dos conceitos mais controversos atualmente pela sua amplitude, vem ganhando importante visibilidade nos estudos geográficos, juntamente com as variantes do termo: territorialidades, macro e microterritorialidades, territorialização, desterritorialização, reterritorialização etc. Como vimos anteriormente, na citação de Souza (1995), o território pode apresentar-se por meio de uma relação concreta ou abstrata, a primeira prioriza uma questão de domínio físico-concreto da terra (objeto, coisa), muitas vezes pela força, e a segunda envolve uma questão abstrata de identificação e pertencimento. Podemos dizer que a primeira relação se manifesta vinculada ao materialismo e apresenta uma visão mais totalizante, enquanto a segunda, vinculada ao sócio--histórico e cultural, a uma visão mais parcial. Pensar em território e em sua territorialidade significa pensar na terra com o homem, ou vice-versa, e em todas as suas complexidades geopolíticas e geofilosóficas.

Noutra visão, os conceitos de território e territorialidade, assim como os demais que têm origem na palavra terra, para a geofilosofia de Deleuze e Guattari, não apresentam uma ligação direta com a Terra, visível, habitável, com sua geografia, seu ecossistema, seu campo magnético etc. Para esses autores, segundo Lapoujade (2017, p. 193), “a terra só se torna visível, sólida, habitável, sob a ação de forças que ligam e organizam as multiplicidades que a compõem. Foi preciso que a terra se fizesse, que se desterritorializasse (do Cosmos) como os organismos se organizam ou como o homem de hominiza”. Segue dizendo ainda:

Isso não quer dizer que é preciso se referir unicamente às positivities da geologia, da biologia e da pré-história, ainda que devamos passar por elas, ‘afirma o professor Challenger, no platô Geologia da Moral, para delas extrair funções e distinções que as atravessam e que ultrapassam cada uma’. Isso significa que é preciso partir de um plano no qual as multiplicidades ainda não estão ligadas, ainda não estão organizadas nem ‘estratificadas’, ainda não estão biologizadas nem hominizadas, para dar razão à formação das rochas, dos animais e das sociedades humanas. É justamente isso que Deleuze e Guattari chamam Terra ou plano de consistência. (LAPOUJADE, 2017, p. 193, grifos do autor).

Seguindo essa perspectiva, os conceitos geográficos de território e territorialidade, anteriormente abordados, dizem respeito aos conceitos vigentes até hoje nas Ciências Sociais, um mundo físico, organizado há bilhões de anos na Terra, que se apresenta estratificada em eras e cortes geológicos, com a vida humana, animal e vegetal distribuídas espaço-temporalmente sobre um solo, que contém seus minerais e outras riquezas sob o domínio de um Estado capitalista. Este, por sua vez, sujeita os indivíduos a um plano transcendente de organização, submetendo-os a um ordenamento da vida que preserva a sua legitimidade (dele) por meio da captura dos fluxos (axiomática capitalística). As totalizações, as unificações, o assujeitamento, todas as individuações categorizadas, a estabilidade, pertencem a esse plano transcendente de organização. É ele quem vai fixar os sujeitos, os indivíduos, as pessoas em formas bem definidas, com seus contornos bem delineados a um tipo de território. Isso pode ser atribuído, por exemplo, ao componente teológico em uma sociedade, *Deus quis que fosse assim*. Mas também pode ter origem filosófica, isto é, ser uma exigência da representação a partir das ideias de Platão¹⁶. Para complementar, vejamos o que segue:

Desde muito tempo, os agenciamentos de poder utilizam de suas máquinas para fazer os corpos se distanciarem do que podem em favor de um território circunscrito, de acordo com determinadas **configurações, normas, lógicas**. Concomitantemente, faz com que a ordem do mesmo, o status quo, o acontecido em nós seja desejável. A saber, substituindo a lógica da codificação típica do Estado Despótico, a máquina capitalística **opera por uma máxima/matriz/fórmula de o capitalismo operar: o axioma**. Axiomatizar é fazer qualquer fluxo funcionar a favor do capitalismo, como forma de controle dos fluxos, seja de maneira ostensiva seja de maneira manipulatória, a partir da lógica de atender os direitos, onde os corpos assujeitados creem que são livres. Dessa maneira, os Estados produzem agenciamentos visando à produção de uma **subjetividade serializada, controlada, identitária**, visto que é mais fácil de controlar os corpos-rebanho que têm suas máquinas desejanter operando um modo estratificado de funcionamento a favor do capital. O corpo aqui é afastado de sua potência, capturado por um organismo que o enche de órgãos, funções, definições, formas, sujeito-fôrma. (SANTOS, s.d., online, grifos do autor).

¹⁶ O platonismo funda assim todo o domínio que a filosofia reconhecerá como seu: o domínio da representação preenchido pelas cópias-ícones e definido não em uma relação extrínseca a um objeto, mas numa relação intrínseca ao modelo ou fundamento. O modelo platônico é o mesmo: no sentido em que Platão diz que a Justiça não é nada além de justa, a Coragem, corajosa etc. – a determinação abstrata do fundamento como aquilo que possui em primeiro lugar. A cópia platônica é o Semelhante: o pretendente que recebe em segundo lugar. A identidade pura do modelo ou do original corresponde à similitude exemplar, à pura semelhança da cópia corresponde a similitude dita imitativa. (DELEUZE, 2000, p. 259-271).

Para Deleuze e Guattari, consonante Lapoujade (2017, p. 193), “a Terra não é um solo, não é uma unidade global das multiplicidades. A palavra ‘terra’ tem outras significações”. Dessa forma, para esses autores, será preciso partir dessa realidade/afirmação e construir um plano de imanência que torne “perceptível o que não o é em outros planos [...] um plano que faça ver mais”. (Ibidem, p. 194). Para tanto, eles afirmam que “precisamos de um plano de imanência para pensar, experimentar e intervir. Se tratamos do plano de imanência, é porque ele é o único que não esconde nada, o que menos pressupõe e o que inspira menos ilusões”. (Idem, p 194).

É a diferença dos dois planos que faz com que aquilo que não pode ser percebido num deles só pode ser percebido no outro. É aí que o imperceptível se torna o necessariamente-percebido, saltando de um plano a outro ou dos limiares relativos ao limiar absoluto que coexiste com eles. Para que a percepção trace um plano, ‘basta’ que ela siga os movimentos aberrantes¹⁷ que escapam justamente às matérias formadas e às formas estruturadas, organizadas, que povoam o outro plano. Só eles fazem ver o plano, são os signos ou os índices dele, desde que sejam seguidos. [...] As multiplicidades que povoam o plano são multiplicidades rizomáticas no sentido de que elas ligam elementos heterogêneos sem que estes deixem de ser heterogêneos, uma vez que é através das suas respectivas heterogeneidades que eles são ligados. (Ibidem 2017, p. 194-195).

Sendo assim,

Não nos surpreende Deleuze definir a filosofia como Geofilosofia, há a necessidade de retornar para os problemas deste mundo, desta vida. Geo porque um campo de imanência precisa sustentar tudo, para não afundar no caos e no cinza das indeterminações. Partimos da Terra, para embarcar no mar, para voar, para queimar, mas sempre para retornar a ela, sem nunca realmente termos partido. Chegar e partir, mas sempre na imanência, tal como os nômades que carregam a casa pelo caminho por onde passam. Terra, nossa mãe, a geradora, a que tudo cria! Não haveria caminho mais alegre para nós seguirmos. (TRINDADE, 2017, online).

“O encontro da filosofia com a geografia presume um deslocamento de ambiência, a dimensão empírica de um plano determinado por circunstâncias e contingências que invocam as forças da terra e de territórios múltiplos”. (SANTOS, 2013, p. 50). Para tal, ao longo desta pesquisa, será indispensável, de acordo com a

¹⁷ A filosofia de Deleuze se apresenta como uma filosofia dos movimentos aberrantes ou dos movimentos “forçados”. Ela constitui a tentativa mais rigorosa, mais desmedida e também mais sistemática de inventariar os movimentos aberrantes que atravessam a matéria, a vida, o pensamento, a natureza, a história das sociedades. (LAPOUJADE, 2017, p. 9).

necessidade que se fizer presente, o movimento de outros conceitos da filosofia da diferença, além do de *plano de imanência absoluto do pensamento* (o que está dentro), que se apresenta em oposição relativa à *transcendência* (o que está fora ou além), para que eles possam interagir com a geografia, bem como com a literatura nos exercícios analíticos que envolvem a obra poética de Ana C..

É de tamanha importância destacar que, nas obras de Deleuze e Guattari, *nenhum dos conceitos aparece isolado*, pois eles se abrem em “janelas”, estando todos sempre interconectados, ou seja, estabelecendo “conexões por afectos, intensidades [...] ou ainda pela potência dos afectos que se instalam entre as coisas, no ‘meio’ das coisas, como afectos e ‘meios’ intensivos”. (Idem, 2013, p. 50). Por isso, ratificamos que esses conceitos buscam a articulação de processos e a conjugação de diversidades, tanto no campo material quanto imaterial. Enfim, quanto aos conceitos de terra e de território segue uma ideia imprescindível, a de serem novas categorias do pensamento:

Terra e território são situados como novas categorias do pensamento. No que tange a Terra, ela se define por movimentos geológicos como potência nômade, força diagramática e geodésica. Pensada fora do campo da consciência e dos estados de coisas do vivido, a terra constitui um campo de experimentação que envolve contração e contemplação. Considerando isso, a terra não constitui um fundamento originário, mas compõe com o território relações imanentes, movimentos de contraefetuação que envolvem linhas de fuga, desterritorialização e reterritorialização. (SANTOS, 2013, p. 56)

Para corroborar tal afirmação, cito esta fala de Trindade (2017, online):

Como grande desterritorializadora, a terra é o caos que a tudo engole. Como território, a terra é o suporte do movimento, o plano de imanência traçado para ser povoado pelos mais variados personagens filosóficos e conceitos. É a base na qual queremos deslizar, imprimir movimentos, explorar espaços. [...] Há de se lutar para tornar a terra novamente um lugar leve, onde os deslocamentos aconteçam sem grandes atritos e repreensões. Um espaço liso onde aconteçam encontros! Não mais por hierarquias ou colonizações! Sem mediações de qualquer tipo além da própria potência de afirmar-se! Sem faltas de qualquer tipo, porque tudo que a terra produz, sabemos bem, é por excesso! (TRINDADE, 2017, online, grifos nossos).

Na próxima subseção deste capítulo, explanaremos os processos de territorialização–desterritorialização–reterritorialização, tanto do ponto de vista de uma perspectiva tradicional da geografia (estruturalista), entrelaçada a um modelo de

poder político (arbóreo¹⁸), quanto para a geofilosofia de Deleuze e Guattari, atrelada a um modelo (pós-estruturalista) rizomático de sociedade. Este último desafia o poder dominante, rejeita hierarquias, essências, unidades e a lógica binária, buscando uma desterritorialização da própria noção hegemônica de subjetividade, por meio de multiplicidades, pluralidades, devires¹⁹ e o abandono do modelo de representação. Finalmente, “Deleuze e Guattari encontram na geografia a maneira de captar a potência afetiva e mutável de um ‘meio’, no sentido em que ela conecta o pensamento com forças externas e com o acontecimento de forma imediata”. (SANTOS, 2013, p. 52).

A Geografia está inserida dentro da tradição filosófico-científica da modernidade e, portanto, é dominada pelo modelo do pensamento arbóreo. Por isso, resgatar o pensamento nietzschiano é uma forma de produzir linhas de fuga, de agenciar desterritorializações. Não há um mundo pós-moderno, há sim o mundo atual com seus dilemas e que demonstra os limites de determinados aspectos do pensamento racionalizante, da ciência da verdade única, do discurso uniformizante, da transcendência como único parâmetro explicativo e justificador do real, das dicotomizações lineares entre sujeito-objeto e, principalmente, homem-natureza. (GOBBO, 2013, p. 96).

Devido a isso, a necessidade de um pensamento rizomático na geografia torna-se fundamental, uma vez que ele é capaz de buscar multiplicidades e diferenças individuais e não unidades ou abstrações, como: verdade, racionalidade, essência humana. No posicionamento desses autores, essas imagens negam a pluralidade e a diferença.

¹⁸ O modelo arbóreo pertence aos sistemas arborescentes, que são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. [...] Num sistema hierárquico, um indivíduo admite somente um vizinho ativo, seu superior hierárquico. (DELEUZE e GUATTARI, 2009, p. 26-27).

¹⁹ Todo devir se define em um campo de multiplicidade, desdobramento da diferença, onde as forças que constituem o corpo entram em uma zona de vizinhança, fronteira, uma co-presença. [...] Ele é real, muito real, é possível senti-lo em todas as células do corpo. O devir abre a forma homem para modos não humanos de individuação. Seu objetivo é abrir para a criação de novos territórios, abrir para a criação de novas subjetividades. Precisamos deste conceito de Deleuze e Guattari para pensar outros processos de subjetivação, pois nele encontramos uma originalidade para as relações de velocidade e repouso que constituem o corpo. O devir é sempre um ponto de partida, mas que não se sabe necessariamente aonde vai chegar. O devir-animal, criança, mulher, são apenas os primeiros passos de uma dança sem coreografia. Troca-se um céu por um deserto que deve ser povoado. Há de se aprender a improvisar; uma arte dos encontros se faz a cada passo, criações contínuas serão exigidas em cada curva deste caminho. Mas não precisamos nos preocupar com a solidão, um devir acontece por expansão, contágio, ou seja, ele sempre encontra companhias em sua viagem. Os processos de devir encontram uma alegria enorme que retorna de sua própria efetuação. A potência! (TRINDADE, 2016, online).

Para finalizar, se desejamos, como de fato eu desejo, uma transformação social que venha a dar um novo sentido à vida na Terra, temos que saber que essa mudança não se dará pelo Estado, “pois não se pode mudar o mundo por sua ocupação (Halloway, 2003 apud Hur, 2018, p. 158), com a reprodução do mesmo diagrama de forças e códigos”, mas “[...] pela constituição de outras relações de forças que prescindam da heteronomia, em direção a processos de autonomia que se situem à margem do Estado e das formas de poder e dominação” (Idem, p. 158) sobre as pessoas e sobre os territórios.

1.2 TERRITORIALIZAÇÃO–DESTERRITORIALIZAÇÃO–RETERRORIZAÇÃO: PROCESSOS INDISSOCIÁVEIS

Quadro 2 - Quando os afectos me transbordam e me agenciam com a Mãe-Terra.

“Não nos surpreende Deleuze definir a filosofia como Geofilosofia, há a necessidade de retornar para os problemas deste mundo, desta vida. Geo porque um campo de imanência precisa sustentar tudo, para não afundar no caos e no cinza das indeterminações. Partimos da Terra, para embarcar no mar, para voar, para queimar, mas sempre para retornar a ela, sem nunca realmente termos partido. Chegar e partir, mas sempre na imanência, tal como os nômades que carregam a casa pelo caminho por onde passam. Terra, nossa mãe, a geradora, a que tudo cria! Não haveria caminho mais alegre para nós seguirmos”.

Rafael Trindade (Razão Inadequada, 20/10/2017).



Fonte: Foto tirada pela Estação Espacial Internacional – setembro de 2020. Google imagens.

Segundo ROMAGNOLI (2016, p.155), citando Deleuze e Guattari (1996), “o plano transcendente de organização [*molar*] refere-se ao que está organizado de maneira dicotômica e dissociativa, formando as imagens sociais estabelecidas, as figuras existentes e visíveis, as ideias instituídas”. (Inserção minha). Os autores (idem, p. 155) afirmam ainda que “esse tipo de funcionamento ordena a heterogeneidade da vida, codificando-a, registrando-a em processos classificatórios, em modelos que homogeneízam [...] modos sedentários de arranjos do cotidiano”.

Em contrapartida, “o plano de consistência, por sua vez, é o plano invisível de expansão da vida, composto pelas forças moleculares e invisíveis”. (Idem, p. 155). Este último possui um “funcionamento heterogêneo que sustenta os encontros e os agenciamentos que vão gerar novos sentidos, novas formas de expressão, variação contínua intensiva das forças”. (Idem, p. 155). Em razão disso, o conceito de geofilosofia que Deleuze e Guattari (1996) desenvolveram mostra-nos que ambas as forças coexistem simultaneamente, dialogando umas com as outras por meio de uma geografia da filosofia, a partir do estudo do conceito de territorialização e dos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, tanto no campo concreto da macropolítica quanto no dos territórios invisíveis da micropolítica.

Os fluxos da vida são a matéria dos dois planos, embora sua composição seja alterada em cada um: segmentar no plano de organização e fluida no plano de consistência. Segundo Deleuze e Guattari (1996), a forma segmentar estanca a circulação da vida e opera cortes e recortes que produzem o modo com o qual nos colocamos nas nossas inserções sociais com o objetivo de estabelecer ordens e hierarquias. Por outro lado, a forma fluida é mutante e criadora e corresponde à possibilidade de agenciar e de construir outros sentidos. (ROMAGNOLI, 2016, p.155).

Para reforçar as ideias expostas, inferimos que, por serem todos os nossos atos políticos, eles provêm de uma relação de forças, portanto, de uma relação de poder. “Tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica.” O macro e o micro são duas formas de recortar a realidade, “as duas efetivamente se distinguem, mas são inseparáveis, embaralhadas uma com a outra, uma na outra.” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.90). Dessa maneira, associamos os conceitos de molares e moleculares aos de macro e micropolítica em Gilles Deleuze e Felix Guattari.

A lógica do pensamento arborescente é a que prevalece sobre o Estado na visão macropolítica (da máquina molar), para que este possa submeter legitimamente os indivíduos, por meio de um pensamento racional, codificado e, também, através de práticas institucionais dominadas pela moralidade (termo não necessariamente derivado do idealismo cristão) e por políticas de representação opressoras. Partindo dessa perspectiva, os processos de territorialização, sejam materiais ou de pensamento, nascem contaminados pelas exigências da organização de poder dominante, que se desdobra em sentido dialético, binário, que nega a diferença e a pluralidade, permitindo que atitudes hierárquicas se façam presentes na relação com o outro dentro de um mesmo território geográfico, por exemplo. Por ação disso, eu entendo que é possível estabelecer uma relação direta de sentido entre esses conceitos supracitados no que diz respeito às questões de poder político presentes em diversas escalas e nas relações entre sujeitos e seus territórios. No entanto, torna-se indispensável compreender que, para Deleuze e Guattari (2005), a ideologia, que em Marx era tratada numa perspectiva materialista, em sua teoria diz respeito tão somente a “enunciados de organizações de poder” que investem no econômico e nas formas políticas de repressão. Sendo assim, o projeto político de Deleuze e Guattari organiza-se em torno do conceito de *desejo*, nunca no de *ideologia*.

Falam-nos “de ideologia”. Mas a ideologia não tem importância alguma: o que conta não é a ideologia, nem sequer a distinção ou a oposição “econômico-ideológico”, é a organização de poder. Porque a organização de poder é a maneira como o desejo já está no econômico, como a libido investe o econômico, assedia o econômico e alimenta as formas políticas de repressão. (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p. 326).

Por outro lado, se a macropolítica apresenta um vetor arbóreo e de dominação hierárquica, a micropolítica é rizomática e de resistência. Apesar de ambas aparecerem simultaneamente, elas se diferenciam nos objetivos e na maneira de lutar. De acordo com o pensamento de Alvim (2011, p. 121), “as classes sociais são organizações molares, enquanto multidões são realidades moleculares. [...]”. Na verdade, “a classe é uma cristalização da multidão, expressa um endurecimento operado sobre as linhas mais fluidas que formam a multidão.” (Idem, grifos do autor). Alvim (2011, p. 121) segue afirmando que, de acordo com Deleuze e Guattari (1996, p. 90-91), “essa última, por sua vez, não é formada por aqueles que foram excluídos,

pois ela não para de escorrer das classes, são também seu vazamento próprio, sua liquefação”.

Examinando o processo de territorialização de acordo com algumas vertentes específicas, segundo Haesbaert e Limonad (2007, p. 45), encontramos as seguintes perspectivas básicas de território:

Quadro 3 - As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	Concepções correlatas	Concepções de território	Territorialização		Perspectiva da Geografia
			Atores	Vetores	
Jurídico-política: majoritária, inclusive no âmbito da Geografia	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • fronteiras políticas e limites político-administrativos 	Um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal.	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-nação • diversas organizações políticas 	Relações de dominação política e regulação	Geografia Política: Geopolítica
Cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> • lugar e cotidiano • identidade e alteridade social • cultura e imaginário (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo").	Produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social.	<ul style="list-style-type: none"> • indivíduos • grupos étnico-culturais 	Relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural
Econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> • divisão territorial do trabalho • classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • empresas (capitalistas) • trabalhadores • Estados enquanto unidades econômicas 	Relações sociais de produção	Geografia Econômica

Fonte: Adaptado de Haesbaert e Limonad (2007, p. 45) pela autora.

Ao analisarmos o quadro acima, é possível perceber que as definições dadas para as três vertentes – jurídico-política, cultural e econômica – estão em consonância com o ordenamento de uma sociedade organizada por fluxos molares, ou seja, o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. Somos segmentarizados binariamente, circularmente e linearmente. O próprio Estado possui a sua segmentaridade e a impõe. O Estado ordena a submissão pelos seus dispositivos políticos, ou seja, por meio de uma série de normas, distribuídas de forma hierárquica (arbórea), que trabalham a favor da manutenção de uma sociedade dividida em classes sociais e organizada com base na dominação patriarcal, racial etc. Com isso ela se mantém vinculada ao sistema capitalista que marca ou fixa territórios, existências bem delineadas e nos organiza em estruturas representacionais. Tais estruturas constroem papéis bem definidos e/ou esperados pelo sistema. No entanto, “quanto mais a organização molar é forte, mais ela própria suscita uma molecularização de seus elementos, suas relações e seus aparelhos elementares.” (DELEUZE e GUATTARI, [1994] /2004, p. 93). Por isso, as lutas sociais se tornam tão importantes no sentido de incentivar o contágio revolucionário por dentro do tecido social.

Conforme esse contexto, “as pessoas vivem em constante processo de territorialização, na busca de demarcar territórios que propiciem construir identidade, regras e vínculos”. (GONDIM e MONKEN, 2017, p. 36). Os autores dizem que, quando a pessoa se estabelece em determinado lugar, carrega consigo história, hábitos, costumes, pertences, projetos, desejos e dúvidas, ao mesmo tempo em que encontra e recebe elementos semelhantes e diversos que, em interação, vão contribuir (positiva ou negativamente) para a territorialização. Portanto, em uma instância geográfica, “territorializar é o ato de estar-fazer-fixar no território.” (Idem, p.36). Vejamos o que nos afirma Bonnemaïson (1981, p. 253-254, apud Haesbaert e Limonad, 2007, p. 43):

Um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. (...) A territorialização (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares.

Partindo dessa realidade segmentada, podemos falar sobre movimentos de desterritorialização que nela podem acontecer. A título de exemplificação, segundo Haesbaert (2004), existem situações em que pessoas e grupos são

(*compulsoriamente*) desterritorializados em decorrência das desigualdades social, econômica, cultural (*grupos étnico-culturais*) e política, gerando a perda do território por dinâmicas socioespaciais singulares nas quais alguns são afastados do acesso a bens e serviços. (Inserções minhas). Perguntamos: quem seriam esses alguns? Levando-se em consideração que o capitalismo produz desigualdades imensuráveis e de todos os tipos, os processos de desterritorialização que ocorrem via máquinas sociais molares não atingem *alguns* e sim *muitos*, ou seja, a grande parcela da população que é menos favorecida. Referenciamos um exemplo que diz respeito à remoção dos moradores da Vila Narazé, o qual aconteceu por ocasião da expansão da pista do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre - RS, conforme citação abaixo extraída do jornal Brasil De Fato. (REINHOLZ, 2019, online).

Cerca de 1.300 a 1.700 famílias residem no local onde será feita a expansão do Aeroporto Internacional Salgado Filho, da concessionária alemã Fraport, na vila Nazaré, em Porto Alegre. Para que isso seja feito, os moradores estão tendo que se mudar. Contudo, o processo de remoção das famílias que vivem no local não vem sendo respeitado. Assim como não está sendo respeitado o direito das famílias que querem permanecer no local. O plano da prefeitura é que essas famílias sejam removidas até o final de 2019. De acordo com representante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto do Rio Grande do Sul (MTST/RS), há uma forte pressão para que essa remoção seja acelerada. Além disso, há o processo de criminalização da vila, por meio de ações policiais e através da cobertura dos grandes meios de comunicação. Está em curso em Porto Alegre um processo de gentrificação, que é o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Fato que pode ser observado no caso da vila Nazaré, criada há mais de 50 anos, onde os moradores terão que se retirar do local, para dar espaço à expansão do aeroporto. Algumas dessas famílias vivem no local há mais de 30 anos.

Esse modo de pensar, imposto pelo Estado e regulamentado por leis que se voltam contra as camadas menos favorecidas da população, com a finalidade de amparar o capitalismo (que axiomatiza pela captura da subjetividade, assujeitando corpos para conquistar lucros imensuráveis) e a ele próprio, quebra a unidade da pluralidade e os fluxos rizomáticos de grupos tradicionalmente oprimidos, a noção de coletividade, como também desestrutura a essência dos grupos envolvidos. Dessa maneira, diferentemente do que muitos pensam, o produto mais relevante das máquinas capitalísticas *não é o capital e sim a subjetividade*. Não há, por exemplo, como pensar a subjetividade dissociada das máquinas sociais nem dos processos políticos, econômicos, sociais. Quando ocorre um processo de desterritorialização, “o

capitalismo trata imediatamente de *axiomatizar* os fluxos sociais codificados, reterritorializando-os de acordo com uma lógica privada, individualizada, individualista, com visão de lucro e competitividade”. (SANTOS, s.d., online, grifo do autor). Segue a sua explicação:

O Estado é a expressão maior do aparelho de captura, que produz desorganizações programadas para que a reorganização seja a favor dos seus interesses, dos seus moldes. A lembrar do CAOS produzido com interesses de reforçar o *status quo*, da ideia de crise, da austeridade, para que os *movimentos aberrantes* se sintam culpados por sua resistência, para que a massa deseje o *status quo*, ou até mesmo o fascismo. (Idem, s.d., online, grifos do autor).

Nesse entendimento, “o Estado é imanente no pensamento, conferindo-lhe base, com um modelo que define suas ‘metas, caminhos, condutos, canais, órgãos’. O Estado penetrou e codificou o pensamento, em particular o pensamento racional”. (NEWMAN, 2005, p. 22, grifo do autor). Por isso, é que precisamos encontrar saídas para escaparmos da servidão, da obediência e da sociedade de controle e nos agenciarmos, principalmente enquanto pesquisadores/as e professores/as, à filosofia da diferença, com o intuito de aprendermos a pensar por nós mesmos: uma vida em devir passa pelo encontro de uma estética da existência, e isso é importante para que nós possamos aprender a pensar no limite de nós mesmos em territórios plurais. Para reflexão, reproduzimos aqui duas perguntas de Deleuze e Guattari feitas em seu livro *O que é filosofia?* (1992, p. 139). Primeira: “quem pode aguentar e gerir a miséria e a desterritorialização-reterritorialização das favelas, senão as polícias e os exércitos poderosos que coexistem com as democracias?” E a outra: “que social-democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto?”

Figura 3 - Prefeitura acelera o processo de remoção, sem antes ter concluído o cadastro de todas as famílias. (Exemplo de desterritorialização para a geografia nas perspectivas geopolítica, cultural e econômica do processo molar de pensamento.)



Fonte: Arquivo MTST/RS In: Jornal Brasil De Fato, Porto Alegre (RS) 12/07/2019.

Natálio (2013, p. 201) enfatiza que o processo de territorialização, de acordo com o pensamento de Deleuze e Guattari, pode ser feito em dois planos: o plano do agenciamento maquínico dos corpos e o plano dos agenciamentos coletivos de enunciação, ao passo que “o processo de desterritorialização pressupõe a sua integração numa prévia territorialização, que é o conceito de encontro de agenciamentos no pensamento rizomático”. (Idem, p. 201). Vale lembrar que o conceito de desterritorialização (com esse sentido) tem autoria assumida publicamente por Deleuze e Guattari ([1988] 1996) aqui:

(...) Então, Félix e eu construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. Fonte: Abecedário de Gilles Deleuze, Letra A de Animal. (ABECEDÁRIO DE GILLES DELEUZE, entrevista gravada em vídeo, a partir de 1988 e divulgada em 1996).

Portanto, cabe, neste momento, explicar os dois tipos de agenciamentos que foram enunciados por Deleuze e Guattari ([1980] /2009) já que, nesta pesquisa, ao

analisarmos os textos poéticos de Ana C., eu irei me respaldar neles, mas com ênfase dada ao plano dos agenciamentos coletivos de enunciação, por tratar-se de enunciados em um contexto linguístico, ou seja, que estão relacionados a um conjunto de relações materiais de signos nos textos dessa autora. Antes disso, porém, é preciso dissertar sobre como acontecem os processos de territorialização–desterritorialização–reterritorialização para a filosofia da diferença:

Terra e Território designam a conexão de um plano absoluto do pensamento com um meio social relativo e imanente e compõem o plano de consistência de um triplo movimento: processos de *territorialização*, como efeito de marcas expressivas e agenciamentos territoriais; um movimento de contra-efetuação do território que distingue uma *desterritorialização absoluta*, como movimento infinito do pensamento, e as *desterritorializações relativas* sobre um campo social imanente cujo movimento resulta em reterritorializações do pensamento sobre um *território* determinado. (SANTOS, 2013, p. 209, grifos da autora).

Como vimos, Santos (2013, p. 209) infere que as análises de Deleuze e Guattari sobre a noção de Terra

adquirem uma determinação muito singular, no sentido em que a terra não pode ser pensada fora da conjunção com o território, de onde se constitui um movimento de contra-efetuação, como linhas de fuga e os movimentos de desterritorialização e reterritorialização.

Em outras palavras, a desterritorialização acontece por meio de linhas de fuga e o abandono do território pode ser relativo ou absoluto. “Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares”. (DELEUZE e GUATTARI, [1980] /2004, p. 94).

A desterritorialização relativa é aquela que se opera no próprio socius, sendo negativa se compensada por uma operação de reterritorialização que «aponta» territórios por sobre os limites fechados da antiga desterritorialização, mantendo-se a linha de fuga também fechada. A desterritorialização é relativa, mas positiva, se se afirma em reterritorializações que mantêm um papel secundário, que segmentarizam e tendem a reduzir as linhas de fuga. Por fim, a desterritorialização absoluta é a que opera ao nível do pensamento, da criação, e, ao contrário da relativa que mantém uma relação de transcendência com o território, aquela se produz num plano de imanência. (NATÁLIO, 2013, p. 201, grifo do autor).

A saber, é importante enfatizar que “as desterritorializações relativa e absoluta não representam um dualismo, mas estão associadas no mesmo *modus operandi*

sobre um campo de determinações específicas que conjugam o devir e a história”. (SANTOS, 2013, p. 232-233). “A desterritorialização é relativa quando se efetua sobre um meio imanente relativo que conecta a terra ao território mediante processos que se operam de forma física, psicológica ou social”. (Idem, p. 232). E a “desterritorialização é absoluta sob a condição de uma composição imediata da terra às conexões e efetuações do *pensamento*, concerne então a um tipo de relação direta e sem mediação que conecta a terra ao plano e atualizações do pensamento”. (Idem, p. 232). De um modo geral, “as desterritorializações relativas (transcodificação) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta em determinado aspecto (sobrecodificação). (DELEUZE e GUATTARI, [1980] /2004, p. 41).

Partindo da reflexão de que, a rigor, território é aquele espaço de imobilidade e organização, o efeito de desterritorializar “é uma ação de desordem, de fragmentação, para descobrir e suscitar saberes novos, assumindo uma percepção extraordinária que está disposta a atrair novas ideias além das esperadas”. (SANTOS, 2011, p.160). A desterritorialização é um movimento rizomático, é o movimento do devir, um movimento em que um território e tudo o que nele já foi dado sócio-culturalmente entram em linha de fuga ao serem abandonados, com o intuito de fazer nascer um novo plano: o de consistência ou imanência. Ela acontece por meio do que Deleuze e Guattari ([1995] /2009) denominam de “teorias das multiplicidades”. Desterritorializando-se, edifica-se uma nova postura, um novo território totalmente desconhecido. “No primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação”. (HAESBAERT e BRUCE, 2009, p. 18). Ainda conforme Deleuze e Guattari ([1994] /2004), as desterritorializações apresentam velocidades e intensidades diferentes. A intensidade da desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento.

No que concerne aos tipos de agenciamentos, o território é um agenciamento. Na verdade, tudo pode ser agenciado, territorializado e desterritorializado. Como já citado anteriormente, os agenciamentos são de dois tipos: coletivos de anunciação (expressão) e maquínicos de corpos ou de desejo (conteúdo). Trata-se de uma correlação entre essas duas faces inseparáveis. A expressão refere-se ao conteúdo sem descrevê-lo ou representá-lo, mas intervém nele, apresenta-o.

Seguindo o que Natálio (2013, p. 201) expõe em seu artigo, no primeiro estão em causa “as formações territoriais da relação entre os corpos, individuais, sociais,

com plena expressão nos regimes alimentares, sexuais etc.". No segundo, enfatiza o autor, "o plano do territorial abandona o sujeito individual e manifesta-se apenas na sociedade como expressão de um sistema de linguagem, de signos partilháveis, estados de palavras e símbolos". (Idem, 2013, p. 201). Dessa forma, a criação de território pressupõe sempre o agenciamento maquínico do corpo (o conteúdo) e o agenciamento coletivo da enunciação (a expressão). Haesbaert e Bruce (2009, p. 14) complementam:

Com esse movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui. Uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo - desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento.

O desejo é força criadora, produtiva, é potência que *liberta* e está articulado ao nosso pensamento e à nossa vontade de *mudança*. Desse modo, percebe-se que não interessa ao Estado centralizar seu poder no desejo, já que os indivíduos provocariam desconstruções sociais, mentais e psíquicas para exterminá-lo, uma vez que ele se torna, em grande medida, o responsável por tantas injustiças sociais. Interessa sim uma subjetivação capturada, expropriada e controlada, e isso se dá a partir da repressão ao desejo, "não há nenhuma máquina de desejo capaz de ser montada sem demolir setores sociais por completo." (NEWMAN, 2005, p. 29). Segue o autor afirmando que "a questão do desejo representa uma função crucial no pensamento político de Deleuze [e Guattari]." (Idem, p. 29, acréscimo nosso).

O Estado e o capitalismo passam a operar movimentos de desterritorialização e sobrecodificação. A axiomática do capital opera em todas as instituições e formas de ser dos indivíduos.

Se as instituições tradicionais se pautavam pela codificação e normatização social, a axiomática do capital passa a descodificar as próprias instituições, mas modulando-as em novas configurações a partir de sua lógica de funcionamento. (HUR, 2015, p.166).

Assim, o Estado e o capital operam por desterritorialização e sobrecodificação e, a cada vez que uma desterritorialização acontece, a função do Estado é a de capturá-la, é a de exercer a axiomatização capitalística.

Para Deleuze, o desejo é canalizado ao Estado por meio de nossa vontade de submissão à representação do Édipo. O Édipo é a defesa do Estado contra o desejo incontrolável. Conforme Deleuze, a religião do Estado é o Édipo, e os psicanalistas, os sacerdotes. [...] A representação do Édipo não reprime o desejo como tal, mas antes o constrói de uma maneira que ele mesmo acredita ser reprimido, ser baseado em uma negatividade, culpa e ausência. [...] Deleuze afirma que o Édipo individualiza o desejo cortando suas possíveis conexões e aprisionando-o dentro do sujeito individual. [...] Para estes pensadores, nós podemos desejar nossa própria dominação, da mesma forma que podemos desejar a liberdade. Deleuze diz: '*para a questão como o desejo pode desejar sua própria repressão, como pode desejar sua própria escravidão, nós respondemos que os poderes que esmagam o desejo, ou que o subjagam, eles mesmos já são partes das montagens do desejo*'. (NEWMAN, 2005, p. 29).

O que esperamos, nesta pesquisa, é encontrar, através da verificação nos textos poéticos de Ana C., o quanto o seu eu poético se deixa ou não expropriar pelo plano uno transcendente de uma sociedade patriarcal de origem colonial (tanto em expressão quanto em conteúdo), o quanto o logos clássico está ou não presente na estruturação e na temática dos seus textos (territórios) e, ainda, se ela consegue e como trazer à tona o *fora*²⁰, apesar de a escritora ter vivido e escrito numa época de grande violência e repressão estatal sobre os corpos, a da ditadura militar no Brasil. Pretendemos mostrar em Ana C. se o desejo produz desterritorializações na sua linguagem poética e como essas são capazes de desviá-la do aprisionamento feminino presente em uma estrutura social plena de vivências machistas. Serão das linhas de fuga que ela se vale para traçar uma geografia do pensamento, em territórios de experimentação nunca esperados, a fim de produzir uma *literatura menor* e, por conseguinte, fazer a diferença?

Com relação ao conceito de desterritorialização em Ana C., ele será tratado a partir dos movimentos da linguagem e nunca aparecerá sozinho, pois está diretamente relacionado a outros dois: o de territorialização e o de reterritorialização. Haesbaert e Bruce (2002) nos remetem ao conceito de território em Deleuze e Guattari:

²⁰ "A voz vinda de outro lugar, o desconhecido, para que possa, insubordinado, brilhar". (MOURA, 2016, p. 9).

[...] o pensamento geográfico de Deleuze e Guattari, autores que sempre tiveram no conceito de território e nos processos de desterritorialização e reterritorialização importantes ferramentas para o entendimento não apenas das questões filosóficas, mas também das práticas sociais e na construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade. (HAESBAERT e BRUCE 2002, p. 9).

Por conseguinte, em consonância com o que foi aventado acima, verificaremos se Ana C., por meio de seus registros, impulsiona a autonomia, a libertação dos desejos (*forças criadoras*) e como acontecem os seus processos de desterritorialização (*devir*) para o desvencilhamento da ideia de um corpo feminino capturado pela axiomática capitalística.

Para efeito de nossas análises, cabe também demonstrar o quanto é inevitável a apresentação de um outro olhar sobre a geografia hoje, desconstruindo antigas hierarquias com a força do movimento de seus fluxos e de suas linhas, “uma espécie de geografia dos espaços nômades, dos espaços da mobilidade, dos rizomas” etc., conforme nos mostram Haesbaert e Bruce (2002, p. 14) em seu artigo. Reverberando também as palavras de Marquez (2006, p. 22), torna-se primordial entender a arte como ciência e a ciência como arte, pois ambas se constituem movimentos necessários para a expansão dos experimentos de mundo.

Para finalizar este capítulo e ressaltar ainda mais a nossa intencionalidade, mais especificamente em relação à aplicação do conceito de geografia nesta pesquisa e em nossas análises literárias, trazemos Zanotelli (2014, p. 25 e 27), geógrafo e professor da UFES, que afirma:

A Geografia expressa [...] uma forma de pensar que não é resultado do que usualmente se entende da relação entre um sujeito a desvendar os segredos do objeto, fixando em identidades conceituais e modelos representacionais a forma verdadeira do extensivo observado. Pensar é movimento de todas as forças intensivas na relação terra/território, portanto, é mais geográfico, pois não é resultado de um indivíduo pensante, mas de um conjunto de corpos que se encontram, se dobram e se expressam. Isso reverbera, portanto, no que se entende usualmente por terra e por território, pois a partir desse encontro, tendo como vetor o pensamento nietzschiano, irá instigar outras perspectivas para os mesmos termos. [...] Os processos territorializar/desterritorializar/reterritorializar são imanentes ao viver, o qual não cabe em juízos moralizantes auto excludentes, são fenômenos, forças e linhas que afetam e atravessam todos os corpos.

2 A GEOGRAFICIDADE DO CORPO E NO CORPO DA MULHER: DRAMAS DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL DE ORIGEM COLONIAL

TEXTO 1

Tracy Figg²¹ Toronto – Canadá – 11/07/2022

No necrotério depois de mortas.
 Com meses de vida.
 Na infância.
 Na pré-adolescência.
 Na adolescência.
 Adultas.
 Idosas.
 NO PARTO.
 Nas clínicas psiquiátricas.
 Nas consultas médicas de qualquer especialidade.
 Na rua, na igreja e em casa.

Pelo pai, pelo padrasto, pelo avô,
 pelo tio, pelo professor, pelo
 padre, pelo pastor, pelo médium,
 pelo MÉDICO, pelo marido, pelo
 primo, pelo irmão.

Nem todo homem, mas sempre um
 homem.

TEXTO 2

Um violador em tu camino - Letra completa del himno feminista
 Colectivo LAS TESIS – Valparaíso – Chile – 20/11/2019²²

El patriarcado es un juez
 que nos juzga por nacer.
 Y nuestro castigo
 es la violencia que no ves.
 El patriarcado es un juez
 que nos juzga por nacer.
 Y nuestro castigo
 es la violencia que ya ves.
 Es feminicidio.

²¹ Fotógrafa brasileira nascida em São Paulo e crescida no interior de Pernambuco. 100% inquieta e inconformada, e 1000% puro sorriso e puro amor. Site: Made by Figg. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tracyfigg/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

²² Performance feminista baseada no trabalho de Rita Laura Segato. A obra foi criada pelo coletivo feminista de Valparaíso Las Tesis, para ser apresentada no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, em 25 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://letraschile.com/colectivo-lastesis/un-violador-en-tu-camino>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Impunidade para mi asesino.
 Es la desaparición,
 es la violación.
 Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
 Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
 Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
 Y la culpa no era mía, ni dónde estaba ni cómo vestía.
 El violador eres tú.
 El violador eres tú.
 Son los pacos,
 los jueces,
 el Estado,
 el presidente.
 El Estado opresor es un macho violador.
 El Estado opresor es un macho violador.
 El violador eres tú.
 El violador eres tú.
*Duerme tranquila, niña inocente,
 sin preocuparte del bandolero,
 que por tu sueño dulce y sonriente,
 vela tu amante carabiniro.*
 El violador eres tú.
 El violador eres tú.
 El violador eres tú.
 El violador eres tú.

TEXTO 3
 Fia Forsström ²³
 Suécia (s.d.)

Não foram as bruxas que queimaram.
 Foram mulheres.
 Mulheres que eram vistas como:
 Muito bonitas,
 Muito cultas e inteligentes,
 Porque tinham água no poço, uma bela plantação (sim, sério),
 Que tinham uma marca de nascença,
 Mulheres que eram muito habilidosas com fitoterapia,
 Muito altas,
 Muito quietas,
 Muito ruivas (todas podem ser!),
 Mulheres que tinham uma forte conexão com a natureza,
 Mulheres que dançavam,
 Mulheres que cantavam,
 ou qualquer outra coisa, realmente.
 Qualquer mulher estava em risco de ser queimada nos anos 1600.
 Mulheres eram jogadas na água e, se podiam flutuar, eram culpadas e executadas. Se elas afundassem e se afogassem, eram inocentes.
 Mulheres foram jogadas de penhascos.

²³ Texto da cantora sueca Fia Forsström. Disponível em: <<https://madreafina.com/2020/10/31/as-bruxas- sempre- estiveram- soltas/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

As mulheres eram colocadas em buracos profundos no chão.

Por que escrevo isso?

Porque conhecer nossa história é importante quando estamos construindo um novo mundo.

Quando estamos fazendo o trabalho de cura de nossas linhagens e como mulheres.

Para dar voz às mulheres que foram massacradas, para dar-lhes reparação e uma chance de paz.

Não foram as bruxas que queimaram.

Foram mulheres.

Este capítulo debate questões que dizem respeito ao corpo da mulher no que se refere à sua posição nas vivências cotidianas, em territórios de dominação patriarcal. Para a sua abertura, publicamos três textos poéticos que descrevem a triste e dramática realidade em que o corpo da mulher esteve e está (e muito) envolvido. Lutas contra perseguições do patriarcado ao longo do tempo são a nossa pauta permanente na história.

Em consequência disso, conseguimos afirmar, com indignante certeza, que ainda hoje as mulheres continuam sendo alvo direto de todo o tipo de violência inescrupulosa, machista e misógina por parte dos homens (*nem todos, mas sempre um* – conforme a autora especifica nos dois últimos versos do **texto 1**) e do Estado. Exemplos: estupros em todas as idades, feminicídios, torturas físicas e psicológicas, espancamentos, relacionamentos abusivos, ameaças, humilhações, constrangimentos, manipulações (*gaslighting*²⁴, *mansplaining* e *maninterrupting*²⁵, *bropropriating*²⁶), trabalho análogo ao escravo, tripla jornada de trabalho (entre cuidado da casa, dos filhos e emprego), isolamento, etarismo, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, exploração, limitação do seu direito de ir e vir, desaparecimento, suborno, limitação ou anulação do exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos, controle do seu dinheiro, ausência do pagamento de pensão alimentícia,

²⁴ É um tipo de abuso que atinge as mulheres de forma sutil, mas muito grave. Trata-se de manipular a mulher psicologicamente para ter controle sobre ela, ao ponto de anulá-la, gerar inseguranças, dúvidas e medos. Nele, o homem distorce, omite ou cria informações, fazendo com que a mulher duvide de si mesma, de seus sentimentos, da sua capacidade e às vezes até da sua sanidade. - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting/> - Acesso em: 23 jul. 2022.

²⁵ Da mesa do bar ao ambiente de trabalho, a cena é comum: uma mulher está falando e, antes de terminar, é interrompida por um homem. Sem constrangimento e com confiança, ele passa a explicar para ela e aos outros presentes o que ela estava a dizer. Esses dois comportamentos têm nomes (infelizmente apenas em inglês, até o momento): *mansplaining* e *maninterrupting*. - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-maninterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-terminos/> - Acesso em: 23 jul. 2022.

²⁶ – Pra que um nome tão complexo para nada mais simples que “plágio” ou “cara roubando as ideias das mina”? - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/colunas/terminos-em-ingles-estao-elitizando-o-feminismo/> - Acesso em: 23 jul. 2022.

destruição de seus documentos pessoais, furto, extorsão ou danos propositais, estelionato, privação de bens, valores ou recursos econômicos, emissão de juízos morais sobre a sua conduta, críticas mentirosas, exposição de sua vida íntima, xingamentos que incidem sobre a sua índole, desvalorização pelo seu modo de vestir, “cancelamentos” etc. O pior de tudo é saber que essa lista de violências não tem fim.

O **texto 1**, escrito há poucos dias pela fotógrafa paulista Tracy Figg, geografiza os caminhos (físicos e psíquicos) por onde a mulher brasileira passa e não consegue ter um segundo de paz. Em todos os trajetos, infelizmente, aparece um homem – e não importa qual vínculo ele tenha ou não tenha com a vítima – que é capaz de importuná-la até as últimas consequências. Um texto escrito no calor da emoção de mais um crime que chocou o nosso país: uma mulher foi estuprada na hora do parto, diante da impercepção de vários profissionais da saúde que se encontravam no bloco obstétrico e, o que é pior, por um deles: o seu anestesista.

Em relação ao **texto 2**, ele é considerado um hino feminista que, desde 2019, por meio de uma *performance* muito potente, vem rodando o mundo e agenciando grupos feministas de diversos territórios, nas mais diferentes línguas, encaixando-se perfeitamente à realidade vivenciada por mulheres em vários países, principalmente nos situados na América do Sul, Central e Europa etc. Essa letra de música fala exatamente do plano de organização transcendente atuando, por meio da macropolítica, sobre os corpos femininos com muita violência e negligência.

A violência contra as mulheres acontece em amplos setores sociais e se estende a outros segmentos que aparecem na sequência hierárquica de poder, os “sustentadores” dessa hegemonia discursiva de origem colonial-patriarcal: Deus, Estado, presidente, policiais, padres, pai-patrão (privatizado da família nuclear burguesa), maridos, psicanalistas (produto da sociedade disciplinar repressiva) etc. Trata-se de um registro insurgente, um protesto das mulheres chilenas para o mundo, que desnuda os efeitos de uma sociedade estruturalmente machista (e doente) atuando sobre o corpo delas/nosso.

Figura 4- Chile: a dança feminista atravessa fronteiras



Fonte: Outras Palavras. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/chile-a-danca-feminista-atravesa-fronteiras/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Por último, o **texto 3** da abertura deste capítulo foi escrito por uma cantora sueca. Nele podemos ver que a luta contra o patriarcado sempre existiu. As “bruxas”, como foram pejorativamente chamadas na Idade Média, eram queimadas vivas em praças públicas, estranguladas e executadas. Elas não eram “bruxas”, eram mulheres. Mulheres que pagaram com as suas próprias vidas o preço de terem sido independentes, mulheres que assumiram a sua singularidade sem se deixarem subordinar, ou melhor, não seguiram os padrões estabelecidos para a época, bem como não aceitaram a ideia de que o homem deveria dominar o conhecimento. Essas “bruxas”, muitas vezes, foram mortas na condição de serem mulheres que expressavam sem medo seus pensamentos e suas opiniões divergentes em relação aos mais diversos assuntos da vida cotidiana. Hoje esse tipo de crime no Brasil é denominado de feminicídio.

Embora esta abertura de capítulo tenha dado um merecido destaque aos movimentos feministas em geral, não iremos aprofundá-los durante a exposição dos conteúdos desta pesquisa, haja vista que estamos aqui lidando com referenciais pós-estruturalistas, que abandonam o espaço da representação (representatividade) ou da identidade (retorno ao mesmo modelo ou ao modelo original) e se reterritorializam no espaço da diferença. No espaço da diferença, a subjetividade aparece a partir das multiplicidades e não da colonização do nosso “eu” por um paradigma idealizado,

como o imposto pelas linhas molares. No entanto, os três textos iniciais mostram como há resistência e como esse espaço é importante para o fortalecimento das linhas moleculares. A geograficidade aparece atrelada aos corpos das mulheres em diversos tipos de territórios poéticos como também a lugares específicos do nosso próprio corpo (*organismo*²⁷) fora deles.

Como vimos, a mulher é vítima, em pleno Séc. XXI, de absurdas violências contra a sua integridade física, psicológica, moral e mental. No Brasil, estatísticas recentes confirmam que vivemos em um país temerário para a vida das mulheres e que, a cada ano, essa situação torna-se ainda mais degradante e desafiadora. A América Latina e o Caribe são os lugares do mundo mais perigosos para a população feminina, segundo muitos estudos, e o Brasil se transformou no quinto em que se matam mais mulheres. A jornalista, mestre em Ciência Política, integrante da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe/RSMLAC, Télia Negrão (2021, online) relata que:

A violência contra as mulheres tem raiz numa cultura patriarcal, machista, que trata as mulheres com inferioridade, que delega aos homens o poder sobre suas vidas, seus corpos, suas ideias. É uma cultura que dá alta legitimidade aos homens para domesticar as mulheres e moldá-las de acordo com seus padrões e referências, e se necessário, matá-las.

O corpo das mulheres sofre as degradantes consequências de um machismo estrutural de origem colonial (cultural e tóxico) que persiste em sua naturalização, através da repetição de um discurso - fruto de um poder político autorizado socialmente - que exalta a heteronormatividade, desprezando as legítimas questões de gênero, que incentiva a misoginia, a inferioridade racial etc. Entretanto, apesar da luta combativa desses grupos “minoritários”, é sabido que os movimentos feministas, por si só, não conseguem deter tantas atrocidades. As correntes feministas, desde o início de sua existência, mostraram-se fundamentais e necessárias para conscientizar a sociedade sobre as brutalidades sofridas pelas mulheres

²⁷O corpo organismo se compõe de órgãos, tecidos, sistemas, é o corpo físico docilizado para o mundo do trabalho. Os seus órgãos apresentam-se engrenados e prontos para exercer repetidamente os movimentos regulados pelo sistema capitalista. É um corpo produtivo, subjetivado, capturado, que está a serviço da manutenção do sistema social e não goza da liberdade que lhe seria de direito. É um corpo adoecido, que vive ressentido e triste. (Fonte: fichários desta pesquisadora).

(trans/travestis/negras/bissexuais etc.) e viabilizar a construção coletiva de saídas, através da implementação de políticas públicas abrangentes.

Por outro lado, tais movimentos identitários, agindo de acordo com a lógica do Estado, ou seja, do plano organizacional da representação, tornam-se facilmente capturados pelo poder dominante através da axiomática capitalística. Esta aprisiona os fluxos produtivos do desejo, por meio de “equipamentos coletivos que têm a função de teleguiar, de cifrar comportamentos, pensamentos e sistemas de valores para garantir a produção da subjetividade capitalística, que nos atravessa com a falácia da pseudopersonalização”. (FARIA, 2012, p.119).

Tal subjetividade que é produzida em nós, de fora para dentro, prioriza identidade, permanência e homogeneidade, tudo isso como fruto de apenas um modelo de verdade. Desse modo, torna-se indispensável que, concomitantemente à existência desse plano, os grupos feministas provoquem no pensamento das pessoas forças que não sejam as da *reconhecimento*²⁸, a fim de que se possa romper com a realidade do pensamento que “reencontra” o Estado, a Igreja e todos os valores emitidos pelos aparelhos de ressonância (ideológicos) constituídos (escola, mídia, exército, polícia etc.).

Gallo (2005) é contundente ao afirmar que o Estado opera pela captura dos fluxos desejantes, conformando-os em uma identidade restrita. Desta maneira, expropriando as sensibilidades, as singularidades não aparecem, e as pessoas tornam-se adoecidas e prontas para agir de forma exagerada no *consumo*. Com sua psique enfraquecida, as mulheres não conseguem colocar seus corpos à experimentação de novas e revolucionárias existências. Assim, podemos inferir que todos os dispositivos de captura utilizados pelo Estado contra elas/nós têm como meta manter viva uma narrativa *falaciosa e ilusória* no que diz respeito às “igualdades” políticas, econômicas, culturais, de gênero, de raça, de cor, de espaço etc. e igualmente quanto à subalternidade como sendo “natural” em relação ao sistema.

²⁸ O modelo da *reconhecimento* toma como ponto de partida o pressuposto de que “todos pensam”. Deleuze define a *reconhecimento* como “um exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o mesmo: é o mesmo objeto que pode ser visto, tocado, lembrado, imaginado, concebido.” (DELEUZE, 2006, p.194). Assim, a *reconhecimento* mantém um pensamento naturalmente reto; a essência da *reconhecimento* é o modelo. Nesse sentido, a *reconhecimento* conserva aquilo que é essencial como pressuposto: o modelo do bom, do belo, do verdadeiro, do importante, etc. e recorre a esses modelos para encontrar soluções para os problemas, tranquilizando o pensamento: com esse pressuposto, o pensamento “reconhece” o que é importante pensar, por que é importante pensar de que modo se deve pensar aquilo que é importante pensar e o que é necessário pensar para atingir o ideal do pensamento. (VITKOWSKI, 2020, p. 30).

Na realidade, os objetivos estatais e as leis estão direcionados a manter o controle dos corpos e a salvaguardar, na prática, o lucro produzido pela *naturalização* da exploração capitalista em massa, a fim de destinar as suas benesses a uma pequena parcela da população. Em razão disso, são facilmente deixados de lado investimentos em políticas públicas que contemplem os direitos e a plena cidadania aos grupos “minoritários”. Portanto, é preciso pensar em alternativas para a vida como “potência de transformação (...) redimensionando o cotidiano como campo de forças que desconstroem os modelos a favor da afirmação da diferença”. (ROCHA, 2006, p. 57).

Com esse entendimento, constatamos que a violência governamental em relação às mulheres pode ser detectada facilmente na fala de Negrão (2021, online) quando diz:

Há, hoje, de um lado o abandono das políticas públicas pelo governo federal, que retirou os recursos orçamentários e deixou de repassá-los aos estados e municípios e ao mesmo tempo o crescimento das manifestações de caráter misógino e o fomento do uso da força e das armas na solução de conflitos. O resultado é mais feminicídio.

Para a entrevistada (2021, online), “não dar os meios é relegar ao silêncio. E o silêncio pode ser a morte, até mesmo a morte em vida, simbólica”. Desse modo, vimos que interessa ao Estado o *silenciamento* da voz feminina, seja ela branca, negra ou trans, que reivindica justiça, igualdade, equidade salarial, reconhecimento e espaço social, que clama por socorro e amparo, assim como a de todas as outras “minorias” existentes em nosso país.

Como afirmação do nosso pensamento em relação à questão da identidade, consideramos importante a leitura do quadro explicativo que elaboramos a partir de um recorte do texto *Desterritorializações epistemológicas e o “plano de imanência” em Gilles Deleuze*, artigo do Professor Dr. da Universidade Estadual de Montes Claros, Rodrigo Guimarães (2009, p. 273-274).

Quadro 4 - O pensamento deleuziano: afirmativo e antidialético.

<ul style="list-style-type: none"> • Duas máquinas duais: a primeira acopla as estruturas, os processos identitários, os significantes, o Simbólico, o Édipo, a filosofia da representação, o Ser, os atributos e predicados, o “não dialético”, as formas, o transcendente, o essencialismo (Platão, Aristóteles, Descartes), as substâncias, os sujeitos e objetos, o tempo de Cronos (metrificado), o pensamento-sujeito, a linguagem que designa paradas e repousos, os modelos que privilegiam nomes e adjetivos (epicurismo) e a consciência com sua síntese de unificação (o “eu”).
<ul style="list-style-type: none"> • A segunda conecta o pluralismo, o “sim dionísíaco”, as linhas de ação da diferença, a distribuição de singularidades (nem pessoal, nem individual – não os “eus”), o princípio móvel imanente, a lógica do acontecimento, a modulação (e não a moldagem), os fluxos, a variação contínua de variáveis, o tempo indefinido de Aion, o pensamento-ação, a linguagem que exprime os movimentos e os devires.

Fonte: Adaptação feita por mim a partir do recorte do texto de Guimarães (2009, p. 273-274).

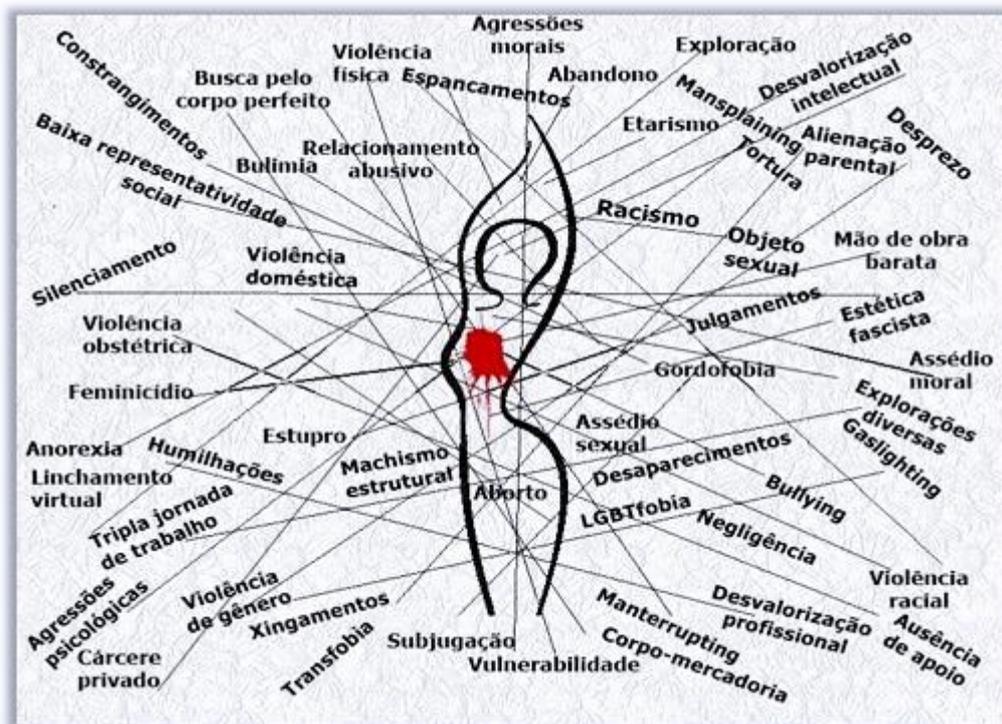
A partir de situações de exploração presentes no dia a dia das mulheres em nossa sociedade e da mobilização teórica e prática da experiência, que acontece no tripé corpo-pensamento-espço, desejamos mostrar, no conjunto das obras literárias de Ana C., como os atravessamentos que são impostos pelos processos de significações dominantes (estrutural e culturalmente a favor da (re)produção das ideias da máquina estatal de origem colonial-patriarcal) delineiam geografias de *capturas pela representação* dos corpos, assim como quais são as possíveis *rupturas da corporeidade pela diferença*.

Esses atravessamentos que ocorrem sobre o corpo da mulher, conforme exposição feita no mapa correspondente à **figura 5** (abaixo), cartografam predominantemente linhas segmentadas, duras, molaes, linhas de visão curta que sempre desejam a preservação da “forma de existir da colonialidade patriarcal”, conforme nos dizem Tedeschi e Tedeschi (2021, p. 7), e, por conseguinte, o ajustamento normativo do ser humano por classe, sexo, idade, profissão ou cidadania. Tratando-se especificamente das mulheres, sejam negras ou não, transgênero, travestis, bissexuais etc. há um bombardeio de violências que lhes são impostas por elas desejarem escapar da acomodação psíquica, social, econômica e cultural hegemônicas. Essas linhas, conforme Mazotte, (2014, p. 125) promovem “uma espécie de modulação constante e universal, que atravessa e regula as malhas do tecido social” pelo controle de uma sociedade hierarquicamente organizada no modelo arbóreo (vertical/hierarquizado).

Tais relações estruturais de poder obrigam o mesmo padrão de conduta a todas as mulheres, valorizam o comportamento violento e predador do homem sobre elas

com a intenção final de privilegiarem o assentamento do projeto neoliberal, que, por insistência, transforma os corpos também em *produtos*.

Figura 5 – Atravessamentos do machismo estrutural no corpo da mulher



Fonte: Idealização e arte feitas por mim em photoshop. Imagem da silhueta: Google imagens. <https://br.freepik.com>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Enfim, para se sustentar tudo isso como algo “natural” ou “inerente” à sociedade em que se vive, obriga-se o controle dos corpos e a sua subserviência ao sistema capitalista estatal, de modo que as mulheres passem “facilmente” a assumir a colonização da sua própria autovisão, isto é, das visões que apresentam sobre si mesmas, sobre os seus pensamentos, sobre os seus papéis no mundo, sobre a sua estética e sobre as suas sensibilidades, como se todas fossem “prisioneiras em campo aberto”. (COSTA, 2004, p.32). Vejamos o que nos comunicam ainda Tedeschi e Tedeschi (2021, p. 7) a esse respeito:

Os antigos esquemas patriarcais-coloniais que estruturavam as relações entre os gêneros – relações estruturais de poder – ainda marcam a desigualdade entre os gêneros. Na relação hierárquica entre os gêneros, os homens gozam de uma posição preferencial sobre as mulheres nos espaços públicos e privados. Mesmo diante das transformações nas relações entre os gêneros produzidas pelos feminismos – que têm em seu bojo algo potente e irruptivo –, essa história, marcada por relações hierárquicas que privilegiam os homens, ainda não foi superada. Nesse sentido, o conceito de devir-mulher, elaborado por Deleuze e Guattari (1997/2005), é uma ferramenta possível de desconstrução da narrativa hegemônica, colonial e patriarcal.

Para viabilizar melhor esse panorama, é pressuposto teórico conhecer o conceito de devir-mulher²⁹. Ele é o devir minoritário e está vinculado à ideia de mudança constante, deixar-se ser nômade. O conceito de devir-mulher não está ligado a uma ideia sexista ou que diga respeito somente ao corpo da mulher, tampouco foi apropriado pelos manuais das teorias feministas e de gênero, isso porque ele atua numa dimensão de se efetuar a diferença a partir de um modo rizomático de existir. “Deleuze e Guattari definem o devir-mulher como a chave para todos os outros devires, ele é a porta de entrada para qualquer devir minoritário, a mulher é a primeira a desterritorializar o homem e fazer fugir suas formas binárias e hierárquicas”. (TRINDADE, 2016, online). O devir-mulher leva em consideração a necessidade de mudança de todos os segmentos que se apresentam subjugados ao sistema molar, que traça um plano definido de modelos dominantes, inclusive, os dos homens com masculinidade tóxica.

No que tange à ciência geográfica, “partindo do pressuposto de que uma geografia dos corpos se fundamenta na diversidade do sujeito genérico espacialmente distribuído, as geografias do corpo emergem da experiência humana na diferença”. (NUNES, 2014, p. 2). Segundo a autora,

Na esteira do conhecimento ocidental moderno, a Geografia Colonial consolidou-se como uma ciência de ordenamento territorial, produzindo cartografias utilitaristas direcionadas ao domínio estratégico do território e à disseminação de representações estereotipadas de seus habitantes. A organização do espaço foi efetivada por meio de uma perspectiva masculinista, centralizadora e competitiva, que por séculos hierarquizou territórios e sujeitos e compôs uma geografia descorporalizada que desumanizou espaços. (Idem, p. 2-3).

A partir dessas ponderações, é preciso reforçar a ideia de que o Estado e o capital estão entrelaçados com o desenvolvimento geográfico e com a produção de pensamentos colonizados, produzindo uma lógica de “sufocamento” das diferenças, a partir da organização e da reprodução de informações, hábitos, crenças que dizem respeito tão somente a uma única ideia de verdade em um determinado espaço. Dessa forma, afirma Nunes (2014, p. 3), a “evolução das técnicas de representação

²⁹ O **devir-mulher** é um conceito potente para pensar a problemática das ‘minorias’, inclusive das mulheres, que é “uma problemática da multiplicidade e da pluralidade e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico.” (ROLNIK; GUATTARI, 2013, p. 86, grifos nossos.).

associada à produção de visualidades homogeneizadoras e da predominância da razão instrumental na produção do conhecimento” precisam ser questionadas tanto nos âmbitos científicos quanto não científicos.

À vista disso, não podemos pensar o espaço geográfico independente do espaço da existência e de todas as problemáticas e sentimentos humanos que neles acontecem, pois é igualmente com essa junção que os territórios se movimentam. Certamente, podemos inventar outros mundos (*subterrâneos, invisíveis*), fora do modelo enganosamente pronto das coisas já feitas, para fundarmos uma nova realidade de vida que esteja fora dos mapas enquanto decalques. Obedecer aos desejos de um sistema explorador coloca-nos num processo de servidão voluntária e numa perspectiva de dominação, que desconsidera por completo as nossas reais e inconscientes singularidades e as multiplicidades do espaço onde estamos inseridos, principalmente quando se é mulher ou deseja tornar-se mulher trans/travesti etc.

Por outra forma, no que tange ao estudo do corpo, do corpo da mulher e da corporeidade, é relevante compreender que esses conceitos se encontram aproximados pelas experiências sensíveis dos sujeitos em determinado espaço geográfico, dentro de um contexto sociopolítico, econômico e cultural de *cumplicidade*. Devido a isso, torna-se irrefutável mudar essa visão determinista que se reproduz ao longo dos séculos, projetando um paradigma de modelo organizacional *parcial* como sendo *absoluto*. Assim, é possível afirmar que ler a realidade pelas lentes da geograficidade é imprescindível a toda e qualquer experiência humana, seja ela física, mental, psicológica, artística, cultural ou social. A geograficidade, para esta pesquisadora, aparece aliada à ideia de sujeito e objeto para Deleuze e Guattari. Ambos vão determinadamente acabar com a ideia de sujeito. “O sujeito e o objeto oferecem uma má aproximação do pensamento. Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra”. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 110).

Por muito tempo, “a influência cartesiana separou o pensamento subjetivo do corpo, tornando este apenas sustentáculo para a fonte da razão. Consequência disso foi a visão de um homem fragmentado numa realidade em que ele apenas se coloca, mas não se constrói”. (VANIM, 2015, p. 115). Posto isso, o estudo da escala *molecular* do corpo, que abarca em si mesmo o encontro da complexidade espaço-tempo e sujeito-objeto, apresenta uma proposta criativa e transformadora do conhecimento,

bem como uma perspectiva em rede (rizomática) que nos faz questionar e fugir dos dualismos e da dialética hegeliana. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso aprender a pensar fora do paradigma do Estado. Tomar o corpo feminino como referência para o surgimento do devir-mulher na historiografia, “abre possibilidades de questionamento dos jogos essencialistas de identidades formadas pelas narrativas históricas hegemônicas, determinantes das políticas de gênero e sexualidade, e traz possibilidades de produzir novas subjetividades” no fluxo intenso dos processos de desterritorialização. (TEDESCHI E TEDESCHI 2021, p. 7). Por conseguinte, o corpo torna-se sujeito e objeto da ação, rejeitando a visão sistemática e separativa entre ambos.

Lima (2014, p. 106-107) salienta que:

Em Merleau-Ponty, o sujeito no mundo é o corpo no mundo, então o sujeito da percepção é o corpo, porque é ele que percebe, é ele que sente, é uma unidade perceptiva viva. A relação sujeito e mundo, na fenomenologia de Merleau-Ponty, não é mais a consciência concebida separadamente da experiência vivida, consciência da qual provém o conhecimento. O corpo é, então, visto como fonte de sentidos, ou seja, de significação da relação do sujeito com o mundo, porém, um sujeito visto na sua totalidade, na sua estrutura de relações com as coisas ao seu redor, com as coisas que nos cercam.

Schmid (2012, online), discorrendo sobre Lefebvre, endossa que,

o objeto não é o espaço em si mesmo, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) no espaço, mas as relações sociais que conferem materialidade e sentido ao local da ação humana. O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente.

No que concerne a visão de Dardel (2011), o autor retoma o conceito de geograficidade, assumindo que, antes mesmo de qualquer conceituação ou estratégia de representação conceitual, os seres humanos são seres espaciais em sua essência, e que viver é produzir e experimentar espaços. À vista disso, o corpo e a corporeidade são de suma relevância no debate sobre identidades e deslocamentos pelo território. Importam, por conseguinte, as suas complexidades socioespaciais e o engendramento de novas subjetividades (àquelas que não se deixaram capturar) e não apenas os trajetos geométricos.

O termo corporeidade indica a essência ou a natureza do corpo. A etimologia do termo nos diz que corporeidade vem de corpo, que é relativo a tudo que preenche espaço e se movimenta, e que ao mesmo tempo localiza o ser humano como ser no mundo. É a maneira como o ser humano se diz de si mesmo e se relaciona com o mundo, com o seu corpo enquanto objetividade (matéria) e subjetividade (espírito, alma) num contexto de inseparabilidade. (AHLERT, 2011, p.04).

Nesse sentido, é preciso considerar todas as experiências vividas pelo sujeito com seu corpo: sensoriais, afetivas, mentais, psicológicas, físicas, artísticas, entre outras. Mesmo sabendo disso, “a análise espacial geográfica está baseada na ação de ‘sujeitos universais’, em geral descorporificados, sem considerar os marcadores sociais que são utilizados nos processos de hierarquização dos seres humanos”. (SILVA, 2014, p. 97-102).

Por outro lado, numa visão alternativa ao marxismo, o filósofo Michel Foucault (1926-1984), de acordo com a exposição de Silveira e Furlan (2003, p.171),

[...] destaca o corpo como expressão de poderes e de saberes que se articulam estrategicamente na história da sociedade ocidental. O corpo é, simultaneamente, agente e peça dentro de um jogo de forças presente em toda a rede social, que o torna depositário de marcas e de sinais que nele se inscrevem nesses embates, os quais, por sua vez, têm na corporeidade seu “campo de prova”. E a alma surge como instrumento de atuação dos poderes/saberes sobre o corpo, no processo de constituição do corpo histórico dos sujeitos.

É pertinente frisar que os estudos do corpo na contemporaneidade ainda são bastante instáveis e instigados por respostas sem diferenciação, pois perseguem caminhos vazios que precisam ser preenchidos por nós, pesquisadores/as. Portanto, não existem realidades prontas - nem devem existir - para encaixarmos os estudos do corpo. Toda e qualquer tentativa nesse sentido nos levará à tendência da reprodução de estereótipos, a modelos a serem perseguidos dentro do sistema representacional e ao reconhecimento deles. As novas realidades precisam ser experimentadas e não copiadas de modelos consagradamente tidos como “corretos”.

Acreditamos que as ferramentas conceituais, as quais nós escolhemos para utilizar nesta pesquisa, são essenciais para que possamos estabelecer as conexões necessárias entre os textos de Ana C. e os estudos geográfico-literários. Por meio das nossas percepções, pelos estudos da geograficidade associados aos da filosofia da

diferença e a partir da perspectiva da escritora procuraremos desvendar o lugar que o corpo da mulher ocupa territorialmente no corpo poético de Ana C..

Em um sentido geral, os espaços percorridos por nós nos afetam, e nós a eles, de modo que esses movimentos também acabam por influenciar os demais à nossa volta. Interiormente, geografizamos nossas “subjetividades”, nossa memória, nossos discursos, nossos desejos e nossas intensidades. Agora precisamos aprender a nos mover dentro de trajetos por nós mesmos projetados, sem nos deixarmos capturar pelas mentiras dominantes ou nos abatermos pelas incertezas do ainda não vivido. Citando Nunes (2014, p. 7), adquirimos a convicção de que a “emancipação dos sistemas de representação está na possibilidade de se imaginar espaços que evidenciam seus significados pela incorporação das experiências, uma vez que as informações estão no corpo e no espaço como instâncias interligadas”. Certamente, veremos isso em Ana C..

Sabemos da urgência que temos em raciocinar e fazer de modo diferente, isto é, sem precisar pensar e agir por repetição ou por imposição, mas sim pela criação de saídas e por de linhas de fuga que nos levem à afirmação de uma vida não ressentida. Os nossos movimentos se constituem geografias vividas e experimentadas que podem devir modos de resistência e transmutações. O corpo em devir-mulher rasga possibilidades para deslocamentos na fluência de um novo paradigma ético-estético, abrindo assim espaços de potente sensibilização e criação.

Por isso, é fundamental que questões científicas, teóricas e práticas, desprendam-se das amarras do racionalismo ativo, do racionalismo da ciência moderna (predominantemente engessada em fórmulas) que nos impede de olhar para além de um horizonte aparente. Se a imparcialidade é um mito, cabe-nos deduzir que as ciências naturais e humanas não podem ter a pretensão de serem invariáveis e dicotômicas, pois, em certa medida, são produtoras de sistemas valorativos em decorrência das mutações socioculturais ocorridas em um espaço.

Desse modo, entendemos como urgente e necessário o questionamento sobre a esperança de se querer “salvar” o ser humano por meio de ideias e práticas reformistas. Nessa realidade, o homem está investido há milênios, demonstrando que reformar pressupõe não alterar a base, mas aplicar mudanças superficiais ou apenas fazer restaurações ou “maquiagens”. A ciência precisa se afastar da crença na convicção da “verdade”, da crença em um único paradigma de ser humano, pois este não passa de uma imagem *falsa* construída com o objetivo de fixar os modos

dominantes de existir. Portanto, essa produção de subjetividade imposta pelo sistema dominante, da qual falamos até aqui, despreza a vida, enfraquece a sua própria potência de existir, tornando-a cada vez mais refém da fabulação de um futuro “empoderamento” Nós sabemos que, na verdade, o que existirá será um pseudo-empoderamento para ocorrer a captura. O sistema criará diversas condições ilusórias para enganar a todos e a todas, assim como acontece atualmente, por exemplo, com a narrativa e o incentivo ao empreendedorismo via “uberização³⁰” do trabalho.

Tais justificativas vão ao encontro dos campos do saber como os das ciências em geral por eles se envolverem, como já foi falado, com os objetos do mundo, procurando representá-los, compreendê-los e dar um significado a eles. E o mundo imperceptível, ou seja, aquele que não pode ser captado pela visão, de que maneira os sistemas de representação atuam sobre ele? Não podemos nos esquecer de que a visão científica que conhecemos perpetua “a hegemonia da visão em detrimento dos outros sentidos. O código visual definido pelo humanismo renascentista situava a visão humana no centro dos sistemas de representação”. (AZEVEDO, 2009, p. 35). Portanto, é preciso que haja, antes de tudo, a *descolonização do olhar o mundo*, que passa pelo exercício constante de descontaminação da nossa própria mente, que é modelada pelos grupos socialmente majoritários.

2.1 A GEOGRAFIA DO SENSÍVEL: MARCAS, MARCAÇÕES E MARCADORES DE OPRESSÃO NO CORPO FEMININO E A BUSCA PELO CORPO SEM ÓRGÃOS NA OBRA DE ANA CRISTINA CESAR

“(...) persigo a tarefa de emancipação do meu corpo como lugar de contacto, através do qual reclamo a participação do Outro na experiência vivenciada de co-construção do mundo”.
ANA FRANCISCA DE AZEVEDO³¹

³⁰ O conceito de uberização do trabalho pode ser definido como um novo modelo de trabalho, que, na teoria, se coloca como mais flexível, no qual o profissional presta serviços conforme a demanda e sem que haja vínculo empregatício. Exemplo disso são os motoristas de aplicativos, que prestam serviços para determinadas plataformas, mas sem que haja uma regulamentação efetiva e que garanta os seus direitos trabalhistas. Esse modelo de trabalho é defendido por algumas empresas, especialmente as de tecnologia. O argumento é que ele oferece mais flexibilidade para ambas as partes. Nesse contexto, o profissional seria “o seu próprio chefe” e responsável pelo gerenciamento do seu tempo (ou seja, ele é quem define quantas horas irá trabalhar). Apesar de o termo ter sido “emprestado” de uma das plataformas mais famosas, a uberização do trabalho não se restringe apenas aos motoristas de aplicativos e nem surgiu com o Uber. Disponível em: <[³¹ AZEVEDO, Ana Francisca de. Desgeografização do corpo, uma política de lugar. In: AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. \(Orgs.\) *Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural*. Porto: Figueirinhas, 2009, p. 70.](https://coconnecta.me/uberizacao-do-trabalho-o-que-e-quais-suas-consequencias/#:~:text=O%20conceito%20de%20uberiza%C3%A7%C3%A3o%20do,sem%20que%20haja%20v%C3%ADnculo%20empregat%C3%ADcio.>”. Acesso em: 30 abr. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Para exercer seus fins, o sistema capitalista materializa seus objetivos por meio da captura e da invasão de nossa subjetividade, homogeneizando a cultura, através da globalização, atrelando-a a uma realidade forjada discursivamente pelo Estado para que este possa sustentar seu poder de arbítrio na hierarquia. Há a produção constante de um “rebanho” que é subjetivado em série para atender às demandas do capital e do poder dominante. A globalização contribui ainda mais com a aniquilação do olhar sobre o corpo como produtor de outras espacialidades: antropológicas, poéticas, mentais, místicas, holísticas, artísticas, geográficas etc. Dessa forma, o corpo assujeitado por meio das paixões tristes perde a sua potência criadora e se afasta dos seus próprios desejos, “a ponto de ele vir a querer até mesmo a sua *própria repressão*, como aconteceu, por exemplo, no nazismo de Hitler e em outros regimes totalitários”. (SANTOS, s.d., online). Observemos o que Deleuze e Parnet ([1987] 1998) nos dizem a respeito:

Vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas as pessoas, mas os poderes estabelecidos têm interesse em nos comunicar afetos tristes. A tristeza, os afetos tristes são todos aqueles que diminuem nossa potência de agir. Os poderes estabelecidos têm necessidade de nossas tristezas para fazer de nós escravos. O tirano, o padre, os tomadores de almas, têm necessidade de nos persuadir que a vida é dura e pesada. Os poderes têm menos necessidade de nos reprimir do que de nos angustiar, ou, como diz Virilio, de administrar e organizar nossos pequenos terrores íntimos. A longa lamentação universal sobre a vida: falta-de-ser que é a vida... (DELEUZE e PARNET [1987] 1998, p. 50-51).

Para entendermos melhor a questão da geograficidade do corpo feminino no espaço, vale enfatizar que a ciência geográfica é também produtora de uma geografia do corpo, porque o corpo, além de ele ser espaço, produz espaço e engendra conhecimento espacial ao lidar com a *subjetividade* no seu meio social. Como foi tão enfatizado, esta última é o “produto” mais importante a ser apreendido pela máquina capitalística, pois, apesar de estar sempre presente no corpo territorializado, quando ela tenta se diferenciar (da subjetividade colonizada), por meio dos movimentos de desterritorializações, sua captura ocorre de imediato pelas *axiomatizações*. Sendo assim, caso não mudemos a nossa maneira de ser-estar-pensar-agir no mundo, encontrando as brechas que existem no sistema para subvertê-lo, teremos nossos corpos marcados eternamente por uma cartografia que aprisiona e escraviza o nosso verdadeiro “eu”. O “eu” que se *diferencia* nunca pode aparecer, porque ele é o que

evita a *reconhecimento*, os modos tristes de viver e se insurge diante da dominação, libertando o desejo.

Quando afirmamos que ninguém está destinado à tristeza é porque ela, ao contrário do senso comum, não possui uma origem psicológica – nos parece que a tristeza manifesta um grito do corpo, ou seja, uma indicação de que algo sobre o corpo age de modo contrário à sua tendência essencial. Violentado, o corpo grita e grita, não cessa de gritar. Mas esses gritos não costumam ser ouvidos com atenção. (FERREIRA, 2014, p. 107).

Figura 6- Marcas, marcações e marcadores no corpo feminino a partir da Modernidade



Fonte: *Corpo Triste Capturado*
Arte elaborada por mim em photoshop (2020).

O corpo feminino, na **figura 6**, constitui-se um exemplo de como se deixar capturar pelo consumo de marcas, por um padrão estético fascista que produz cortes e cicatrizes profundas, tristezas, por vezes a morte ou a morte simbólica, e de como as marcações invadem a nossa cultura, a nossa psique e o nosso organismo³². Esses e outros marcadores encontram-se a serviço de um biopoder:

³² O corpo útil (ou dócil) ao sistema capitalista é denominado de *organismo*, e os seus órgãos apresentam-se engrenados, para exercer repetidamente os movimentos regulados pelo poder disciplinar, a serviço da

O biopoder é definido como assumindo duas formas: consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade. (FURTADO, 2016).

Portanto, o biopoder aparece para *normalizar e controlar* a nossa existência. É um dispositivo incorporado pelas sociedades de controle, para manter o corpo e as massas regulados pelo poder estatal de vínculo capitalista, como é o nosso.

Como vimos na imagem, é um corpo territorializado que recebe um bombardeio de funções utilitárias e classificações as quais trabalham em consonância a um “poder” constituído. Está pleno de marcas comerciais elitistas, é afetado por uma estética da subserviência, pela escravização das instituições e exploração dos trabalhadores, pela desorganização e pelo caos programado. No entanto, não podemos abandonar a ideia de que, dentro deste corpo visível, poderá haver um lutador em movimento, cheio de desejos de libertação, querendo ser ele mesmo.

Assim, para a liberação dos poderes opressores, o corpo docilizado precisa reinventar-se, transformar-se em um território de potências criadoras e de resistência para o desejo e para a própria afirmação da vida, tornar-se um corpo-experiência, sem culpas ou ressentimentos, capaz de dizer não à captura de seus órgãos, fugindo do individualismo, das paixões tristes, da visão do lucro e da competitividade abalizada. Isso só será possível se desconstruirmos o corpo criado para servir gentilmente ao capitalismo, se criarmos, paralelamente, para nós um Corpo sem Órgãos (CsO).³³

Para os filósofos Deleuze e Guattari ([1980] 2004), criar para si um CsO significa encontrar o seu CsO, o que seria, em outras palavras, a maneira de escapar ao juízo. Segundo esses autores ainda, “já era o projeto de Nietzsche: definir o corpo em devir, em intensidade, com o poder de afetar e ser afetado, como vontade de

manutenção do sistema social. É acima de tudo um corpo produtivo. O organismo se compõe de órgãos, tecidos, sistemas, é o corpo físico. **Fonte:** Ficheiros de estudo sobre Michel Foucault desta pesquisadora.
³³O Corpo sem Órgãos é um conceito criado por Deleuze e Guattari explícito tanto na obra *O Anti-Édipo* como nos volumes de *Mil platôs*. Diz respeito a uma prática de desprendimento sempre revolucionária para a recuperação dos órgãos do organismo que foram capturados pelo capital. O CsO é a potência de existir, de tomar o próprio controle da vida e se soltar das armadilhas cotidianas. Deleuze e Guattari se apropriam da ideia de um Corpo sem Órgãos de Artaud, mas com alguma ressalva: “não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas”. (DELEUZE; GUATTARI, 1980/2004, p. 9). “O Corpo sem Órgãos (CsO) é o corpo da experiência, com suas próprias forças”. (DELEUZE e GUATTARI, 1980/2004, p. 21, grifos dos autores).

potência”. (DELEUZE, 1997, p. 148-149). Por isso, é preciso entender o espaço como realidade da experiência e da transformação do corpo e não como *metáfora* ou *representação*. E é exatamente isto que estamos prevendo encontrar nos espaços poéticos de Ana C.: espaços de libertação do corpo feminino, espaços do acontecimento.

Vejamos o que nos dizem Deleuze e Guattari ([1980] 2004, p.27) a respeito da geografia intrínseca ao CsO:

O Corpo sem Órgãos é um ovo: atravessado por eixos e limiares, latitudes, longitudes e geodésicas, atravessado por *gradientes* que marcam as transformações, as passagens e os destinos do que nele se desenvolve. Aqui nada é representativo, tudo é vida e vivido: a emoção vivida dos seios não se assemelha aos seios, não os representa, tal como uma zona predestinada do ovo se não assemelha ao órgão a que dará origem; apenas faixas de intensidade, potenciais, limiares e gradientes. (Grifo dos autores).

Somos organismo e Corpo sem Órgãos ao mesmo tempo. São dois polos que não existem separadamente. O organismo é o corpo organizado da medicina, da biologia, da moral instituída, da *mass media*, do trabalho etc. O Corpo sem Órgãos é o plano zero do corpo, o corpo potência contínua de criação, é o corpo do devir ativo para a construção de uma nova realidade. É um corpo que se liberta da subjugação e da axiomática capitalística. Cada um de nós poderá encontrar o seu, basta nos agenciarmos aos nossos objetos desejantes, e a arte é um dos canais favoráveis para isso, por ser por onde passam afetos, fluxos e intensidades. Precisamos intensificar tudo aquilo se compõe com nós mesmos. Ramacciotti (2012, p. 122) explica de que maneira o pensamento de Deleuze e Guattari, em relação ao CsO, se contrapõe ao princípio da “falta” consagrado oficialmente pela psicanálise.

[...] o programa de criação de um CsO como um plano de imanência do desejo proposto por D&G implica na desconstrução da figura do Sujeito como unidade, identidade e síntese e do corpo como organismo. No lugar do ego-autocentrado e do corpo-máquina, ou seja, do organismo estruturado por órgãos e suas funções, surge a ‘máquina desejante’ descentrada e o CsO. Nestes termos, a realização do desejo como forma de intensificação da potência não significa preencher uma falta ou um fantasma posto pelo Eu como meio para reencontrar a si mesmo [...].

Um corpo para Deleuze e Guattari ([1980] 2004), no plano de imanência, é definido de duas maneiras: pela composição de velocidades e lentidões de suas partículas, ao qual ele denominou de *longitude* de um corpo, e pela sua aptidão de

afetar a si e a outros corpos (potência de agir do corpo), ao que ele definiu como a *latitude* de um corpo.

A latitude de um corpo diz respeito aos afetos de que ele é capaz, de acordo com o seu grau de potência ou, mais precisamente, dentro dos limiares de sua capacidade afetiva, entre os quais se observam oscilações no preenchimento deste grau de potência. Assim evita-se definir um corpo por sua espécie ou gênero, privilegiando-se os seus afetos. Já a longitude remete aos elementos materiais que pertencem a um corpo enquanto efetuam uma certa relação de movimento e repouso, o que impede que um corpo seja definido por seus órgãos ou funções. “A latitude [de um corpo] é feita de partes intensivas sob uma capacidade, assim como a longitude, de partes extensivas sob uma relação”. (DELEUZE e GUATTARI, [1980] 2005, p. 42). (Grifo dos autores).

Ferreira (2014) é enfático ao afirmar que no plano de imanência, as multiplicidades de partículas, de singularidades, de diferenças invisíveis não dependem de uma dimensão oculta, de uma transcendência. Elas não são totalizadas, unificadas e não remetem a um sujeito ou a uma pessoa, e a esse plano nada falta. No mundo da imanência não se olha para cima, mas sempre para os *lados*. Nele há invenções, criação, produção, transformação e devir. Com certeza, averiguaremos se esse mundo surge na escrita “demolidora e fragmentária” de Ana C.. Portanto, a partir do pensamento da imanência todos somos acontecimentos singulares. Segue Ferreira (2014, p. 107 – 108), referindo-se ao corpo em seu livro:

É com o corpo que pensamos, que mudamos, que existimos com tristeza ou com alegria, que adoecemos ou que nos curamos. O corpo quer – e pode – muito mais do que apenas se conservar: ele quer ser atraído para outros mundos, que são realmente micromundos, mundos imperceptíveis, mundos que permitem criar o nosso micromundo com novos microamigos, experimentar novos microeus e novos micromodos de amar. Trata-se de um micromundo que, ao contrário do que pode parecer, *não se fecha em si*, porque a microliberdade experimentada nele é muito melhor do que a macroliberdade de um macromundo fechado em si mesmo, que está entupido de ‘verdades evidentes’, e que por isso está distante da vida. (Grifos do autor).

Na esteira do que foi dito, conseguimos compreender que, no plano de imanência, não há sujeitos e objetos, mas sim “acontecimentos”. A seguir, passaremos para as questões que envolvem o *lugar de fala* e o conceito de *lugar*, este tão caro para a geografia e tão pouco explorado pela literatura.

2.2 UM BREVE PASSEIO PELOS CONCEITOS DE LUGAR DE FALA E DE LUGAR PARA A GEOGRAFIA E PARA LITERATURA:

*“Assim como o mundo tem uma geografia,
também o homem interior tem sua geografia
e esta é uma coisa material”.*

Uma geografia cênica.

*Um espaço onde há conexões de fluxos e delírios comunicativos,
rejunando arte, vida, poesia e realidade.*

*É neste sentido que Artaud se referiu ao mundo como
“um abismo da alma”.*

ANTONIN ARTAUD (1983, p. 93)

Ao discutirmos a geograficidade vinculada ao corpo da mulher e ao conceito de território, especialmente o de origem patriarcal, remetemo-nos a outro conceito que faz interação com a geografia e com a literatura: o conceito de *lugar*, atualmente aproximado ao de *lugar de fala*, sistematizado em livro pela filósofa Djamilia Ribeiro (2017), para explicar que ele “traz consigo, para além do lócus de enunciação, a quebra do regime de autorização discursiva a partir das experiências de grupos sociais, como também sugere Collins (1997), a partir da teoria do ponto de vista feminista”. (AZEVEDO, 2019, p. 643).

Notamos que há algumas confusões em relação ao conceito original de *lugar de fala* que foram acontecendo provavelmente pelo fato de ele abrir brechas para várias interpretações, a partir do ponto de vista do *lugar* em que cada pessoa está situada. Antes de passarmos para a definição de “lugar”, tão importante para a geografia, faremos uma breve exposição do que, segundo o meu ponto de vista, fez gerar tamanho “equivoco”.

Neste caso, apontamos alguns questionamentos quanto ao emprego do conceito de *lugar de fala* na acepção trabalhada pela professora da UFRJ, Giovana Xavier, que reivindica a prática feminista como sendo negra. (RIBEIRO, 2017). Giovana vincula o conceito de *lugar de fala* exclusivamente ao feminismo negro por situar nele a origem do feminismo e por as mulheres negras, sendo historicamente majoritárias na base da pirâmide social, estarem desde sempre “silenciadas” e fora dos espaços de empoderamento branco.

Tradicionalmente, as mulheres foram, nas esferas que abrangem o social, o histórico, o político e o estético, consideradas como inferiores ao sexo masculino. Em virtude da política do patriarcalismo, a mulher foi silenciada, excluída e vitimada por preconceitos e estereótipos lançados em sua imagem ao longo da história. Quando se trata da mulher negra a situação é ainda mais complicada. Se à mulher branca cabia o silenciamento e o subjugamento

social, o espaço reservado à mulher negra era muito mais inferiorizado. (ROSSINI, 2016, p. 97).

Ancorada nisso, Ribeiro (2017) endossa a questão sobre os protagonismos de fala e de escuta, dizendo que eles se referem à análise sobre quais histórias não são contadas. Em outras palavras, a autora igualmente defende que o feminismo surgiu a partir do movimento das mulheres negras. Portanto, ambas concebem que a ideia de *lugar de fala* não deva se estender a outras mulheres (universalização da categoria mulher) que estejam numa camada acima em privilégios, seja pela cor seja pelo status econômico etc. “Apesar de ser uma proposta tentadora e aparentemente inclusiva, não se pode, a partir de determinadas experiências ao conceituar a mulher, apenas considerar o seu gênero”. (DJAMILA..., 2019, 16min). E segue: “Se existem mulheres negras, isso significa que o feminismo necessariamente precisa ser antirracista; se existem mulheres lésbicas, significa que o movimento feminista precisa necessariamente ser anti-LGBTfóbico, e assim por diante.” (Idem, 16min).

Na prática dos movimentos identitários, a utilização desse conceito tem resultado em distintas formas de apreciação, que vão desde as iniciativas que buscam auxiliar na compreensão comum sobre como o que se fala e como as pessoas se comportam pode reproduzir, ainda que sem intenção, as mais diversas formas de opressão e preconceito; até a interdição do debate de ideias, como, por exemplo, uma pessoa branca ser impedida de falar sobre racismo – ainda que seja para se posicionar contra essa forma de opressão. (CHAGAS, 2018, p.1).

Essa “máxima” de que o feminismo negro, no que tange ao lugar de fala como um lugar de representatividade exclusivamente seu, é apontada por Bueno (2019, online) como não sendo uma visão de consenso dentro do próprio movimento: “uma única mulher negra a figurar em um espaço absolutamente branco, isso não significa que ela esteja ocupando esse espaço por representar a comunidade negra”. Vemos também que Bueno (2019, online) demonstra conhecimento e consciência da captura provocada pela axiomática capitalística em relação a esse movimento. “Talvez o esteja ocupando para atender a uma necessidade das novas dinâmicas do racismo, as quais mercantilizam o próprio ativismo de mulheres negras se estas não estão atentas às armadilhas que uma representatividade monolítica apresenta.” (Idem, online). O recado que a socióloga estadunidense nos deixa é o seguinte: “é hora de romper com a hipocrisia do ‘reconhecimento controlado’ e com os padrões de ‘representatividade’ que integram o oprimido ao sistema”. (BUENO, 2019, online).

Do ponto de vista de Suely Rolnik (DESCOLONIZAR..., 2020, 03min), “vivemos em um regime colonial-racializante-capitalista, características essas fundantes da nossa história e que se apresentam até hoje, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina” (*sic*). Reconhecemos a natureza desse regime e contestamos veementemente o massacre corporal/mental/sentimental/laboral etc. e a exploração capitalista a que todas as “minorias” são submetidas pelo Estado, por grande parte de seus representantes, assim como por representantes da esfera jurídico-política.

Indubitavelmente, as “minorias” negras são as que mais sofrem todos os tipos de violência desde a nossa colonização, entretanto, o maior problema que queremos apontar em relação ao conceito de *lugar de fala* divulgado por Ribeiro (DJAMILA..., 2019, 13min40s) não diz respeito à falta de consciência ou empatia para com as mulheres negras, mas sim a desvinculação que ela faz entre o conceito de *lugar de fala* e o conceito de *representatividade*. Nós sabemos que, embora eles possam ter significados diferentes, ambos andam sempre juntos. Geralmente quem toma à frente de qualquer movimento social são as suas lideranças e estas, além de falarem em nome do coletivo, também o representam, tornando-se impossível pragmaticamente a sua dissociação.

Com essas questões em pauta e não costuradas em torno de uma união fortalecedora - em massa – fica muito difícil de imaginar-se que o feminismo esteja lutando pela extinção do sistema capitalista, o mais perverso sistema de exploração humana, animal, da natureza e com produção massiva de desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero do planeta Terra.

Mais do que nunca, é preciso compreender que os movimentos feministas terão de caminhar além do reconhecimento e da representatividade, a fim de que se altere urgentemente a base estrutural da sociedade no que diz respeito aos direitos e à independência de todas nós das injustiças programadas pelo sistema. Essa luta não pode parar! Seguramente, isso passa, antes de tudo, pela produção de novas subjetividades. A luta feminista é uma luta de todas as mulheres, bem como as lutas antirracistas e anti-LGBTfóbicas deveriam ser também de toda a sociedade. Todas são lutas moleculares, multidões de moléculas que precisam se contagiar. Portanto, de acordo com Amarante (2020), “lutemos como uma molécula”! (*sic*). (MODOS..., 2020, 2h).

Conforme foi esclarecido, não basta somente que as mulheres ocupem espaços antes dominados por homens, não basta elas obterem maior visibilidade

social ou conquistarem um lugar de “empoderamento” político na sociedade. Embora não exista essa mulher universal, é importante que haja um ponto de convergência entre as mulheres marcadas por intersecções e funções distintas e aquelas não marcadas por intersecções. Consideramos que o devir-mulher como devir *minoritário*, por si só, toca no terreno micropolítico do feminismo, o que equivale a pensarmos na possível existência de um *feminismo menor*³⁴. No entanto, a certeza de que temos é que, enquanto os movimentos feministas mirarem os espaços de *identidade* e de *representatividade* e não os da *diferença*, não haverá a legítima despatriarcalização do Estado.

Sendo assim, não dá para assumir o pensamento de que *fazer reformas sociais* seja um ato revolucionário, de que levar poucas mulheres de um grupo identitário à representatividade pública, valendo-se das mesmas regras que já foram dadas pelo Estado de direito, estar-se-á fazendo a diferença. Literalmente falando, não! Os movimentos populares, caso não se organizem de forma molecular (em massa, sendo fugidios, lisos, que afirmem a multiplicidade e a diferença) sempre serão cooptados durante a caminhada. A saber, até mesmo a *resistência*, conforme Newman afirma (2005, p. 35), trazendo à tona o pensamento de Deleuze e Guattari, “é um jogo incerto jogado por indivíduos e grupos engajados na luta diária contra múltiplas formas de dominação é uma operação perigosa”. A resistência “sempre pode ser colonizada pelo poder ao qual se opõe. Ela não pode mais ser vista como a derrubada do poder do Estado por um sujeito revolucionário essencial”. (NEWMAN, 2005, p. 35). Segue ainda este autor (p. 35-36), reproduzindo agora as afirmativas de Deleuze e Parnet ([1987] 1998, p. 120 e 147) em relação à resistência:

A resistência deve ser vista agora em termos de guerra: um campo de múltiplos embates, estratégias, táticas localizadas, contratempos (recuos) e traições temporárias – antagonismo contínuo sem a promessa de uma vitória final. [...] O mundo e seus Estados não são mais senhores de seus planos do que revolucionários condenados a uma deformação dos seus. Tudo é jogado em jogos incertos. [...] Resistência contra o Estado é um jogo incerto, precisamente porque o poder do Estado não pode mais estar circunscrito a uma única instituição, mas é algo que se espalha no tecido social, constituindo, como temos visto desejos essenciais e princípios racionais. (Idem, 120 e 147).

³⁴O deslocamento produzido por meio do conceito de “literatura menor” permite que pensemos também em um “feminismo menor”, ou seja, aquele que não mire espaços de identidade, de poder e de representatividade, valendo-se das mesmas regras dadas pelo Estado de direito. Fonte: Inferências desta pesquisadora.

Guerreamos quando abandonamos aos poucos a ideia de representação e não aceitamos que a nossa subjetividade seja produzida pelas ideias do poder dominante, quando passamos a experimentar linhas de fuga que nos levem a espaços ainda não visitados, a novos espaços de experimentação e singularização, e isso deve acontecer em todas as áreas do conhecimento. As linhas de fuga se inserem no plano de imanência, que é um plano de proliferação, povoamento, contágio, um meio de transporte de afetos e devires que mantém juntas as singularidades e as multiplicidades. São essas linhas de fuga que serão investigadas nos textos literários de Ana C.. Para tanto, diante do que foi dito, fica uma pergunta para reflexão: “quando se opera com o conceito de identidade, ou mesmo com o de identificação, quais limites se impõem, quais engessamentos, quais capturas se produzem”? (VASCONCELOS, et al, 2011, p. 1218).

Deleuze e Guattari (1992) tiveram a perspicácia de entender isso em seu tempo, o quão fácil ocorre a captura dos movimentos identitários, dos movimentos pelos direitos humanos, pela inclusão das “minorias” etc. na social-democracia, porque esta é a lógica que deu origem ao Estado moderno. Com efeito, se a identidade de cada pessoa é constituída pelo padrão da subjetividade imposto, de que outra lógica nós estaríamos falando se não a mesma do Estado?

Não temos dúvidas de que a sociedade capitalista é um fascismo *disfarçado* de democracia. A democracia realiza de forma muito mais eficiente e sutil a empreitada fascista, *que é a homogeneização através da inclusão* das supostas ‘minorias’, tudo em nome da *humanização* dos excluídos de um modelo que é imposto para todos. A inclusão é para a *mesma* educação, para o *mesmo* trabalho, para a *mesma* família. *A inclusão democrática facilita a busca pela identidade que falta!* A democracia moderna... eis o grande golpe burguês para manter a crença das massas numa suposta proteção do Estado. (FERREIRA, 2014, p. 30-31).

Para endossar a exposição acima e mostrar que, apesar da luta intensa (necessária e sempre válida em minha opinião) que as feministas exerceram no ativismo político dos anos da Ditadura Militar no Brasil, contexto este em que Ana C. estava inserida e predominantemente engajada na sua produção literária, não foi suficiente para manter uma unidade revolucionária por parte de todas as mulheres, que se dividiram, conforme consta no item 1, do **quadro 5** abaixo.

Quadro 5 - Panorama do feminismo nos principais anos da Ditadura Militar no Brasil

<p>1. O contexto brasileiro trouxe um elemento importante para o feminismo daqui que foi a luta contra a ditadura. As mulheres eram presença constante nos movimentos de oposição ao governo e estavam envolvidas ao mesmo tempo nos movimentos de mulheres e no ativismo feminista. Para a maioria das organizações de oposição ao governo a luta das mulheres não era identificada como parte essencial da libertação do povo, o essencial era a luta de classes – o mais viria como decorrência – assim as feministas foram muitas vezes acusadas de trazerem questões pequeno-burguesas para o debate político perdendo o foco da luta mais geral contra o regime militar. Por outro lado, durante esse período houve um forte debate, que acompanhou o movimento feminista, sobre se as mulheres deveriam atuar na luta geral contra a ditadura ou na luta específica pelos direitos das mulheres; ou mesmo nas duas juntas.</p>
<p>2. Foram várias as correntes de pensamento feminista que se formaram a partir de análises diferentes do patriarcado e da sociedade como um todo. Por isso é importante falarmos em feminismos no plural, já que a forma como cada um dos grupos entendia a sociedade e o funcionamento da opressão determinou suas formas de organização.</p>
<p>3. Obviamente, o primeiro Ano Internacional da Mulher (1975) definido pela ONU – Organização das Nações Unidas – não mudou a cultura machista e opressora, mas estimulou as mulheres a se organizarem e a lutarem por temas específicos: direitos iguais para trabalho igual, liberdade sexual, direito ao prazer, direito a contraceptivos, direito ao aborto, contra a violência sexual em casa e na rua, contra a imagem estereotipada nos meios de comunicação.</p>
<p>4. As organizações políticas das mulheres resultaram em mudanças importantes tanto nas organizações e movimentos sociais em relação às pautas feministas como nos direitos sociais e políticos assegurados por lei. O movimento deixou sua marca na Constituição de 1988, mas também em outras legislações mais recentes como a lei Maria da Penha (2006) e na regulamentação dos direitos das Trabalhadoras Domésticas (2015). A sub-representação das mulheres em espaços de poder, a permanência da violência contra as mulheres, a desigualdade salarial e tantos outros direitos negados tornam atual a luta das mulheres por igualdade e liberdade.</p>

Fonte: Adaptação do conteúdo retirado do site Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/mulheres/?gclid=EAlaIqobChMIqr-N24uuQIVEmGRCh2Jqw1GEAAYASAAEgKEEvD_BwE>. Acesso em: 04. ago. 2022.

Obviamente, os primeiros passos em termos de avanço na luta por igualdade de direitos e de gêneros foram dados neste período de grande violência estatal sobre todos os corpos, isto é, não somente sobre os das mulheres, mas também dos homens e das crianças (filhos e filhas de militantes de esquerda) que foram submetidos a diversos tipos de tortura pelo regime militar. Em função desses desarranjos no campo das ideias presentes no item 1 e da fragmentação do movimento feminista no item 2, os movimentos das mulheres passaram a contemplar os *feminismos* – no plural. Como podemos verificar no item 3, do mesmo quadro, o primeiro Ano Internacional da Mulher, em 1975, também não trouxe a conscientização esperada por parte da sociedade quanto à derrota da cultura machista e opressora sobre todas. Contudo, ampliaram-se os objetivos específicos da luta. Por fim, temos

no item 4, a tomada de consciência de que a luta feminista é interminável, pois mesmo tendo acontecido algumas aberturas em termos de garantias dos nossos direitos, na Constituição de 1988, a despatriarcalização estatal está muito longe de acontecer. Em suma, não será o *Estado de direito* que irá proporcionar a igualdade social, nem de gênero, nem racial, nem econômica a partir dos processos macropolíticos, ou seja, a partir dos processos realizados dentro de uma macropolítica calcada na repressão.

Figura 7– Cartaz do I Ano Internacional da Mulher – 1975/Brasil



Fonte: Carta Capital. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/na-ditadura-jornalismo-feminista-lutou-contra-a-repressao/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

Passemos agora para o conceito de *lugar* com aproximação dada à geografia humanista, a fim de pesquisarmos a geograficidade relacionada ao corpo feminino e ao discurso poético, que será examinada nos textos literários de Ana C.. Partiremos primeiramente do conceito de *lugar* para a geografia, que é uma ideia bastante explorada e com diversas abordagens e, depois, para a literatura.

A Geografia já foi definida como a ciência dos lugares por La Blache, contudo, com sentido de localidades. A descrição que faz mais sentido ao uso atual dado ao conceito de lugar pela Geografia Humanista é a definição retomada por Tuan nos anos 1970, que considera que a Geografia é a ciência que estuda a terra como lar das pessoas. Sendo assim, lugar se revela por apresentar significados e afeições, boas e ruins, estabelecidos entre o homem e o espaço geográfico. (SUESS e RIBEIRO, 2017, p.1).

Em outras palavras, a noção de lugar geográfico é muito rica e ampla, pois permite estabelecer conexões diretas com outras áreas do conhecimento, tanto de forma interdisciplinar quanto transdisciplinar. Como foi dito acima, existem diversas definições para lugar, mas resumidamente citamos a de Tuan (2011, p. 5): “lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas”. Segundo este autor, “na imaginação é fácil tratar espaço, tempo e lugar separadamente. Na experiência vivida eles estão indissolivelmente ligados.” (Idem, 2011, p. 5).

Embora contemos com um conceito de fácil compreensão pelos geógrafos, é relevante que ele seja estendido a novas interpretações de mundos distintos, de maneira integrada, porque pensar em um novo fazer geográfico coloca-nos hoje diante de novas experimentações. É imprescindível, portanto, que espaço, tempo, lugar e pessoas estejam em livre articulação, em instáveis e caóticas movimentações, a fim de que ocorra o surgimento de novas experiências afetivo-sensoriais, “diferentes” daquelas “programadas” socialmente para um determinado ambiente. Conforme salienta Marandola Jr. (2020, p.62), “a ênfase na percepção, a centralidade em um sujeito da experiência, a recorrência aos valores humanos, mesmo na lida com o ambiente”, são aspectos que devem andar juntos.

De acordo com o pensamento de Santos ([1996] /2006), o que define o lugar não são seus personagens tomados apenas como o interior de um ponto no espaço, mas a consideração desse lugar como um espaço de relações contextualizado por múltiplas e sobrepostas escalas, uma rede de objetos e ações com causa e efeito e que influencia tanto as variáveis internas já existentes quanto às novas que serão internalizadas. Igualmente para Santos (2008, p. 37), “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, adquirida através do lugar”. Esse pensamento corrobora a ideia de que os lugares mentais, pensados a partir da consciência do lugar vivido, também estão interligados a uma rede de afetos que, em escalas moleculares, fazem fortes conexões de troca com o meio molar, de modo a influenciar a consciência do mundo presente ou a criação de uma nova consciência do mundo a partir do próprio ato criativo.

É necessário lembrar que, em literatura, estamos discutindo a questão do lugar numa escala diferente da comumente explorada no âmbito geográfico. Trata-se de lugares discursivos, superpostos, contextualizados e associados imediatamente ao

corpo interno do poema e ao *fora*³⁵, aqui, no caso desta pesquisa, mais precisamente ao eu poético da poeta, ao *lugar de fala* da escritora, aos espaços mentais por onde Ana C. transita, aos lugares imaginados/registrados textualmente e que não permitem serem *reconhecidos*, aos lugares onde a relação com *status quo* é quebrada. Isto é o que queremos saber: se diferença a ser buscada diz respeito a ser tal registro fruto de um espaço mental representativo (clichê) ou se esse espaço registrado pela linguagem literária é intencionalmente criado (pensado) pela poeta, como parte de um contexto que entra em devir com ela.

Retomando a questão dos *valores* citados previamente por Marandola Jr. (2020, p.62), diferentemente dos apontados pelo autor, os que estão em jogo para a análise poética dos textos de Ana C. são os *representativos* e os *não representativos*, visto que cada um deles atende a uma demanda específica de projeto de sociedade, mantendo-se em concordância ou não com a sua realidade sensível. Eis a importância da relação entre as imagens poéticas em movimento e as geografias (no plural), que são capazes de captar a relação com o ser-estar-sujeito-no-mundo, transformando, de maneira imperceptível, determinado estado de coisas ou asseverando-o a serviço de um único modelo de vida em sociedade.

Dessa forma, dirijo-me às questões do *espaço da imagem do pensamento* e do *espaço do pensamento sem imagem*, sob o ponto de vista dos/as autores (as) e pesquisadores (as) que dão suporte teórico ao mote desta pesquisa. É fundamental pensarmos de quais lugares estamos falando. Para Deleuze (1992), o pensamento é criação, é a experiência de pensar no próprio pensamento; isto só é possível se deixamos a ortodoxia e experimentamos *um pensamento sem imagem*, porque é ele que permite a criação e a diferença: “pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo – o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela.” (Idem, 1992, p. 143).

Daí a *geografia do pensamento* e não uma história, característica que Machado desenvolve desde a introdução do seu livro. Deleuze quer a

³⁵ Por meio da literatura, do cinema, das artes plásticas, da filosofia ou da política, a experiência do *fora* é o que leva o pensamento a pensar, realçando o impensável do pensamento, o invisível da visão e o indizível da palavra. Pensar significa aqui criar diferentes estratégias de vida para o mundo em que vivemos. A experiência do fora para Deleuze é, portanto, a própria criação do plano de imanência, conceito fundamental de sua obra que coloca o pensamento em relação direta com o nosso mundo, e não com uma transcendência metafísica. Nesse sentido, ela é uma experiência ética por excelência, justamente porque recupera a crença neste mundo, assim como a necessidade de transformá-lo. LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora*: Blanchot, Foucault e Deleuze (Locais do Kindle 98-103). Civilização Brasileira. Edição do Kindle.

constituição de espaços onde seja possível colocar distintos pensadores em ressonância, sem nenhuma obediência a uma história progressiva e linear do pensamento. Nesse espaço o privilégio é dado ao pensamento sem imagem, isto é, o pensamento que não sabe de antemão o que pensa, sem pressupostos, o “espaço da diferença”. (MACHADO e AMARANTE, [1990] /2010, p.351-352, grifos dos autores).

De forma resumida, de acordo com Deleuze (2006), a ideia do *espaço da imagem do pensamento* está associada à *representação* e à *reconhecimento*, enquanto o *espaço do pensamento sem imagem*, ao ato de pensar relacionado à *criação*. Maurício e Manguiera (2011) esclarecem:

[...] Através da *reconhecimento*, o pensamento - representacional - se caracterizará por tecer com o mundo uma relação que tem por objetivo principal reconhecê-lo, ou seja, uma relação puramente contemplativa. Esta contemplação seria feita por um pensador que se apoiaria em valores transcendentais universais, buscando atingir a verdadeira natureza das coisas, sua identidade, sua essência. Desse modo, a *reconhecimento* nos permitirá atingir o elemento principal do modelo da *representação* para Deleuze: a identidade. (Idem, p. 294).

A *reconhecimento*, voltada à repetição incessante de elementos da nossa tradição cultural, dogmas, clichês etc. tem como meta perpetuar discursos estereotipados e práticas comprometidos com a *identidade* do ser humano na macropolítica, em meio ao capitalismo vigente. Em compensação, no que concerne ao *espaço do pensamento sem imagem*, principalmente após a “virada linguística”, esses elementos não se articulam tal qual à prática estruturalista, pois o ato de criação torna-se mais livre. A “virada linguística” foi constatada em diversas áreas do conhecimento³⁶, e Nogueira (2008, p. 235) afirma que ela aconteceu quando “a linguagem deixou de ser um mero instrumento neutro para expressão dos pensamentos e passou a ser vista como determinante para a fabricação das ideias, que não poderiam mais ser separadas do modo como eram expressas”. Lins (2018, p. 271) ratifica isso, afirmando que elaborar *um pensamento sem imagem* significa elaborar um pensamento *sem imagem*

³⁶ A Geografia que se reconstrói com a *virada cultural* não esquece a existência de limites ligados ao ambiente e à distância, porém liga-se, ainda assim, à maneira como os atores geográficos funcionam no mundo em função de suas aspirações, de seus sonhos e de suas antecipações. Para isso, os pesquisadores mobilizam novas ferramentas: exploram as representações e os imaginários e se interessam pelo que as mulheres e os homens constroem, o aqui e o lá do mundo sensível. Eles são indispensáveis aos indivíduos e aos grupos para avaliarem o real, fazer seus julgamentos e guiar suas ações. (SILVA, 2013, p. 155). (Grifos nossos).

canônica, a partir de um sujeito teórico nômade, que escapa ao modo de pensamento logocêntrico do racionalismo clássico.

Desse modo, cabe destacar que Deleuze e Guattari, para dar conta de sua teoria, reestruturaram e desdobraram o sistema de signos inventado pelo *Pai da Semiótica*, Peirce (1839-1914), pois para eles é preciso pensar para além das dicotomias das “relações significante/significado, sujeito/objeto, enunciado/enunciação, é necessário chegar aos pressupostos implícitos, não-explicitáveis, que mobilizam variáveis pragmáticas próprias à enunciação”. DELEUZE, GUATTARI, [1980] /2005, p. 97).

Não há mais relação significante-significado, mas um sujeito de enunciação, que deriva do ponto de subjetivação, e um sujeito de enunciado em uma relação determinável, por sua vez, com o primeiro sujeito. Não há mais circularidade de signo a signo, mas processo linear onde o signo se abisma através dos sujeitos. (DELEUZE E GUATTARI, [1980] /2005, p. 82.).

Partindo agora para a questão do *lugar* na literatura, segundo Marandola Jr. e Oliveira (2009, p. 502), “o espaço e a geografia na literatura são uma constante, apresentando formas diferentes, mas nunca se ausentando”. Para eles, mais do que palco, “a espacialidade e a geograficidade fazem parte das narrativas, enquanto elementos que contribuem significativamente para a compreensão daquilo que a obra traz de novo a partir de sua linguagem específica”. Desse modo, os poemas de Ana C. a serem analisados se constituirão *lugares mentais* de onde procuraremos extrair materiais sensíveis e deixaremos as nossas marcas afetivas, por meio das nossas traduções artísticas. Investigaremos o lugar da experiência poética como possibilidade de um novo território de existência que esteja, primordialmente, aberto a descobertas de lugares do inconsciente e ao diálogo com novas e constantes vivências.

Portanto, no que concerne às “brechas” epistêmicas que esta pesquisa abre, serão produzidos vieses de estudos e de análises discursivas pós-estruturalistas que, em alguns momentos, poderão se apresentar didaticamente em comparação e/ou em confronto à produção geográfico-literária estruturalista. É pelas fendas que se desvia, desliza-se, para nos subtrairmos do encarceramento. Com isso, novos olhares passam a se constituir, por si mesmos, referências de interação reflexiva sobre temas relacionados às questões de gênero e de lugar nos territórios dos discursos literários da autora estudada.

3 AO ENCONTRO DE ANA CRISTINA CESAR: UMA GRANDE CONVERSA A PARTIR DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR

“Esse corpo é tanto biológico quanto coletivo e político; é sobre ele que os agenciamentos se fazem e se desfazem; ele é o portador das pontas de desterritorialização dos agenciamentos ou linhas de fuga.”
GILLES DELEUZE³⁷

Figura 8 - Ana Cristina Cesar



Fonte: Foto retirada do Google imagens. Trabalho de bricolagem em photoshop feito por mim.

Neste capítulo, além dos exercícios analíticos, dinamizamos uma linha intertextual importante entre diversas escrituras de Ana C., valorizando a presença da mulher enquanto sujeito de enunciação (voz feminina), a partir do seu *lugar de fala*, pois, como sabemos, além de extraordinária poeta ela foi uma estudiosa da crítica literária de sua época.

Durante séculos e séculos, a visão da mulher sob a perspectiva do olhar e da voz masculina era a que surgia registrada na poesia. Quando aparecia nas composições literárias brasileiras, era a de uma mulher idealizada, angelical, isenta de imperfeições, branca, frágil, sem vontades, sem desejos, silenciada, ingênua,

³⁷ DELEUZE, G. Notas. Cadernos de subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUCSP, v.4, n.1-2, p.22, 1996.

prestativa, disponível, submissa e de pleno acordo com a heteronormatividade estabelecida socialmente.

Durante muito tempo, a literatura foi um território ocupado unicamente pelos homens. E demorou, para que ela abrisse um espaço oficial para que as mulheres também pudessem se expressar. Igualmente, por muito tempo, a única imagem feminina retratada nas obras literárias era reflexo da visão de autores (homens) que as descreviam, na maioria das vezes, como mulheres frágeis e submissas. Foi nadando contra essa corrente que muitas escritoras lutaram para conquistar o reconhecimento de suas narrativas. (ARTESE, 2017 In: NEWS LINK, 2017)³⁸.

Vejamos o que Ana C. nos diz a respeito da poesia feminina em um trecho do seu texto *Literatura e mulher, palavra de luxo*:

No fundo, a ideia de procurar uma poesia feminina é uma ideia de homens, a manifestação, em alguns críticos, de um complexo de superioridade masculina. Precisamos abandoná-la, pois a sociologia nos mostra que as diferenças entre os sexos são mais diferenças culturais do que diferenças físicas. Diante de um livro de versos, não olhemos quem o escreveu, abandonemo-nos ao prazer. [...] Escrita de mulher: uma charada sem resposta? Só as perguntas são possíveis? Na minha festa, a preocupação era legitimar outra vez as perguntas do primeiro convidado, levar a sério ao menos o impulso de perguntá-las, apesar da sua irônica retórica. Eu não podia simplesmente abandonar as minhas dúvidas. Mas nesse momento entravam em cena outras vozes, as vozes de alguns críticos que, ao contrário do que o sociólogo recomendava, liam nas poetisas uma essencial “delicadeza feminina”. Estava travada uma disputa (ou uma armadilha): uns tentando ver a sua ideia de feminino em poesia feita por mulher, outros tentando não ver diferença nenhuma. Outras vozes entravam no debate, querendo escapar da armadilha, se perguntando sem parar como escapar dessa. Seria possível mexer com “literatura de mulher” (seja lá o que isso for) sem ocupar o lugar do feminismo nem cair na confusa ideologia do eterno feminino? (CESAR, [1999] 2016, p. 293-294. Edição Kindle).

No excerto acima, Ana C. deixa transparecer o quanto é dotada de uma capacidade crítica que a projeta para além de seu tempo e para além dos dogmas literários estereotipados. Ela toca num ponto pertinente que vai ao encontro da nossa pergunta de pesquisa, ao falar na questão da existência de uma literatura feminina ou feminista, respondendo-a com outra pergunta: “seria possível mexer com ‘literatura de mulher’ (seja lá o que isso for) sem ocupar o lugar do feminismo nem cair na confusa ideologia do eterno feminino?” (Idem, [1999] 2016, p. 293-294).

³⁸ ARTESE, Maria Luiza. Disponível em: <<http://portaldonic.com.br/jornalismo/2017/04/24/palestra-promove-a-discussao-sobre-a-representatividade-feminina-na-literatura/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Ana C. é enfática ao questionar os binarismos entre o feminino e o masculino, dizendo que as diferenças entre os gêneros não podem ser consideradas a partir de uma questão feminista, mítica ou física. As diferenças não se dão por terem as pessoas corpos com sistemas reprodutores distintos, haja vista que essa questão, para ela, é muito mais determinada por outros fatores, como o cultural, e, na literatura, é dada à vinculação que alguns críticos assumem em relação à sua superioridade masculina. A escritora argumenta que precisamos abandonar a ideia de nos preocuparmos com quem escreveu um livro de poemas, o que importa é o prazer que o texto nos oferece. Mais uma vez, podemos traçar um paralelo de suas palavras com Deleuze (1992), quando este afirma que não importa o que o/a autor/a quer dizer com aquilo que escreve, mas quais sensações o texto poético desperta em seus leitores.

Diante desse panorama, considero pertinente comentar uma fala de Montero (2006), o qual destaca que, quando uma escritora mulher escreve um romance protagonizado por uma mulher, todos consideram que ela está falando de mulheres, e quando um homem escritor escreve um romance protagonizado por um homem todos consideram que está falando sobre o gênero humano. Exatamente isso é que acontece o tempo todo, um machismo decorrente dessa estrutura patriarcal de origem colonial, uma superioridade masculina tida como “natural” e “generalizante” também na literatura.

Para as nossas análises *in loco* partiremos de conteúdos literários e geográficos inter-relacionados, que possam conectar questões de gênero (corpo da mulher) ao território (corpo poético ou corpo-palavra), para além da representação³⁹, a partir de um conceito estético criado por Gilles Deleuze e Félix Guattari chamado *literatura menor*, que aparecerá aliado à geografia da diferença e à geograficidade nas obras poéticas de Ana C.. A partir desse entrelaçamento entre literatura e geografia será possível construir uma proposta transdisciplinar, no quarto capítulo desta pesquisa, que permita ser aplicada ao ensino desses dois componentes curriculares (ou mais) concomitantemente.

Em primeiro lugar, remetendo-nos ao conceito de *literatura menor*, temos a criação de uma língua revolucionária que surge como forma de resistência aos

³⁹ As imagens nascem nesse amálgama entre corpo e mundo. Sujeito e objeto, essa é ligação que chamamos de *representação*. Um não existe sem o outro. Um começa onde o outro termina. Tal como Kant nos mostrou, as *representações* nos chegam através dos sentidos e se submetem ao nosso princípio de razão. Pensamos tudo sob a forma pura de tempo-espço e causalidade. O vir-a-ser possui um quadro de fundo, possui um palco, uma moldura onde a ação acontece. (TRINDADE, 2019, online).

poderes estabelecidos e em oposição à literatura maior ou da “maioria que é sempre assimilada à categoria da ‘representação’, ou seja, está integrada numa generalidade normalizadora e identificatória [...] em conformidade ao maioritário enquanto norma.” (GODINHO, 2009, p. 15 In: DELEUZE e GUATTARI ([1980] 2009, p. 15). Dizem os filósofos:

As três categorias da *literatura menor* são a *desterritorialização da língua*, a *ligação do individual com o imediato político*, o *agenciamento coletivo de enunciação*. O mesmo será dizer que “menor” já não qualifica certas literaturas, mas as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela a que se chama grande (ou estabelecida). (DELEUZE e GUATTARI, [2002] 2003, p. 41- 42, grifos nossos).

Em face dessas definições deleuzo-guattarianas, podemos resumir que uma língua é uma experiência de flexibilidade na linguagem que produz relações complexas, linhas que se permitem *cartografar*, mas não apreender e que também podem variar em suas intensidades, por meio dos agenciamentos coletivos de enunciação. Eles se derivam no próprio encontro que está fora dos esquemas da representação, ou seja, cada encontro da mesma obra com diferentes leitores produzirá efeitos singulares e imprevisíveis em cada um.

De acordo com Deleuze e Guattari ([1980] 2009, p.12, grifos nossos), “a literatura é um agenciamento, ela nada tem a ver com *ideologia*, e, de resto, *não existe nem nunca existiu ideologia*”. Dessa forma, ratificamos as questões desenvolvidas no segundo capítulo desta dissertação, referentes às questões de gênero e de identidade, reafirmando que ambas estabelecem contato direto com o funcionamento das máquinas molares. Sendo assim, na literatura *maior*, a presença dessas questões são essenciais para a (re)produção de textos estereotipados, afastando a possibilidade de ela apresentar uma condição revolucionária.

As linhas de fuga não estão comprometidas em recuperar sentidos, elas se abrem para a desterritorialização, a fim de que os territórios saiam do seu curso e se destruam. Elas querem acabar com a acomodação do território e dos clichês que nele se encontram funcionando sempre de acordo com um modelo, com uma *matrix*.⁴⁰ As

⁴⁰ A *matrix* está em toda parte. É o mundo em que se acredita ser real para que não se perceba a verdade. É a prisão e o controle da mente diante de regras que todos devem seguir, para legitimar as injustiças e as desigualdades como sendo “naturais”. Há a prevalência de binarismos, por exemplo: no mundo só existem duas identidades de gênero, tudo o que estiver fora será considerado “desvio” e precisará ser corrigido ou rechaçado pela sociedade capitalista, é óbvio!

linhas de fuga abstratas que atravessam os poemas de Ana C. caracterizam os processos de desterritorialização, porque tudo o que havia como padrão no seu território mental é violado por elas, já que correm na recusa de sentido-significação (assignificantes), porque estão em devir intenso e se jogam em várias direções. Portanto, “a desterritorialização é, neste sentido, operada ao nível da criação, do pensamento”. (RIOS, 2016, p. 116). Quanto à experiência do *fora* em Deleuze,

aparece, sobretudo, nas discussões sobre o pensar e sobre a arte. Em ambos os casos, o que prevalece é a tentativa de escapar do senso comum. Fazer do pensamento e da arte uma experiência do *fora* pressupõe o contato com uma violência que nos tira do campo da reconhecimento e nos lança diante do acaso, onde nada é previsível, onde nossas relações com o senso comum são rompidas, abalando certezas e verdades. (LEVY, 2011, p.1311. Edição do Kindle).

Partindo da análise de novos territórios que nos tiram do campo da reconhecimento e pressupõe a produção de novas subjetividades, através de mecanismos como memórias, sensações, desejos, pontos de vistas, sentimentos, idealizações, é possível encontrar nas obras de Ana C., principalmente nos poemas em versos e nos poemas em prosa, movimentos criativos de resistência à lógica da representação, da subjugação patriarcal e da moral cristã. Concordo plenamente com Rios (2016, p. 113), quando afirma que Ana C. “subverte o caminho traçado entre o texto, o leitor e a sociedade para a qual a poeta caminha rumo à desterritorialização”.

Produzir uma *linguagem menor*, uma *literatura menor*, conforme já citado anteriormente, significa não se deixar subordinar também às normas de uma *língua maior*, é um processo de resistência, uma luta da língua menor contra o seu modo maior, “das tribos contra o Estado, das ‘minorias’ contra a maioria. Resistir é perceber que a transformação se faz necessária, que o intolerável está presente e que, portanto, é preciso construir novas possibilidades de vida”. (LEVY, 2011, posição 1313. Edição do Kindle, grifo nosso).

Rancière (1999, p.11) expõe seu ponto de vista em relação à pretensão de Deleuze por uma *literatura menor/molecular*:

Trata-se, antes de tudo, de poética e também das implicações políticas de uma poética. [...] Eis a política inerente à metafísica da literatura. Essa política questiona a igualdade dos indivíduos humanos na sociedade em favor de uma grande igualdade que reina apenas embaixo, no nível molecular -- uma igualdade ontológica mais verdadeira, mais profunda do que a reivindicada pelos pobres e pelos operários. Por trás da mascarada fraternidade, há a

simpatia que religa as fibras de universo. [...] É essa igualdade antifraterna que Deleuze recusa. A revolução molecular é realmente princípio de fraternidade.

No processo de des(re)territorialização da escrita de uma *literatura menor*, os corpos poéticos se rearticulam para facilitar uma conveniência expressiva, para, através de uma nova estética, se combinarem. Esse novo território “fura” os esquemas das forças inexoráveis da representação, é o espaço para o caos. Os agenciamentos mostram as multiplicidades que essa relação com o *fora (que é a própria resistência)* lida, e ela é de uma lógica *cartográfica*, a qual Deleuze e Guattari (1986) chamam de *micropolítica*.

Um poema ou uma prosa poética são formações discursivas que funcionam dentro da lógica em que o desejo é produzido em seu interior. Quando há o abandono de certas características que lhe são fixas, enquanto estrutura e registro, há rupturas nas linhas sedentárias ou molares do território conservador. Abre-se aí o espaço para o caos, e esse caos nada tem a ver com o sentido que empregamos no cotidiano, mas com *todas as formas possíveis de pensamento*.

Definimos o caos menos pela sua desordem do que pela velocidade infinita com que se dissipa toda a forma que nele se esboça. É um vazio que não é um nada, mas um virtual, contendo todas as partículas possíveis e adquirindo todas as formas possíveis que surgem para de imediato desaparecerem, sem consistência nem referência, sem consequência. [...] O plano de imanência é como um corte do caos e age como um crivo. O que caracteriza o caos, com efeito, é menos a ausência de determinações que a velocidade infinita com a qual elas se esboçam e se apagam: não é um movimento de uma a outra, mas, ao contrário, a impossibilidade de uma relação entre duas determinações, já que uma não aparece sem que a outra tenha já desaparecido, e que uma aparece como evanescente quando a outra desaparece como esboço. O caos não é um estado inerte ou estacionado, não é uma mistura ao acaso. O caos caotiza, e desfaz no infinito toda consistência. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p.59).

Partindo do conceito de *literatura menor*, passamos a situar, para efeitos didáticos, onde Ana C., na linha de tempo da história oficial da literatura brasileira, se encontra. A poeta torna-se conhecida como um dos principais expoentes da chamada Literatura Marginal ou, mais especificamente, da Geração Mimeógrafo na década de 1970. No que se refere à Geração Mimeógrafo, “o que se pode observar é que a produção marginal foi adentrando nos lugares, provocando o olhar e a opinião pública, e, aos poucos, legitimando sua força e conquistando seu espaço”. (ALVES, 2013,

p.12). Esse tipo de literatura apresenta uma geografia que lhe é peculiar, porque muda o itinerário percorrido pelos escritores à procura de grandes editoras com nome reconhecido no mercado editorial e clama por autonomia literária, a fim de fugir dos padrões burgueses estabelecidos, tanto os comerciais quanto os de estilo (cânones). Por certo, também era uma maneira de escapar à censura militar da época. Ainda segundo Alves (2013),

Apontada como manifestação menor, suja, experimentalismo vazio, o valor da geração marginal está na busca de uma sobrevivência, um drible de esperança em um momento difícil, um caminho novo para se reinventar experimentando o que pode a arte oferecer. Com humor, alegria e certa desesperança também, é uma geração criadora de afetos e subjetividades fortes. Já não necessita reivindicar um espaço, pois seu lugar já está mais do que legitimado nas correntes da literatura brasileira. (Idem, p. 12).

À época, as manifestações artísticas em geral, antes de serem exibidas ao público, eram obrigadas a passar pelo filtro da censura. Dessa forma, esse grupo de escritores, inconformados com a violência compulsória a quem discordasse do regime ditatorial vigente, alterou o seu comportamento frente à sociedade e ao mercado de produção e consumo de livros. Ana C., na citação abaixo, nos traz um panorama geral quanto àquela nova forma de olhar a produção editorial do momento:

Nessa perspectiva, através do circuito paralelo, o autor pretende aproximar-se do público, recuperar um contato, tomar posse dos caminhos da produção. Recuperar talvez um certo caráter artesanal, a lição do cordel. Recusar o esquema de promoções, a despersonalização da mercadoria-livro, a escalada da fama. Isso tudo em âmbito restritíssimo, quem sabe meio nostálgico, em que as iniciativas isoladas se enfraquecem e as coleções e agrupamentos dão mais certo. Os autores começam a se juntar, renunciando talvez a difusão da cooperativa. (CESAR, 2016, p. 240. Edição do Kindle).

Por esses motivos expostos, tais intelectuais decidiram reproduzir seus livros de forma artesanal, fazendo cópias mimeografadas e vendendo-as a baixo custo em praças, ruas, universidades, praias, bares, cafés, portas de cinema ou, até mesmo, distribuindo-as gratuitamente a futuros leitores. Neves (2016, online) endossa as nossas palavras, dizendo:

O gênero de poesia que foi denominado de "marginal" no Brasil se tornou conhecido por este nome, porque seus poetas abandonaram os meios tradicionais de circulação das obras, através de editoras e livrarias, e buscaram meios alternativos, realizando cópias mimeografadas de seus

trabalhos, que eram comercializados a baixo custo, vendidos de mão em mão nas ruas, em praças e nas universidades. Através dela, os poetas da geração mimeógrafo queriam se expressar livremente, em pleno regime da ditadura militar, bem como revelar novas vozes poéticas. (NEVES, 2016, online, grifos do autor).

Esse movimento literário da poesia brasileira objetivou promover constante inovação poética, pautada pela inventividade artística e pela vitalidade criativa. Os poetas da geração mimeógrafo inspiraram-se nos movimentos de contracultura presentes no Brasil e em outros países, para divulgar uma produção literária que estivesse fora dos padrões, ou seja, uniram-se numa posição de rebeldia em relação às regras às quais eles, os jovens escritores da época, eram obrigados a seguir. Igualmente, “desejavam uma nova forma de escrita que fosse, ao mesmo tempo, um contraponto à vanguarda concretista e à poética de João Cabral de Melo Neto, criticada por eles como sendo extremamente racional e objetivista.” (MALUFE, 2006, p. 20). Outras características daquele período, segundo Neves (2016, online) são:

[...] organização da poesia em estruturas rápidas que aliassem texto e elementos visuais; promoção de leituras imediatas, com conteúdos facilmente assimiláveis e utilização de uma linguagem coloquial, revestida de sarcasmo, ironia, humor, gírias e, inclusivamente, palavrões.

Ana C. estreou na literatura ao lado dos poetas que fizeram parte da geração marginal dos anos 70, na antologia *26 poetas hoje*, organizada em 1976 por Heloisa Buarque de Hollanda. “Embora desde o início se diferenciasse nitidamente do grosso daquela produção, a poesia de Ana sempre apresentou traços do experimentalismo de seus colegas e manteve com eles um importante parentesco”. (MALUFE, 2016, p. 19-20).

Por outro lado, é perceptível que Ana C. expressava uma visão teórico-crítica diferenciada no que diz respeito à função da literatura. Ao analisarmos a citação abaixo, veremos em sua reflexão o quanto ela faz *ressoar* as ideias de pensadores pós-estruturalistas, dentre eles, Deleuze e Guattari de quem era ledora.

Nas andanças das suas obras, o escritor tem de se haver de alguma forma com o impermeável mito platônico de sua inutilidade. Em horas de aperto, há escritores que apelam para o populismo, para o naturalismo, para a função “fotográfica” da literatura. O mimetismo condenado por Platão vira receita de utilidade: a literatura é útil porque imita a vida. O dogma segue fácil: a literatura que não imita, essa sim é inútil. A expulsão se faz por outra via. A

defesa mimética acaba fazendo falar o mito que queria calar. Aceita os termos da discussão e a distinção platônica entre o modelo, lá, real, e a cópia, aqui, fiel. Apenas valoriza a cópia, em vez de desprestigiar-la. (CESAR, 2016, p. 234, grifos da autora).

Nascida em uma família culta, protestante e de classe média, Ana C. estudou Letras na PUC-RJ e trabalhou como tradutora, sendo responsável por traduzir para o português a primeira edição da obra poética de Sylvia Plath. Fez um mestrado em Comunicação, pela UFRJ, e outro em Teoria e Prática de Tradução Literária, pela Universidade de Essex (Inglaterra). Isso possibilitou que ela, embora fosse um dos principais nomes dessa geração, organizasse seus textos com um aperfeiçoamento estético ímpar, diferenciando-se dos demais em estilo. A intelectual, que sofria com crises de depressão, cometeu suicídio aos 31 anos, no dia 29 de outubro de 1983, saltando da janela do seu quarto, no oitavo andar, do apartamento onde vivia com seus pais em Copacabana. Examinemos o que nos afirma Coelho (s.d., online):

Ana Cristina começou a ditar poesias para sua mãe aos seis anos, e aos sete já publicava seus poemas nos jornais do Rio de Janeiro, onde morava. Ana fez intercâmbio na Inglaterra, onde se encantou com os poetas como Emily Dickinson, Sylvia Plath e Katherine Mansfield, e aos dezenove anos entrou na PUC RJ para cursar Letras. Na década de 1970, Cesar começou a publicar poemas e textos de prosa poética em coletâneas, revistas e jornais alternativos. As posições pouco conservadoras aliadas a vasto repertório intelectual e apurado senso estético, pavimentaram o percurso de Ana C. para além das agendas ideológicas, em texto firme e seguro, influenciado fortemente por Walt Whitman, onde o corpo aparece como protagonista, e o poema se faz o próprio corpo do poeta, como explica Paulo Ricardo Alves, mestre em Letras pela USP. “Amor, isto não é um livro, sou eu que você segura e sou eu que te seguro”. Em 1983, Ana, deprimida, tentou o suicídio no mar do Rio de Janeiro, mas era então vigiada por um enfermeiro. Decidida, entrou no banheiro no apartamento que dividia com os pais, ficou nua, se ensaboou, para que fosse impossível alguém conseguir segurá-la, abriu a porta do banheiro e saiu correndo, saltando pela janela do oitavo andar. (COELHO, s.d., online).

A poética de Ana C. desafia a compreensão imediata do leitor, causando nele um *estranhamento*, deixando-o em uma dúvida provocada. Se o seu texto tem caráter autobiográfico, confessional ou ficcional ou, de repente, se é tudo isso junto não tem tanta relevância, em se tratando de uma *literatura menor*, a não ser para os decodificadores da representação, que insistem em procurar respostas formatadas para encaixá-lo, enquadrá-lo neste ou naquele modelo de escrita maior. Quanto ao processo de interpretação de seus textos, Ana C. diz: “Eu acho que, no meu texto e acho que em poesia, em geral, não existe entrelinha. Não acho que exista isso de

entrelinha. Entrelinha é uma mistificação. Existe linha mesmo, o verso mesmo.” (CESAR, [1999] /2016, p. 316. Edição Kindle).

Conforme Deleuze (1992, p. 136), a interpretação de um texto poético não importa, porque “pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar; e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer”. E experimentação foi o que nunca faltou a Ana C. em seu fazer poético, sendo essa uma maneira de a autora se arrojar em uma escrita singular, ou melhor dizendo, fora dos paradigmas tradicionais.

Conforme Sanhotene e Bello (2021, p. 109), Deleuze lia, procedia cortes, havia em sua produção filosófica corte, colagem e criação.

Sua leitura é produtiva, isto é, produz torções, efeitos, conceitos, [...] sua leitura é estratégica, distanciando-se de uma hermenêutica que perguntaria ‘o que este autor quis dizer?’ e aproximando-se de uma política experimental que questiona: quais os efeitos disso que leio? (Idem, p. 109).

Como vimos, há muita semelhança deste posicionamento de Deleuze e a forma como Ana C. produz a sua criação: ela corta, cola e cria. Isso pode ser identificado já na análise do poema *Samba-Canção*, quando me refiro à desterritorialização que a poeta faz de um verso da obra de outra autora e, posteriormente, a sua reterritorialização no seu texto para gerar outro sentido, aderindo à ideia de “colagem de outras vozes [...] colhidas da tradição moderna da literatura”. (SOUZA, 2010, p. 88).

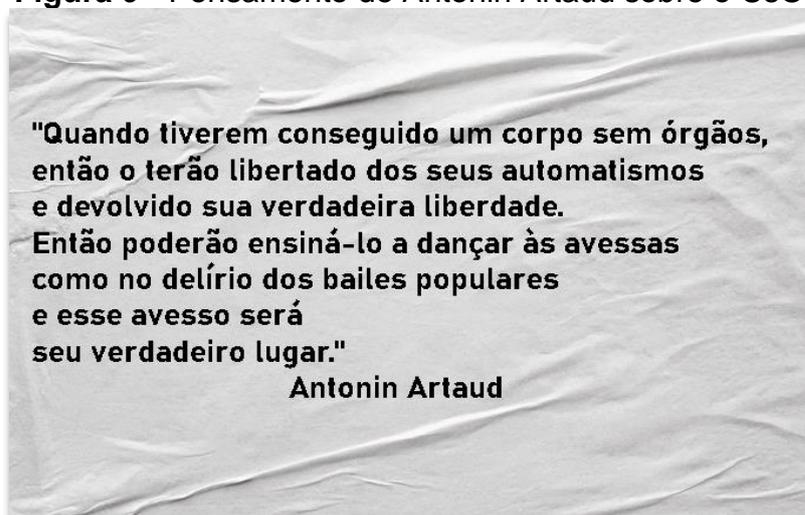
Na sequência, segundo observa Moriconi (2016, p. 3), “a crítica literária contemporânea é unânime em classificar o texto de Ana C. como excêntrico em relação ao tipo de poesia que notabilizou sua geração”. Igualmente, Malufe (2006, p. 20), ratifica que os textos de Ana C. trazem “uma sofisticação e um trabalho com a linguagem que a destaca da maioria daqueles poetas que adotaram o tom marginal.” (MALUFE, 2006, p. 20).

Ainda considerando o pensamento de Deleuze (1992) e a *literatura menor*, reforçamos a ideia do quanto há a recusa da *representação* como coluna da criação literária em Ana C., já que ela coloca o texto literário à frente do mundo, tal como Deleuze vislumbra. Em vista disso, para fugir das armadilhas da representação, seja metafórica ou não, analisaremos o modo como os processos de desterritorializações

acontecem nos poemas de Ana C., as linhas de fugas envolvidas, os fluxos, os cortes e as intensidades que aparecem em relação ao corpo feminino no seu corpo poético.

Assim, fazendo rupturas nas estruturas de vivências patriarcais, será concebível cartografar as geografias das emoções libertárias, as estratégias e as formações do desejo que produzem a descoberta desse novo corpo, um *Corpo sem Órgãos*, “um corpo ‘sem alma’, mas consciente e ciente; um corpo ‘sem anatomia’, ‘invisível’, que não come, bebe ou caga... Um corpo devindo”. (ARTAUD, 1987, p. 105 e 263 apud LIMA, 2010, p. 90, grifos do autor).

Figura 9 - Pensamento de Antonin Artaud sobre o CsO.



Fonte: (Idem, 2010, p. 90). Papel de parede: Imagens Google. Arte em photoshop realizada por mim.

Por conseguinte, ao escrever e entrar em devir-mulher, Ana C. se *desterritorializa* das exigências do poder vigente e de uma literatura maior, buscando encontrar novas potências de vida, com o propósito de arquitetar saídas pela *diferença*, dando vazão a dores e amores, experimentando modos ainda não explorados de existir alhures.

3.1 PARA FAZER A LINGUAGEM DELIRAR: ENTRANDO NO TERRITÓRIO DAS MICROPERCEPÇÕES

“Nada há a interpretar, mas tudo a experimentar”.
GILLES DELEUZE (2000, p. 143)

Quando se trata de entrelaçar a manifestação discursiva do corpo da mulher à arte literária e à geografia, simultaneamente, há que se intertextualizar as escrituras investigadas a partir da vibração de estímulos sensoriais, porque adentramos um território invisível: o do pensamento. Os poemas provocam em nós sensibilidades as quais nos fazem “enxergar” as coisas simples do cotidiano – privado ou urbano –, por exemplo, como se elas fossem uma aventura desafiadora do pensamento, alterando desse modo as nossas paisagens internas, as nossas sensações e percepções e as nossas fechadas concepções de mundo. A partir dessa alteração que envolve a lucidez do mundo ao nosso redor, do ponto de vista da escrita literária e/ou da leitura poética, pode-se ir ao encontro de uma vida em devires e, no caso desta pesquisa, ao encontro de uma arte-geografia possível, onde a palavra delinea vários trajetos subjetivos (“impessoais”, segundo Ana C.), desmarcando as distâncias geométricas do mundo real. Em Marquez (2006, p. 11), na citação abaixo, temos uma argumentação significativa em relação ao entrelaçamento entre a geografia, as expressões artísticas/literárias e o corpo.

A imagem é um elemento recorrente na geografia. Ela não é exatamente a realidade do espaço, é apenas uma manifestação deste, uma representação efêmera e aberta. Sua complexidade nos obriga a tecer cruzamentos com outras áreas do conhecimento tais como as artes literárias, as artes plásticas, a filosofia da percepção e a fisiologia do olhar e do compreender. As categorias geográficas de *lugar*, *paisagem* e *território* constituem intermediações possíveis entre a imagem e o espaço real. Mas o corpo insere-se nos lugares, esquadrinha os territórios, compara paisagens, tece a realidade vivida. A análise geográfica é contaminada pelo estar-no-mundo. A ciência das coisas concretas, segundo o paradigma da geografia moderna, deixa-se invadir por *processos externos*: categorias que ultrapassam as fronteiras disciplinares, conforme Milton Santos; metacategorias, conforme Cássio Hissa. Tais *processos externos* atravessam lugares, paisagens e territórios e imprimem neles temporalidades e significados móveis. Toda imagem é discurso, pois é o mundo praticado, a práxis do sujeito no mundo. As imagens são sempre pontos de vista, fragmentos de um todo que não existe independente de nós. A ciência geográfica é também uma geografia do corpo: o corpo produz conhecimento espacial. (Idem, grifos da autora).

Eu considero muito pertinente a autora ter validado essas ideias que vislumbram a possibilidade de integrar ciência e arte, posicionamento que o geógrafo Milton Santos (1994, p. 7) sempre se mostrou favorável, alegando ter sido um grande erro que a geografia cometeu ao querer ser apenas ciência e não ciência e arte, quando abandonou a literatura.

Em relação à temática comumente utilizada por Ana C. em suas obras, conforme Malufe (2006, p. 23), nós desejamos acrescentar o que segue:

Nos poemas de Ana C., o dia a dia é o ‘lugar’ por excelência. Temas cotidianos, falas cotidianas, problemas cotidianos. E de um cotidiano íntimo, privado. Há ainda traços do urbano, imagens colhidas em um dia a dia que se desenrola nas ruas, avenidas, no asfalto, nos carros. Enfim, uma poesia que alude a situações próximas de nós, da vida nas grandes cidades, como era aquela de seus colegas

A escritora trabalha o texto como potência, de acordo com Lima (2010, p. 2), “nem que, para isso, sua poesia, apesar de carregar elementos do cotidiano, seja classificada como difícil”. Por outro lado, este autor revela também que:

sua poesia não se apropria de elementos do cotidiano para se justificar como pertencente a uma determinada geração, mas, sim, como reinvenção de elementos da literatura e de si mesma enquanto sujeito que se desfragmenta (...). (LIMA, 2010, p. 2).

Durante as análises, realizamos um exercício sutil de “raspagem”, para que os textos se deixem falar por transparência, a fim de que encontremos outros gostos que não os das organizações maiores, como as do domínio disciplinar e/ou de controle, anteriormente estudados. É preciso experimentar cada texto, seu sabor, seus cheiros, seus sons, suas cores, suas imagens (paisagens), suas velocidades, suas linhas duras, flexíveis ou de fuga, seu ritmo, ou seja, é preciso aprender a pensar e a escrever pelas *sensações*, pelos lugares inconscientes do discurso, onde a escrita se movimenta para formar uma cartografia. É importante cartografar esses movimentos que estão incursos em textos plenos de afectos e perceptos, que têm como ponto de partida a recusa da transcendência do fundamento para mergulhar no caos da criação e das intensidades. Os sentimentos atravessam as palavras, e as palavras dançam e, tocando-nos com força, impulsionam mudanças em nossos pontos de vista, sensibilidade e humor.

Para que assim ocorra, Ana C. joga-se ao radicalismo pós-estruturalista, principalmente quando desconstrói a visão de autoria, tendo como fonte de inspiração suas leituras:

A postura adotada por ela diante da questão da autoria e do estatuto do texto literário se aproxima muitas vezes de filósofos considerados pós-estruturalistas, como Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze. Conforme se pode observar, em sua biblioteca particular, Ana era de fato leitora de autores que partilham certo universo de pensamento comum, aquele em que vemos afastar-se uma concepção meramente representacional da arte. (MALUFE, 2006, p. 28).

O que se pretende nos exercícios analíticos é viver a experiência da descoberta do *diferente* daquilo que comumente se pensa em literatura do corpo, isto é, queremos defender uma literatura que exista a *favor da diferença com autonomia e não como repetição das cópias-ícones*. Mais precisamente, uma literatura em que o corpo da mulher apareça em constante devir no corpo poético, com as linhas de fuga se inserindo libertariamente no plano de composição do poema, com a finalidade de construir várias vias de diferenciação e de passagem dos fluxos.

Dessa forma, deixar que a linguagem literária fale das bordas é acreditar na força demolidora da escrita em querer modificar realidades internas e externas ao escritor. “Sair do centro, deixar que a linguagem fale também da margem, no que se ouve, no que chega do outro.” (ALMEIDA, 2019, p. 17). Esses movimentos pressupõem-se também geográficos e descentralizados, pois eles percorrem caminhos rizomáticos, há deslocamentos, atravessamentos, distâncias, velocidades, mudanças mentais de lugar etc. no pensamento.

A possibilidade do movimento de vaivém em direção ao encontro do outro marca o literário como um espaço de diálogo. É por meio dessa conversa que os agenciamentos acontecem. Mesmo nos poemas, não se pode confiar o “coração” ao método representacional, porque ele coloca tudo numa única linha de raciocínio predestinada a uma única lógica de interpretação. Sendo assim, “as formações discursivas são verdadeiras práticas e suas linguagens, ao invés de um *logos* universal, são linguagens mortais, capazes de promover e, por vezes, exprimir mutações.” (DELEUZE, 2005, p.24).

3.2 O POEMA CORPO-TERRITÓRIO-POÉTICO E DES(RE)TERRITORIALIZAÇÕES EM ANA CRISTINA CESAR

A questão do corpo da mulher aparece implicada na obra de Ana C., como já foi expresso anteriormente nesta pesquisa. A escolha das obras trabalhadas neste estudo se deu pensando a partir do corpo da mulher que surge no corpo-palavra (linguístico e poético) como *acontecimento*. “Não somos pessoas, somos acontecimentos”. (Deleuze, 1980, online). O corpo poético em Ana C. é um corpo entre vozes e silêncios, um corpo que, segundo Malufe (2010, p. 42), serve para pensar uma outra relação entre autor e obra, entre corpo e texto. Por isso, precisamos compreender que existe entre esses elementos uma relação constitutiva indissociável,

um corpo que se desterritorializa quando se diferencia em *experimentações* que estão fora do corpo padrão da época.

Um corpo é entendido no sentido mais amplo possível para Deleuze ([1981] 2002, p. 132): “um corpo pode ser qualquer coisa, pode ser um animal, pode ser um corpo sonoro, pode ser uma alma ou uma ideia, pode ser um corpus linguístico, pode ser um corpo social, uma coletividade”. Essa definição ajuda-nos a flexibilizar a ideia de corpo a ser procurada nos textos poéticos de Ana C..

Em referência a um suposto corpo real presente na linguagem literária da escritora, ela própria admite que não há confluência entre o seu corpo físico e o seu corpo poético. Ana C. ([1999] 2016) é categórica ao afirmar que não é possível a expressão da sua intimidade, ou seja, a representação da sua intimidade na literatura. Quando Ana C. fala dos desejos, enquanto corpo poético (feminino), por exemplo, percebe-se um corpo que pulsa como se ele fosse impessoal no processo de criação. Pelo que eu percebi, a escritora parte de um *estágio bruto de pensamento* e, a partir dele, estetiza-o. A ordem do texto poético é a criação e o fingimento. “A gente sempre acha que é Fernando Pessoa”, escreve Ana. (CESAR, [1999] 2016, p. 14. E-book Kindle).

Na literatura, então, não existe essa verdade. Então, quando falo isso, eu opto, eu estou declarando, fazendo uma afirmação de princípios da produção literária. Ao produzir literatura, eu não faço rasgos de verdade, eu tenho uma opção pela construção, ou melhor, não consigo transmitir para você uma verdade acerca da minha subjetividade. É uma impossibilidade até. (CESAR, [1999] 2016, p.330. E-book Kindle).

Em uma época em que escrever poeticamente sobre questões que dizem respeito à intimidade e à sexualidade envolvia uma série de tabus, não era nada confortável, pois se tinha a certeza da presença de um leitor “moralizado”. No entanto, Ana C. se arroja, se expõe porque o que lhe importa não é copiar o real e sim criar. Dessa forma, o corpo feminino aparece em cenários cuja corporalidade poética *descria o real* e inventa inéditas formas de existir, desejar e amar. Por conseguinte, “diferentemente de entender o escritor como um sujeito que percebe um objeto, poderíamos vê-lo como alguém que capta nas filigranas do real as forças que estão por detrás das formas já constituídas [...] pequenas forças intensivas que tudo atravessam”. (Idem, p.43).

Pelas suas próprias palavras, percebe-se, em seu livro *Crítica e Tradução*, que Ana C. provoca o seu leitor a não ter somente um envolvimento intelectual com seus versos, mas uma relação passional no qual esses possam atingir-lhe por inteiro, seduzindo-o. De acordo com Cesar ([1999] 2016, p. 7- Edição do Kindle) “o poeta tem que deixar os leitores apaixonados. Fisicamente falando.” Isso é verificável pelo estado de alerta em que seus leitores são colocados.

Analisaremos, a seguir, o poema *Samba-Canção*, extraído do livro de poemas *A teus pés* (1982), único que Ana C. publicou em vida e posteriormente republicado em *Poética* (Companhia das Letras. 2013. E-book Kindle.).

Samba-Canção

*Tantos poemas que perdi,
Tantos que ouvi, de graça,
pelo telefone — taí,
eu fiz tudo pra você gostar,
fui mulher vulgar,
meia-bruxa, meia-fera,
risinho modernista
arranhado na garganta,
malandra, bicha,
bem viada, vândala,
talvez maquiavélica,
e um dia emburrei-me,
vali-me de mesuras
(era uma estratégia),
fiz comércio, avara,
embora um pouco burra,
porque inteligente me punha
logo rubra, ou ao contrário, cara
pálida que desconhece
o próprio cor-de-rosa,
e tantas fiz, talvez
querendo a glória, a outra
cena à luz de spots,
talvez apenas teu carinho,
mas tantas, tantas fiz...*

Neste poema *cantante-dançante* de Ana Cristina Cesar, o tom é dado pelo ritmo⁴¹. “O ritornelo⁴² é territorial, é um agenciamento territorial”. (Deleuze e Guattari, [1997] 2005, p. 118). “Seu sentido rítmico é perfeito, e na verdade depende inteiramente da cadeia de repetições”. (MORICONI, 2016, p.98). No poema *Samba-Canção*, escrito para Armando Freitas Filho, amigo íntimo de Ana C., o ritornelo ganha a função *amorosa*, e a poeta marca no texto a existência de territórios fragmentados, seja por meio de uma sequência evolutiva de forças inconscientes e cortes (atravessamentos), ou de uma escrita por linhas de fuga, seja por conta dos agenciamentos coletivos de enunciação que se dispersam em nomadismos. Ora ela organiza os agenciamentos: componentes dimensionais, intra-agenciamentos, ora sai desses agenciamentos.

É possível observar que o corpo poético inicialmente se encontra em uma situação emocional nada confortável: “Tantos poemas que perdi./ /Tantos que ouvi, de graça, pelo telefone/.” E, a partir da *desterritorialização* de parte de um dos versos do estribilho da marchinha de carnaval *Pra você gostar de mim* (1930), de Carmen Miranda – “*taí, eu fiz tudo pra você gostar*” – para a sua *reterritorialização* em seu texto – “a poeta tinha por hábito roubar falas de outros autores⁴³, utilizando-se de recursos típicos das vanguardas artísticas do início do século XX, a colagem, o readymade⁴⁴” (Malufe, 2015, p. 42) – a escritora passa a compor os seus registros indo em direção a territórios imprevisíveis, ou melhor ainda, a outros lugares mentais por meio de vetores loucos. É um corpo em movimento que está em acontecimento à medida que entrelaça arte e vida. Cada verso se altera em direção a um novo território, obedecendo a uma ilogicidade visivelmente programada. Não interessa à autora a

⁴¹ Segundo o dicionário Michaelis, ritmo é a “sucessão de tempos fortes e fracos que ocorrem, com intervalos regulares em uma frase musical, um verso etc.”. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ritmo/#:~:text=1%20Sucess%C3%A3o%20de%20tempos%20fortes,curso%20de%20qualquer%20processo%3B%20cad%C3%Aancia.>> Acesso em: 20 maio 2023. No caso específico desta análise, ritmo não tem a ver com métrica, é algo fora dela, é território que se cria de forma autônoma.

⁴² Em outros termos, para mim, o ritornelo está totalmente ligado – e isso me remete ao A de Animal – ao problema do território, da saída ou entrada no território, ou seja, ao problema da desterritorialização. Volto para o meu território, que eu conheço, ou então me desterritorializo, ou seja, parto, saio do meu território. [...] Um grande músico não coloca um ritornelo depois do outro, mas ele funde ritornelos num ritornelo mais profundo. ABECEDÁRIO de Gilles Deleuze, (1988/1996).

⁴³ E estes poemas poderiam ser de outros ou dela mesma, uma vez que ser processo de escrita implicava em uma constante reescritura de si, uma recorrência sistemática a seus próprios escritos, anotações, rascunhos, diários, mais tarde tão divulgados. (MALUFE, 2015, p. 42).

⁴⁴ O readymade é manifestação radical da intenção de Marcel Duchamp de romper com a artesanaria da operação artística, uma vez que se trata de apropriar-se de algo que já está feito: escolhe produtos industriais, realizados com finalidade prática e não artística (urinol de louça, pá, roda de bicicleta), e os eleva à categoria de obra de arte. Fonte <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ready-made>

expressão da materialização do seu eu-poético fixado a um território, tampouco remeter-se a um passado de pertencimentos. Em *Samba-Canção*, as geografias moleculares se apresentam em uma rede de progressões espaço-temporais que são marcadas também por encadeamentos sintáticos-poéticos, agenciamentos psicomentais atrelados a paisagens sentimentais.

Sobre a bricolagem utilizada por Ana C., espécie de construção de um texto por meio da reunião de fragmentos de outros textos, Deleuze, em seu livro *Diferença e Repetição* (2000), esclarece que não ocorre uma repetição bruta e nua nesta técnica, mas uma repetição que produz o singular, o novo. No deslocamento feito pela poeta, podemos observar que esta repetição faz desaparecer o autor da primeira composição e engendra novos sentidos em seu poema. Portanto, quando Ana C. se vale disso, muitas vezes como ponto de partida de sua criação, está fazendo o que iremos aprofundar no último capítulo desta pesquisa, uma *tradução*. Conforme Gomes (2006, p. 7), “a tradução possibilita a um texto continuar sua vida em novos contextos, através da transformação e renovação. Para tal, o tradutor precisa transformar o passado em algo novo”.

Ainda discorrendo sobre o aspecto de “roubar” falas de outros escritores consagrados (ou de textos anteriores dela mesma), Ana C. apresenta-se absolutamente identificada com as ideias deleuzianas. De acordo com Gallo (2000, p. 1), “essa ‘repetição’ (que é também, necessariamente, ‘diferença’) a qual Deleuze faz de outros filósofos e autores é antes de tudo um roubo”. Gallo (2000, p. 1) nos coloca ainda que: “Deleuze, citando e parafrazeando Bob Dylan, entende roubar como o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como”. Dentre os conceitos “roubados” por Deleuze, citamos como exemplo o de *Corpo sem Órgãos*, de Antonin Artaud, que passou a compor a sua teoria com outras nuances, estas antes não pensadas.

Na sequência, verificamos que Ana C. não apresenta outra reterritorialização intertextual em seu poema *Samba-Canção*, bem pelo contrário, a partir disso ela passa a produzir várias desterritorializações por meio de interagenciamentos, enunciando uma escrita que se projeta loucamente em devir-mulher: “fui mulher vulgar/ meia-bruxa /meia-fera /risinho modernista/ arranhado na garganta, / malandra, bicha/ bem viada/ vândala, talvez maquiavélica”. Nesse movimento em devir, Ana C. é afirmativa ao colocar o seu eu poético a potencializar as mulheres corajosas e rebeldes de seu tempo, as ‘minorias’ – “vulgar /bruxa /fera /malandra /bicha /viada/

vândala /maquiavélica” - essas que são moralmente rechaçadas com tais adjetivos por destoarem dos padrões de “normalidade” vigentes numa sociedade estruturalmente machista. Em contraposição aos seus versos, entende-se que as mulheres valoradas pela sociedade têm de serem respectivamente: distintas/ princesas/ recatadas/ inquebrantáveis/ heterossexuais/ santas/ passivas/ divinas.

Dando continuidade ao que foi dito, inferimos que o corpo poético de Ana C. passa a experimentar várias forças em transmutação, forças terrestres e forças cósmicas que trazem à superfície a vida escondida pelos clichês. De acordo com Deleuze e Guattari ([1997] 2005, p. 118) “esses são componentes de passagem ou até de fuga”. E os três juntos. “Forças do caos, forças terrestres, forças cósmicas: tudo isso se afronta e concorre no ritornelo.” Os autores afirmam que: “do caos nascem os *Meios* e os *Ritmos*. [...] O caos não deixa de ter componentes direcionais, que são seus próprios êxtases.” (Idem, p.118). Deleuze e Guattari (ibidem, p. 119) nos dizem também que o caos não é o contrário do ritmo, é antes o meio de todos os meios. Então, “há ritmo desde que haja passagem transcodificada de um para outro meio, comunicação de meios, coordenação de espaços-tempos heterogêneos [...] o ritmo liga os instantes críticos”. (Idem, p. 119).

Em outras palavras, é perceptível no poema *Samba-Canção* a presença desse ritmo pela sequência progressiva (nem sempre precisa ser assim) dos movimentos feitos pelo eu poético, com um código se apoiando em outro sem prejuízo do conteúdo e dos significados. Por exemplo, de “mulher vulgar”, ela passa para “meia-bruxa”, de “meia-bruxa”, ela passa para “meia-fera” e assim por diante nessa rede semiótica de apoio que compõe a sua tessitura linguística. Há sempre presente no poema um estado de transcodificação ou de transdução. “A transcodificação ou transdução é a maneira pela qual um meio serve de base para um outro ou, ao contrário, se estabelece sobre um outro, se dissipa ou se constitui no outro.” Aqui, neste caso, se estabelece sobre outro.

Ao lermos um texto, passamos o tempo todo de um meio a outro, de um código a outro, coordenando imagens de várias naturezas, sons os mais diversos, cores, sentidos, velocidades, significados, visualidades, o que implica necessariamente em uma transcodificação: a palavra se torna significado, o significado se torna imagem, a imagem se torna memória, a memória se torna cheiro, o cheiro se torna som, o som se torna respiração, a respiração se torna velocidade, a velocidade, significado, o significado, cor, a cor se torna imagem e assim indefinidamente. Esta sístole e diástole dos meios, este deslizamento de um no outro é o que cria o ritmo. (MALUFE, 2006, p. 140).

Para completar o nosso raciocínio, recuperamos as falas de Deleuze e Guattari ([1997] 2005, p. 119) que expõem: “a noção de meio não é unitária: não é apenas o vivo que passa constantemente de um meio para outro, são os meios que passam um no outro, essencialmente comunicantes” no entre do poema. É nesse *entre dois*, a saber, entre dois códigos, “meia-bruxa, meia-fera”, “malandra-bicha”, “viada-vândala”, por exemplo, que o caos se torna ritmo.

Por fim, Deleuze e Guattari (Ibidem, p. 118) mencionam que “cada meio é vibratório, isto é, um bloco de *espaço-tempo* constituído pela repetição periódica do componente”, tal qual aparece evidente em: “*tantos/ fiz/ fui (elíptico)/ tantas fiz*”. Na sequência, surgem várias outras desterritorializações que mobilizam essa geografia de linhas de fuga, às quais renovam potências e desejos, onde o corpo poético se abastece quanto “às fontes de energia e às percepções-ações”⁴⁵, partindo para outros agenciamentos: “*vali-me de medidas/ (era uma estratégia)/ fiz comércio, avara,/ embora um pouco burra,/ porque inteligente me punha/ logo rubra, ou ao contrário, cara/ pálida que desconhece/ o próprio cor-de-rosa,/ e tantas fiz, talvez/ querendo a glória, a outra/ cena à luz de spots,/ talvez apenas teu carinho,/ mas tantas, tantas fiz...*”, provocando um vultoso remanejamento dos territórios no pensamento.

Com relação ao conteúdo que envolve ideias sobre corpo da mulher, no corpo poético de Ana C., averiguamos a presença do quanto a poeta transpõe a visão de uma mulher submissa, amordaçada e sem protagonismos, características pouco comuns para a época em que vivera. O seu eu poético feminino toma a atitude de revelar-se à pessoa amada, toma à frente na sua conquista, faz questão de ser notado diante do que sente e, para isso, assume uma postura ativa, numa tonalidade que marca uma potência “masculina” (ou feminista, dependendo do ângulo de análise), valendo-se de forças intensivas que entram em devir num ritmo alucinante. Como efeito disso, temos um “território louco, que beira sua própria dissolução, pois oscila, vacila, transita entre múltiplas direções, múltiplos ritmos, ritornelos sobre ritornelos.” (MALUFE, 2006, p. 151).

No que concerne ao corpo como território poético, na produção literária de Ana C., gostaríamos de realçar que, além de ser um corpo provocador de emoções a serem sentidas, ele é um corpo intensivo de potência que se apresenta vibrátil e nos

⁴⁵ Deleuze e Guattari ([1997] 2005 p. 118).

faz pensar na relação corpo da mulher - corpo da escrita, ou seja, o corpo linguístico em experimentação a partir de uma noção de corpo impessoal.

Ana C. não se intimida, e o seu pensamento sem imagem revela-se ousado através arte literária. As palavras-desejos desprendem-se e rasgam a sua pele *molecularmente*, perpassam os seus poros e atravessam os do leitor, adentrando-os de maneira “suave”, tomados por intensidades tão potentes quanto às de um terremoto que sacode a estrutura dos prédios situados no epicentro desse abalo sísmico. Conforme relata Freitas Filho, na obra *Poética* (2013),

a sensação que se tinha ou a reação sentida é que sua escrita, além de interpelar-se, interpelava quem lia, transformando o leitor, até certo ponto, em seu interlocutor, pois o que era dito confidencialmente se abria para todos sem se entregar por completo, não por mero capricho, mas sim porque o que era dito era irresoluto por natureza. (In: CESAR, 2013, p. 4).

O poema é um território de imanência do pensamento e é um plano de composição, o “território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’. O território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos [...]”, em conformidade ao que relatam Deleuze e Guattari ([1997] 2005 p. 120). Para tais autores, o território comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado”.

o meio tem um componente exterior que remete aos materiais; um meio interior que remete aos componentes e substâncias compostas; um meio intermediário que remete às membranas e limites; um meio anexado que remete às fontes de energia e às percepções-ações. (Ibidem, p. 118).

Além disso, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos importantes em relação ao poema *Samba-Canção*, que são revelados no documentário *Bruta Aventura em Versos* (2011), com direção e roteiro de *Letícia Simões*. Com cenas inéditas gravadas na época do lançamento de *A teus pés* (1982), livro publicado originalmente pela Editora Brasiliense um ano antes do suicídio da escritora, o filme inicia e, aos nove segundos, com o áudio da voz de Ana C. ao fundo, sem imagem na tela, marcando o momento em que ela supostamente deveria estar concedendo uma entrevista, escutamos sua fala explicativa: “Isso aqui não é um diário mesmo, de verdade, não é meu diário, isso aqui é fingido, é inventado, não é realmente parte da minha vida, né? É uma construção” (*sic*). (BRUTA..., 2011, 9s).

O primeiro aspecto faz referência a esse momento singular, quando examinamos que, mesmo dentro de um ambiente apropriado para o lançamento de seu livro e na presença de intelectuais, Ana C. sentiu a necessidade dar explicações *extras* a respeito do conteúdo de seu livro, talvez preocupada com o teor íntimo, sincero, autêntico e confessional que ela apresenta em seus poemas (*vide nota de rodapé 3*) ou, quem sabe, com medo de que seu futuro leitor viesse a vincular o *resultado de sua criação à sua vida particular*, julgando-a.

Nessa seara, a realidade acima apresentada nos remete a uma questão abordada na introdução desta pesquisa, envolvendo a dicotomia sujeito-objeto e a representação. Faz-se necessário lembrar que “quando o sujeito fala a língua da representação – buscando os conceitos exatos para o reconhecimento da realidade – coloca para si a função de ser o porta-voz da maioria”. (MACIEL JR., 2017, online). Para os desconstrucionistas, essa separação não se faz presente, porque sujeito e objeto se constituem mutuamente, não havendo primazia entre eles. “É impossível determinar com clareza como se limitam percepção, sujeito e objeto percebido, já que todos esses constituem um amálgama indefinível.” (SOUZA, 2008, p. 89).

O mesmo autor argumenta a ideia de que Ana C. problematiza a dissolução do sujeito, o que nos faz compreender que “a poeta constrói seu discurso em forte sintonia com o pensamento denominado pós-estruturalista.” (SOUZA, 2010, p. 111). De acordo com esse teórico, “Ana C. ao pôr o próprio sujeito em xeque, escreve sob o signo da desconstrução, e não da construção do sujeito responsável pelas enunciações que compõem seus textos.” (Ibidem, 2010, p. 90). Para finalizar, é pertinente também repetir aqui as palavras de Souza (2010, p. 89): “em Ana C. não há sujeito possível, não há espaço para a ingenuidade biográfica de um autor.”

No plano de composição criado por Ana C. “escrever é algo mais próximo a fazer um mapa, cartografar, agrimensar, do que significar ou representar”. (MALUFE, 2006, p. 36).

Deleuze e Guattari aderem à noção de Foucault [...] de que a linguagem não se reduz a meramente representar os objetos, mas tem o poder de constituirlos, de modo que todos podem transformar de forma diferente o mesmo objeto, pelo poder imanente da linguagem em palavras de ordem, mas tal só é feito no âmbito ‘incorpóreo’ – não se concretiza no mundo palpável. (SANTOS, 2014, p.94).

Ana C., em todo o seu poema, não *representa* e sim *apresenta*, num tom confidencial, as suas escrituras, a articulação entre os significados dos códigos, os ritmos, as rupturas da linearidade, as texturas, os sentimentos, as potências, as linhas, as formas, as cores, os cheiros, as angústias etc. sem remetê-los a critérios de opressão moral ou de ter que cumprir os modelos propostos pela hegemonia dominante. E isso a escritora faz com um *sensu estético ímpar*. “Não é representação de uma realidade outra – seja ela do exterior, do mundo, das coisas, ou mesmo do interior daquele que o escreveu – mas constitui em si uma realidade.” (MALUFE, 2004, p. 31).

Segundo a autora, “não há modelo e cópia, não há representação de um ideal, mas apresentação de um real inédito, um universo próprio e autônomo do texto”. (Idem, 2004, p. 31). Na linha literária em prosa, podemos citar outros autores que se expõem à recusa da representação, como: Virgínia Woolf, negando a perspectiva única da narrativa; Clarice Lispector, reduzindo drasticamente a importância dos objetos reais e Guimarães Rosa, fabricando línguas dentro de línguas. Em relação à escrita de Ana C., Holanda (2006) registra que, com muita maestria, “a sua trama é de riquíssimos e múltiplos vetores, dispersões, fugas, pontas que constituem o território oscilante da sua poética.” (HOLLANDA, 2006, apud MALUFE, 2006, contracapa).

Outra questão que Malufe (2006, p. 46) aponta, em sua obra *Territórios Dispersos*, diz respeito a uma reflexão registrada por Ana C. e que eu achei apropriado reproduzi-la aqui: “escrito à mão por Ana C., na página de rosto do exemplar de *Signos em rotação* de sua biblioteca particular, encontramos destacado este trecho do livro na sua anotação: *o poema não representa: apresenta*”. Tal apontamento da poeta também vai ao encontro de Derrida ([1967] 1995), que nos faz pensar sobre a necessidade de colocar-se um fim à representação:

Fechamento da representação clássica, mas reconstituição de um espaço fechado da representação originária, da arqui-manifestação da força ou da vida. Espaço fechado, isto é, espaço produzido de dentro de si e não mais organizado a partir de um outro lugar ausente, de uma localidade, de um alibi ou de uma utopia invisível. Fim da representação, mas representação originária, fim da interpretação, mas interpretação originária que nenhuma palavra dominadora, nenhum projeto de domínio terá investido e previamente pisado. (DERRIDA, [1967] 1995, p. 158).

Dito isso, salientamos que a escrita literária em si não demanda como condição *obrigatória* o registro de elementos de uma realidade (privada) vivida por qualquer escritor/a, onde suas problemáticas existenciais devam aparecer como pretexto inicial, camufladas entre metáforas e alegorias, porque o ato de criação é artifício, é recriação, é um processo original que não procura fidelizar o vivido, “é um jogo livre, que inventa as regras a cada jogada”.⁴⁶ É a/o poeta quem decide como vai compor os seus escritos, com quais elementos deseja se engajar para mobilizar, por meio de *perceptos* e *afectos*, as sensações no seu leitor. Isso significa dizer que os valores de Ana C. não devem ser os mesmos do seu eu poético. A autora é clara ao expor:

Mesmo que o poeta use como ponto de partida um fato pessoal ou íntimo para escrever, essa pessoalidade considerada íntima se tornará um material bruto, no qual o poeta irá trabalhar. Como em suas próprias palavras: ‘Se você conseguir contar a tua história pessoal e virar literatura, não é mais tua história pessoal, já mudou’. (CESAR, [1999] 2016, p. 330 - 317. Edição do Kindle).

Por outro lado, Deleuze, de acordo com Machado (2009), se utiliza da literatura para criar conceitos importantes de sua filosofia, tais como o de *devir*, de *trágico*, de *diferença*, de *limiar de intensidades*, de *forças* etc., a fim de definir como se estrutura a linguagem de um tipo de literatura: a *literatura menor*. Diante dessa classificação de literatura, Deleuze e Guattari ([1995] 2005) privilegiam a relação entre as palavras, dando maior atenção ao aspecto sintático como formação de um estilo manifesto por fluxos desterritorializantes, os quais têm como pretensão esquizofrenizar a gramática, porque “o campo político contaminou o enunciado todo.”⁴⁷ “Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático”. (Idem, p. 12). Desse modo, esse movimento permitirá que o escritor escreva em sua própria língua como se ela fosse uma língua estrangeira – o desvario da língua materna –, abandonando os cânones consagrados. “Ser bilíngue, multilíngue, mas em uma só e mesma língua (...). É aí que a linguagem se torna intensiva, puro contínuo de valores e intensidades”. (DELEUZE e GUATTARI, ([1995], 2005, p. 42-43).

Para Deleuze (Idem, p.50), buscar uma *literatura menor* é “gaguejar na própria língua”.

⁴⁶Referindo-se ao que Deleuze chamou, em *Lógica do sentido*, de jogo ideal: aquele em que não há regras pré-fixadas [...] nem ganhadores. (DELEUZE, [1969] 2000, pp. 61-68).

⁴⁷ (KLM, [2002] 2003, p. 40).

Gaguejar diz respeito a empurrar a linguagem ao seu limite, elevá-la a enésima potência, produzindo uma língua estranha no interior de seu próprio regime de significação por meio da imposição de uma variação contínua. Não uma disfunção da fala, mas “um tremor que já não é psicológico, porém linguístico. Assim, fazer a própria língua gaguejar, no mais profundo do estilo, é um procedimento criador que atravessa grandes obras. (DELEUZE e GUATTARI, [1995] 2005, p. 50).

Nesse entendimento, Deleuze e Guattari (1992, p. 228) afirmam: “O escritor torce a linguagem, fá-la vibrar, abraça-a, fende-a, para arrancar o percepto das percepções, o afecto das afecções, a sensação da opinião”. Isso significa: “tornar sensíveis as forças insensíveis que povoam o mundo e que nos afetam e nos fazem devir.” (Ibidem, p. 235).

Como professora de literatura, compreendo que todo/a escritor/a trabalha a língua com um cuidado minucioso, principalmente na hora de optar por uma ou outra palavra, entre muitas, para que esta venha a demonstrar a sua legítima intenção. Nesse aspecto, Ana C. se distanciava da literatura marginal, que tinha uma natureza imediatista. É sabido e divulgado que Ana C. insistia nisso, pois rascunhava, rabiscava, rasurava incontáveis vezes, engavetava e, depois, retomava os textos que não tinham ficado ao seu agrado, ela fazia uma verdadeira “carpintaria” com as palavras, até encontrar a que desse o “sentido desejado”, para produzir o que já foi explanado: uma *literatura menor*. Essa atitude é facilmente percebida ao olharmos para os registros/rabiscos originais de seus poemas que, posteriormente à sua morte, foram publicados em uma coletânea denominada “Poética” (2013), pela editora Companhia das Letras.

Ana C. é uma poeta que transgride os limites da linguagem, por meio de forças inconscientes que provocam o surgimento de novas sensibilidades, e isso pode ser constatado com nitidez em *Samba-Canção*. Quanto mais a língua se desterritorializa em um texto literário, mais liberto dos padrões canônicos este está. E quando falamos em *literatura menor*, é porque temos no poema em questão a presença de devires minoritários e contra-hegemônicos. O eu poético feminino escapa das formas modeladas de ser mulher. Ana C. atua em seus textos como o avesso do estereótipo feminino, que se reflete em: “devir-mulher vulgar, devir-bruxa, devir-fera, devir-malandra, devir-bicha, devir-vadia, devir-vândala, devir-maquievélica, devir-avara, devir-burra, devir-rubra, devir-cara pálida”. Ela transgride pela linguagem e na linguagem, que se fragmentada na medida em que a poeta se entrega às linhas de

fuga com fluidez, concedendo, assim, autonomia à sua escrita em relação à onipotência do significante.

A arte é devir. Escapamos das formas modeladas de um feminino já moldado e dado como pronto e acabado e abrimos fissuras para uma não forma, que pode vir a ser o que quisermos nesse campo de um devir-mulher. [...] o devir é tudo aquilo que não tem estado final, um estado de variação, 'ou seja, [é o estado] de fluidez constante, não havendo espaço para o fixo, o cristalizado, o estático. Assim essa disposição ao inacabado é a possibilidade da invenção de novas formas'. (KRAHEI e MATOS, 2010, p. 5).

Outrossim, para impedir que outros cânones venham a se materializar e a reproduzir infinitamente novos clichês, a partir do determinismo linguístico significado-significante, Deleuze e Guattari ampliaram os conhecimentos semióticos produzidos pelos linguistas Peirce (1839-1914) - Pai da Semiótica - e Saussure (1857-1913), consoante nos expõe Costa (2019, p. 289):

Os autores (Deleuze e Guattari) sustentam, então, que os signos não são signos de alguma coisa, mas são signos de *processos* de desterritorialização e reterritorialização e marcam um certo limiar transposto nesse movimento. A semiótica ou regime de signos será caracterizada por regimes pré-significantes, significantes, contrassignificantes e pós-significantes, compreendendo assim uma extensão dos signos mais ampla do que aquela dos linguistas, restritos às categorias subsumidas ao par significante/significado.

Desse modo, para ratificar essa ideia, Deleuze e Guattari ([1980] 2005) concluem que índices, ícones e símbolos parecem se distinguir por relações de territorialidade-desterritorialização, e não por relações significante-significado, diagrama este o qual parece, desde então, ter um papel distinto, irreduzível ao ícone e ao símbolo.

Em relação ao segundo aspecto que identificamos como *perspicaz*, principalmente por ter acontecido com quem fora uma potencial leitora de Nietzsche, Foucault, Derrida e Deleuze⁴⁸, diz respeito ao momento em que Ana C. lê o seu poema *Samba-Canção* para a imprensa. Isso se torna percebível em outra cena do mesmo documentário, aos 2min 56s, quando ela desterritorializa *compulsoriamente* três palavras de seu texto durante a sua leitura - “bicha / bem viada” - emendando um

⁴⁸ Conforme podemos observar em sua biblioteca particular – mantida em seu acervo pessoal no IMS – Ana C. possuía livros, anotados por ela, de Nietzsche, Foucault, Derrida e Deleuze, autores que partilham de uma concepção da arte como não-representação. (MALUFE, 2006, p. 35).

verso no outro, ou seja, da palavra “malandra” a sua leitura pula diretamente para “vândala”, de maneira quase imperceptível para quem está assistindo ao evento. Porém, nós sabemos que Ana C. estava fugindo das *amarras institucionais*.

O som da voz dá à linguagem uma forma material específica, um sopro e um corpo tangível no espaço sonoro. Associamos a voz ao eco ou à presença, ausente e mediada, do autor. A voz é assim um veículo de mediação que recodifica a presença ausente de uma alteridade. (MARQUES, 2019, p.572).

Esse fato justifica-se por a escritora, além de andar na contramão de sua geração, estando naquele momento icônico de sua vida, isto é, no lançamento oficial de seu primeiro livro poético publicado por uma grande editora, em frente à mídia televisiva brasileira, ter de mediar com a sua própria voz a leitura do seu poema. Na verdade, Ana C. teve de lidar com um dos dispositivos da *macroestrutura opressora*, a (auto) censura. O *molar* é duro, ele reprime, modela, formata, engessa, e Ana C., em sua elocução, compondo esse novo ritornelo, demonstra ter pleno conhecimento do peso que a *representação moral* de tais palavras, assim como a consciência de sua força simbólica (“negativa”) se essas palavras fossem proferidas e veiculadas nacionalmente. Por isso, entendo que ela decide escapar para sair “ilesa” dos atos repressivos, que possivelmente seriam impostos à sua pessoa (*artistas foram sempre os primeiros a serem atingidos pela arbitrariedade estatal/militar na ditadura*) ou de qualquer juízo moral pelos representantes da tríade TFP (*tradição-família-propriedade*) a postos.

A partir do exposto, temos consciência de que, naquele momento político, seria difícil tocar publicamente em questões sensíveis - morais e de gênero – repudiadas socialmente, como “bicha / bem viada”, pois a matéria seria divulgada pelo Jornal da Rede Globo, em 1982, como de fato foi, ou seja, pela emissora de televisão onde Ana C. trabalhava. Eu entendo que, nesta situação, houve uma captura das suas forças intensivas, entrando a poeta em contradição com a sua potência criativa. Como a própria Ana C. afirma, “em horas de aperto, há escritores que apelam para o populismo, para o naturalismo, para a função ‘fotográfica’ da literatura”, mas ela não fez isso, porque todos os seus registros escritos permaneceram inalterados. A escritora, sendo funcionária da Rede Globo de Televisão, na condição de analista e revisora, antecipadamente deveria ter previsto e negociado essa “saída” viável, com si mesma ou com “superiores” da empresa, a fim de não demonstrar ao público, de

forma tão “cirúrgica”, o quanto suas composições destoavam das cópias-ícones de tradição platônica.

Sendo assim, a dona de uma poética destemida, intimista e insurgente, que dialoga tão intimamente com seu leitor, não teria de explicar outra vez que a construção literária é fingimento e que “em todo texto, o autor morre, o autor dança, e isso é que dá literatura. A literatura como o lugar da desconstrução – e não afirmação – do sujeito. [...]”. (MALUFE, 2006, p. 35). Ana C. preferiu não arriscar.

Como diz Barthes: “Escrever é (...) atingir aquele ponto em que só a linguagem atua, ‘performa’, e não ‘Eu’ (...)”. Ou ainda Blanchot: a escrita poética deixa de ser a fala de uma pessoa para ser tão somente o lugar em que apenas a linguagem “se fala”. (Idem, 2006, p. 35).

O próprio título da pesquisa de mestrado de Ana C., “*Literatura não é documento*”, já anuncia o quanto para ela o texto literário não é considerado autobiográfico. (CESAR, 2016, p. 15, Edição do Kindle). Ana C. expõe que a noção de sujeito é meramente gramatical. “A partir daí, é como se fosse inaugurada a possibilidade de se encarar a linguagem como um ser independente, uma construção autossuficiente, a ponto de excluir o sujeito que fala e colocar em xeque a evidência do eu”. (MALUFE, 2006, p. 46).

Figura 10 – Documentário Bruta Aventura em Versos
(Momento em que Ana C. está lendo o poema Samba–Canção).



Fonte: YouTube.

Um texto, enquanto plano de composição e consistência, é cheio de entradas e saídas, de linhas, de “buracos”, como CESAR (2013, p. 400) escreveu em um de seus contos, de pequenos e múltiplos ritmos que se agenciam o tempo todo para compor um ritmo maior (o do poema em si), está repleto de desterritorializações, é um *território de afetos*, multiplicidades, devires e acontecimentos. Ele é igualmente um recorte do caos, mas ambos, plano e caos, se harmonizam mutuamente, assim como todos os demais segmentos que se colocam em oposição na sua escrita, isto é, “há uma reunião de pedaços e não uma unidade unificadora” (Malufe, 2006, p. 152), tal como esclarecem Deleuze e Guattari ([1972] 2004) em *O Anti-Édipo*:

Só acreditamos em totalidades *ao lado*. E se encontramos uma totalidade assim ao lado das partes, é um todo dessas partes, mas que não as totaliza, uma unidade de todas essas partes, mas que não as unifica, e que se acrescenta a elas como uma nova parte composta à parte. (DELEUZE e GUATTARI, [1972] 2004, p.47).

O poema (em versos ou em prosa) pode ser desterritorializado por diversas linhas de fuga (desestratificações absolutas) que apontam para o *fora*, de variadas

formas. Segundo Derrida ([1967] 1995, p. 19), “trata-se de uma saída para fora do mundo, em direção a um lugar que nem é um não-lugar nem um outro mundo, nem uma utopia nem um alibi”. Este autor cita uma expressão de Focülön⁴⁹ criticada por Rousset⁵⁰ que nos faz refletir sobre o todo, a saber: criação de “um universo que se acrescenta ao universo”. (Idem, p. 19). No poema *Samba-Canção*, houve uma fuga planejada dos códigos (*corte*) durante a realização de sua leitura. Desse jeito, entendo que a desestratificação - somente naquele momento – foi relativa sobre outra absoluta, pois a escritora ficou presa às normas morais vigentes, ao *socius*. Conforme Deleuze e Guattari ([1980] 2004, p. 41):

Pode-se mesmo concluir [...] que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge aqui um segundo sistema de reterritorializações, vertical, de baixo para cima. [...] Em regra geral, as desterritorializações relativas (transcodificação) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta.

Tanto em *Samba-Canção* como em qualquer outro poema de Ana C. há a presença de um *território de afetos*, uma geografia das emoções. É válido ressaltar que dentro ou fora dos textos, existem espaços inventados que não estão definidos pela identidade. E, se a identidade não os define na escrita, os sentimentos e a subjetividades não conseguirão ser colonizados, produzindo na obra desta poeta o que já era esperado: novas subjetividades e singularidades, além de espaços ainda mais ampliados.

Nessa perspectiva, *territórios de afetos* não é um conceito definido pela identidade jurídica [...] nem pelo fato de se ter nascido em determinado território. Mas, como criação situada no presente, é constituído pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra, seja o medo de perdê-la, seja o orgulho de preservá-la, quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, de sexo e de classe. (ALMEIDA, 2016, p. 224).

Dessa forma, entendemos que existe uma dimensão *afetiva* nos processos de des-re-territorialização, tanto na escala molecular, como a de um poema/pensamento, quanto nos espaços geográficos onde as pessoas vivem. Esses territórios *afetivos*

⁴⁹ Foi um historiador de arte francês.

⁵⁰ Jean Rousset foi um crítico literário suíço que trabalhou na literatura francesa e, em particular, na literatura barroca do final da Renascença e início do século XVII. Ele às vezes é agrupado com a Escola de Genebra e com o estruturalismo inicial. Fonte: (https://en.wikipedia.org/wiki/Jean_Rousset).

funcionam como territórios de *resistência*, porque estão distanciados da abordagem cartesiana e ligados pelos deslocamentos, fluxos e devires.

Na poética de Ana C., há potência de vida imanente e força libertária, uma linguagem que libera a vida e produz contágio no campo social, que mostra uma escrita “mais solta, livre, que subverte padrões e normas da sintaxe, ou pelo menos não se preocupa tanto com eles”⁵¹, bem como com os padrões de uma sociedade estruturalmente machista. No que tange aos modelos de representação da mulher *assujeitada* por um paradigma masculino, branco e de classe alta, isso não ocorre em *Samba-Canção*, pois é daí que Deleuze e Guattari, de acordo com Malufe (2006, p. 77), “imaginam os blocos de devir, aqueles em que há um acoplamento entre estes modos maior e menor, movimento em que o sólido, maior, é invadido pelo fluido, menor, sendo dissolvido, transformado, desterritorializado.” A potência de traços intensivos promove rupturas entre o masculino (maior, fixo, estável) e o feminino (menor, fluido, instável), é um corpo-afeto atravessado por potências minoritárias, em territórios de afetos, com “flutuações trazidas de fora da organização do sistema”. (Idem, p. 77).

Igualmente, podemos nos referir aos territórios dizendo:

os espaços que as pessoas habitam são geradores de uma multiplicidade de dinâmicas ‘afetivas’ que vão além da topofilia – o amor pelo lugar – ou seu oposto, a topofobia e o medo. ‘Afetos’ – em um sentido mais amplo derivado da filosofia e da psicologia – tais como confiança, curiosidade, raiva, vergonha, nojo ou culpa frequentemente se formam através das relações espaciais. (HUTTA, 2020, p. 64, grifos do autor).

Por outro lado, no diálogo entre a geografia e a literatura, segundo Bachelard (1989), chamamos de *Topoanálise* o estudo do espaço na obra literária. “Topoanálise seria então o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima”. (BACHELARD, 1989, p. 28). De imediato, gostaríamos de questionar a visão deste autor quanto à restrição imposta por ele ao campo de estudo da teoria literária do espaço. Esse olhar necessita de ser ampliado, considerando todos os outros aspectos que estejam vinculados à relação espaço-subjetividade, ou melhor, além dos espaços sociais, temos que amarrar a eles o processo de colonização da subjetividade e demonstrar de que modo esse estudo *psicológico sistemático* interage no “entre” dos

⁵¹ MALUFE (2006, p. 82).

espaços macro e micropolíticos em sociedade. É preciso pensar de forma holística e transversal, por isso, é importante que adotemos “uma nova compreensão do mundo em seus diferentes campos frente à pluralidade de enfoques dos vários setores da contemporaneidade”. (MARANDOLA e GRATÃO, 2019, p. 191. Edição do Kindle). Essa referência feita à Topoanálise por Bachelard (1989) fez-me lembrar de uma passagem de “Três Cartas a Navarro” onde Ana C. registra:

Ratazanas esses psicólogos da literatura — roem o que encontram com o fio e o ranço de suas analogias baratas. Já basta o que fizeram ao Pessoa. É preciso mais uma vez uma nova geração que saiba escutar o palrar os signos. (CESAR, 2013, p. 316. Edição do Kindle).

Como se pode ver em “escutar o palrar os signos”, (Cesar, 2013, p. 316), a escritora parece “suplicar” para que exista uma desvinculação entre a vida íntima da/o poeta e a do seu eu poético, para que esses “psicólogos da literatura” (Idem, 2013, p. 316) não venham, a partir de “uma *doxa*⁵² europeia e atlântica, a repetir [...] uma lógica do passado que justifica o presente e pretende aprisionar o tempo futuro no seu sistema de conservação (*burguês*), pensamento das elites dominantes.” (NEGRI, 1996). Em outras palavras, que venham a fazer do poema um meio para colocar o/a seu/sua autor(a) no divã, a fim de fazê-la voltar para o *espaço* e para o *tempo* de onde escapou. Nessa direção, o que importa entender nos poemas de Ana C. é o “sujeito de enunciação”, já que ele é a personagem (sujeito poético) que fala e não a autora.

Em uma relação entre espaço, tempo e afeto, este último se apresenta como um agente *mobilizador* em relação aos movimentos das pessoas em um espaço físico, conforme nos informa Hutta (2020, p. 64), dizendo que “tais dinâmicas afetivas e emocionais podem ser vistas como integradas às práticas sociais contínuas”. Além disso, o autor enfatiza que “embora os territórios não sejam apenas experimentados afetivamente, os afetos também moldam as capacidades de habitar a territorialidade ou deixá-la, ou seja, reterritorializar e desterritorializar o espaço”. (Idem, p. 64).

Primeiro, eu sugiro que o afeto é um indicativo de modificações nas capacidades de agir – uma modificação que resulta dos encontros de um corpo em suas interações com outros corpos. O afeto sob esse entendimento

⁵² É que um pensamento ancorado no que “todo mundo sabe”, age sob o mesmo mecanismo da *doxa*. Esse pressuposto implícito da filosofia, o qual Deleuze acusou e visou romper, remete, segundo ele, a uma certa “imagem do pensamento”. Seria necessário, contra essa imagem, que se erigisse um ato de pensamento sem imagem donde se originasse a verdadeira Filosofia, a romper com o modo de pensar da *doxa* e a buscar noutras sendas ainda não exploradas seu começo. (SOUTO, 2020, p. 34).

– que é inspirado pela leitura de Espinosa apresentada por Gilles Deleuze – é mais do que uma valorização subjetiva dos indivíduos: é um dinamismo relacional se desdobrando entre corpos em interação em e com o espaço. (Ibidem, p. 65).

Em decorrência do que foi dito, compreendemos que os afetos constituem o território (*tanto no plano físico quanto no textual*), afetos estes que em Ana C. não se apresentam despolitizados, prova essa que se materializa no episódio acima citado. Em *Samba-Canção*, o peso político de um discurso poético libertário, que traça linhas de escape (rizomáticas) para fora do núcleo centralizador de poder dominante, obriga com que o fluxo do ritmo funcional criado por Ana C. seja quebrado. Mas, como “o território não é um sistema, e o plano de composição do poema não é um plano fechado”⁵³, o ritornelo desliza pela tangente, quando a poeta associa a sonoridade rítmica entre “*malandra e vândala*”, com muita propriedade, no momento dessa elocução. Desse modo, o poema como *território de afetos* se mantém presente, porém o ritornelo (*que se constitui um território construído pelo ritmo*), embora fraturado institucionalmente, foi parcialmente recuperado pela poeta por outro ritornelo, não menos poético, mas que formou uma nova combinação rítmica.

Ainda em relação ao poema *Samba-Canção*, Moriconi (VIDA..., 2016, 2min16s) afirma que este é “um poema da mulher, [...] onde Ana C. faz uma brincadeira, uma paródia com a música popular [...] e que é um dos poemas mais versificados da poeta.” Diante de sua análise, eu quero discordar do ponto de vista desse autor, no aspecto em que ele alega que Ana C. “faz uma paródia com a música popular, a começar pelo próprio título”. Ana C. por ser uma poeta que trabalha intensidades, linhas de fuga tão abstratas, que *apresenta e não representa*, por ela ser uma escritora da *experimentação*, com certeza, não teria a intenção de fazer uma paródia, uma imitação, um arremedo de qualquer outro modelo pronto. Ana C. faz uma bricolagem em seu plano de composição. A partir daí, ela cria seu próprio texto, “matando” a autoria do anterior. Todavia, não podemos negar que a intertextualidade existe, seja pelo ritmo seja pela poeta “roubar” textualmente um verso quase completo da composição *Pra você gostar de mim* (1930).

Da mesma forma, não podemos negar ainda a existência dessa mistura entre música e poesia. No entanto, a sua criação, a sua bricolagem, faz com que a canção

⁵³ MALUFE (2006, p. 145).

anterior seja apagada por completo em sua nova e original produção poética. Quanto aos ritornelos, eles são visíveis, constituem-se territórios rítmicos, intra e intertextuais, porém não percebo, em *Samba-Canção*, a intenção *satírica*, conforme nos expõe Moriconi (2016).

Quanto ao aspecto de ser uma literatura feminina, digamos que há a presença de uma literatura com traços femininos de vanguarda para a época, bem como a obsessão de Ana C. por destinar seus versos partindo de um “eu impessoal” a um indeterminado interlocutor. Como veremos mais adiante, os textos de Ana C. atribuídos a essa classificação (literatura feminina) se devem ao fato de a autora “utilizar dois gêneros que são considerados como literatura *baixa* para a época: a carta e o diário [...]”⁵⁴. Ambos apresentam “uma linguagem coloquial, ou seja, uma linguagem que gera aproximação com o leitor, estreitando a relação com um interlocutor [...]”⁵⁵.

Ana C. insistia na figura do interlocutor como grande motor da sua escrita – e de toda uma literatura que a interessaria, de modo mais geral, ligada a um desejo de encontro com o outro. Um desejo do próprio texto de se tornar material e corporalmente presente no mundo. A interlocução é assim, um gesto que se dissemina no tom dos poemas, sendo uma noção pertinente para abarcar o estilo de Ana C., que incluiria noções como intertextualidade, citação e reescrita - tomando-as em outro registro. (MALUFE, 2018, p. 432)

Por outro lado, é visível que o eu poético de *Samba-Canção*, apesar de reconhecer inicialmente a sua “burrice” (amorosa) e a sua inteligência (intelectual), enrubescendo-se por isso, é capaz de movimentar-se em direções opostas às da moral vigente, corrompendo tudo por meio de diversas artimanhas – *desterritorializações* – (*tantas fiz*). Ao mesmo tempo, ao final do poema, coloca-se numa situação de justificativa do porquê de agir assim, ou seja, afirma que não sabe encontrar um *meio termo* nessas oposições: “(...) *embora um pouco burra/ porque inteligente me punha/ logo rubra, ou ao contrário, cara/ pálida que desconhece/ o próprio cor-de-rosa (...)*”.

A poeta Ana C. não está a buscar uma síntese dialética, mas, enquanto artista da palavra, a escritora consegue deslizar muito bem no *entre* do poema, trabalhar o que não foi dito, tornando forças do real, que são imperceptíveis, em formas de

⁵⁴SERRÃO, Rebecca Falcão. O diário dos outros: a escrita poética de Ana Cristina César. *ZUNÁI Revista de Poesia e Debates*. ISSN 1983-2621. v. 4, n. 1 - agosto 2018.

⁵⁵ Idem (2018).

expressão perceptíveis, ou como diz Malufe (2006, p. 47), “dando corpo a algo incorporal”. Por fim, em relação a isso e para corroborar os movimentos geográfico-literários que ocorrem neste poema, referendamos as palavras de Michel Serres (1998):

O espaço é criado pelo movimento, seus trajetos e percursos, e não se inscreve em um espaço de coordenadas prévias ou abstratas, mas no trânsito interseccional entre múltiplas linhas. Linhas dobráveis, sinuosas, espiraladas, transversais, que agenciam outras formas de visibilidade, o que nos leva a pensar não em espaço em si, mas na pluralidade de espaços possíveis. (SERRES, 1998 apud VELOSO, 2017, p. 141).

Quando se lê uma crítica a qualquer poema em verso ou em prosa de Ana C., ganhamos ainda mais convicção em nossas análises, porque conseguimos constatar o quanto a perspectiva do nosso olhar está sendo coerente com o nosso solo teórico. Observemos, portanto, esta citação:

Ana Cristina não parece, em sua escrita, preocupada com as palavras que poderiam traí-la. Escreve com a certeza de quem parece ter encontrado o tom certo, não para fazer lírica, não para dar voz ao amor, mas para fundar um outro gênero: o ligeiro. (AGOSTINHO, 2015, p. 3).

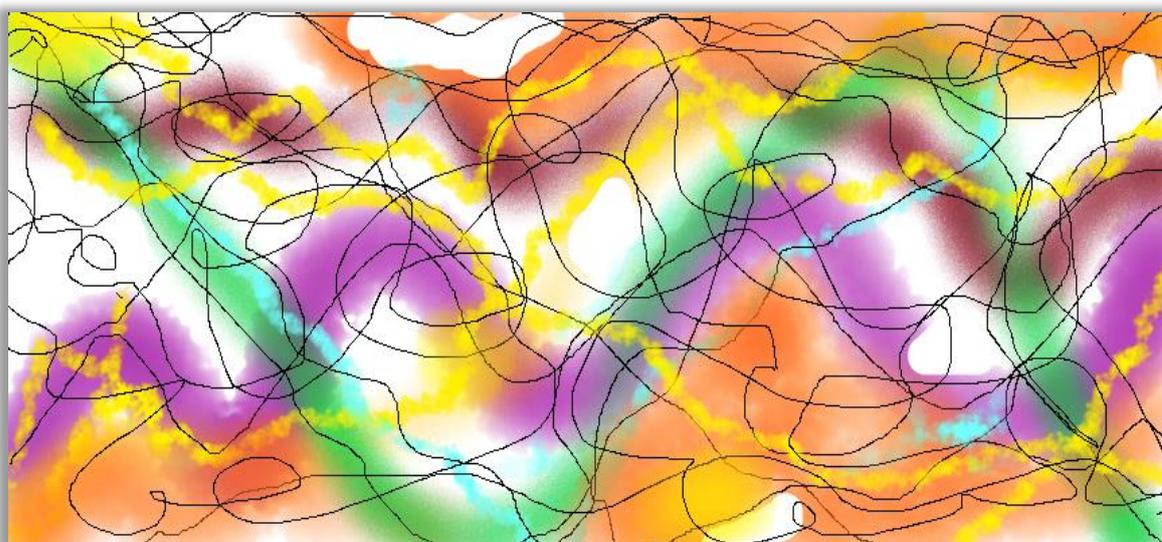
O interessante é perceber que Agostinho (2015, p. 3), ao falar *em traição das palavras*, toca num ponto fundamental da *linha de fuga*. Quando ela está em ação, ela é realmente “traidora”, já que tem como finalidade acabar com a acomodação do território. Conforme Trindade (2021, online), “toda linha de fuga é uma espécie de traição. Sim, porque toda linha de fuga trai algum agenciamento anterior, trai a lógica na qual estava inserida. Trai as potências fixas que a detinha” e ao trair a linha de fuga está abandonando (*desterritorializando*) os esquemas de previsão de um mundo molar, acabado, engessado, segmentado. A linhas de fugas são rápidas, descodificam os fluxos, vão experimentando novas relações em que o sujeito escapa de maneira imperceptível, de modo a produzir novas conjunções de fluxos, a produção de uma nova e imprevisível realidade, que vai ao encontro do que Agostinho (2015, p. 3) tão bem definiu, “fundar um outro gênero: o ligeiro”.

Para concluir essa linha de raciocínio, é importante ressaltar que Ana C. nega a acomodação em qualquer caixa de definições, conforme nos diz Pimentel⁵⁶ (2022, online):

A sua poética nos convida a descamar palavras num ir e vir de sentidos que transita entre a autobiografia, a diversidade de referências culturais e várias vozes intertextuais que a colocam num eterno entrelugar, no espaço das heterotopias, uma vez que a realidade não pode ser aprisionada [...].

Dessa maneira, observamos que as composições poéticas de Ana C. são muito mais amplas do que o registro daquilo que um sujeito percebe sobre os objetos do mundo. Elas decorrem da extração de afectos do real, desdobrando-os em perceptos, formando pacotes de sensações com eles. Os afectos são devires que transbordam aquele ser que passa por eles. Isso também pode ser visível por meio da tradução que fiz do poema em análise. Foi necessário que houvesse uma travessia imaginária entre os códigos distintos, para que eu produzisse uma imagem avessa a qualquer metáfora que o texto possa instigar. “[...] É preciso falar da criação como traçando seu caminho entre impossibilidades [...]. Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades e, ao mesmo tempo, cria um possível”. (DELEUZE, [1972 /1990], 2008, p.166-167).

Figura 11 – Transcrição do poema Samba-Canção de Ana C.



Fonte: *Alegrelinhas* - Arte gráfica realizada por mim em photoshop. Data: 02/09/2022.

⁵⁶ PIMENTEL, Renata. Ana Cristina Cesar: vida curta, longa travessia. *Revista Continente*. Online. Edição 257. Pernambuco - maio de 2022.

Em outro poema de Ana C., com o título de *Poesia*, Cesar (2013, p. 206. Edição do Kindle), constatamos o quanto a escritora se volta para o *fora*, o quanto a poeta se desterritorializa e se coloca no mundo de outra maneira que não a habitual. Ela não pertence a nenhum território. Os movimentos geográficos presentes no poema não correspondem a um lugar fixo no espaço real, pois eles são nômades e pertencentes ao pensamento. As paisagens mentais se desfazem na mesma velocidade em que elas surgem pela linguagem, desestruturando esta última, deslocando-a. Torna-se impossível encontrar neste poema um pensamento dogmático devido às suas linhas de fuga. A linguagem se esfarela em experimentações, é o pensamento sem imagem que se apresenta por meio de um jogo de palavras que se agenciam, para que os seus fios façam aparecer o acontecimento, as desterritorializações. Vejamos:

*jardins inabitados pensamentos
pretensas palavras em
pedaços
jardins ausenta-se
a lua figura de
uma falta contemplada
jardins extremos dessa ausência
de jardins anteriores que
recuam
ausência frequentada sem mistério
céu que recua
sem pergunta*

Visando ampliar a nossa pesquisa, trazemos agora, para o centro da discussão, a obra *A teus pés*⁵⁷, que reúne poemas inéditos, um deles homônimo ao título do livro, além de mais três livros que anteriormente tinham sido publicados em edições independentes: *Cenas de abril*, *Correspondência completa* e *Luvras de pelica*. Tratando-se primeiramente da análise do poema *A teus pés*, é possível observar no texto o quanto o eu poético de Ana C. se *esquece na linguagem*. (A linguagem por si só estrutura um universo independente.) Este aparece deslizando em linhas de fuga para fora dos dispositivos molares, tanto em termos da estrutura de uma língua maior quanto da ideia pronta do que compõe o conteúdo do gênero lírico. Para Cesar ([1999]

⁵⁷ Originalmente publicada em 1982, pela Editora Brasiliense.

2016), o escritor não deve registrar a sua intimidade em sua produção textual, porque a intimidade não é comunicável literariamente.

A subjetividade, o íntimo, o que a gente chama de subjetivo não se coloca na literatura. É como se eu estivesse brincando, jogando com essa tensão, com essa barreira. Eu queria me comunicar. Eu queria jogar minha intimidade, mas ela foge eternamente. Ela tem um ponto de fuga. Aí você tem razão, ela escapa. (CESAR, [1999] 2016, p.313. Edição do Kindle).

Da mesma maneira, Ana C. não tem a pretensão de, em *A teus pés*, comunicar algo objetivo e inteligível ao leitor. São muitos movimentos geográficos registrados que podem ser cartografadas em razão dos sentidos e da forma como a autora trabalha esses deslocamentos mentais. *A teus pés* apresenta sequenciais desterritorializações, haja vista que Ana C., segundo o pensamento de Rios (2016, p. 114), “não lida com pontos fixos, mas com experiências de sentido simultâneas; tudo foge ao tempo e tudo pode ser reintegrado, reterritorializado; a vida e as letras vão constituindo o rizoma da sua escritura”.

Cabe considerar que as desterritorializações são operadas ao nível da criação, do pensamento, enfatiza Rios. (Idem. p. 114). Em alguns momentos, a poeta abraça enfaticamente a lírica da expressão individual e, em outros, esbarra na violência do ato de pensar, que a impele à criação de movimentos “loucos” na escrita, ao abandono de territórios existenciais. Mais uma vez, Ana C. rompe a sacralidade que compõe os textos clássicos, construindo uma estrutura poética que não se pretende sequencial, apresentando poemas com dois versos ou com apenas um. Ela fragmenta o discurso produzindo distanciamento entre a linguagem e a representação do mundo, entre o ficcional e o real; entre a reprodução de clichês e a intenção significativa de fazer *diferente*, pois é na expressão da diferença que sua obra ganha um sentido libertador, como podemos ver no poema abaixo, com um verso e sem título:

*Preciso voltar e olhar de novo aqueles dois quartos vazios*⁵⁸.

Poder-se-ia deduzir várias interpretações ao poema acima: simbólicas, literárias, semióticas, psicanalíticas, mas não desejo ser aqui uma psicóloga de

⁵⁸ CESAR, Ana Cristina. **A teus pés** (Poesia de Bolso) (p.16). Companhia das Letras. Edição do Kindle.

plantão para tentar decifrar Ana C.. O que realmente está em evidência é a linguagem e não o que ela quis dizer com isso ou aquilo, muito menos a análise do seu *eu* pessoal. Ana C. é potente ao afirmar: “Ler é meio puxar fios, e não decifrar”. (CESAR, [1999] /2006, p. 319. Edição do Kindle).

Em outras palavras, a poeta dialoga por meio de construções rizomáticas - que fogem do estereótipo consagrado literariamente - com um tipo único de literatura, a qual mostra nitidamente a intenção de libertar-se das amarras fascistas da língua, estas que em última instância nada mais fazem do que naturalizar a fala política cotidiana. Um poema com apenas uma estrofe e sem título, por exemplo, quebra com o padrão tradicional de composição literária. Comumente Ana C. escapa aos enredos de uma língua fascista.

Por tocar neste assunto, quero acrescentar que não somente fascista se apresenta a nossa língua, mas machista, xenófoba e racista ao impor, por meio de determinadas estruturas de concordâncias nominais (regras), a superioridade do masculino sobre o feminino e ao associar depreciativamente radicais de determinadas palavras como, por exemplo, judeu à judiaria, negro a denegrir, ou mesmo ao anexar, como determinante de um substantivo, a palavra “negro”, no caso, funcionando também como um adjetivo de conotação pejorativa. É comum (e inaceitável, sob o meu ponto de vista) a intenção de vincular palavra *negro* a algo que deu “errado” ou ao que está “ruim” ou, ainda, a tudo o que é escuso, oculto e/ou fora da lei. Exemplos: mercado negro, lista negra, ovelha negra etc.

Em 1977, em sua aula inaugural para da cadeira de Semiologia Literária, do Collège de France, Barthes afirmou: “a língua, como desempenho de toda a linguagem, não é nem reacionária nem progressista: ela é, simplesmente, fascista; o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”. (BARTHES, 1979, p. 14). E, ao que me parece, Ana C. não se sentia, em nenhuma de suas composições, obrigada a dizer algo que fosse ao encontro dos moldes da cultura erudita (dominante), bem pelo contrário, por meio dos agenciamentos coletivos de enunciação, ela produzia inéditos e criativos encontros entre sistemas de linguagem, ritmos e conteúdos direcionados por sua intenção estética.

Pensando nas palavras de Ferraz (2020, online), podemos inferir que o discurso fascista obriga a um determinado tipo de relação com o seu funcionamento. No entanto, para que a língua possa ser mobilizada afetivamente, ela precisa ser flexível o suficiente para permitir a pluralidade. Isso, a meu ver, Ana C. fez sempre

com muita coragem através do compartilhamento de signos artísticos, ou seja, daqueles que não precisam ser explicados.

Ainda quanto ao poema destacado na página anterior, com apenas um verso e sem título, vejo nele refletida nitidamente a ideia do “eterno retorno da diferença”, de Deleuze (2000): retornar ao passado (lugar/tempo), mas nunca do mesmo jeito. Essa teoria foi abordada por ele na obra *Diferença e Repetição*. Segundo Deleuze (2000), não se pode repetir sem diferenciar, nem diferenciar sem repetir, e é a relação com a diferença pura que permite que a repetição não caia no domínio da generalidade ou da semelhança, e logo do conceito e da ideia como fundamento representado.

Dando continuidade ao processo de análise, a começar pelo título do poema, *A teus pés*, Ana C. foi muito questionada, pois ele sugere por si mesmo um interlocutor. “Muita gente me perguntou: aos pés de quem? Muita gente brincou com esse título. Para quem é? Muita gente se intrigou com isso”. (CÉSAR, [1999] 2016, p. 312. Edição do Kindle). Em função desses repetitivos questionamentos, Ana C. revela que seu poema apresenta traços de uma literatura feminina (não feminista), como se pode ver abaixo, justamente pela armadilha que ela propõe ao leitor:

Quer dizer, não é que seja alguém determinado. Isso significa que aqui existe, de uma maneira muito obsessiva, essa preocupação com o interlocutor, que eu acho, inclusive, que é um traço duma literatura feminina — e aí feminina não é necessariamente escrita por mulher. (Idem, [1999] 2016, p. 312. Edição do Kindle).

Conseguimos ratificar as explicações descritas acima, já na primeira estrofe do referido poema. Antes de tudo, é necessário focar no aspecto de que o poema, por si só, é um exercício arrojado de criação pela linguagem na qual a autora projeta um pensamento sem imagem. Ana C. fala mais abertamente sobre a própria composição do poema *A teus pés* nos seguintes versos: “/Apuro técnico/, /Aspecto moral da experiência/, /Primeiro ato da imaginação/ /Eu tenho uma ideia/, /Eu não tenho a menor ideia/, /Uma frase em cada linha/, /um golpe de exercício/, /Autobiografia. Não, biografial”. O verso de fechamento desta estrofe, */Mulher/*, convida-nos a pensar novamente sobre a questão de uma literatura feminina, “não necessariamente escrita por mulher”, conforme aponta Cesar (Idem, p. 312), nem de teor feminista.

A teus pés

*Trilha sonora ao fundo: piano no bordel,
vozes barganhando uma informação difícil.
Agora silêncio; silêncio eletrônico,
produzido no sintetizador que antes construiu a ameaça das
asas batendo freneticamente.
Apuro técnico.
Os canais que só existem no mapa.
O aspecto moral da experiência.
Primeiro ato da imaginação.
Suborno no bordel.
Eu tenho uma ideia.
Eu não tenho a menor ideia.
Uma frase em cada linha. Um golpe de exercício.
Memórias de Copacabana. Santa Clara às três da tarde.
Autobiografia. Não, biografia.
Mulher. [...]*

Ana C. (*A teus pés*, p. 15)

Por último, gostaria de salientar a presença da palavra “mapa”, no sétimo verso, pois ela se encontra envolvida nas geograficidades poéticas. Eu percebo que, neste momento, Ana C. reforça a ideia de produzir uma escrita cartográfica/rizomática, valendo-se, ao que parece, da função metalinguística⁵⁹ da linguagem, para explicar o sentido da representação-decalque que envolve essa palavra, de modo a salientar o */apuro técnico/* como fazendo parte de uma estrutura maior e impositiva da língua, ao contrário de outros canais de experimentação que, por meio de sucessivas linhas de fuga, libertam o processo de criação. “É a escrita que garante a desterritorialização, pois é através dela que se estabelece um rizoma com o mundo, esse emaranhado de linhas de fuga que permite outros olhares, outras leituras”. (RIOS, 2016, p. 116). Em suma, há “um caminho traçado entre o texto, o leitor e a sociedade para a qual a poeta caminha rumo à desterritorialização”. (Ibidem, p. 113). Imagem mental e tempo se agenciam, produzindo um outro modo de vida e expressando um ritmo a essa trajetória espacial que existe fora da consciência temporal de Ana C..

A imagem (lembrança pura) não é um estado psicológico ou uma consciência: ela existe fora da consciência, no tempo, e não deveríamos ter mais

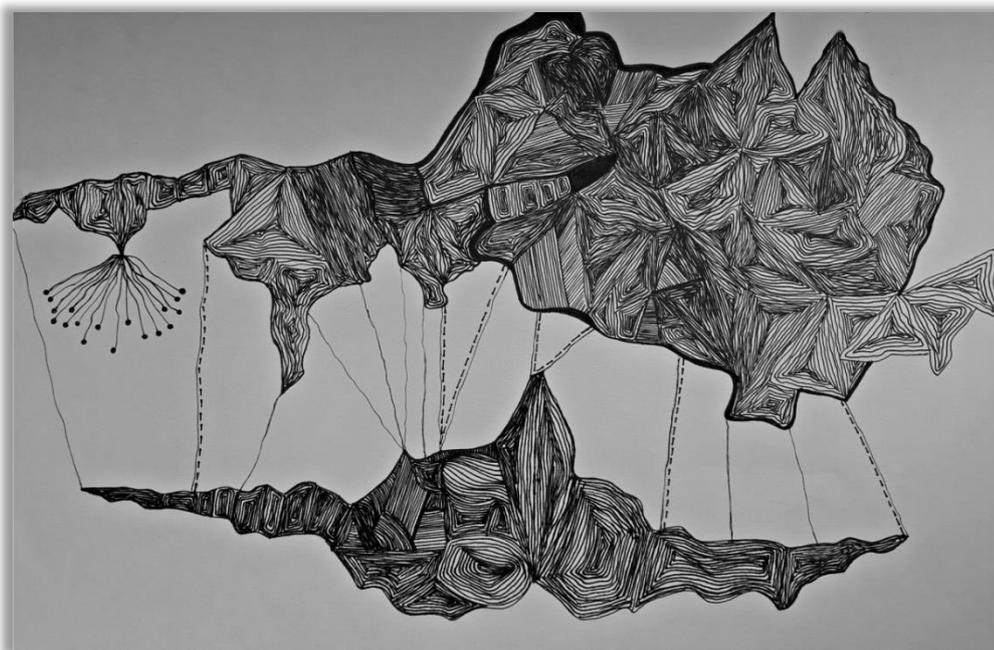
⁵⁹ A função metalinguística, definida pelo linguista Roman Jakobson, acontece quando se utiliza na língua um código para falar dele mesmo. Ana C. explica, neste poema, a importância do exercício de uma escrita poética.

dificuldades para admitir a insistência virtual de lembranças puras no tempo do que a existência atual de objetos não percebidos no espaço. (BERGSON, [1897]1990, p. 100).

Voltando mais uma vez ao questionamento a respeito da presença de uma literatura feminina ou feminista na obra de Ana C., muitos vieses são abordados a partir do último verso da primeira estrofe do poema *A teus pés: /Mulher/*. Estou a frisar que a poeta afirma enfaticamente, em sua obra teórica, que não existe acentuada diferença entre um texto escrito por um homem e outro por uma mulher. César ([1999] 2016, p. 324-325. Edição do Kindle) afirma ser muito complicado e esquisito estabelecer uma relação entre o sexo do autor e a sua escritura. “Você pode ir ou por uma via feminista, que pesquisa mulher na história da literatura, ou, então, você pode ir por uma via, talvez, mais psicanalítica, talvez, mais difícil que seria ver o feminino e o masculino na literatura. Aí, são outros quinhentos”. (Idem, p. 324).

Pois bem, como esta pesquisa procura saber de que modo Ana C. expressa a sua visão sobre a mulher, é pela “via feminista” que eu lanço o meu olhar e procuro entender as suas falas e o sentido dos seus atos de criação, principalmente por a escritora ter vivido dentro de um contexto estruturalmente machista (que, aliás, perdura fortemente até os nossos dias), que estava permeado de rígidas regras morais e sob domínio de uma ditadura político-militar. Nos registros poéticos de Ana C., eu exploro a questão do feminismo, mas sem a pretensão de tachá-la como feminista, salientando somente a potência de expressão de seus versos em relação à presença de atitudes que fazem alusão ao corpo da mulher e a determinados “lugares e rituais íntimos” nele performatizados. Isso acontece a partir de um olhar do presente em relação ao passado histórico, e essa minha visão *obedece a uma trajetória mental geográfica antes de ser histórica*. Por fim, faço vários recortes em seus poemas, mas me interessam aqueles que abordam o feminino em Ana C. (se é que dá para separar?!), pois, desse jeito, irei ao encontro do nosso problema de pesquisa.

Figura 12 - Transcrição do poema A teus pés, de Ana C.



Fonte: Desenho feito por mim, traduzido do poema “A teus pés”, de Ana C.
Técnica: Caneta nanquim preta sobre papel Canson.

3.2.1 Quem fala e lugar de fala na poesia “feminista” de Ana Cristina Cesar

Cabe a mim explicar, inicialmente, por que grafei a palavra feminista entre aspas. Pelas leituras que faço dos textos de Ana C., percebo que a poeta não teve a intenção de construir sua produção poética priorizando a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem pelo contrário, sendo uma escritora da diferença, ela sabia que as lutas feministas matariam essa “diferença porque se deixariam capturar pelo padrão identitário do que é ser uma mulher, em moldes feministas”. (KRAHEI e MATOS, 2010, p. 04). É sempre bom observar que, diante do olhar da filosofia da diferença,

a identidade é uma categoria filosófica que atua como princípio de imobilidade do desejo, impedindo a passagem pela diferença e a criação de singularidades. A identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, trazendo implicações políticas e micropolíticas desastrosas. O conceito de identidade serve para veicular modos de representação da subjetividade que a reificam, transformando ações e processos diferenciados em substâncias e essências, entidades ou coisas. (CRUZ, et al. 2006, p. 127).

Por outro lado, considero muito pertinente, neste momento, citar abaixo um trecho de Custódio et al. (2021, p. 22. Edição do Kindle) que tão bem explica a função transgressora da linguagem literária, ou seja, como processo de resistência que se dá ética e esteticamente de outra forma (molecular, pelo abandono constante da representação), não precisando ser pautado pelas questões identitárias de gênero, pelo menos, explicitamente na superfície do texto.

Na linguagem literária, o factual esgota-se a ponto de perfurar as palavras por dentro, *quebrar seu dispositivo mimético*, até diluir por completo a *representação*. Com isso, a língua faz-se corpo autônomo, seguindo o fluxo próprio de uma língua transgressora, com ritmo e som da resistência. (Idem, 2021, p. 22, grifos meus.).

Como a questão da transgressão revolucionária flui molecularmente na produção estético-poética de Ana C., a ideia de uma suposta *literatura feminina* não se esgota nas palavras citadas anteriormente pela autora, afirmando o contrário, ou seja, *que seria complicado estabelecer uma relação entre o texto escrito e o sexo do autor*. Por quê? Porque Ana C. consegue, paradoxalmente, estabelecer uma relação dos seus escritos com um tipo de literatura feminina que pretende ser insurgente. Essa literatura feminina, de acordo com Cesar ([1999] 2016), pressupõe ser uma “escrita errante, descontínua, desnivelada, caótica, desorganizada e um pouco doida”, conforme endossa Malufe (2006, p. 85).

Reverberando as ideias dos filósofos que nos dão suporte quanto à produção de uma *literatura menor*, destacamos abaixo o que nos apresenta Malufe (Ibidem, p. 84) sobre isso:

Como para Deleuze e Guattari, em Ana C. assistimos o feminino ir pouco a pouco se ligando a uma definição mais ampla de literatura, tornando-se quase que uma condição para o texto que se quer literário. Escrever femininamente aparece associado diretamente à definição daquilo que seria, para ela, escrever literariamente: falar loucamente em uma língua estrangeira dirigindo-se sempre a um interlocutor. Falar literariamente é falar femininamente, é apropriar-se, ou ser apropriado, por afectos femininos, entregando-se a um excesso que, segundo ela, seria próprio do feminino.

Dessa forma, Ana C. segue um fluxo de escrita que procura desacomodar a língua do *lugar-comum*, tanto na poesia quanto na prosa poética. Por meio de linhas de fuga ou, a saber, dos movimentos de desterritorialização, ela deixa que questões

formais fiquem para trás e abre espaço para uma literatura produtiva e singular. Ana C. revela-se femininamente por intermédio de uma escrita intimista de tom confidencial e por *falar loucamente*. “E, quando se trata de ‘falar loucamente’, nota-se que as mulheres também ocupariam lugar privilegiado”. (Ibidem, p. 85). Ana C. inicia com o que ela denomina de uma espécie de charada: “as mulheres são um pouco doidas e os homens um pouco menos’, as mulheres como portadoras de ‘um pouco a mais de loucura’.” (CESAR [1999] 2016, p. 300. Edição do Kindle). Esse seria o primeiro traço observado por mim quanto a uma literatura feminina por parte da poeta, embora ela, ao assumir essa postura, caia minimamente em contradição com o que havia afirmado antes e que foi reproduzido nesta pesquisa.

Segundo Malufe (2006, p. 83),

Ana C. inicia seu depoimento remetendo-se ao fato de sua escrita estar associada à carta e ao diário, gêneros que concretizam, ou explicitam a busca por um interlocutor, algo que é próprio da literatura, ou de uma literatura feminina – ou ainda, de um traço feminino da literatura. Isso porque, segundo ela, a mulher, por tradição, começava a escrever no âmbito caseiro, familiar, portanto, através de cartas e diários, que já pressupõem, além da troca de confissões e da escolha por temas ligados à intimidade, a interlocução (neste sentido, o “meu querido diário” se aproxima do “querido fulano de tal”). Assim, desde o início, a mulher aprende a escrever dirigindo-se a alguém.

Portanto, “o diário e a carta [...] ajudaram-na a encontrar este “outro”, este alguém com quem falar”. (Idem, p. 83). Partindo disso, temos que nos ater ao olhar e à potência da enunciação poética de Ana C. entrelaçada à sua criação. Também, segundo Malufe (2009, p. 139), Ana C. faz uma “desmontagem do diário e da carta”. Por esse motivo, torna-se interessante destacar que, pelo modo como Ana C. compõe sua tessitura poética, induzindo a uma falsa cumplicidade com o leitor, seus poemas apresentam construções da intimidade distanciadas de um sujeito, isto é, voltada para fora, para o exterior. Desse modo, ela trilha um caminho experimental que envolve exatamente aquilo que Deleuze e Guattari ([2002], 2003) identificaram como *a ideia de uma língua menor surgida de dentro do sistema maior da língua, fazendo todo o sistema balançar, variar*⁶⁰ em contraposição ao tipo de poesia subjetiva, confessional, que ganhava relevo no grupo em que, em meados da década de 1970, sua produção começou a vir a público. (MALUFE, 2009, p. 139).

⁶⁰ Especialmente em *Kafka por uma literatura menor*, mas também em vários momentos de *Mil platôs*. (MALUFE, 2009, p. 152. Grifos da autora)

Vale ressaltar que a palavra francesa *sujet* refere-se tanto àquele que fala quanto àquilo de que se fala. Por conseguinte, o desaparecimento do *sujet* consiste ao mesmo tempo na fragmentação do eu e na ausência do objeto. Retomando o que estava sendo falado, pode-se afirmar que ao se voltar sobre si, ao se desapossar do autor dono da verdade, a literatura expõe enfim o ser da linguagem. Este não aparece senão quando desaparece o sujeito. A experiência do fora põe a nu aquilo que é antes de tudo palavra, afirma o filósofo em questão (referindo-se a Foucault). (LEVY, 2011, p. 51-52. Edição do Kindle.).

Por conseguinte, “desdobrar-se, construir a experiência do *fora*, seria, para Foucault, renunciar à subjetividade tantas vezes imposta à literatura e fazer emergir o que ele chama de ‘ser da linguagem’”. (Idem, p. 58). Dessa feita, Ana C. consegue colocar em prática não só as ideias de Deleuze e Guattari, mas de Michel Foucault, projetando para a linguagem uma independência das fórmulas literárias estereotipadas, uma desautomatização dos poemas chamados subjetivos ou confessionais. Em razão disso, eu vejo que, para Ana C., o corpo é espaço, o corpo visceral do poema está sempre pronto para romper um estado de coisas, que foi fabricado por processos culturais dados como “naturais” em nossa sociedade. Em seus poemas, temos o corpo da linguagem que cria, que pensa o não pensado, que movimenta desterritorializações, um corpo que existe para além do corpo de uma personagem feminina definida, um corpo que se constrói e se desconstrói a cada verso, um corpo espaço que sente e pensa. É pensamento expresso e território a ser abandonado: um corpo dissolvido em palavras que se deslocam a todo o momento.

*olho muito tempo o corpo de um poema
até perder de vista o que não seja corpo
e sentir separado dentre os dentes
um filete de sangue
nas gengivas*

(Ana C. - *Cenas de abril*, 1979).

Figura 13 – Poema: O corpo que cai



Fonte: Arquivo pessoal - arte feita por mim em photoshop.
Poema de: Tânia Marques 09/03/2023

Ana C. revela um corpo que existe fragmentado e desorganizado à luz do discurso. O corpo experimenta o poema, e o poema experimenta o corpo numa relação simbiótica sem prejuízos. O corpo é espaço imaterial. Portanto, o corpo é também o espaço do poema o qual traz à sua superfície “lugares”, marcas e cicatrizes relacionados à sua geografia interior, que antes pertenciam somente a um universo muito íntimo, não tratado poeticamente, como se pode observar na primeira estrofe de **Arpejos**:

Acordei com coceira no hímen. No bidê com espelinho examinei o local. Não surpreendi indícios de moléstia. Meus olhos leigos na certa não percebem que um rouge a mais tem significado a mais. Passei pomada branca até que a pele (rugosa e murcha) ficasse brilhante. Com essa murcharam igualmente meus projetos de ir de bicicleta à ponta do Arpoador. O selim poderia reavivar a irritação. Em vez decidi me dedicar à leitura.

CESAR, (2016, p. 22 - Edição do Kindle).

Ana C., na estrofe acima, desterritorializa a ideia de que uma parte do corpo da mulher (hímen), de teor absolutamente íntimo (principalmente para a época), tenha de ser tratada apenas pelas quatro paredes da biologia ou da medicina, quebrando o regime de verdade ligado ao pensamento único. Em *Arpejos 1*, referindo-se mais especificamente à *coceira no hímen*, a poeta traz à tona um tabu cultural-religioso, pauta esta que se faz presente até os nossos dias e é discutida pelos grupos feministas e imposta (*em nome de Deus*) por instituições religiosas conservadoras às meninas: a *virgindade*. Nós sabemos o quanto este tabu está relacionado à misoginia

e à política de controle de corpos, porém muitas mulheres ainda o encaram como algo sagrado e que deve ser preservado, mantendo vivo o machismo estrutural em nossa sociedade.

É surpreendente que, para aquele momento ímpar em nosso país, tocar literariamente em um tema sensível como *hímen* (membrana fina que se encontra presente na vagina e *sem nenhuma função orgânica ou importância*) a censura não tenha exercido seu poder de veto, uma vez que é perceptível um “autoerotismo suscitado pelo pedalar e pelos chuveirinhos de bidê (‘Arpejos’)”. (MORICONI, 2016, p. 78. Edição do Kindle.)

Em continuidade ao exposto, as geograficidades poéticas dão conta de projetar, por meio dos agenciamentos coletivos de enunciação, novos sentidos afetivos a “lugares” e a “buracos” (lacunas intencionais) presentes no corpo textual de Ana C., aliás, estes que ela deixa para seus interlocutores preenchê-los.

Torna-se interessante destacar que os poemas de Ana C., enquanto espaço do acontecimento, ao lidar com a exteriorização (desterritorialização) dele próprio enquanto linguagem, afasta-se da ideia de *lugar de fala*. Uma das principais afirmações a respeito da escritura de Ana C., segundo Rios (2016, p. 116), está no desejo de devires em todos os níveis: na permanente comunicação dos componentes de expressão, ultrapassando o limiar da escrita; entrando e saindo em territórios ficcionais e reais; constituindo uma linguagem que caminha na contramão da hegemonia do texto literário, sem segredos, em que o ato de pensar, neste caso, é afetado pelo exterior. Vejamos o que nos esclarece Malufe (2018) em referência à exteriorização do poema *A teus pés* de Ana C.:

A remissão ao espaço exterior ao poema se faz desde o título do livro, que também nomeia os poemas dessa série: *A teus pés*. Além de indicar a presença do interlocutor enquanto lacuna no poema, vale enxergar esse movimento de exteriorização do próprio poema, que se volta para fora de si, que explicita sua construção em tramas abertas para o mundo que o circunda. Um mundo de carne, músculos, sons, ar, corpos. Não somente o destinatário/leitor é incluído no corpo do poema, como também o corpo do poema, voltado para seu exterior, é incluído no corpo de quem lê. (MALUFE, 2018, p.436).

Enfim, para dar prosseguimento às nossas intenções de pesquisa, abaixo, segue a análise de outro poema de Ana C., *sem título*, publicado na obra *Inéditos e Dispersos* (CESAR, 1998, p. 95).

I

Enquanto leio meus seios estão a descoberto. É difícil concentrar-me ao ver seus bicos. Então rabisco as folhas deste álbum. Poética quebrada pelo meio.

II

Enquanto leio meus textos se fazem descobertos. É difícil escondê-los no meio dessas letras. Então me nutro das tetas dos poetas pensados no meu seio.

Ana C., ao quebrar a linearidade do discurso, coloca a expectativa dogmática do pensamento do leitor a “cair por terra”, provocando uma renovação na arte, uma libertação das amarras do pensamento clássico. O último verso é pura desterritorialização, pois a poeta desfaz, consoante (CRUZ [et al.] 2006, p. 137), a “cadeia de associação de ideias, sempre constituídas por semelhança e contiguidade, para atingir a essência, que é mais do que o conjunto de elementos que os estados de subjetividade nos propiciam: é a revelação final”. O eu poético de Ana C. apresenta uma relação direta entre os seus seios e a sua construção poética, fazendo vibrar essa intensidade, com forte grau de potência, por meio da palavra “descoberto(s)”. Conforme Camargo (2003, p. 145-146), “o processo intertextual se acirra, ao mesmo tempo em que uma relação corporal com o texto se amplia e se explicita”. Camargo (idem) enuncia que “o erotismo, o desejo, a relação carnal com o poema aparecem [...] reforçando a fusão corpo-texto”. Esta relação pode ser vista pelo paralelismo “meus seios” / “meus textos”, respectivamente presentes no primeiro verso de cada uma das estrofes. Vejamos o que Candeias (2007) nos transmite sobre esse poema:

O assunto do poema e as duas partes que o compõem referem-se ao âmbito da literatura. A primeira está ligada à produção e a segunda, à recepção. Enquanto num caso, o enunciador encerra a leitura, porque sente atração por seu corpo, sentido necessidade de escrever (rabiscar) sobre isso. Noutro, só é possível dar prosseguimento à leitura, se ele enxergar seus textos em produções alheias: “Então me nutro das tetas dos poetas pensando no meu seio”. (CANDEIAS, 2007, p. 4).

Esse discurso poético é um acontecimento, e “o expresso não se confunde com o sujeito, dele distinguindo-se do vivido psicológico, das representações mentais e dos conceitos lógicos”. (DELEUZE, 1974, p. 20). Ao contrário da ideia representativa, que é a forma psicológica da ideia, a ideia verdadeira, a ideia expressiva [...] está a

serviço de uma nova imagem do pensamento, revelando que “a ideia adequada se define como ideia expressiva”. (Idem, p. 118). Isso nos faz acreditar que a tessitura poética de Ana C. é puro acontecimento, portanto, incorporeal, não se limita a questões de identidade e está aberta a outras possibilidades de configuração. O acontecimento é expresso no próprio acontecer. De acordo com Deleuze (idem, p. 152), “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera”.

Os acontecimentos são singularidades ideais que comunicam em um só e mesmo acontecimento; assim possuem uma verdade eterna e seu tempo não é nunca o presente que os efetua e os faz existir, mas o Aion ilimitado, o Infinitivo em que eles subsistem e insistem. Os acontecimentos são as únicas idealidades; e reverter o platonismo e, em primeiro lugar, destituir as essências para substituí-las pelos acontecimentos como jatos de singularidades. Uma dupla luta tem por objeto impedir toda confusão dogmática do acontecimento com a essência, mas também toda confusão empirista do acontecimento com o acidente. (DELEUZE, 1974, p. 56).

Devido a isso, tanto o pensamento da autora quanto o de Deleuze percorrem espaços labirínticos da subjetividade humana e suas reflexões, sejam elas expressas pela arte ou pela filosofia da diferença, apresentam um caráter político que é projetado para o espaço geográfico, por exemplo, um caráter muito mais amplo do que aquele geometrizado pelos estudos geográficos tradicionais, pois não estão presas a uma verdade eterna. Além disso, podemos inferir que a noção de corpo também foge de determinismos biológicos, quando Deleuze parte do princípio de que há o corpo da Terra e este apresenta uma relação funcional estreita com o território e com os processos de territorialização e desterritorialização. Portanto, tanto a ciência quanto a arte e a filosofia para ele são modos de pensar, conforme afirma Jorge Vasconcelos (s.d.). Seguindo essa esteira, o autor segue explicando o pensamento deleuziano quanto aos planos: “nessa relação se estabelecem os planos fundamentais do pensamento: o plano de composição da arte, o plano de referência da ciência e o plano de imanência da filosofia”. (Idem, s.d. p. 81). Destaca também que o que importa para Deleuze é tornar possível o pensamento. “[...] O pensamento não pensa sozinho e por si mesmo, como também não é perturbado por forças que lhe permaneceriam exteriores. Pensar depende das forças que se apoderam do pensamento”. (Ibidem, s.d. p. 76 e 77). E são essas forças que se apoderam do pensamento criativo de Ana

C., fazendo-a quebrar a imagem dogmática do pensamento, que também é moral e representativa.

É inegável que geógrafos céticos e vinculados às macroestruturas sociais, estejam predominantemente ligados aos aspectos geopolíticos dos ambientes físicos, materiais e geométricos dos territórios mundanos para a geografia, assim como os professores de literatura talvez nunca desejem observar como as linhas de fuga atuam para promover desterritorializações nos poemas. Nesse caso, ambos se distanciam de uma geografia menor e deixam de perceber, em uma averiguação poética mais profunda, na qual o território poético é o próprio poema em linguagem, a construção de um espaço nômade, errante, pleno de des(re)reterritorializações. “O livre pensar dá a ver a transformação da paisagem exterior em paisagem da subjetividade”.⁶¹

Por mais que a geografia tradicional em seu processo evolutivo tenha chegado ao estudo do homem como o centro das mutações em relação ao meio, à geograficidade do corpo e aos estudos fenomenológicos, soa ainda muito distante da realidade pensar em uma geografia existente numa escala molecular (invisível), que possa *por contágio* “ultrapassar e desenhar novos campos de ação e de vida, produzindo autonomias que podem alterar a relação de poder na sociedade”. (CRUZ, et al. 2006, p. 127).

No entanto, Ana C. dilacera a questão da reprodução de subjetividades em série fabricada pelo capitalismo contemporâneo, por meio de rupturas que a autora faz em seus textos, a fim de permitir o aparecimento de inovadores processos de singularização pelos blocos de sensações construídos por ela. “Ao desenhar novas cartografias do desejo, irreduzíveis ao controle centralizado as quais criam condições de possibilidade para a emergência de revoluções moleculares, estaremos manejando com as micropolíticas” (Ibidem, p. 126).

Para completar esse posicionamento, Guattari e Rolnik (1996, p. 130) afirmam que “toda problemática micropolítica consistira, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidades no próprio nível de onde eles emergem”, o que vem a justificar a questão do acontecimento na obra de Ana C. que passa a existir dentro do próprio acontecer. Isso, por conseguinte, leva-me a deduzir que a autora, na maior parte de sua obra, não se vale de processos de referência, tal qual a questão de identidade que está voltada para a representação, pois dessa forma impedi-la-ia de

⁶¹ JACKSON, Kenneth David. “Poesia de exportação”: a viagem geográfica e etnográfica na poesia brasileira. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, vol. 9.n.2, dezembro de 2011.

produzir singularidades criadoras. Observemos o poema em prosa abaixo no qual Ana C. cria-o, mais uma vez, a partir da apropriação dos versos do poeta Manuel Bandeira (1886-1968) que aparecem imediatamente abaixo, tal qual foram postos em sua obra sem ao menos fazer referência ao autor.

atrás dos olhos das meninas sérias⁶²

Mas poderei dizer-vos que elas ousam? Ou vão, por injunções muito mais sérias, lustrar pecados que jamais repousam?
(CESAR, 2013, p. 88. Edição do Kindle).

atrás dos olhos das meninas sérias (Ana C.)

Aviso que vou virando um avião. Cigana do horário nobre do adultério. Separatista protestante. Melindrosa basca com fissura da verdade. Me entenda faz favor: minha franqueza era meu fraco, o primeiro sidecar anfíbio nos classificados de aluguel. No flanco do motor vinha um anjo encouraçado, Charlie's Angel rumando a toda para o Lagos, Seven year itch, mato sem cachorro. Pulo para fora (mas meu salto engancha no pedaço de pedal?), não me afogo mais, não abano o rabo nem reboło sem gás de decolagem. Não olho para trás. Aviso e profetizo com minha bola de cristais que vê novela de verdade e meu manto azul dourado mais pesado do que o ar. Não olho para trás e sai da frente que essa é uma rasante: garras afiadas, e pnalta. (CESAR, 2013, p. 89. Edição do Kindle).

Como já esclareci nos comentários a respeito do poema *Samba-Canção*, Ana C. com frequência fazia bricolagens de versos ou de estrofes inteiras de poetas consagrados, desterritorializando-os da obra original, sem sequer citar a fonte, e reterritorializando-os no seu plano composicional, a fim de criar em seus textos outros movimentos de desterritorializações. Assim como na prosa poética acima, Ana C. afirma e reafirma que *não olha para trás*, porque é o porvir que lhe interessa, são as brechas que a fazem decolar para o desconhecido. Como é possível constatar, a autora se desfragmenta por meio de linhas velozes que levam a linguagem a vivenciar uma certa concepção de caos.

No caso do poema acima, é facilmente perceptível esse processo de linhas de fuga que fazem o mundo fugir. Elas “inicialmente não têm território! Mas elas fundam territórios no processo”. (TRINDADE, 2021, online). Trindade (idem, online) elucida que “a linha de fuga também não precisa ser algo barulhento, chamativa, performática, pode ser feita em segredo, em um silêncio quase absoluto, até atingir o ponto limiar,

⁶² Versos do poema de Manuel Bandeira que Ana C. reproduz em sua obra sem citar a autoria.

onde ela desterritorializa toda uma subjetividade para uma nova direção.” Porém, tem-se que ter cuidado com a linha de fuga, pois conforme a sua intensidade e ruptura, há o perigo de autodestruição ou ela pode ser capturada por um novo fundamento, passando a ser, então, uma linha de morte.

Abrindo parêntesis e pensando agora na vida de Ana C., essa mesma definição pode nos levar também a refletir sobre o seu suicídio, momento em que a própria autora se desterritorializou de forma absoluta, deixando o mundo fugir debaixo de seus pés, para ficar somente presente em seus escritos. Pelo que se pode deduzir, ela não conseguiu prestar a atenção naquelas perguntas: “O que o corpo pode? Qual é o seu limite de conexões e disjunções?” (TRINDADE, 2021, online). No final das contas, “a questão é sempre aproximar um corpo do que ele pode! Ligá-lo às várias linhas que o atravessam, não o deixar abaixo de suas capacidades e nem o levar demasiadamente além”. (Idem, 2021, online).

É indiscutível que Ana C. não teve forças para fazer a sua potência interior fluir positivamente, isto é, em aliança com a vida em meio a rupturas de mundo, diferentemente do que conseguiu tão bem em seus textos. Ela já tinha dado vários sinais sobre o seu estágio de depressão, através das tentativas de suicídio anteriormente fracassadas. Coloco abaixo uma passagem narrada por seu amigo Ítalo Moriconi (2016), referente ao seu último encontro com Ana C.

Quando me encontrei com Ana em fins de agosto de 1983, nós não nos víamos desde o lançamento de *A teus Pés*. Saímos para jantar, coisa que não fazíamos desde os idos antigos de 1979. E nosso jantar no Restaurante Real da praia do Leme foi uma choradeira mútua. Eu não tive presença de espírito para notar que o papo dela de suicídio era à vera. Ela dizia que estava sentindo um vazio muito grande. Tenho para mim que o lado delirante dela, aquele que queria porque queria sair da vida para deixar o texto em seu lugar, cismara que seu tempo lógico de vida tinha terminado. Mas ela tinha um lado lúcido que lutou contra a depressão o tempo todo, talvez ansiosamente demais. (MORICONI, 2016, pp. 103-104. Edição do Kindle)

Ao contrário do que foi exposto sobre a vida pessoal de Ana C., eu reafirmo que a poeta demonstra em sua produção literária uma importante crença na vida, e essa é mostrada por meio de uma sucessão de acontecimentos os quais entram em devir, como na prosa poética acima: “*avião, cigana, separatista protestante, melindrosa basca com fissura da verdade...*”. São linhas de fuga que entram em ação, exercendo consecutivas desterritorializações. Observamos a linguagem em variação, fracionando a lógica dos significados para dar espaço à lógica das/dos

sensações/sentidos. Deleuze ([1980] 2005, p. 99) afirma: “A linha de fuga é uma linha de desejo que se desprende e em seu movimento faz todo o mundo fugir [...]”. Não é a autora quem foge, não é a personagem quem foge, não é o eu poético quem foge, o mundo foge, o mundo da representação vai saindo aos poucos da matriz do pensamento, tanto de quem lê quanto de quem escreve, à medida que a criação aparece. “Dir-se-ia, agora, que essa linha recebe um signo positivo, que está efetivamente ocupada e seguida por todo um povo que nela encontra sua razão de ser ou seu destino”. (DELEUZE e GUATTARI, [1980] /2005, p. 74).

A dissolução do eu romântico fica bem evidente na linguagem fragmentada e justaposição da poeta. A todo momento aparecem recortes, pedaços soltos e fraturas existenciais. Refere-se Moriconi (2016, p. 74. Edição do Kindle), em sua obra *Ana C.: o sangue de uma poeta*, “o quanto o sujeito poético em Ana C. aparece estilizado, é favas contadas”. Para este autor, “Ana desentranhava poemas de outros poemas” (Ibidem, p. 73). Segue ainda sustentando que “o poema que é uma autêntica colcha de retalhos de citações de outros poemas e de textos religiosos e científicos, funcionando como colagem de falas”.

É relevante a defesa que Ana C. faz quanto a usar fragmentos de outras obras para, a partir dessa interlocução (intertextualidade), criar outros estados intensivos que alimentam seus delírios e alucinações. Ela elabora um plano de composição rizomático, sem identidade fixa, um texto híbrido, pleno de linhas de fuga e de estados de afectos e perceptos, que possibilitam a diluição do “eu” em devir constante. Em última instância, todo esse processo vem a resultar na produção de um Corpo sem Órgãos, o que não quer segregar nada e deseja que a escritura viva em rizoma, fazendo livres interconexões com a subtração de pontos fixos que estavam presentes em outros textos.

A partir dessa escritura nômade, novos territórios surgem provocando territorializações e desterritorializações consecutivas e com sistemas de referências móveis. Quando há uma escritura fundamentada em imagens dogmáticas do pensamento, não se tem a chance sequer de engendramos as multiplicidades, os acontecimentos e as singularidades da vida. Portanto, Ana C. insiste em escapar dos falsos dualismos discursivos, assim como evita sitiar a diferença em nome da identidade, como se pode ver no texto abaixo:

Localizaste o tempo e o espaço no discurso que não se gatografa impunemente. É ilusório pensar que restam dúvidas e repetir o pedido imediato. O nome morto vira lápide, falsa impressão de eternidade. Nem mesmo o cio exterior escapa à presa discursiva que não sabe. Nem mesmo o gosto frio de cerveja no teu corpo se localiza solto na grafia. Por mais que se gastem sete vidas a pressa do discurso recomeça a recontá-las fixamente, sem denúncia gatográfica que a salte e cale. 2.10.72 (CESAR, 2016, p. 175. Edição do Kindle).

Ana C. é uma poeta que dialoga com os espaços. No poema em prosa acima, ela traça uma cartografia do próprio poema. Em cada contexto poético, há uma tomada de posição na qual ela apresenta uma dimensão singular, *sui generis*, para o seu ato de pensar, que é explicitado e dissolvido na ambiência construída. Uma linguagem que reflete desejos, tensões, associações e que liberta novas perspectivas de “ser-estar” no mundo por meio de um movimento poético. O poema para a poeta é *o espaço do entre, do eu multifacetado, do corpo* que não tem o compromisso de estar alinhavado a uma linguagem/imagem feminina, um corpo que surge pleno de intensidades e questionamentos quanto ao seu significado, mas que trava, ao mesmo tempo, uma luta contra a sociedade patriarcal, justamente por não ser um reprodutor de um discurso único que trancafiava a mulher no lar, impedindo a circulação de seu desejo (em ambos os sentidos).

O seu eu poético é nômade, pode estar na varanda, na relva, no navio, no quarto, no bordel, dentro ou fora de si mesma ou do poema, entre invenções, ironias, confissões e brincadeiras, em diversas épocas e em tempos com durações fluidas, que não cessam de buscar o cotidiano, ou em “espaços de risco por onde sua poesia transita”. (CAMARGO, 2003, p. 289). Ana C. incorpora a fusão de muitas falas sem ter o compromisso de estar amarrada a um estilo ou a um gênero literário específico. O corpo poético é vibrátil e, simultaneamente, por ser um corpo de sensações, torna-se um campo de forças e de resistência, pois mobiliza paradoxos nessas relações que são convocados por ela “pela plasticidade da vontade criadora” do presente. (DIAS, 2004, p. 143).

As linhas de fuga, assim como em Clarice Lispector, de acordo com Lins (2004, p. 148), fazem com que o seu texto se torne “um lugar sem lugar de uma errância do sentido”. E acrescento a esse pensamento a ideia de que, além do lugar, torne-se um “eu” sem “eu”, por meio da impessoalidade proposta por Ana C.. Todavia, há que se

ter cuidado nessa expansão, pois se as linhas de fuga escorregarem para uma metáfora, por exemplo, poderão, por exemplo, se tornar linhas de morte, ou seja, linhas capturadas pela representação.

O sentido não pode ser mais confinado às estruturas do texto. Ele esquiva-se, desde então, do espaço de fixação e encontra um devir como uma onda que desaltera, metáfora remetendo a um elemento líquido, não isento de uma espécie de linha envenenada, perigosa, como toda linha criativa. (Ibidem, p. 148).

“Um texto que é puro devir é o que vive em equilíbrio incerto. O novo texto é texto traço, traço como corpo da escrita, traço como nova pele escorregadia – saliva, suor, lágrimas, esperma, secreção vaginal, sonhos molhados”. (Ibidem, p. 153). Uma escrita rizomática é a que não cheira à imitação, mas à vida como plenitude, que abandona o controle do outro e experimenta o desejo, com muitas intensidades e velocidades, como se pode observar na sequência de excertos da obra *Poética*, de Ana C., abaixo reproduzidos:

“Minha asa cabe na tua asa”, esperavam. As linhas do corpo obedecendo a pensamentos superiores: esperma dos deuses, orvalhos, eu te perdoo em nome da ilusão: rastejar não passa de um momento na nossa morte. Não existe nada nesta língua que possa satisfazer aos reinos incidentais do desejo. As próprias línguas escaparam como gatos na fumaça.
(CESAR, 2013, p. 400. Edição do Kindle).

Eu faço em mim com ele quieto dentro. Às vezes em silêncio e às vezes alto com rádio ligado e ritmo que não despega da pele como o perfume em Covent Garden.
(CESAR, 2013, p. 65. Edição do Kindle).
Falava-te de vísceras. Guarda este segredo; esta secreção.
(CESAR, 2013, p. 317. Edição do Kindle).

*Neste interlúdio
Sou fagulha ou hulha inerte.
Enorme berne entra corpo adentro,
Entre os dentes, carne.
Arde o ente e cospe,
Cuspe inútil invadindo espaço.
agosto/68
(CESAR, 2013, p. 144. Edição do Kindle).*

Alguém percebe o estrago, a carne surpreendida, o suor coalhado nas vigas. Me pousam no tapete, acarinham meu queixo pelado.
(CESAR, 2013, p. 329. Edição do Kindle).

Este é o quarto Augusto. Avisou que vinha. Lavei os sovacos e os pezinhos. Preparei o chá. Caso ele me cheirasse... Ai que enjojo me dá o açúcar do desejo. (CESAR, 2013, p. 481. Edição do Kindle).

A camisola estava pelo avesso. Lá estávamos outra vez com sociologias, ele muito oferecido na ponta da cama, até que me pus a passar baby oil nas mãos, lambança, e daí para os cabelos, e para os cabelos dele, beijos molhados que hoje dão maldade e gostinho de tortura. (CESAR, 2013, p. 62. Edição do Kindle).

Nesse contexto, é preciso retomar a questão do desejo partilhado não somente como a expressão da vontade psíquica do eu poético, mas principalmente daquilo que Deleuze e Guattari (2007) chamam de a fuga dos dispositivos de codificação e de territorialização por meio do ato enunciativo, cujos agenciamentos da língua são sempre coletivos. (In: RIOS, 2016, p. 116). É sempre a linha de fuga uma linha de subjetivação que faz, impulsionada pelo desejo, o mundo fugir e lugares imprevisíveis aparecerem. Ela produz desterritorialização, e Deleuze & Parnet (1998, p.146) sugerem que é melhor defini-la como experimentação-vida.

A escritura de Ana Cristina Cesar está no desejo de devires em todos os níveis: na permanente comunicação dos componentes de expressão, ultrapassando o limiar da escrita; entrando e saindo em territórios ficcionais e reais, constituindo uma linguagem que caminha na contramão, sem segredos, em que o ato de pensar é afetado pelo exterior; um devir que rompe com a hegemonia do texto literário. (RIOS, 2016, p. 116).

Vale aqui recordar também que os conceitos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização aparecem na obra de Deleuze e Guattari como instrumentos operativos de um projeto político de libertação dos desejos, do pensamento e da produção de novas subjetividades. A noção de território e de desterritorialização enquadra-se na proposição de que o pensamento afasta o dualismo sujeito-objeto. Para que isso aconteça, a concepção que esses filósofos apresentam é a de produzir um pensamento rizomático, em que "qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado com qualquer outro, e tem de sê-lo." (DELEUZE e GUATTARI, [1980] 2009, p. 25). Neste sentido, é visível que Ana C. escapa da centralização dogmática de poder, isto é, sua obra não prevê hierarquizações, mas sim agenciamentos coletivos de enunciação que abrem as portas para a produção do seu Corpo sem Órgãos.

No caso de Ana C., ela não passa a ideia de que o corpo da mulher é um agente moral que está a serviço de um poder estabelecido dentro de um espaço de regime ditatorial e estruturalmente machista. O corpo feminino é, ao mesmo tempo, o seu corpo textual e, na sua tessitura poética, ele rompe suas fronteiras, por meio das desterritorializações, liberta-se discursivamente de qualquer ideia de submissão ou estereotipação. Esse corpo abandona estruturas representativas de poder que estejam vinculadas às questões da identidade e da subjetividade colonizada, que comumente impõem comportamentos e julgamentos morais, talvez para que ela possa carregar nele a ideia de um *pós-feminismo*. Isso fica refletido pelos agenciamentos coletivos de enunciação e pela maneira coerente com que Ana C. pensa a relação entre corpo e mente potencializada no espaço do poema. Por isso, a escritora se permite adentrar em mundos imperceptíveis, moleculares, mas preservando as macroliberdades anteriormente desejadas. O identitarismo, tal qual o conhecemos, se constitui uma “ideologia de dominação”, conforme afirma Soares (2022, on-line). Segue esse autor:

Num mundo sob alta pressão ideológica, as alteridades identitárias podem ser meros espelhos de uma norma heterossexual branca. Desligam-se dos vínculos nacionais e da luta de classes. Nesses casos, alienam e agridem a soberania dos povos.

Como resultado do que foi explorado até aqui, podemos inferir que Ana C. marca movimentos de extrema intensidade, velozes, fazendo vibrar uma língua menor, dentro de uma maior, que é produzida pelas linhas de fuga em sequência. Em referência ao identitarismo que se pressupõe aparecer em Ana C., Holanda (2013, p. 446), expressa que a poeta apresenta “sintomas de um discurso pós-feminista” que abre “um novo espaço para a reflexão sobre o poder da imaginação feminina, uma revolta molecular quase imperceptível no comportamento, na sexualidade, na relação com o corpo e com a palavra”. (In: CESAR, 2013. Edição do Kindle).

Compondo junto com Ana C., eu escrevi, em um passado-presente, o seguinte poema:

*sentir a música como a ti mesmo
navegação sinuosa de notas e ritmos
dançando nas ondas da inspiração...
poema feito com tempo inacabado
caminho de retas desilusões tortas*

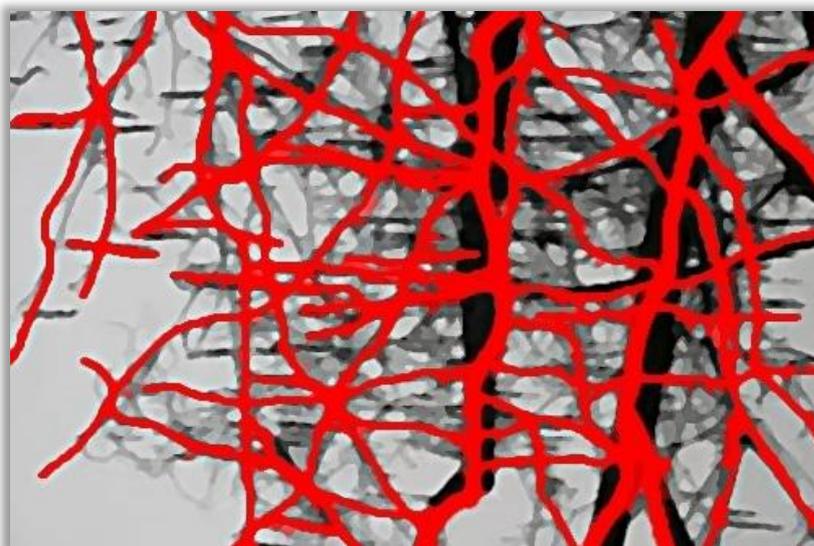
*de oblíquas vidas escarmentadas
de complexas curvas extenuantes...
do caos, poesia e vibração evaporam
exaltação da obscuridade poética
descobertura da razão pela emoção
entrelaçamento de substâncias indizíveis
melodia para os meus sentires
improvisação contínua de sentimentos...
sentir a tua música
é transitar por territórios ignorados
é viajar por linhas fugidias - caóticas
é re-inventar a vida com afetuosa desarmonia*

(Tânia Marques, 22/03/2012).

Esse poema é um exemplo de que podemos compor com Ana C. em qualquer momento de nossas vidas. Um poema rizomático não impõe fronteiras temporais e/ou espaciais e, por meio do contágio das sensações nele registradas, somos afetados, atravessados por uma vontade de potência que abastece a nossa criação, a criação de uma vida em devir. O poema torna-se um lugar de encontro onde a poeta registra suas invenções em direção a outro mundo.

E de toda a arte que seria preciso dizer: o artista é mostrador de afectos, inventor de afectos, criador de afectos, em relação com os perceptos ou as visões que nos dá. Não é somente em sua obra que ele os cria, ele os dá para nós e nos faz transformarmos com eles, ele nos apanha no composto. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 227).

Figura 14 - Movimentos rizomáticos na poesia de Ana C.



Fonte: Arte em photoshop, criada por Tânia Marques. Imagem de fundo: Google.

4 A TRANSDISCIPLINARIDADE COMO PRINCÍPIO E A TRANSCRIÇÃO COMO RESULTADO: PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA UTILIZAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

*A complexidade não tem metodologia,
mas pode ser instaurante de seus métodos,
articulados sobre os fios condutores das
problematizações concretas relativas à vida.*
NELSON REGO (2006, p. 195)

Em conformidade com os conteúdos abordados ao longo desta pesquisa, considera-se importante recapitular a ideia de que ela própria apresenta linhas de fuga, que permitem abandonar predominantemente os territórios da *representação* nos ensinamentos de geografia e de literatura, a fim de abrir espaço para novos signos de *expressão*. De acordo com Cruz et al. (2006, p. 24), Deleuze não utiliza os signos para remeter a estados de coisas, a sujeitos psicológicos e nem a significações universais, pois os signos são singulares, impessoais e transcendentais.

O que eles (os signos) expressam não existe fora deles, embora com eles não se confunda. Eles expressam um ideal que não é abstrato, um subjetivo que não é psicológico, uma realidade que não é objetiva ou empírica, um transcendental que não é consciente. (Idem, p. 24).

Como em Ana C., estamos falando da presença de uma geografia-arte e de seus mundos possíveis, priorizamos as singularidades de um pensamento “impessoal”. A pragmática dos seus versos não precisa remeter a um determinado sujeito para gerar significados, pois o que importa, para a essência da linguagem, não é a lógica do significado (apresentar um referente) e sim a lógica do sentido. E assim, a poeta produz geografias moleculares (do pensamento) que produzem imprevisíveis movimentos pela linguagem literária.

Para Deleuze,

o sentido nunca falta, pois dizer que o sentido falta é já produzir um sentido, que faz com que a linguagem chegue ao seu limite, limite esse ao qual a conduz o pensamento que, em sua imanência, se expressa. O sentido é o acontecimento da linguagem. Não ter sentido indica que o sentido só existe enquanto produzido. (Ibidem, p. 27).

Para tanto, a intencionalidade desta pesquisa, como vimos, está relacionada a produzir *novos sentidos ao exercício da docência*, por meio de uma abordagem *transdisciplinar* que, aqui neste caso, envolve a presença do *corpo da mulher* no corpo poético de Ana C., em consonância aos componentes curriculares de Geografia e Literatura, com o objetivo de ultrapassar os “limites” impostos pelas disciplinas. interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Embora essas abordagens não estejam em oposição à transdisciplinaridade, porque estão associadas internamente aos seus significados e a algumas práticas, existem características específicas que estabelecem diferenças entre todos esses conceitos. Na transdisciplinaridade, a pesquisa é aberta à experimentação, tanto a infinitas possibilidades de enunciação quanto à manifestação do objeto em estudo, podendo agenciá-lo a outras áreas do conhecimento a fim de fornecer uma visão integral dos conteúdos aos educandos e educadores. Nesse caso, o corpo feminino e poeticamente discursivo deve considerar outras dimensões além da cognitiva, porque a transdisciplinaridade pressupõe um diferente modo de pensar e de se relacionar com os embasamentos teóricos preestabelecidos a partir dos programas de ensino. O enlace entre vários conteúdos de diversas áreas do conhecimento permanece infinitamente acessível, ou seja, aberto, sem limites para a sua expansão. Portanto, a transdisciplinaridade propõe:

[...] um aprendizado com espaço para intuição, emoções, sentimentos, formas de expressão... tudo isso integrado com os conhecimentos propostos inicialmente pelas disciplinas, trabalhando então, de forma complementar e não antagônica à disciplinaridade. A abordagem transdisciplinar adiciona uma camada mais profunda à relação entre diversas disciplinas ao combinar o âmbito cognitivo com as outras dimensões que perpassam o indivíduo, isso porque todas essas esferas funcionam de forma holística e não separadamente em momentos específicos do cotidiano.⁶³

Por outro lado, instigar uma prática transdisciplinar, que funcione de acordo com uma proposta embasada na linha da filosofia da diferença, pode não ser tão simples assim. Requer mudanças paradigmáticas profundas e, além disso, precisamos encarar a ideia de que será necessário fazer uma “faxina nos clichês que uma aula cheia contém”. (CORAZZA, 2012, p.25). Teremos que considerar que a

⁶³Transdisciplinaridade na educação, você sabe o que é? Disponível em: <<https://littlemaker.com.br/voce-sabe-o-que-e-transdisciplinaridade-na-educacao/>>. Acesso em: 09 jun. de 2021.

nossa atual conjuntura escolar, seja pública ou privada, está ocupada por formações discursivas ou não discursivas que funcionam como obstáculo àquilo que os professores envolvidos pretendem como proposta transdisciplinar, ou seja, que ela valoriza os sentidos (e aqui os entenda como quiser) e não os referentes alusivos às definições consagradas tradicionalmente pela estrutura de ensino baseada na representação.

Estamos submersos até o pescoço em normas, em regras comportamentais, em conteúdos a serem seguidos conforme foram prescritos em planos de ensino, em livros, em datas, em horas etc. Diante de disso, Corazza (2012, p. 24) afirma que:

Esses dados que preenchem a aula, constituem clichês. Logo são dados-clichês, que não funcionam apenas em uma ordem intelectual ou cognitiva, mas também psíquica, física, perceptiva, amorosa etc. Os clichês não representam, passiva e inocentemente, alguma coisa; mas produzem, ativamente, o conhecimento, o sujeito, o valor e o poder das coisas vistas, sentidas, pensadas, faladas, olhadas, escritas, lidas, desejadas, numa aula.

Em suma, este capítulo desenvolverá uma discussão teórica sobre a transdisciplinaridade como metodologia. Simultaneamente, abordará a *pedagogia da tradução*, por meio das *oficinas de transcrição*, como uma das consequências diretas e viáveis de como se priorizar o *sentido* em detrimento dos *significados prontos* - porque estes últimos, para Deleuze, já são uma entidade existente, não criam nada. De maneira transdisciplinar, uma proposta pedagógica pode “furar” as expectativas de reprodução (acrítica, estereotipada e isolada) dos conteúdos presentes no currículo escolar/acadêmico. Enquanto professores/as, nós não podemos deixar de lado a persistência “do confronto do planejamento com o seu *fora*, do estabelecido com o imprevisto, da certeza com o indeterminado que, segundo Bedin (2012 In: Corazza, 2012, p. 50) esses “serão novos componentes a serem conectados, novos elementos a serem integrados ao jogo de criação” provocados pela filosofia da diferença no âmbito da sala de aula.

Como exposto no título deste capítulo, o prefixo “trans” está presente em duas de suas palavras consideradas fundamentais: *transdisciplinaridade* e *transcrição* (ou *transdução*). Seguindo as definições sinonímicas usuais encontradas em dicionários da língua portuguesa, “trans” pode significar “além de” ou “para além de”. Então, tenho um caminho a percorrer, enquanto pesquisadora da diferença, que vai muito além da disciplinaridade, assim como ele está para além da repetição: está para a criação.

São dimensões metodológicas maiores que forneceram novos sentidos e, com isso, engendram outros significados, os quais poderão orientar práticas pedagógicas não tão comuns no cotidiano escolar. Sabemos que as pedagogias tradicionais dão ênfase à pura memorização e à repetição de conteúdos, para se chegar aos mesmos resultados, isto é, àqueles que já tinham sido propostos/programados/previstos pelos planos anuais consagrados em nosso sistema de ensino e pelos “professores/as copistas”, nome este batizado por Corazza (2012, p. 26). Nessa seara, há um distanciamento entre a realidade vivida pelos educandos, a enunciada pelos docentes e a narrada pelos livros didáticos, impedindo que os/as alunos/as possam apontar as diferenças, a partir de suas vivências, como respostas válidas a uma aprendizagem realizada através de uma pedagogia criativa.

Quanto aos livros didáticos, enquanto professores/professoras com regência de classe, nós estamos cientes de que “se assiste à consumação de exercícios reativos, superficiais em demasia, de maneira que o escopo aí pretendido serve apenas para cumprir a rotina do calendário letivo”. (NICOLAY, 2012 In: CORAZZA, 2012, p. 53). É preciso destacar ainda, o quanto os textos dos livros didáticos apresentam uma função subliminar conservadora, discriminatória e acrítica, preservando a possibilidade de uma aula ser apenas um *toma lá dá cá* conteudista, ou melhor, impedindo que ela possa se transformar em um espaço aberto para invenções e múltiplas narrativas. “Se ninguém pedir e ninguém oferecer essas receitas, teremos, talvez, afastado o extremo tédio que cansa a professoralidade e as besteiras disseminadas sobre metodologia, didática, currículo”. (CORAZZA, 2012, p. 241). Portanto, cada aula é um acontecimento único, conforme nos ensina Geraldi (2010), aberto a novas construções ou a demolições do já construído.

As macropolíticas de Estado determinam que o ensino cumpra regras e modelos de sistemas de avaliação que “entram qualquer possibilidade de liberdade de expressão, de criação, de inovação e de experimentação ao longo do ano letivo”. (HEUSER e CAMARGOS, 2012 In: CORAZZA, 2012, p. 61). Então, por mais cômodo que seja ficar repetindo o mesmo, é preciso *resistir*. “Encara os efeitos da semiótica capitalística. Escapa por alguma saída micropolítica de *escrileitura*⁶⁴, do consenso cretinizante e infantilizante e cultiva o dissenso”. (Idem, p. 61).

⁶⁴ Escrileitura refere-se ao Projeto *Escrileituras: um modo de ler-escrever em meio à vida* - disparador de cenários que pensam a Educação *com e na* vida, encontra potência no ato de criação textual. (DALAROSA, 2011, p. 15)

Por mais homogeneizadoras que sejam as escolas, os planos de ensino, os livros didáticos, as avaliações e as tribos juvenis,

convém deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania [outros tipos e critérios de avaliação]. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade funcionem junto com a ordem estatal o menos pesada possível. (GUATTARI, 2001, p. 35).

Durante os anos de 2011 e 2012, como trabalhava em escola da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, fui convidada para integrar o *Projeto Escrita: um modo de ler-escrever em meio à vida*, do Observatório da Educação, da Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS, como *pesquisadora da diferença* (sem vínculo institucional com a universidade). Nesse período, tive a oportunidade de vivenciar inúmeras práticas de desconstrução do pensamento “representacional do solo platônico-cristão”, conforme disserta Dalarosa (2012, p. 28) em seu livro “Pedagogia da tradução entre bio-oficinas de filosofia”. Trata-se de uma pedagogia do acontecimento que traz, para as salas de aula, bio-oficinas criativas e desviantes do já sabido. Constituem-se, portanto,

Oficinas de Transcrição [...], um laboratório-oficina, um ateliê de experimentações espirituais e operatórias que primam pela elaboração do pensar, junção de três caóides – filosofia, ciência, arte – em ação dialógica e co-criativa. (CORAZZA e CAMPOS, p. 107 In: Caderno de Notas 9).

Só para ilustrar, conforme eu expus nas considerações iniciais desta pesquisa (prelúdio), desde 1996, trabalhava com oficinas nas disciplinas de Literatura Infantil e de Literatura Brasileira, provocando uma proposta interdisciplinar que, na maioria das vezes, não contava com o apoio de outros professores e se realizava como um acontecimento unilateral, com apenas cada uma das minhas disciplinas, em cada série onde eu lecionava. Concebíamos novas estratégias, causávamos estranhamentos e tecíamos linhas de fuga em relação ao sistema tradicional de ensino. Com isso, não havia espaço em sala de aula completamente segmentado nem totalmente fragmentado. Agíamos pedagogicamente nos entre-espacos, valendo-nos de perspectivas intuitivas de funcionar, para que os conteúdos, da forma como eram trabalhados, provocassem aprendizagens e reverberassem outros sentidos,

diferentes daqueles prontos, tanto para mim quanto para os/as meus/minhas aluno/a/s.

Em face do que foi dito, cabe demonstrar neste capítulo, munida de todo o aporte teórico que justifica esta pesquisa, outros modos de serem construídos os saberes geográfico-literários sem termos, enquanto professores/as, que ficarmos asfixiado/a/s em clichês, reproduzindo conteúdos canonizados - os quais estão sob os domínios da representação e do poder capitalista de Estado - sem ao menos experimentarmos uma nova ética e outra estética da existência.

4.1 POR UMA ARTE-EDUCAÇÃO: ARTISTAGENS⁶⁵ ENTRE GEOGRAFIA, LITERATURA E FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Precisa-se percorrer os territórios, se lançar em experimentação e variar com as possibilidades, fazer a educação vibrar por meio de um currículo-aventureiro, aquele que “não propõe gestos a serem reproduzidos ou conteúdo a serem reconhecidos, nunca diz – Faça como eu faço!, mas convida: – Venha, faça comigo!”
(CORAZZA, 2008, p. 6 In: FERRAZ, 2017)

Gilles Deleuze atuou como professor por quase 40 anos, exercendo essa atividade entre o Ensino Médio e o Superior. Como ele mesmo falou, sua inspiração originava-se na preparação que fazia anterior às suas aulas. Em *O Abecedário de Gilles Deleuze* (1988/1996), quando perguntado por Claire Parnet sobre o vocábulo “professor”, ele responde: “– Se você quer 5, 10 minutos de inspiração, tem de fazer uma longa preparação”. (Idem). E acrescenta que sempre fez dessa maneira porque gostava: “– Eu me preparava muito para ter esses poucos momentos de inspiração”. (Idem). E essa preparação consistia em ensaio. Deleuze ensaiava as suas aulas. Conforme ele respondeu, o ensaio era primordial para se obter inspiração, pois, por meio dele, considerava fascinante a matéria da qual tratava. Declara ainda que, “ao achar interessante o que se está dizendo, podemos chegar ao ponto de falar de algo com entusiasmo”. (Idem). Deleuze afirmava que o ensaio era isso.

À vista do que foi tratado até o momento, voltando os nossos olhos para a realidade educacional brasileira, raramente encontraremos professores inspirados ou

⁶⁵**Artistagem** é um conceito criado por Sandra Corazza para se referir, ao mesmo tempo, a uma estética, uma ética e uma política a se inventar; trata-se de fazer arte sem ser artista, uma prática que procura o “não-sabido, o não-olhado, o não-pensado, o não-sentido, o não-dito”. (CORAZZA, 2016).

estimulados por conta dos conteúdos de suas disciplinas. Pela minha própria vivência, dentro da realidade do magistério estadual e particular, durante 28 anos consecutivos, também não vi ou soube de professores ou professoras com tempo disponível para ensaiar suas aulas (a maioria tendo que trabalhar 60h semanalmente), tampouco para prepararem uma aula à altura do merecimento dos estudantes. Não falo isso para menosprezar a nossa categoria ou para dizer que nunca preparei as minhas aulas porque eu estaria mentindo, mas para esclarecer que ser professor/professora no Brasil é sinônimo de uma só palavra: luta. E essa luta acontece em diversas instâncias do sistema molar, tanto pela própria sobrevivência econômica dos/as professores/as (salário) quanto, dependendo da localização da escola pública, até para se ter papel higiênico nos banheiros dos prédios.

Além do exposto, existem lutas internas, ou seja, dentro das escolas, contra o assédio moral, essas que são pouco mencionadas principalmente porque humilham e intimidam a prática educacional de professores/as que estão tentando fazer a *diferença* em educação, através de seu currículo “clandestino”, termo utilizado por Corazza (2014). Nesse caso, muitos/as são chamados/as para se sentarem na “cadeirinha do pensamento”, na sala da supervisão escolar, a fim de refletirem sobre o quanto a sua metodologia está se distanciando da ideia do “professor-modelo”, da “matriz platônica” ou da “filosofia da representação”, como tão bem explica Corazza (2014, p. 18 e 19):

*Estivemos sempre sob o jugo do Princípio de Identidade. Este é um diagnóstico que Deleuze realiza [...] e que orienta o seu pensamento em direção oposta ao da identidade – o qual, para reunir a multiplicidade sob um conceito deve, necessariamente, igualar o não-igual. Assim, ao utilizarmos esse Princípio da Identidade para formular a designação uniformemente válida ao conceito de Professor, abandonamos todas as diferenças singulares das inúmeras maneiras de ser, de tornar-se, de operar como um professor, além de despertarmos o pensamento da Representação. Pois esse Princípio, ao formular o conceito de Professor, nos leva a esquecer tudo aquilo que é distintivo como se, no campo da Educação, além dos vários professores e de suas ações individualizadas e desiguais, houvesse algo ou alguém que fosse O Professor-Primordial (uno, Padrão, Verdadeiro, Normal), a partir do qual todos os professores fossem formados, embora por mãos inábeis; de modo que nenhum saísse correto e fidedigno à Ideia Pura daquele Professor-Modelo, dotado de uma qualidade essencial, ou *qualitas occulta*, cujo nome pode ser Professoralidade, e à qual cada um e todos os professores deverão submeter-se ou se esforçarem para dela se aproximarem, como Cópias bem ou mal assemelhadas; ou, em caso contrário, serão considerados *simulacros*, os quais, por estarem tão distantes e por serem tão semelhantes da Professoralidade (que é a causa de O Professor e de todos os professores), serão profundamente desprezados. (CORAZZA, 2014, pp. 18 e 19. Grifos da autora).*

Dessa forma, “Deleuze denomina essa matriz platônica como Imagem Dogmática do Pensamento que integra a Filosofia da Representação”. (Idem, p. 19). Em contraposição a essa premissa, toda a minha de pesquisa gira em torno do pensamento sem imagem da filosofia da diferença, um devir-simulacro (e minoritário). Na educação, o devir-simulacro é composto por:

processos transversais de artistagem que permeiam as diferentes subjetividades dos educadores, instauram-se através de cada um deles e dos grupos sociais, realizando uma crítica radical a essas formas determinadas e funções legitimadas. (Ibidem, p. 21).

Enquanto a Educação tradicional valoriza os Professores-Cópias do Primordial (e aí eu incluo os pesquisadores também), “os *professores-simulacros*” são caracterizados como:

falsos pretendentes, que sobrevivem graças a semelhanças falsificadas, porque, em verdade, vivem abertos para a dessemelhança e, desse modo, ficam cada vez mais afastados do centro do Modelo-Ideia-Essência-de-O-Professor. (Ibidem, pp. 19 e 20).

Por conseguinte, nós professores, mesmo sem termos muitas vezes consciência disso, acabamos sendo rotulados como: “bons” ou “maus”, “tradicionais” ou “simulacros”. E não é à toa que os alunos têm em mente que o mito do “bom professor” é aquele que pune (“carrasco e dono da verdade”), que joga para fora da sala de aula quem está conversando em demasia (e conversa justamente porque o professor-padrão não foi atraente e inspirador em sua didática), é aquele que só conhece modos autoritários e imobilizadores de ser, principalmente, em relação à imposição de comportamentos e ideias, é aquele que incentiva disputas de notas e não induz seus alunos a pensarem “fora dos postulados previamente definidos”. (Ibidem, p. 21). Isso os afasta de qualquer possibilidade de uma educação criativa, baseada na experimentação de outras realidades, na singularização, na ludicidade e no próprio processo do desejo. Para finalizar, fica abaixo o registro de Morais (2023, p. 70), que tão bem resume o nosso pensamento.

O professor pode, também, ser réu culpado de crime recentemente renascido: a doutrinação. Temas, autores, tons, posicionamentos diante do absurdo que se apresenta cotidianamente, palavras, conceitos, a escolha de um filme, de um livro tornam-se responsáveis pelo afastamento de docentes

de seus cargos. O crime posto da doutrinação mo(n)stra um tipo de xenofobia intelectual, um fascismo pedagógico que postula aquilo que deve ser dito no texto de uma aula, e aquilo que alheio, estrangeiro, precisa ser extirpado dramaticamente. A ênfase quer dar a lição, pela via do medo; um adestramento. A prática de silenciar um educador, uma educadora, no exercício de uso da voz e de seus saberes para evidenciar que seu corpo experiencia (e deseja elaborar) o ar tóxico do contemporâneo, parece funcionar como uma manutenção do dilaceramento corpo-espírito; dá a ver o quanto os saberes são esterilizados em sua potência de variação no espaço educativo.

4.4.1 Artistagens geográfico-literárias: “pensar e viver a educação do mesmo modo que um artista pensa e vive a sua arte”⁶⁶

A filosofia da representação tem colonizado o pensamento ocidental desde Platão. Seu princípio básico, ainda que ela tenha se apresentado das mais diversas formas, é o de que o pensamento é representação do mundo e, portanto, a questão da verdade está relacionada com a articulação da representação com aquilo que ela representa. Representando o mundo, o pensamento é repetição, não criação. A chave da verdade está na boa representação, que repete o representado em todos os seus detalhes.
(GALLO, 2012, p. 45)

De acordo com o pensamento de Corazza (2014), pensar a educação como artistagem é exercer o devir-simulacro. “O devir-simulacro é o próprio processo do desejo de educar”. (p. 22). Assim, podemos considerar que

[...] a partir do educador que ele é, dos fundamentos, metodologias, pedagogias que aprendeu, de como ele sabe exercer a sua profissão, o professor-artista entra na zona de vizinhança – que marca o pertencimento a uma mesma molécula, independentemente dos sujeitos e das formas – do desejo, ou em sua co-presença, entre as partículas extraídas do que ele carrega em si e que não mais pertencem ao que ele é, ao que ele possui, a como ensina. (CORAZZA, 2014, p. 22).

De acordo com Corazza (Ibidem, p. 24), o Currículo-Fluido desterritorializa e reterritorializa, faz ruptura das próprias territorialidades, abrindo-se para o novo e consolidando-o, mediante a construção de outras adjacências, desfaz-se e renuncia a si mesmo, vai embora para outra parte. Para *artistar* a educação, é preciso pensar em um currículo marginal, é jogar-se a construir um currículo nômade, aventureiro, em movimento perpétuo, molecular, ambulante, errante. “É distribuir-se em espaços

⁶⁶ Retranca da página 18, da **Revista Educação** – Especial Biblioteca do Professor. São Paulo/SP: Editora Segmento, 2014.

abertos, sem partilha, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada, crescendo no meio do campo curricular como grama”. (Ibidem, p. 23). Esse currículo é sempre “trans”: transdisciplinar, transversal, transbordante, transgressor etc. Ainda conforme a autora (Ibidem, p. 25), é um currículo que vive em movimentos revolucionários, que problematiza, isto é, que mais problematiza do que resolve. “Um currículo-aprendizado, a operar como experiência de problematização, que não fornece condições empíricas do saber, não faz transição do saber ao não-saber, não é solução para alguma falta de saber”. (Idem, p. 25).

Vimos, até aqui, algumas proposições essenciais para se construir um currículo em devaneio que privilegia a transdisciplinaridade, um currículo molecular que atua no *entre* da educação tradicional, objetivando a sua lenta ruptura, um currículo que privilegia “o pensar o impensável, o não pensado do pensamento, e a exterioridade pura”. (Ibidem, p.26). Por outro lado, segundo Ferraz (2017), “não podemos esquecer que um currículo também se faz de estruturas, de alguns ordenamentos, de tentativas de estabilidades, fixações”. Apesar de todos os poderes instituídos para fazer o controle e evitar a desorganização do currículo, segundo Paraíso (2010), tudo vaza e escapa, porque ele é naturalmente rizomático, é território de proliferação de sentidos e multiplicação de significados. Considerando essas ponderações, podemos comparar o pensamento de Paraíso (2010) às análises dos textos de Ana C. no que tange às brechas que se apresentam nos textos, aos “buracos”, como a poeta tão bem denomina, que possibilitam, após seus encontros, explorá-los como escapes, como linhas de fuga, como algo que escorre em direção ao novo.

Ana C. é uma artista da palavra que não se deixa referenciar ou enquadrar nos modelos prontos, assim como acontece - ou deveria acontecer - com um *professor-simulacro* que se vale de um currículo nômade. O que essa aproximação tem em comum? Ambos questionam a existência e a importância da mobilidade espacial em diferentes territórios: poema e currículo. Conforme cita Lima (2010, p. 2), “Ana C. trabalha num viés de questionar o sujeito e também a própria linguagem que configura esse sujeito num determinado espaço e tempo”. A isso eu acrescento a sua determinação quanto à transgressão linguística que a poeta opera em seu território poético. Já o currículo nômade trata da problematização como processo inerente à aprendizagem, que pode, em todo momento, sair de um espaço de subordinação, por meio da desterritorialização, e ir para outro, ou seja, um espaço de criação ainda não conhecido.

Um currículo que pode apresentar errância vive a existência de um processo contínuo de desterritorializações, que acontecem por meio de linhas de fuga, ele vai embora para outra parte, ramificando-se de forma rizomática. E isso é perigoso para a educação tradicional, pois

esses currículos vivem em “metamorfose perpétua [...] voam, galopam, varrem tudo aquilo que, neles, foi organizado e ordenado [...] de modo a poderem criar novos movimentos curriculares queousem impulsos inovadores e vivam em permanentes devires-revolucionários”. (CORAZZA, 2014 p. 26).

Paralelamente em Ana C., o espaço de insubordinação poética faz-se presente, quando ela abandona os territórios de acomodação de um corpo-textual regrado, que para efeitos literários funcionariam como uma espécie de sistema fechado e seguro de signos, e se arroja nas linhas rizomáticas da criação. Para Malufe (2006, p. 151),

[...] um território multiterritorial é formado por múltiplas escapadas, múltiplas linhas que apontam para fora dele, que o desfazem. Daí que o ritmo resultante do poema de Ana C. nos conduz a este território formado por descentramentos, fugas, um ritmo esquizofrênico, enlouquecido.

A partir desse entrelaçamento inicial, partimos agora para a especificidade chamada por mim de *artistagens geográfico-literárias*. Como pensar em trabalhar conteúdos geográfico-literários como um/uma artista? Além do que já foi tratado acima, isto é, de como subverter um currículo escolar, segundo Corazza, e de estudarmos o modo como Ana C. subverte a linguagem, dando-lhe uma nova função que não a de representar, estamos prontos para arriscar novas inferências envolvendo a visão holística que a transdisciplinaridade nos fornece.

Para viabilizar esse panorama, torna-se relevante enfatizar que não existem fórmulas prontas a serem seguidas em educação, aliás, é exatamente delas que queremos fugir, precisamos desterritorializar do canonizado sempre sem apresentar uma receita, uma fórmula. Para que tal situação aconteça, é necessário entender que é a *geografia* que movimenta o mundo, que tudo é território em movimento, as palavras quando saem de nossas bocas se desterritorializam, os alimentos se reterritorializam ao entrarem em nosso corpo e assim sucessivamente. Estamos vivendo constantes e velozes processos de des(re)territorialização (mentais, físicos, sociais, psíquicos, artísticos etc.) e é por meio deles, desses fluxos, que podemos

mudar os percursos em direção à construção de um outro mundo, que seja melhor do que este, sem precisar lavar a humanidade em sangue por conta da ambição capitalista.

Além disso, professores e professoras necessitam abandonar as ideias de acomodação e de reprodução do mesmo, partindo em direção a novas experimentações, tanto em sala de aula quanto fora dela, considerando-se todos os ambientes possíveis como condição para a aprendizagem. Múltiplos fatores importam, mas principalmente aqueles que fazem aparecer as singularidades de cada aluno/a, professor/a etc. Tudo o que está à nossa volta - leis, governos, conteúdos, metodologias, desigualdades - precisa ser questionado. Para que serve(m), a que(m) serve(m)? Desse modo, poderemos limpar os clichês, para assim descobrirmos quem realmente somos e o que podemos fazer para que surjam devires alegres em nossas vidas. Somos produtores de desejos, por isso temos que nos contrapor à subjetividade colonizada e roubada pela axiomática capitalística.

Também é preciso compreender que os conceitos (em geral) precisam gerar novos significados, que ser professor-artista, independentemente da disciplina, não têm que remeter aos conceitos que estão “calcificados” em nosso imaginário. Para existir aprendizagem, não se precisa “responder perguntas para as quais já existem respostas” (Corazza, 2014, p. 21) e sim pensar, e pensar é criar e, portanto, trata-se de engendrar o pensar no próprio pensamento, isto é, privilegiando um pensamento sem imagem, tal qual é o reforçado por Ana C. em seus poemas.

Para Corazza (Ibidem, p. 18), “as crianças são cartógrafas-impessoais-artistas, porque fazem a mesma coisa que a Arte”, ou seja:

1. não ordenam lugares, mas abrem rasgões para o Fora;
2. movimentam-se sobre um devir-infantil e sobre o esquecimento da história e o abandono das lembranças de infância;
3. percorrem passagens e linhas erráticas de materiais flexíveis e heteróclitos;
4. desenroscam anéis de superfície pura sem interior nem exterior;
5. conectam e desconectam inimagináveis zonas de vizinhança;
6. jogam pedras numa velocidade infinita contra todos os organismos;
7. realizam viagens histórico-mundiais sem saírem do Continente da Infância e da Arte;
8. abrem e fecham portas, telhados e planos, enlouquecendo totalmente o pensamento do bom senso da Infância e do senso comum da Arte. Em suma, em devir-infantil, as crianças cartógrafas, impessoais e artistas fazem até voar os morcegos que bicam suas janelas.

Analogamente ao que Corazza (2014, p. 18) propõe para as crianças, todos os professores e professoras de geografia ou de outras disciplinas também podem ser cartógrafos-impessoais-artistas. Traçar linhas de ação experimentais; explorar meios diferentes dos tradicionais; fazer trajetos dinâmicos em ruas, parques e locais que remetam a outros; elaborar “mapas virtuais (dos currículos, projetos político-pedagógicos), em extensão e intensão, que remetam uns aos outros, e que se superponham aos mapas reais, cujos percursos, então, são transformados”. (Idem, p. 18). O que precisa ser buscado são os deslocamentos de saberes curriculares em busca do acontecimento. Uma aula tem que ser um acontecimento, pois, como explica Gallo (2012, p. 60):

O aprender é um encontro de corpos: corpo do aprendiz com os corpos dos signos. Aquilo que é produzido nesse encontro, um incorporal, um acontecimento. Aprender é, pois, tornar-se sensível aos signos de algo que nos atrai a atenção. Aprender a nadar é tornar-se sensível aos signos da água; aprende-se marcenaria quando alguém se torna sensível aos signos da madeira; aprende-se matemática ao tornar-se sensível aos signos dos números. Vê-se, pois, que Deleuze coloca-se na contramão da noção platônica do aprendizado como reconhecimento.

E para que corroborar a ideia de que essa aula tem de abandonar os clichês de uma “aula cheia”, como fora denominada por Corazza (2012) e tão bem explicada com o intuito de pensar na criação e não na reprodução de conceitos, recentemente tivemos o professor António Nóvoa, Reitor honorário da Universidade de Lisboa e ex-embaixador da UNESCO, em Porto Alegre/RS, palestrando quanto à urgência de uma “mudança radical envolvendo a estrutura dos espaços de ensino” (GZH, 2023, online). Em entrevista a GZH (idem, online), Nóvoa defende que “o lugar dos alunos não é mais em sala de aula: a escola deve passar por uma metamorfose que envolve a criação de novos ambientes educativos, que, aí sim, permitam que os estudantes foquem em seus trabalhos”. E obviamente que, desse modo, podemos incluir a presença de movimentos transdisciplinares, porque tudo está interligado com tudo de maneira a perceber o todo, e o que menos nos interessa, enquanto *professores-simulacros*, é fazer “reformas” educacionais, mas sim desconstruções, desterritorializações.

Segundo ainda as palavras de Nóvoa (idem, online), temos uma estrutura escolar que já não faz sentido e que hoje precisa passar por um processo de mudança [...] “que inclua a presença de professores e estudantes, oscilando entre ambientes

internos e externos à escola, direcionados à comunidade”. (Idem, online). Nesse sentido, o professor português apresenta-se como uma pessoa inovadora, no entanto, sabemos que para se desterritorializar do ambiente escolar não basta apenas mudar de lugar, de prédio, de arquitetura. As propostas de desconstrução têm de se fazerem presentes e andarem juntas às linhas de fuga em nossos pensamentos e ações, isso se desejamos parar de repetir os preceitos da representação (clichês), que fazem voltar o nosso pensamento sempre ao retorno do mesmo lugar, o da reconquista, independentemente de o ambiente onde nos encontramos ou de onde os estudantes estão fisicamente presentes.

Toda metodologia de ensino, de certo modo, está a serviço direto de um poder instituído o qual sabemos que, mesmo em uma sociedade democrática, se a prática pedagógica entrar em conflito com o que foi previamente estabelecido pelo sistema nacional de ensino, a novidade será barrada ou punida. Por isso não devemos pensar que mudanças maiores ocorrerão dentro de um mesmo estado de coisas. A axiomática capitalística estará sempre infiltrada nos currículos, nas práticas pedagógicas e pronta para capturar não somente as mudanças quanto a subjetividade de professores/as e estudantes. Temos que resistir e, mais uma vez, entra em pauta a palavra: LUTA!

Sendo assim, o que precisamos é que cada um de nós lutemos como uma molécula, já que os movimentos das grandes massas são moleculares, e eles precisam ser fortalecidos provocando alterações por dentro do tecido social, ou seja, o molecular atravessando por dentro do molar e, nesse percurso, contagiando cada vez mais moléculas. Um *professor-simulacro* é um professor artista. Todo artista precisa estar em sintonia com a sua inspiração para produzir sua obra de arte, assim como professores/as e estudantes, a fim de que todos criem juntos, em conjunto, agenciados pelo desejo. Criar juntos significa pensar juntos os pensamentos do *fora*.

Veremos, na próxima subseção deste capítulo, um exemplo de artistagem em educação, uma proposta transdisciplinar que envolve a transcrição ou a transdução: *a pedagogia da tradução entre bio-oficinas de filosofia* que poderá ser operada em qualquer disciplina escolar.

4.1.2 A transcrição como proposta de desterritorialização no pensamento

*Não há código que represente a diferença,
aquilo para o qual não se tem imagem.*
ZORDAN (2014, p. 40)

Enquanto participante do “Projeto Escreleituras: um modo de ler-escrever em meio à vida”, eu tive a satisfação de poder participar de todas as oficinas programadas. No entanto, as que mais me marcaram, do ponto de vista metodológico, por apresentarem propostas flexíveis, moleculares e rizomáticas, foram as *bio-oficinas de filosofia*. Identifiquei-as como transdisciplinares, porque envolveram conteúdos da vida associados aos de diferentes disciplinas. Além disso, houve o despertar de “perceptos de mundo, imagens em movimento e sensações”. (DALAROSA, 2012, p. 64). Trabalhamos ritmos e sonoridades, velocidades, tempo, espaço, reescritas (exercícios linguísticos de (re)produção textual em prosa e em verso) e de histórias (re)inventadas a partir de estímulos visuais ou outros, cartografias, corpos, objetos, lugares fora do espaço da escola/universidade, afetos, memórias, músicas, arte, tintas, telas, mitos, fotografias (e cabe aqui um etcétera infinito). Tudo aquilo que foi pensado para a sua realização dizia respeito à aula como ato de criação, isto é, um campo pedagógico constituindo-se vetor de multiplicidades e devires.

A transcrição ou transdução – ou ainda a tradução de uma linguagem para outra – são pedagogias que têm como desafio, segundo Dalarosa (2012, p. 44),

sair da crença platônica de homogeneidade que é, antes de tudo, uma tentativa de escravizar o espírito, de formatação dos sentidos, de estratificação da vida para controlar, dominar, ordenar e domesticar o selvagem: um modo de humanizar. Portanto, em meio à maquinaria da semelhança, é necessário encontrar (criar) sentidos estranhos para tocar e viver uma única diferença ou mesmo um corpo avesso ao sistema das representações.

Cito, como exemplo, um poema de Ana C.. Qualquer um deles pode ser traduzido, a partir das sensações que tais registros despertam em nós. Ele pode ser traduzido para uma tela a ser pintada, para uma música a ser criada, para uma história a ser contada, para um desenho a ser elaborado, para uma fotografia a ser tirada, para uma dança a ser vivenciada, para uma performance teatral a ser engendrada – todas essas expressões artísticas a serem criadas a partir de um poema dessa

escritora passarão à condição do não pensado, ao mesmo tempo em que lhe são atravessados conteúdos de maneira transdisciplinar. A criação de novos territórios a partir do gatilho inicial gera novas textualidades, e estas são produzidas por um pensamento sem imagem representacional, que libera corpos sensíveis com outros sentidos que não os conhecidos, devido ao sentir, às sensações que surgem ao reinventar-se o vivido. Dessa maneira,

[...] o ler-escrever diz respeito a uma composição do pensamento tradutório: ação *transversal* entre os possíveis da matéria, nem vertical, nem horizontal, mas produtora de novas expressões. Tomar a leitura-escrita como expressão e forma de pensamento sugere que o ato de aprender algo, qualquer coisa, diz respeito a um exercício de tradução. (Ibidem, p. 44-45).

A partir das palavras de Dalarosa (2012), podemos aferir nesta pesquisa, que a tradução se constitui uma experimentação transdisciplinar pelo entrecruzamento de várias temáticas, abordagens, conteúdos, um exercício de expressão transversal entre geografia, literatura e filosofia da diferença. Assim como esta pesquisa que acontece no “entre”, não existindo nela um centro de poder, mas um espaço imprevisível, que vai acontecendo à medida que uma necessidade contagia a outra, sempre com a finalidade de afastar-se cada vez mais da estrutura molar.

O método cartográfico respalda todas as flexibilidades possíveis em educação e em pesquisa, à medida que as urgências vão surgindo. Para muitos professores do Ensino Médio ou Superior, alunos universitários em geral, pedagogos e afins, essa proposta educacional pode aparentar utópica. No entanto, para mim, pesquisadora da diferença, ela não somente pode quanto deve ser testada em todos os níveis de ensino, pois se coloca como imprescindível para o exercício do pensamento sem imagem, ou melhor, para a fuga dos esquemas-padrão, já que o pensamento sem imagem é aquele que não se deixa aprisionar pela linguagem, pelo lugar-comum, é devir, é criação. É preciso ter a consciência de que há geografias não traçadas, literaturas menores não vistas e que nenhuma das duas disciplinas pode ter a ilusão de que elas acabam em si mesmas, sem um respaldo filosófico.

As lentes teóricas da filosofia da diferença são as únicas congruentes, pelo menos até o momento, para sustentar linhas de ações que contemplem a intersecção entre os conteúdos da vida aos das disciplinas, buscando “interromper os clichês da facilidade”. (Ibidem, p. 74). Embora não existam formas e fórmulas prontas, como eu disse antes, a existência de oficinas de transcrição ou tradução são instrumentos

imprescindíveis nas escolas e nas universidades (e fora delas), a fim de que se efetue realmente um processo de desterritorialização absoluta pela criação. Para tanto, torna-se necessário que a tradução

seja raspada, tirar-lhe cascas, tamponamentos, curativos e recorrências encobridoras. Talvez seja necessário um procedimento de vazão das forças sensíveis que a colocaram em movimento, anteriores à sua existência. Também a reversão dos signos, o alargamento das palavras reducionistas, a variação dos sentidos e a des-figuração das frases-feitas intensificam, derivam e atravessam o plano das afecções como dinamismo dos devires. (DALAROSA, 2012, p. 74)

Por mais que pareça difícil de imaginarmos tudo isso, desejo frisar dois aspectos. O primeiro gira em torno da obra poética de Ana C. onde ela deixa explícito em seus textos, para quem quiser ver, o quanto sua escrita é rizomática e desobediente, quebrando a ocorrência de imagens arborescentes nas quais “o mundo precisa ser explicado a partir de uma base única”. (ZORDAN, 2014, p. 39). Ana atravessa o caos, sabendo muito bem quais linhas devem compor a potência dos seus territórios artísticos. “Linhas que exprimem a movimentação de tudo o que se cria e foi criado”. (Idem, p. 39). Ela inventa novas imagens, isso fica evidente. Zordan (2014) afirma que “as imagens trazidas pela memória, aquelas já conhecidas podem deixar de funcionar efetivamente. É necessário produzir outras imagens, diferentes, formas de ações para lidar com as forças do *fora*, intrínseco a todo território.” (Ibidem, p. 40). A escrita de Ana C. não se fecha em si mesma, a poeta traduz para não representar a agonia de se viver de acordo com uma matriz. Ana C. (trans)cria, confirmo!

O segundo aspecto tem a ver com a desterritorialização absoluta que se pode chegar, através da construção de outro plano, o de imanência, onde a tradução opera para não deixar acontecer à reconhecimento do pensamento. Sabemos que é fundamental ainda quebrar também as barreiras da linguagem, porque, de acordo com Zordan (2014, p. 40):

Deleuze rompe com as barreiras da linguagem, pois ela simplifica e reduz as forças em códigos (o gado marcado) apropria-se delas (colocando-as em cercados) e delimita toda a complexidade *caótica* a uma relação de mais-valia: mais-conhecimento=mais-poder. Mais poder sobre o quê? Sobre territórios, pois o poder não se exerce fora dos dispositivos territoriais. O conhecimento só pode ser compreendido como apropriação, ganho de território que garante o direito de extrair e até exaurir suas forças. Representação de unidade, Soberano Senhor, o sujeito aparece como garantia do território, como dono de um discurso, o proprietário de certa. [...]

Matar o sujeito do conhecimento e desterritorializar o conhecimento é encarar a transitoriedade da vida, a vulnerabilidade dos territórios e a instintividade de uma vontade expropriada, impessoal, irrepresentável. (Grifos da autora).

Zordan (2014, p. 42) é mais enfática ainda ao afirmar que:

se há um projeto pedagógico deleuziano, ele só pode existir enquanto perversão. Conhecimento não interessa, mas usos de forças para a obtenção de um novo modo de vida. Uma vida não submissa a modelos, representações fechadas de virtude, condutas fascistas, sujeitas a um dado tipo de imagens. Uma vida singular, única na multiplicidade de sua imanência: educada não para representar tipos de conhecimento; educada para apresentar seu corpo e oferecer seu desejo aos clamores do mundo. Nesse sentido que a filosofia de Deleuze é outra, quase não-filosófica, literária.

Como foi visto, tais afirmações só corroboram os resultados desta pesquisa, pois as desterritorializações presentes no corpo textual de Ana C. impedem o enquadramento da vida em ordenações as quais, certamente, impossibilitariam uma produção textual tão irreverente como é a dela. Mais uma vez posso dizer que Ana C. *apresenta* e não *representa*, mostrando que ela pensa, que ela engendra existências e que ela observa os seus próprios pensamentos.

Os professores e professoras de geografia e de literatura, ou de qualquer outra disciplina, para fazerem frente ao institucionalizado, ou seja, às reformas estatais na educação em favor da permanência de um *ensino de qualidade, educação de qualidade, qualidade total*, este “totem do neoliberalismo que insiste em instaurar uma nova ordem mundial sob seu absoluto e transparente controle” (Gallo, 2008, p. 89-90) terão de repudiar, “criticar e denunciar esse discurso mas não fazendo uso de velhas armas e sim através de novas táticas” (Idem, p. 90). O pensar rizomático é capaz de capacitar os/as professores/as a mudar a sua maneira ver o mundo pronto que nos foi dado, porque ele rebate e subverte a ordem desejada pelo Estado, colocando a arte, as artistagens como:

Linhas que criam perceptos (novas maneiras de ver e ouvir) e afectos (novas maneiras de sentir) que aumentam a potência de agir. Linhas que operam por multiplicidades. Vemos então um currículo-multiplicidade anular os referentes anteriores e utilizar-se de múltiplas linguagens, tais como: música (orquestras, cantigas, músicas clássicas, música popular brasileira), pintura, literatura, ciência, poesia, gestos, corpos, falas, curtos silêncios, silêncios longos, gritos, lágrimas, sorrisos, emoções, imagens, figuras, filmes, desenhos... Vemos ainda um currículo colocar essas linguagens em relação com o que está sendo ensinado e o que está sendo ensinado transforma-se em virtual, ou seja, em ‘tarefa a ser cumprida’. Por meio desse virtual,

engrenam-se vários movimentos curriculares que, embora heterogêneos, se afectam uns nos outros. (PARAÍSO, 2010, p. 595).

Já o pensamento arbóreo é incapaz de agir no “entre”, pois ele é hierárquico, linear, macropolítico, com início e fim bem definidos. Vejamos o que Beraldi (2011, p. 185) salienta na resenha da obra Deleuze e a Educação (2008) sobre isso:

O pensamento uniformizante, arbóreo, pautado em opiniões, macro narrativo, de uma educação maior, se expressa na sala de aula por meio de profissionais proféticos, detentores da verdade única e disciplinando formas de comportamento, reproduzindo valores autoritários e negadores da dinâmica da vida. [...] O pensamento arbóreo, portanto, parte de uma visão sequencial e de ordenação retilínea de compreensão dos fenômenos, não permitindo abordar o aleatório, o que rizomaticamente acontece de contingencial na vida, assim como no interior da sala de aula. (BERALDI, 2011, p. 185).

Enfatizamos que, apenas saber o significado dos conceitos *arbóreo* e *rizomático* para identificá-los, não basta. Faz-se necessário que educadores/as, alunos/as, universidades, programas de pós-graduação entendam o porquê de viabilizar e alinhar o nosso ensino ao pensamento que Deleuze e Guattari denominaram de *rizomático*. Fugir do arbóreo significa construir realidades menores em sala de aula, sonhar, dar leveza à vida, trabalhar fora do “mapa” e do “decalque” em prol da diferença, esta que deverá estar amparada teoricamente em todas as disciplinas e em todas as práticas educacionais, com vistas à construção de nossa própria singularidade. É preciso reafirmar a vida, fugindo de modos adoentados de ensinar. Acrescentamos abaixo apenas um dos motivos que o Estado, aliado ao sistema capitalista, apresenta para defender uma educação arbórea, norteadada e imposta pelo sistema molar.

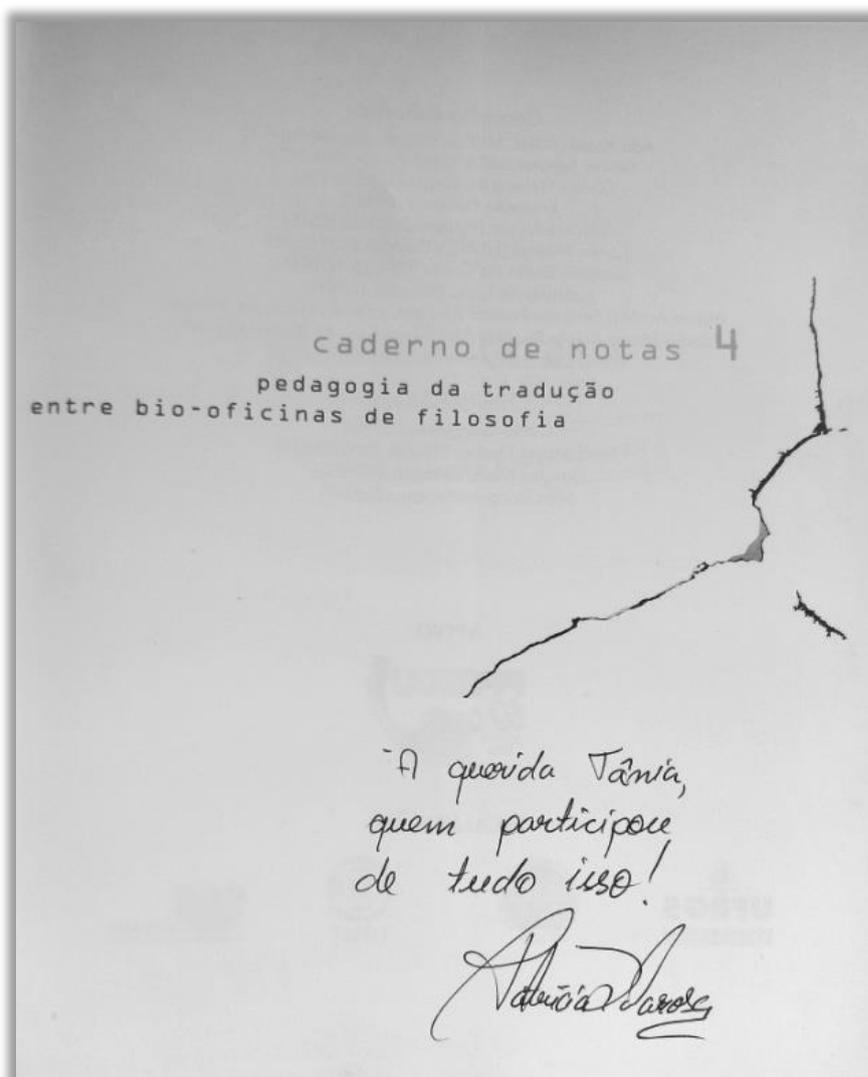
O desenvolvimento arbóreo, portanto, é aquele que busca neutralizar as múltiplas formas locais de desenvolvimento a partir de um modelo exterior, elaborado tendo como referência o exemplo das chamadas sociedades “desenvolvidas” da Europa e, mais recentemente, de países como os Estados Unidos e a China. Trata-se do projeto de transformar o Brasil (múltiplo em termos ambientais e culturais) em uma “Europa Tropical”, objetivo almejado pelas nossas elites desde o momento do “descobrimento”. (SILVEIRA, on-line, 2011).

Diante de tudo o que foi dissertado até agora, resta-me, ao finalizar este capítulo, falar mais um pouquinho sobre a potência da transcrição (tradução ou transdução), como um dos meios para acontecer uma “didática-artista”⁶⁷, que vem a ser imprescindível para a desterritorialização do pensamento ocorrer, porque sabemos que suas linhas de fuga agem a favor de movimentos que traduzem os “genéricos, a tal ponto que não sirvam mais para dizer o que dizem, ou seja, torná-los estranhos, devolvê-los ao caos para que tomem velocidades e se desnaturalizem.” (DALAROSA, 2012, p. 60).

De modo mais frequente, “um grupo, um indivíduo, funciona ele mesmo como linha de fuga; ele a cria mais do que a segue, ele mesmo é a arma viva que ele forja, mais do que se apropria dela”. (HEUSER, 2011, p.118). Portanto, sejamos todos nós, professores e professoras, alunos e alunas, moléculas; lutemos como moléculas, porque moléculas que se contagiam conseguem alcançar um espaço singular, o espaço da diferença. Paraíso (2010, p. 592, grifos da autora) também acrescenta que a diferença é o que vem primeiro; é o motor da criação; é o que possibilita de no meio, no entre-espaço, começar a brotar hastes de rizoma. “Diz respeito àquilo que está ainda em vias de se formar: de currículos que são *realidade em potencial*, que ainda não foram formados”. Lutemos, pois!

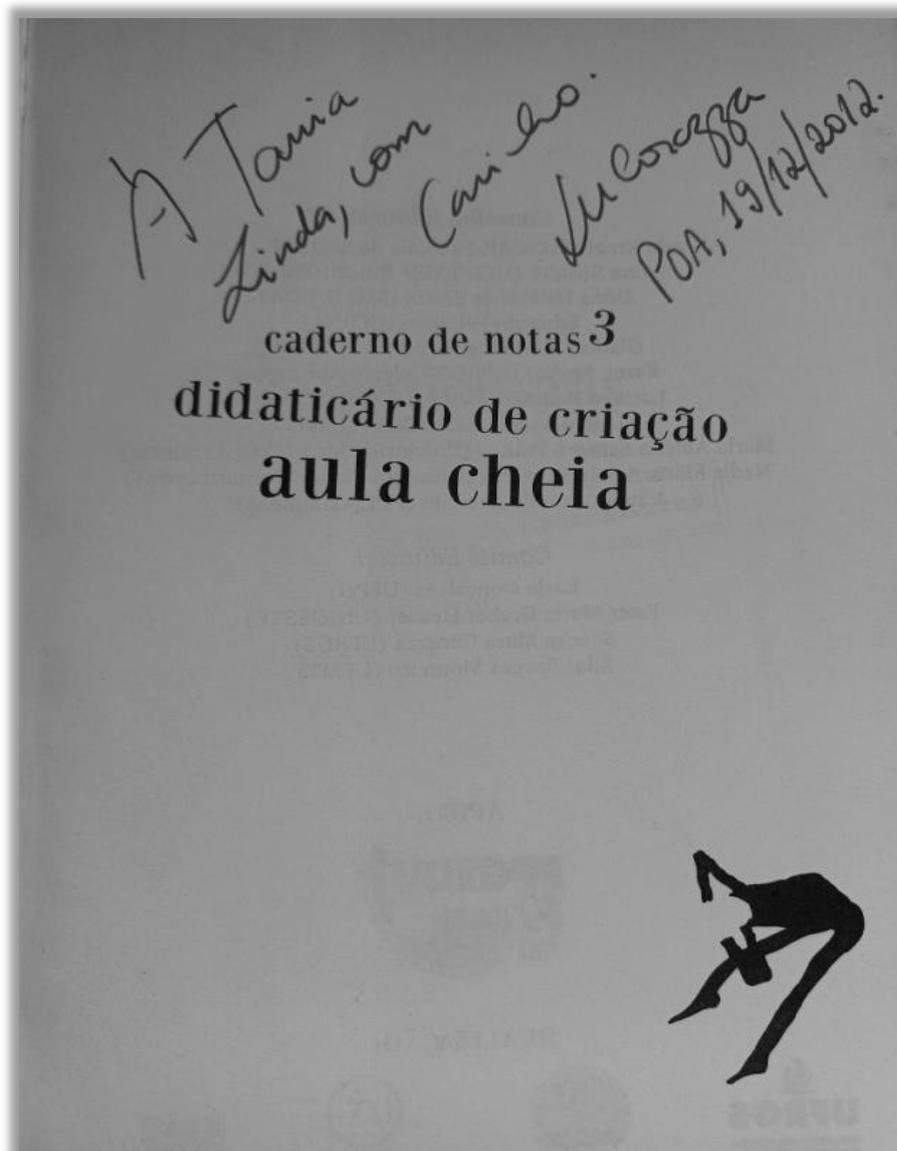
⁶⁷ A Didática-Artista da Tradução é crítica, pois os seus processos são de pesquisa, criação e inovação. Por meio deles, constitui um campo artistor de variações múltiplas, que produz ondas e espirais; compõe linhas de vida e devires reais; promove fugas ativas e desterritorializações afirmativas. Pragmática, essa Didática privilegia ações operatórias, a partir de obras já realizadas, que outros autores criaram, em outros planos, tempos, espaços. (CORAZZA, 2012, contracapa).

Figura 15 - Folha de rosto do livro *Pedagogia da tradução entre bio-oficinas de filosofia* / Patrícia C. Dalarosa – CAPES – INEP – UFRGS Faculdade de Educação – FACED/DIF



Fonte: Arquivo pessoal – Ano: 2011.

Figura 16 - Folha de rosto do livro Didaticário de criação: aula cheia
Sandra Corazza – CAPES – INEP – UFRGS – Faculdade de Educação–FACED/DIF



Fonte: Arquivo pessoal – Ano: 2012.

OUTROS PORMENORES

Essa pesquisa do PPG/Geografia/UFRGS apresentou como disparador o propósito de desacomodar dos núcleos conceituais da representação, que a filosofia platônica legitima, discursos, conteúdos e práticas educacionais conservadoras que estão presentes na disciplina de Geografia, assim como em todas as demais do currículo escolar/acadêmico. Por meio de uma investigação geográfico-literária dos textos poéticos da escritora Ana Cristina Cesar, compomos diversas abordagens analíticas e suas implicações quanto ao uso dos conceitos des(re)territorialização, comumente utilizados pela geografia no aspecto *molar* (macropolítico, de multiplicidade métrica) e os estendemos ao corpo poético, enquanto território em transformação no campo *molecular* (micropolítico, de multiplicidade não métrica). “O primeiro deles apresenta um movimento composto por ‘classes ou segmentos’ (‘macro-história’); o segundo movimento é composto por ‘fluxos ou massas’ (‘micro-história’).” (CARDOSO JR., 2005, p. 115). Desse modo, constatamos que “o importante é levar em conta a simultaneidade dos dois movimentos, pois o sistema molar não se superpõe ao sistema molecular, entre eles ocorre uma constante interpenetração”. (Idem, p. 115). Portanto, a ciência maior está associada à estabilidade espacial dos corpos. Qualquer instabilidade em relação a ela deve ser considerada exceção, como foi o caso dessa pesquisa em Geografia.

Por outro lado, em uma ciência menor, o devir e a heterogeneidade tornam-se referência para os movimentos, para as mutações. “[...] Trata-se de observar os estados intensivos, incorporais da matéria, que ao mesmo tempo afetam a ‘corporeidade’ da matéria submetendo-a a uma ‘variação contínua’ que tem por base a temporalidade do acontecimento. (Ibidem, p. 113). Por último, a ciência menor indica que seu objeto é o acontecimento. De fato, o que importa para o conhecimento, segundo o acontecimento, “não é somente a realidade espaço-temporal (atualidade da matéria), mas igualmente a sua virtualidade, isto é, um estado intensivo”. Por conseguinte, “o acontecimento exprime as transmutações que fazem do corpo uma matéria fluida”. (Ibidem, p. 114).

Sendo assim, a cooperação entre ambas as ciências torna-se clara: a ciência maior passa a ser um sistema de tradução, não das atualizações da matéria entre si, mas das transmutações a que os acontecimentos submetem essas atualizações ou daquilo que as efetuações espaço-temporais acolhem nos acontecimentos (contra-efetuações). (CARDOSO JR., 2005, p. 114).

Consequentemente, para demonstrar isso, essa pesquisa não ficou presa a hierarquias, não reforçou verticalidades impostas pelo poder dominante nem foi pautada pelo modelo arbóreo de pensamento, bem pelo contrário, ela procurou uma zona do entre, do meio, rizomática (sem núcleo), onde tudo acontece, nem interior, nem exterior, nem subjetiva, nem objetiva, um lugar de fluxos de criação, que são os acontecimentos no sentido deleuziano, tais como eles aparecem nos textos de Ana C. analisados. Nas entrelinhas, a proposta dessa dissertação, em grande medida, foi a de realizar uma experiência, aproximando diretamente ciência, filosofia e arte do componente curricular geografia.

Dado isso, apresentei como título interno de abertura dessa dissertação a expressão *prelúdio* e, na sua finalização, *outros pormenores*, onde estou agora para registrar as considerações finais. É necessário esclarecer que ambas as portas (de entrada e saída) não se constituíram pontos fixos ou fechados, pois uma pesquisa rizomática não tem começo nem fim, igualmente também não apresenta bloqueios ou fechamentos. A pesquisa aconteceu em um entre-espço acadêmico e em um tempo que não se deixa ser linear (passado, presente e futuro), como nas pesquisas que privilegiam o estudo da representação, já que, de acordo com Cardoso Jr. (2005), Deleuze percebe que passado e presente coexistem, produzem-se simultaneamente: “um, que é o presente e que não para de passar; o outro, que é passado e que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam.” (p. 113).

Por isso, iniciamos essa pesquisa em um passado próximo, no que se refere à descrição de minha prática educacional. Para Deleuze, ([1969] 1974, p. 66), “cada acontecimento é o menor tempo, menor que o mínimo de tempo contínuo pensável, porque ele se divide em passado próximo e futuro iminente”, ou seja, é o acontecimento no instante mesmo em que ele acontece. Em outras palavras, o presente se desdobra em passado e futuro. O acontecimento é que nunca alguém morre, mas sempre acaba de morrer ou vai morrer no presente vazio do Aion, eternidade. (Idem, p. 66).

Uma pesquisa rizomática instiga novas conexões de ideias, de funções e de afectos e perceptos, que facilitarão um possível contágio em decorrência das emoções/sensações que sua leitura desperta, a fim de que venham a acontecer novos rizomas, isto é, novas experimentações com outros efeitos e assim sucessivamente, ampliando os trajetos geográficos tanto do pensamento quanto fora dele. Não há a menor pretensão, portanto, de se colocar como acabada, pois ela é um espaço de

respiração, de criação, de questionamento, de provocação, de travessia, onde vetores ativam forças que se direcionam para o *fora*, não aceitando mais nada que apequene a vida.

Para termos essa flexibilidade, valemo-nos do embasamento teórico proporcionado pela filosofia da diferença, de Deleuze e Guattari, do método cartográfico (criado pelos mesmos filósofos) e dos estudos sobre geofricidade e corpo. Como vimos, em linhas gerais, o método cartográfico tem como objetivo exercitar a sustentação da abertura do pensamento para receber, sem pré-conceitos, tudo o que for surgindo no processo de pesquisa. Sendo assim, no momento das análises, muitas realidades novas e inesperadas foram se apresentando, conforme destaquei no terceiro capítulo dessa dissertação.

Um dos aspectos a salientar é que nos esforçamos muito para limpar os clichês da representação, e isso ocorreu o tempo todo nessa pesquisa, mas com ênfase maior dada ao capítulo em que realizei as análises dos textos poéticos de Ana C. e ao último sobre a transdisciplinaridade. Sei que não perderia o foco nesse sentido, pois não procurei neles metáforas, metonímias, metrificacão ou qualquer outro cânone consagrado pela literatura brasileira que me levasse aos estudos representacionais. O nosso problema de pesquisa envolveu questões territoriais e geofilosóficas, tais como: des(re)territorializações, espaço, tempo, plano de imanência, plano de composição, ritmos, fluxos, velocidades, envolvendo o corpo feminino presente no corpo textual de Ana C..

Assim, por se tratar de uma pesquisa geográfico-literária, desde o seu começo, o meu olhar foi geofilosófico em direção aos processos de des(re)territorialização. Inicialmente ele foi dirigido para a geografia do plano molar (geométrica) e, depois, voltado a uma escala menor, a molecular (abstrata) ou do pensamento. Quanto a este último item, foi observado que os registros dos movimentos mentais em Ana C. são plenos de devires alucinantes, velozes e intensos. O seu eu poético vive uma sequência enlouquecida de infindáveis acontecimentos e desterritorializações na busca por um espaço respirável, pelo seu CsO.

Por se tratar de uma pesquisa transdisciplinar e político-pedagógica direcionada à ruptura de um modelo de docência, existiram vários assuntos transversais que se misturaram ou se atravessaram constantemente às análises, gerando, muitas vezes, ampliações na temática a ser discutida. Obviamente, essa é uma das possibilidades que o método cartográfico respalda, ou seja, a da abertura do

pensamento. Em contrapartida, um ponto importante para se destacar diz respeito à análise de poemas geograficamente. Nesse caso, duas questões foram imprescindíveis: saber diferenciar o pensamento dogmático do pensamento sem imagem. Quanto a isso, podemos categoricamente afirmar que Ana Cristina Cesar não só se vale de um pensamento sem imagem quanto dissolve o seu eu poético na linguagem, isto é, tudo se constrói e se vive pela e na linguagem. Por esse tudo, entende-se o seu território linguístico: as emoções, os afectos, os perceptos, as novas subjetividades, os movimentos, as intensidades, as linhas de fuga, as singularidades, a estrutura textual e o corpo como resistência a um modo de subjetivar hegemônico.

A poeta se agencia a outros territórios-textos de escritores cujas obras ela admirava, valendo-se da bricolagem. Ana C. imprime a suas criações uma multiplicidade de elementos discursivos que se cruzam entre eles, assim como também se agencia a linhas de fuga, com intensidades e velocidades diferentes, e a linhas de singularidade. Deslocamentos de subjetividades já codificadas, produção de outros modos de ser, escolhas de palavras para trair todo e qualquer tipo de personalidade, fluxos de pensamentos e de ações, dissolução do sujeito e do plano de representação, tudo o que lhe passa pelo inconsciente, e muito mais, produzem enunciados na obra de Ana C..

Quanto ao nosso objeto de pesquisa, foi investigado o corpo da mulher como território de afetos presente no corpo poético de Ana C., ambos também como territórios mentais e linguísticos, expressos por agenciamentos coletivos de anunciação. Lendo e analisando os seus textos teóricos, entendi que a poeta não ignora os problemas de identidade e os conflitos ocasionados socioculturalmente em relação às mulheres e à submissão a que todas estão sujeitadas pelo sistema patriarcal (de origem colonial) dominante na época em que vivera (e até hoje), pois a temática feminina é uma constante em sua obra.

Entretanto, em sua produção poética, ela desconsidera a construção de uma representatividade, não tem nenhuma pretensão quanto a isso. O eu poético Ana C. não para de correr num CsO. Ele é fluxo, é linha abstrata ou linha de fuga, por isso o corpo feminino aparece em sua latitude e longitude como devir e distanciado das questões específicas ou pontuais que giram em torno da luta representativa contra a opressão do patriarcado. Como ela mesma disse: “diante de um livro de versos, não olhemos quem o escreveu, abandonemo-nos ao prazer.” (CESAR, [1999] 2016, p. 292).

Ana C. interroga a questão de uma poesia ser feminina: “a ideia de procurar uma poesia feminina é uma ideia de homens, a manifestação, em alguns críticos, de um complexo de superioridade masculina”. (CESAR, [1999] 2016, p. 273). Para completar a sua fala acerca de uma poesia ser feminina ou não, Ana C. diz que “precisamos abandoná-la, pois a sociologia nos mostra que as diferenças entre os sexos são mais diferenças culturais do que diferenças físicas. (Idem, p. 273). No entanto, “Ana Cristina Cesar transportou à poesia um olhar renovado e de vanguarda, tornando o feminino um ato de rebeldia aos moldes hegemônicos”. (RIBEIRO, 2018, p. 222). Por conta disso, ela era criticada por outras escritoras mulheres de sua época. Embora tenhamos argumentado primordialmente as questões do feminino e do feminismo em sua obra, Ana C. não se definia como feminista. Desse modo, não podemos imprimir a ela essa redução, mesmo que ela possa ter influenciado, por meio de suas enunciações poéticas, mulheres feministas ou não de seu contexto.

O meu olhar sobre a obra de Ana Cristina Cesar constata que, embora ela não levante a bandeira do feminismo, ela se expressa como libertária por meio dos seus agenciamentos e do seu eu poético, à medida que traz para a literatura uma geografia dos corpos bem *sui generis*. Gonçalves (2018) nos diz que “a expressão do feminino, inserida numa linguagem que procura um ‘tom’ e uma ‘temática de mulher’, consiste no mecanismo de excesso e subversão dos papéis socialmente estabelecidos aos sexos”, contribuindo dessa maneira, sob o meu ponto de vista, para que Ana C. fizesse um enfrentamento ao patriarcado a partir dos seus escritos.

Como já foi explanado em minhas análises, questões de identidade e de gênero são denominadas de *identitárias*. Elas estão diretamente associadas à cópia do mesmo padrão, à representação que está a serviço de um único modelo de sociedade e ao sistema macropolítico vigente, onde todos/as querem se sentir empoderados/as, por meio de suas conquistas, muito mais individuais do que coletivas. Questões identitárias, por não darem prioridade às transformações profundas no sistema de produção capitalista, são facilmente capturadas pela sua axiomática. “A resistência, como vimos, é uma operação perigosa: ela sempre pode ser colonizada pelo poder ao qual se opõe”. (NEWMAN, 2005, p. 35). Todavia, não estou dizendo aqui que essa batalha não deva existir ou que não seja importante, aliás, como mulher, eu defenderei sempre a luta das mulheres contra o patriarcado, pelo menos até o momento em que o *molecular* seja maior do que o *molar*. Qualquer

evolução quanto aos direitos humanos acontecidas dentro da atual conjuntura abre espaços, brechas para mudanças posteriores.

Porém, temos que ter consciência de que precisamos pensar além do modelo político de Estado que está assentado na coerção. Para tal, precisamos pôr um fim à nossa identidade colonizada e capturada pelo Estado, tornando-nos/nas aquele/aquela que ainda não somos, por meio de um processo de devir constante, “que privilegia a multiplicidade, a pluralidade e a diferença em lugar da unidade, e o fluxo em lugar da estabilidade e essencialismo da identidade”. (NEWMAN, 2005, p. 33). Por conta disso, “[...] não se pode pensar nem mesmo o corpo como unificado [...], pois suas partes podem funcionar de forma relativamente independente”. (Idem, p.33).

De acordo com o pensamento deleuzo-guattariano, deduzimos que temos de nos contrapor à subjugação da mulher pelo patriarcado e pela política de Estado, por meio da produção de novas subjetividades, a fim de que as nossas singularidades e os nossos CsO apareçam, aproximando-nos de nós mesmos/as, libertando-nos/nas de todos os clichês que uniformizam a vida e a conduta feminina, comumente binária, isto é, dividida em dois polos: bela, recatada e do lar *versus* “bruxa, vândala e vadia”. Ana C. era leitora dos filósofos citados, por isso, assim como eu, procurava não se deixar capturar subjetivamente, procurando sempre um novo lugar para ser-estar em suas invenções. Dessa maneira, ela se destacava pela *diferença* e não pela cópia, sua singularidade corria pelos fluxos de seus pensamentos, suas ideias nômades, que eram sempre originais, aconteciam fundamentalmente movidas pelos seus desejos.

Constatando que Ana C. era uma poeta à frente de seu tempo em amplos os sentidos (escritora, punk, tradutora etc.) e analisando minuciosamente as suas composições literárias, eu compactuo com Deleuze e Guattari ([2002] 2003), no que concerne à produção de uma *literatura menor*, pois não há como se distanciar dessa proposta ao ler seus poemas em versos e seus poemas em prosa. Basta que observemos a geografia de suas linhas de fuga abstratas, as desterritorializações presentes, a impessoalidade e o seu plano de composição para enxergarmos uma escrita da diferença. Ana C. não enuncia as condições de engessamento, passividade ou contemplatividade vinculadas a modelos acabados. A poeta abandona a representação, pois uma *literatura menor* não representa e sim apresenta. Seus textos criam espaços mudos, rompendo o genérico. Ana C. produz quebras, movimentos

loucos e nômades que, como foi investigado, tem a ver com a questão de seu eu poético colocar-se de maneira ‘impessoal’ em devir-mulher.

Destacamos ainda que Ana C. encara “o poema como ser um ser real, e como tal, capaz de interferir no mundo, nas pessoas, nos corpos, como qualquer outro objeto da realidade.” (MALUFE, 2006, p. 48). Desse modo, ainda segundo esta autora, ela “abre as portas para uma nova compreensão da literatura, aquela que a enxerga como algo que subverte a linguagem [...] não mais aquela de explicar, indicar, representar, informar, significar [...], mas de apresentar”. (Idem, 2006, p. 46).

Por último e muito importante, é fundamental falar a respeito da nossa proposta transdisciplinar e de transcrição em Educação. Ela se constitui um experimento que provoca rupturas na representação e pode ser utilizado em qualquer um dos níveis de ensino de Geografia. Entretanto, somente conseguiremos realizar profundas modificações no ensino a partir de um embasamento teórico-filosófico comum a todos os componentes curriculares, o qual sustente a nova visão de mundo que almejamos. Obviamente, para que haja o efeito desejado, é preciso que a Educação se transforme numa *máquina de guerra* contra o Estado, “para escapar à sua codificação, rejeitando estruturas binárias” (Newman, 2005, p. 35), dentre outras capturas impostas pela estrutura molar. Todo o tempo haverá “brechas” para saídas!

Essa pesquisa procurou adotar o direcionamento de transdisciplinar conteúdos de geografia, de literatura e da filosofia da diferença transversalmente. Aconteceram algumas traduções de poemas de Ana C. para outras expressões artísticas visuais (gravura em nanquim e artes em photoshop), todas feitas por mim, a partir das sensações que suas obras me despertaram. Essa foi uma forma que encontrei para sugerir movimentos inovadores (não modelos) quanto aos conceitos de des(re)territorialização trabalhados pela geografia: o conteúdo poético foi transformado por mim, através das minhas percepções e sensações, resultando numa mudança de espaço geográfico, funções e sentidos. Em outro momento, tive o prazer de escrever juntamente com Ana C. um poema meu do ano de 2012 e outro atual.

Quem possibilitou essa abertura, conforme já esclareci anteriormente, foi o método cartográfico. Como se pôde ver, alguma coisa nova eu consegui realizar para fazer aparecer a *diferença* a partir da minha pesquisa. Portanto, o caminho agora fica aberto para que futuros mestrados e doutorandos deste PPG avancem quanto à aplicação e à ampliação desse método.

No que se refere à transcrição (tradução ou transdução) ela pode ser realizada em sala de aula ou fora dela de diversas maneiras, em laboratórios de criatividade e pesquisa, em oficinas, no palco de um teatro, no pátio da escola, enfim, o local dependerá do tipo de proposta criada pelo/a professor/a ou por um grupo de professores e professoras de outras disciplinas. O interessante é que essa ação mobilize, além da geografia, várias disciplinas simultaneamente e que todos os conteúdos a serem trabalhados sejam perpassados por diversas expressões artísticas (música, teatro, pintura, literatura etc.), bem como pela negação da representação, a fim de que o pensamento sem imagem (sem clichês) possa aparecer pela raspagem feita, e o ato da criação possa existir o mais aproximado possível da singularidade de cada um. Isso não significa deixar de trabalhar os conteúdos de geografia, mas movimentá-los para acrescentar outros sentidos a eles e à prática educacional, sempre questionando a validade do que se aprende e como se aprende, se os afetos se atravessam e como cada educando pode exprimi-los, a fim de compor ações que façam surgir uma nova vida, mais leve, autônoma e feliz.

Portanto, como sugestão eu instigo os professores e as professoras a criarem critérios inteiramente novos, possibilitarem a escrita como um laboratório de ensaios, permitirem a transcrição de conceitos estagnados, provocarem o questionamento de funções utilitárias ultrapassadas e incentivarem a descoberta de perceptos e afectos nas artes em geral. Para tanto, é imprescindível vivenciar todas as experiências com o tempo não sendo linha, mas como saltos, velocidades e rupturas. Tudo isso nos permitirá compreender que há uma variação infinita de modos de ser e estar no espaço-mundo, que tanto pode nos fazer retornar ao passado, mas nunca do mesmo jeito – o eterno retorno da diferença –, como também nos projetar para o futuro pela produção da novidade e da diferença positiva. Portanto, avancemos no entre!

“E se o eterno retorno, mesmo à custa de nossa coerência e em proveito de uma coerência superior, reduz as qualidades ao estado de puros signos e só retém dos extensos aquilo que se combina com a profundidade original, aparecerão então qualidades mais belas, cores mais brilhantes, pedras mais preciosas, extensões mais vibrantes, pois, reduzidas às suas razões seminais, tendo rompido toda relação com o negativo, elas permanecerão para sempre agarradas ao espaço intensivo das diferenças positivas”. (DELEUZE, 2000, p. 232).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Larissa Drigo. Ana Cristina César, a arte de ser desdobrável. **Revista Investigações**, vol. 28, nº 1, janeiro de 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1200>>. Acesso em 18 set. 2021.
- AHLERT, Alveri. Corporeidade e educação: o corpo e os novos paradigmas da complexidade. **Revista Ibero-Americana de Educação**. v.1, nº56, p.1-13, 2011.
- ALMEIDA, Mariléa de. Territórios dos afetos: O cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro. **Revista TransVersos**, [S.l.], n. 8, p. 218-234, dez. 2016. ISSN 2179-7528. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/26543/19193>>. Acesso em: 27 ago.
- ALMEIDA, Sandra Regina G. Sobre mulheres, escrita e resistência: desafios contemporâneos. **Revista Interdisciplinar**. São Cristóvão, UFS, v. 32, jul-dez., p.13-26, 2019.
- ALVES, Maria Lúcia Barbosa. **Ana Cristina Cesar: um corpo de crítica**. Natal/ RN-PPGEL, 2013. 156 p. Tese (Doutorado em Literatura Comparada), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem - Departamento de Letras, Natal –RN, 2013, 156p.
- ALVIM, Davis Moreira. **Foucault e Deleuze: deserções, micropolíticas, resistências**, 2011. 159 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/11561?mode=full>>. Acesso em: 02 abr. 22.
- ANDRADE, Edson Peixoto. A filosofia do acontecimento em Deleuze. **O Manguenzal – Revista de Filosofia**. v. 1 n. 2. a. 2. Dossiê: Deleuze e a Linguagem, jan/jun, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/omanguenzal/article/view/9403>>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ARTAUD, A. Surrealismo e revolução. In: WILLER, Cláudio. **Escritos de Antonin Artaud**. Coleções Rebeldes & Malditos. v. 5. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- ARTESE, Maria Luiza. In: MIRANDA, Matheus. Palestra promove a discussão sobre a representatividade feminina na literatura. **NEWS LINK**, 24 de abril de 2017. Disponível em: <<http://portaldonic.com.br/jornalismo/2017/04/24/palestra-promove-a-discussao-sobre-a-representatividade-feminina-na-literatura/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- AZEVEDO, Ana Francisca. Desgeografização do corpo, uma política de lugar. In: AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. (Orgs.) **Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2009. p. 31-88.

AZEVEDO, Luyanne C. L. de. Corpos no mundo: a geograficidade do conceito de lugar de fala. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 641–661, jan-jun/2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1615>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

BERALDI, Francielle Bonfim. Deleuze e a Educação (Resenha). **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 2, n. 4, p. 181-186, 2º semestre de 2011.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, [1897] 1990.

BOUTANG, Pierre-André. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Tradução e Legendas: Raccord [com modificações]. Paris: Éditions Montparnasse, 1996.

BUENO, Winnie. Feminismo negro e os dilemas do lugar de fala. **Outras Mídias**. (online). 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/feminismo-negro-e-os-dilemas-do-lugar-de-fala/>>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRITTO, C. C. Ana Cristina César: a estética do fragmento ou “forma cifrada de falar da paixão”. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 21, n. 33, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/25817>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRUTA Aventura em Versos. Direção de Letícia Simões. Produção de Letícia Simões, Luana Fornaciari, Mariana Ferraz. Roteiro: Letícia Simões, Márcia Watzl. Música: Marcos Kuzka Cunha. Rio de Janeiro: Matizar, 2011. (73 min.), color. Série Documentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lg5dzgD_1l8&ab_channel=%2F%2Fensaios%2F%2F. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. **Atrás dos olhos pardos**: uma leitura da poesia de Ana Cristina Cesar. Chapecó: Argos. 2003. 328 p.

CANDEIAS, D. L. Identidade e intimidade: uma tentativa de decifração da poética de Ana Cristina Cesar. **Estudos Semióticos**, [S. l.], n. 3, 2007. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2007.49182. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49182>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CARDOSO JR. Hélio Rebello. Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas¹. **Revista Trans/Form/Ação**. São Paulo, 28(2): 105-116, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/LMC3NXVZmXCH3bHswZSczqq/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CARRASCO, Bruno. Rizoma em Deleuze e Guattari. **Ex-isto**, 2020. Disponível em: < <https://www.ex-isto.com/2020/07/rizoma-esquizoanalise.html>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CESAR, Ana Cristina. **Poética**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013. E-book Kindle.

CESAR, Ana Cristina. **Crítica e Tradução**. São Paulo: Companhia das Letras. [1999] 2016. E-book Kindle.

CESAR, Ana Cristina. **Inéditos e dispersos**. Org. Armando Freitas Filho. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CESAR, Ana C. **Literatura não é documento**. Ensaio sobre as visões de literatura contidas em filmes documentários brasileiros. Rio de Janeiro/RJ: MEC-Funarte, 1980.

CHAGAS, Juary. O “lugar de fala” nos movimentos: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16 n. 1 (2018), Vitória: **Anais**. [...]. Vitória, 2018. p. 1 -15. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22750>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

COELHO, Valéria. **Poética de Ana Cristina Cesar**. Hardecor (s.d.). Disponível em: <<https://hardecor.com.br/poetica-de-ana-cristina-cesar/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

CORAZZA, Sandra Mara. **Artistagens** – filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORAZZA, Sandra Mara. Manual do Infame..., mas útil. In: CORAZZA, Sandra Mara. **Os Cantos de Fouror**: escrituras em filosofia-educação. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2008. 296p.

CORAZZA, Sandra Mara. **Didaticário de criação**: aula cheia. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CORAZZA, Sandra. O que Deleuze quer da Educação? In: A docência e a filosofia da diferença. **Revista Educação** – Especial Biblioteca do Professor. São Paulo/SP: Editora Segmento, 2014.

CORAZZA, Sandra Mara; ADÓ, Máximo Daniel, OLINI, Polyana. (Orgs.) **Caderno de Notas 9**: Panorama de Pesquisa em Escrituras – Observatório da Educação. Porto Alegre-RS: UFRGS/Doisa, 2016.

COSTA, Rogério da. A presença da semiótica de C. S. Peirce nas reflexões de Gilles Deleuze sobre os signos. **Cognitio**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 286-303, jul./dez. 2019.

CRUZ, Jorge (org.); COSTA, Cláudio [et al.]. **Gilles Deleuze**: sentidos e expressões. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2006.

CUSTÓDIO, Márcia. et al. Hospício é deus: a diferença na repetição de Maura Lopes Cançado. In: JARDIM, Alex Fabiano Correia; OLIVEIRA, Adhemar Santos de; DIAS, Paulo Henrique. **Pensar Deleuze: 50 Anos da Publicação da Obra Diferença e Repetição** (p. 19). Editora Appris. Edição do Kindle. 2021

DALAROSA, Patrícia. Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida, Observatório da Educação CAPES/INEP. In: HEUSER, Ester (Org.) **Caderno de Notas 1: projeto, notas & ressonâncias**. Cuiabá, EdUFMT, 2011.

DALAROSA, Patrícia Cardinale. **Pedagogia da tradução: entre bio-oficinas de filosofia**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. (Escriteiras caderno de notas 4). 80 p.

DAL MOLIN, Fábio. Rizomas e fluxos molares e moleculares da máquina-escola: confissões de um cartógrafo. **Revista Psicologia e Sociedade**, n. 23 (2), 2011, p. 303-311. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200011>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

DARDEL, E. **O homem e a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles. **O bergsonismo**. [1966]. São Paulo: Ed.34. 1999.

DELEUZE, Gilles. **Não somos pessoas, somos acontecimentos**. Aula no Centro Universitário de Vincennes. 03 junho 1980. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2018/12/06/nao-somos-pessoas-somos-acontecimentos-aula-de-gilles-deleuze/>. Acesso em 02 ago. 2022.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**. ([1972]1990). Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, G. **Conversações**. ([1972]1990). Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, p. 1997.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão** [1968]. São Paulo: Editora 34, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: Filosofia Prática** [1981]. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia** [1962]. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

DELEUZE, Gilles. **Notas. Cadernos de subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUCSP**, v.4, n.1-2, p.22, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. [1969]. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. [1969]. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Tradução Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma *literatura menor*. [2002]. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia. [1972]. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, v. 1, 2004. 216 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. [1980]. v. 1. São Paulo, Editora 34, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. [1980]. v. 2. São Paulo: Editora 34, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. [1980]. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. p. 9-29.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Suely Rolnik. [1980]. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. [1980]. v. 5. Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Sobre o capitalismo e o desejo In: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **A ilha deserta**. Tradução Luiz B. L. Orlandi. Pinheiros, SP: Editora Iluminuras, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Cinema II**: A imagem-tempo. (Tradução Eloisa de Araújo Ribeiro). São Paulo: Brasiliense, 2007.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. **Diálogos**. [1987]. São Paulo: Escuta, 1998. 184p.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. [1967]. 2 e.d. São Paulo/SP: Editora Perspectiva, 1995.

DESCOLONIZAR a subjetividade - Suely Rolnik. Realização de Ajd - Associação Juízes Para Democracia. São Paulo, 2020. (120 min.), color. Série Entrevista.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-CwE9x0gn0s&ab_channel=AJD-Associa%C3%A7%C3%A3oJuizesparaDemocracia. Acesso em: 02 jun. 2022.

DIAS, Rosa. A vida como vontade criadora: por uma visão trágica da existência. In: FONSECA, Tania Mara Galli; ENGELMAN, Selda. Orgs. **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

DJAMILA Ribeiro: "Lugar de fala não é impedir alguém de falar, é dizer que outra voz precisa falar". Produção de Carta Capital. Realização de Ellora e Ela. São Paulo, 2019. (16 min. 15s), color. Série Entrevista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bffEFMXH6FM&ab_channel=CartaCapital. Acesso em: 19 ago. 2022.

FERRAZ, Paulo Procópio. O fascismo e a língua. **Revista Cult/UOL**. 05 ago. 2020, (online). Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-fascismo-e-a-lingua/>>. Acesso em 19 nov. 2022.

FERRAZ, Wagner. Currículo Nômade e Formação Docente: experimentações nos estudos do corpo. In: III COLÓQUIO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CRIOLIDADE, 2017. UniCV Cidade de Praia, Cabo Verde. **Anais**. Cidade de Praia, Cabo Verde, 2017.

FERREIRA, Amauri. **Singularidades Criadoras**: aforismos v. I e II. Rio de Janeiro: Sapere, 2014. 120p.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: a história das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, Nogueira. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. In: **Revista Subjetividades**. v. 16, n. 3 (2016). Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4800/0>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

GALLO, S. D. de O. Educação, devir e acontecimento: para além da utopia formativa. **Educação e Filosofia**, [S. l.], v. 26, n. 2012 Esp, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/19672>. Acesso em: 3 mar. 2023.

GALLO, Sílvio. O que é Filosofia da Educação: Anotações a partir de Deleuze e Guattari. **Revista Perspectiva**. Florianópolis. v. 18. n. 34, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10418>. Acesso em: 08 set. 2022.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO, Sílvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (Org.). **Cultura, Poder e Educação** – um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: Editora da ULBRA, 2005, p. 213-22.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

GOBBO, Bianchi Agostini. Ensaio sobre práticas subversivas contra a pedagogia do desastre: “Deleuze e Guatarri e Filosofia e Geografia e Educação”. **Revista Entre-Lugar**, UFGD: Dourados, MS, ano 4, n.7, 1semestre de 2013.

GOMES, Adriana Freitas. Ana Cristina Cesar - a tradução como exercício de recriação. **Revista Gatilho** – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF. Juiz de Fora, MG, Brasil, ISSN: 1517-6436, e-ISSN: 1808-9461, v. 4, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/issue/view/1228>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GONÇALVES, Charlisson Mendes. Guattari e a produção da subjetividade. **Revista Eletrônica do Psicologia.pt** – ISSN 1646-6977, 2014. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GONÇALVES, Daniel José. **O desbunde como manifestação política**: a identidade de gênero na obra de Ana Cristina Cesar. 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/1884/17630/1/Ana_C_Cesar_3_Final.pdf>. Acesso em: 15 mar 2023.

GONDIM, G. M. M. e MONKEN, Maurício. Território e Territorialização. In: Gondim, Grácia Maria de Miranda (Org.) **Técnico de vigilância em saúde**: contexto e identidade: volume 1 / Organização de Grácia Maria de Miranda Gondim, Maria Auxiliadora Córdova Christófaró e Gladys Miyashiro Miyashiro. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. 308 p.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 11 e.d. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GUIZZO, Iazana. Micropolíticas Urbanas. In: Corpocidade - Debates em estética urbana, 01, 2008, Salvador - Bahia. Sessão Temática 4 - Modos de subjetivação na cidade. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 01-09, Artigo. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.corpocidade.dan.ufba.br%2Fquivos%2Fresultado%2FST4%2FIazanaGuizzo.pdf&clen=37090&chunk=true.>. Acesso em: 15 abr. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicada e outras coisas**. Ago. 2007, n° 2 (4), vol. 1. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

HEUSER, Ester Maria Dreher (org.). **Caderno de Notas 1**: projeto, notas & ressonâncias. Cuiabá: EdUFMT, 2011. 120p.

HUR, Domênico U. **Psicologia, política e esquizoanálise**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

HUR, Domênico U. **Axiomática do capital e instituições**: abstratas, concretas e imateriais / Axiomatic of capital and institutions: abstracts, concretes and immaterials. *Revista Polis e Psique, [S. l.]*, v. 5, n. 3, p. 156–178, 2015. DOI: 10.22456/2238-152X.58450. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58450>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.]**, v. 2, n. 42, p. 63–89, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7883>. Acesso em: 28 ago. 2022.

JACKSON, Kenneth David. “Poesia de exportação”: a viagem geográfica e etnográfica na poesia brasileira. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, vol. 9.n.2, dezembro de 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/4716/4011>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KRAHEI, Inês Bueno; MATOS, Sônia Regina da Luz. Devir-mulher como diferença. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO (CINFE), 5., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <[chrome extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.uces.br/site/midia/arquivos/devir_mulher.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.uces.br/site/midia/arquivos/devir_mulher.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2022.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. 2 ed. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze (Locais do Kindle 1311-1314). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Edição do Kindle.

LIMA, Antônio B. M., org. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In: **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty

[online]. Ilhéus, BA: Editus, 2014, pp. 77-102. ISBN 978-85-7455-444-0. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/pcd44>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LIMA, Daniel Wallace de Souza. **O entre discurso de Ana Cristina César**: uma análise do poema arpejos. Florianópolis: Mafuá, ano 8, setembro, 2010.

LIMA, Marcos Eduardo Rocha. **Três esquizos literários**: Antonin Artaud, Raymond Roussel e Jean-Pierre Brisset. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010. 200p.

LINS, Daniel. O Pensamento Nômade. Nietzsche: Vida Nômade ou Estadia sem Lugar, **Revista Lampejo**. vol. 6 nº 2 pp. 271-286, 2018. Disponível em: < https://revistalampejo.apoenafilosofia.org/?page_id=1346>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MACHADO, Bruno Domingues. Deleuze e o conceito de corpo. **Revista Garrafa**, 9(27), ISSN 1809-2586, maio-agosto de 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/7771/6258>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACHADO, Roberto. Deleuze, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009. In: AMARANTE, Ana Helena. (Resenha). **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v.11, n.3, p.351-352, set./dez., 2010.

MACIEL JR. Auterives. O que é a filosofia de um pensamento nômade? **Revista Cosmo & Contexto**. Online. ISSN: 2358-9809. Disponível em: < <https://cosmosecontexto.org.br/o-que-e-a-filosofia-de-um-pensamento-nomade/>>. Acesso em: 01 set. 2022.

MAESO, Benito. Química social e a meia-vida das revoluções moleculares. **Cadernos PET de Filosofia** da UFPR, v. 18, n. 2, agosto 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68041/41344>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

MALUFE, Annita Costa. Ana C., a crítica por trás da poesia. **Revista Letras**, [S.l.], v. 62, abr. 2004. ISSN 2236-0999. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2903>>. Acesso em: 13 set. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rel.v62i0.2903>.

MALUFE, Annita Costa. Ana Cristina Cesar: o poema-corpo ou o poema voltado para fora de si. In: BOSI, Viviana. e NUERNBERGER, Renan. (Organizadores). **Neste Instante**: novos olhares sobre a poesia brasileira dos anos 1970. São Paulo, Editora Humanitas/FAPESP, 2018. 452 p.

MALUFE, Anitta Costa. Ana Cristina Cesar: uma poética dos retalhos. **Todas as musas**. Ano 07, Número 01, ISSN 2175 – 1277, Jun - Dez 2015. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.todasasmusas.com.br/13Annita_Costa.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MALUFE, Annita C. Passagens entre escrita e vida. **Letras & Letras**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25575>. Acesso em: 9 set. 2022.

MALUFE, Annita Costa. Intimidade sem sujeito: Ana C. e a desmontagem do diário e da carta. **Revista Matraga** (UNICAMP), Rio de Janeiro: v. 16, n. 25, jul./dez. 2009.

MALUFE, Annita Costa. **Territórios Dispersos**: a poética de Ana Cristina Cesar. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Lívia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, p. 487-508, 2009.

MARANDOLA JR. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (Orgs.) **Geografia & literatura** [livro eletrônico]: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2019. Edição do Kindle.

MARANDOLA JR., E. Na fissura do presente / In the disruption of the present. **Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 48-72, 6 out. 2020.

MARQUES, A. Poesia ciborgue e pós-humanização da linguagem: da externalização tecnológica à recuperação da autonomia humana. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 566–578, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655397>. Acesso em: 6 set. 2022.

MARQUEZ, Renata Moreira. Arte e Geografia. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca e COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. (Org.). **Imagens Marginais**. Natal: EdUFRGN, 2006, p. 11-22.

MARTINS, C. F. V. Molar e molecular: uma cartografia. **Revista Mosaicum**, [S. l.], v. 16, n. 32, 2020. DOI: 10.26893/rm.v16i32.462. Disponível em: <https://revistamosaicum.org/index.php/mosaicum/article/view/462>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MAZOTTE, N. Reputação, confiança e reciprocidade em projetos de consumo colaborativo: o caso da comunidade de couchsurfers do Rio de Janeiro. **Revista P2P e Inovação**, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2014. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9037>>. Acesso em: 01 set. 2022.

MODOS de resistência: lute como uma molécula. Canal do Prof. André Brayner Farias. Encontro online “Desconfinando as ideias”, Ana Helena Amarante, 2020. (2h03min). Série encontro online. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=aj0KZ5l5lp4&ab_channel=Prof.Andr%C3%A9BraynerFarias>. Acesso em: 07 jul. 2021.

MONTERO, Rosa. Vozes femininas. Entrevista cedida a jornalista Regina Zappa e a atriz e diretora de cinema Ana Maria Magalhães. In: LIMA, Jecilma A. **A Louca da Casa” e O Universo da Escrita Feminina**. XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências, de 13 a 17 de julho de 2008 USP – São Paulo,

Brasil. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/017/JECILMA_LIMA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MORAIS, Tiago Martins de. **Variações do intelecto em zonas de experimentação docente**. 2023. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259162?show=full>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MOREIRA, Márcia et al. Hospício é Deus: a diferença na repetição de Maura Lopes. In: JARDIM, Alex Fabiano Correia; OLIVEIRA, Adhemar Santos de; DIAS, Paulo Henrique. **Pensar Deleuze: 50 anos da publicação da obra Diferença e Repetição** 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. 307 p. (Edição do Kindle).

MOREIRA, Ruy. História. In: **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2º edição, 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MORICONI, Ítalo. **Ana C.:** o sangue de uma poeta. 2 e.d. São Paulo: E-Galáxia, 2016. Edição do Kindle.

MOURA, Amanda J. F. **O fora na literatura de Hilda Hilst** – 2016. 93f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26184>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NATÁLIO, Carlos. Territorialização/desterritorialização: movimentos cinematográficos. In: **Atas do II Anual da AIM**, editado por Tiago Baptista e Adriana Martins, Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-0-7. 2013. p. 199-211.

NEGRI, Antônio. O pensamento que resiste à ordem. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo: domingo, 24 de março de 1996. Seção +Mais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/24/mais!/37.html>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NEVES, Flávia. Poesia Marginal. Site **Norma Culta**, 2016. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/poesia-marginal/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

NEVES, Claudia E. Abbês Baeta. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. **Arq. bras. psicol.** [online]. 2004, vol.56, n.1, pp. 02-20. ISSN 1809-5267.

NEWMAN, Saul. **Guerra ao Estado: o anarquismo de Stirner e Deleuze**. Rio de Janeiro: Verve Editora, 2005.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 24(2), 235-242. doi: 10.1590/S0102-37722008000200014, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/JL4Cq5QbhqzQzjc3B7Ygh6g/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2022.

NÓVOA, António. Temos que sair da sala de aula (Entrevista: Com a palavra). **Gaúcha Zero Hora/Clic RBS**. Online. 01/03/2023. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2023/03/temos-que-sair-da-sala-defende-antonio-novoa-referencia-global-em-educacao-cleoi3tht007o017144igzfon.html>> Acesso em: 04 mar. 2023.

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do Corpo**: por uma Geografia da Diferença. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2014. 245p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS, p. 245, 2014.

O ABECEDÁRIO DE GILLES DELEUZE é uma realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris. (Início das gravações: 1988). No Brasil, foi divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord [com modificações] em 1996.

PARAÍSO, M. A. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 587-604, maio/ago 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1440140.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e TEDESCO, Sílvia. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Volume 2. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

PIMENTEL, Renata. Ana Cristina Cesar: vida curta, longa travessia (artigo). **Revista Continente**. Online. Edição 257. Pernambuco - maio de 2022. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/257/ana-cristina-cesar--vida-curta--longa-travessia>>. Acesso em: 07 set. 2022.

POLHMANN, Patrícia; et al. **Ensaio sobre território**: integração de territorialidades para a construção do lugar. In: 1º Congresso Internacional Espaços Públicos, Porto Alegre/RS, out. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305490050_Ensaio_sobre_territorio_integracao_de_territorialidades_para_a_construcao_do_lugar>. Acesso em: 12 maio 2022.

QUEIROZ, Nana. Pra quê um nome tão complexo para nada mais simples que “plágio” ou “cara roubando as ideia das mina”? [online], 2016. **Revista AzMina**. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/termos-em-ingles-estao-elitizando-o-feminismo/>>. Acesso em: 23 jul. 2022

RAMACCIOTTI, Bárbara Lucchesi. DELEUZE: "como criar um corpo sem órgãos"? **Psicanálise & Barroco em revista**. v. 10, n.2: 112-126, dez.2012.

RANCIÈRE, Jacques. Deleuze e a Literatura. Tradução de Ana Lúcia Oliveira. **MATRAGA – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, n. 12, 1999. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/numeros_escaneados.html#m12>. Acesso em 14 ago. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: EIXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REIF, Laura. Você não está louca! Entenda como funciona o gaslighting. **Revista AzMina**. [online], 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/voce-nao-esta-louca-entenda-como-funciona-o-gaslighting/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

REIF, Laura. Macho palestrinha: entenda o que é mansplaining e manterrupting. **Revista AzMina**. [online], 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-manterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-termos/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

REINHOLZ, Fabiana. Vila Nazaré: O que está se vivendo é uma pressão para a retirada das famílias. **Jornal Brasil De Fato**, online. Porto Alegre (RS). 12 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/07/12/vila-nazare-o-que-esta-se-vivendo-e-uma-pressao-para-a-retirada-das-familias.>> Acesso em: 09 jul. 2022.

REIS, Carlos. O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos Literários. (1995). In: SILVA, Fábio Mário da. Eu lírico – **Dicionário de termos literários de Carlos Ceia**. (2012, online). Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/eu-lyrico>>. Acesso em: 30 nov. 2022. REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline e AIGNER, Carlos... [et al.] **Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. J. A.; LOPES, M. S. B.; FRANZONI, J. Á. Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na Defesa dos Bens Comuns Urbanos. In: CONGRESO INTERNACIONAL CONTESTED_CITIES, 5., 2016, Madrid. **Anais...**

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIBEIRO, Felipe Fernandes. As múltiplas faces de Ana Cristina Cesar: pequena perplexidade de órgãos ainda vivos. **GARRAFA**. Vol. 16, n. 44, janeiro-junho 2018. p. 219 -239. ISSN 18092586. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/18392>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

RIOS, Ana Lúcia Moreira. (Des)territorializada e ineditamente dispersa: o silêncio que não cala na lírica de Ana Cristina Cesar. **Revista Instrumento**: estudo e pesquisa em educação. v. 18, n. 1. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. ISSN 1984-5499. (2016). Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/issue/view/791>>. Acesso em: 20 out. 2022.

ROCHA, Marisa Lopes da. Identidade e diferença em movimento: ressonâncias da obra de Deleuze. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18 – n. 2, p. 57-68, jul/dez. 2006.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. **Psicologia & Sociedade**, vol. 28, n. 1, janeiro-abril, 2016, pp. 151-161. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309343970017>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A literatura menor em Deleuze e Guattari: por uma educação menor. **Revista do Centro de Educação**, col. 41, n. 3, pp. 685-696, Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2016.

ROSE, Nikolas – Inventing our selves: psychology, power and personhood. United Kingdom: Cambridge University Press, 1998. In: SIMONINI, Eduardo. Variações sobre o “eu”. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 11, nº 21, jan/abr 2010.

ROSSINI, T. N. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. **Trem de Letras**, v. 3, n. 1, p. 97-111, 11 jul. 2016.

SANCHOTENE, Virgínia; BELLO, Samuel E. L. O procedimento deleuziano de criação: aportes para pensar o currículo (de matemática). **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], n. 25, p. 109-120, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/8406>. Acesso em: 10 set. 2022.

SANTOS, Anderson dos. A subjetividade como produto: a máquina capitalística e a axiomatização dos fluxos. **Esquizografias**, s.d. Disponível em: <<http://clinicand.com/subjetividade-como-produto-a-maquina-capitalistica/>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SANTOS, Ismael. Linguagem e poder: contribuições de Deleuze e Fairclough. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 10, n.2. pp. 84-105, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5766/576664779005/html/>>. Acesso em: 01 set. 2022.

SANTOS, Edilene Nunes. Crítica decolonial em Clastres, Dussel e Guattari. **Revista Cactus - Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online**. V.2 n.1, 2022. Disponível em: <<https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/article/view/329>>. Acesso em: 09 ago.2022.

SANTOS, Milton. Entrevista com Milton Santos. **Revista Veja**. Rio de Janeiro: Abril, ano 27, nº 46, 1994, p. 07.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de arquitetura e urbanismo**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em: 1 out. 2022.

SANTOS, William Moreira. O conceito de geofilosofia em Deleuze e Guattari. **Revista Pandora Brasil**. n. 34 - ISSN 2175-3318. Setembro/2011. p. 155 – 169. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_34/william.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_34/william.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, Zamara Araújo dos. **A Geofilosofa de Deleuze e Guattari**. Campinas: UNICAMP, 2013, 355 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280012>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SERRÃO, Rebecca Falcão. O diário dos outros: a escrita poética de Ana Cristina César. **ZUNÁI Revista de Poesia e Debates**. ISSN 1983-2621. v. 4, n. 1 - agosto 2018. Disponível em: <https://zunai.com.br/post/182719254473/perisc%C3%B3pio-6-o-di%C3%A1rio-dos-outros-a-escrita>. Acesso em: 07 set. 2022.

SILVA, José Borzacchiello da. **É geografia, é Paul Claval**. / José Borzacchiello da Silva... [et al.]; Org Maria Geralda de Almeida, Tadeu Alencar Arrais. Goiânia: FUNAPE, 2013. 176 p.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso. (Org.). **Ensino de Geografia: Novos temas para geografia escolar**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 97-125.

SILVEIRA, Diego Soares da. O arbóreo em Deleuze e Guattari: notas para pensar o "desenvolvimento nacional". **Antropologia simétrica**. [on-line], 2011. Disponível em: <https://antroposimetrica.blogspot.com/2011/11/o-arboreo-em-deleuze-e-guattari-notas.html>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; FURLAN, Reinaldo. Corpo e alma em Foucault: postulados para uma metodologia da psicologia. **Revista de Psicologia**. USP, 2003, 14(3), 171-194.

SOARES, Luis Eustáquio. Identitarismo como ideologia de dominação. **Outras Palavras. Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo**. [Online], 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/identitarismo-como-ideologia-de-dominacao/>. Acesso em: 31 maio 2023

SOUZA, Carlos Eduardo Siqueira Ferreira de. **A lírica fragmentária de Ana Cristina Cesar**: autobiografismo e montagem. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/14875>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SOUZA, Carlos Eduardo Siqueira Ferreira de. **A lírica fragmentária de Ana Cristina Cesar**: autobiografismo e montagem. São Paulo: EDUC, 2010.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.): **Geografia**: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2015.

SOUZA, Marco Aurélio de; OLIVEIRA, Silvana. Linhas de vida, linhas do romance: uma percepção rizomática de “Amar-te a ti nem sei se com carícias”, de Wilson Bueno. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 248–263, 2018. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/3154>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SOUZA, Severino Ramos Lima de; FRANCISCO, Ana Lúcia. **O método da cartografia em pesquisa qualitativa**. (2018). Disponível em: <<https://www.webqda.net/o-metodo-da-cartografia-em-pesquisa-qualitativa/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOUTO, C. A. T. Deleuze, a imagem do pensamento e a literatura. **Trilhas Filosóficas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 33–48, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/1759>. Acesso em: 12 set. 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

SUESS, Rogrigo C. e RIBEIRO, Antonia da Silva S. O lugar na geografia humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas – escala, críticas e cientificidade. **Revista Equador - UFPI**, v. 6, n. 2, 2017. p. 1- 22.

TRINDADE, Rafael. Deleuze e Guattari: linha de fuga. **Razão Inadequada**, [online], 2021. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2021/06/14/deleuze-e-guattari-linha-de-fuga/>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

TRINDADE, Rafael. Schopenhauer – o mundo como representação. **Razão Inadequada**, [online], 2019. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2019/01/27/schopenhauer-o-mundo-como-representacao/>>. Acesso em: 01 set. 2021.

TRINDADE, Rafael. Imanência – Terra. **Razão Inadequada**, [online], 2017. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2017/10/20/imanencia-terra/>>. Acesso em: 04. jul. 2022.

TRINDADE, Rafael. Ética dos devires. **Razão Inadequada**, [online], 2016. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/filosofos/deleuze/etica-dos-devires/>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

TRINDADE, Rafael. Deleuze e o Desejo. **Razão Inadequada**, [online], 2013. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/02/08/deleuze-desejo/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço, tempo, lugar**: um arcabouço humanista / Space, time, place: a humanistic frame. *Geograficidade*, v. 1, n. 1, p. 4-15, 20 nov. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804>>. Acesso em: 02 set. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

VANIN, Aline Aver. Quando a carne se faz verbo: a emergência de significados pelo (e no) corpo. **Ilha do Desterro** [online]. 2015, v. 68, n. 03, pp. 115-129. Disponível em: <<https://www.scielo.br/i/ides/a/qJwxzccTDpz7fGYSkXdtVKD/?lang=pt#>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

VASCONCELLOS, Jorge. Gilles Deleuze: uma filosofia da diferença. **Revista Mente, Cérebro e Filosofia**. n. 6. Pinheiros/S.P.: Duetto, s.d. 98 p.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de et al. Os limbos felizes da não-identidade: tensões e implicações. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 1217-1264, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011001300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2022.

VELOSO, Sainy C. B. Memória, poética e política: uso e desuso dos objetos. **Revista ARJ – Arte Research Journal/ Brasil** | v. 4, n. 1 | p. 141-161 | jan. / jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/10147/8773> Acesso em: 02 set. 2022.

VENÂNCIO, Priscila e OLIVEIRA, Luiz Roberto P. F. Gramática: um território em busca de (re)territorialização. **Revista Philologus** / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 23, Nº 69, (set./dez.2017) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 1599 p. il. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/69supl/_RPh69-Supl.pdf>. Acesso: 02. jul. 2022.

VIDA e obra da poeta Ana Cristina Cesar - Jornal Futura. Realização de Canal Futura - TV Futura. Rio de Janeiro, 2016. (12 min 11s.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J_kpcj_-ITc&ab_channel=JornalFutura>. Acesso em: 27 ago. 2022.

VITKOWSKI, J. R. Bom dia Teeteto: Por um pensamento imanente. **Griot: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 30–38, 2020. DOI: 10.31977/grifi.v20i2.1472.

Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1472>.
Acesso em: 11 ago. 2022.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Geofilosofia e geopolítica em Mil Platôs**. Vitória: EDUFES, 2014.

ZORDAN, Paola. Criação de planos. In: A docência e a filosofia da diferença. **Revista Educação** – Especial Biblioteca do Professor. São Paulo/SP: Editora Segmento, 2014.